Suprema
Sociedade de Proteção do Meio Ambiente

Holambra, 28 de novembro de 1999

Ilmo Sr. Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Saudações.

Gostaríamos por meio desta agradecer mais uma vez pela espaço cedido à SUPREMA, na reunião realizada na Câmara, datada do dia 20 de novembro p.p..

Como prometido, estou encaminhando 10 (dez) exemplares do programa de Meio Ambiente de Holambra, onde foram elaboradas várias propostas de Meio Ambiente que, pelo que entendi na reunião, vem de encontro com os objetivos dos vereadores e de V.Sa. Em breve encaminharemos, para apreciação da Câmara, outros projetos que estão sendo discutidos pela SUPREMA, para que assim, possamos somar todos os esforços para concretizá-los.

Temos a certeza que nestes contatos realizados antes, durante e após a reunião renderão muitos frutos, todos de boa qualidade, para a Holambra. Já estamos colhendo alguns, mas, temos a certeza que esta é apenas a primeira. Não haverá fruto final, mas a cada fruto colhido, estaremos concretizando o ideal, expresso pela qualidade de vida e pelo desenvolvimento da região de uma forma sustentável.

Este desenvolvimento, temos a certeza, colocará a Holambra mais uma vez em destaque à nível de estado, país e porque não dizer, mundial. O sucesso deste alcance, depende de cada um de nós.

Esperamos contar com a sua presença (e mediante deste convidamos todos os vereadores) no evento que a SUPREMA em parceria com outras ONG's estão organizando, nos dias 3 e 4/12 próximos.

Estamos à disposição da Câmara, no que nos é possível, em lutar em prol à qualidade de vida e consequentemente ao crescimento sustentado, salutar e harmonioso entre o homem e a natureza.

Respeitosamente,

G.G.J.Eysink
Presidente da SUPREMA

LIDO EM SESSÃO
DE
01 / 12 / 99
PRESIDENTE

29/11/99

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº 7761/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 10 de novembro de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia do **REQUERIMENTO Nº 807/99, de autoria do nobre Vereador Natanael Alves Genuino**, aprovado por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 03 de novembro do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

LIDO EM SESSÃO
DE
01/12/99
PRESIDENTE

18/11/99

SSD/al

REQUERIMENTO Nº 0807/99
PROCESSO Nº 2263/99

Considerando que neste Município, praticamente todas as vias públicas são dotadas de pavimentação, entretanto em alguns bairros o tráfego de veículos é prejudicado em decorrência do número de valetas e buracos existentes, resultantes de reparos de vias mal executados pela Sabesp;

Considerando que essas valetas, favorecem a penetração de águas pluviais, desencadeando um forte processo de erosão, comprometendo seriamente as vias dotadas de melhoramentos;

Considerando que a fim de evitar esses problemas, este Município firmou com o Governo do Estado, convênio de recuperação de vias através do qual a Sabesp se responsabiliza pela execução dos reparos necessários, imediatamente após a execução das obras de saneamento;

Considerando que de acordo com o referido termo, existe penalidade caso os reparos não sejam executados à contento;

Considerando que com base nessa cláusula contratual, nossa Prefeitura lançou um sem-número de multas contra a Sabesp, mas infelizmente as mesmas não são pagas;

Considerando que é importante salientar que nosso Município vem sofrendo prejuízos incalculáveis em razão desse comportamento, porque além de pagarmos pela pavimentação somos também obrigados a pagar pelos reparos, afora o desgaste político enfrentado pelo Prefeito e Vereadores, visto que a população efetua o pagamento da contribuição de melhoria em vias que muitas vezes não pode trafegar;

Considerando que temos observado que em outros Municípios ocorrem problemas semelhantes, logo conclui-se que os prejuízos causados pela Sabesp em diversas localidades é extremamente grande;

Considerando que diante de tais fatos, seria razoável que o Governo do Estado, repassasse aos Municípios os recursos necessários para execução de reparos em vias públicas pavimentadas onde a Sabesp executou obras de saneamento, a fim de evitar o lançamento de multas que não são pagas, despesas extras para os cofres municipais e também a insatisfação da população;

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário para que seja encaminhado ofício ao Governador do Estado de São Paulo, solicitando do mesmo estudos visando repassar para os Municípios, recursos destinados a cobrir despesas com a execução de reparos de vias públicas dotadas de melhoramentos, onde a Sabesp executou obras de assentamento de redes de água e ou de esgoto, levando-se em conta o fato de que aquela empresa não executa por ocasião desses serviços os reparos necessários a contento e também o fato de não arcar com o pagamento das multas já lançadas, causando sérios prejuízos aos cofres municipais.

Requeiro ainda que do deliberado seja dado ciência do presente à Presidência da Sabesp e a liderança de Governo na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Requeiro finalmente, que seja também solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras do Estado de São Paulo para esta iniciativa, posto que tem se observado que problemas semelhantes ocorrem também em outros Municípios.

Plenário Prefeito H.H.Louis Baxmann, 03 de novembro de 1999

Assinado no Original
Vereador Natanael Alves Genuino

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
PAULO JULIÃO

São Paulo, setembro de 1999

Senhor Presidente

Temos a grata satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência cópia da **Lei nº 10.358/99**, promulgada pelo senhor Governador, no último dia 27 de agosto, que **vem a solucionar um grave problema que atinge à grande maioria dos municípios do nosso Estado**, cujos perímetros urbanos são hoje cortados por rodovias estaduais.

Para que Vossa Excelência possa ter uma idéia do **elevado alcance social** desta lei, basta lembrar que a mesma vem a **resgatar a tranquilidade de milhares de pessoas**, que residem ou trabalham em imóveis situados em áreas urbanizadas, a uma distância inferior a 15 metros das rodovias estaduais, posto que os mesmos estavam **ameaçados de demolição**, por força do artigo 7º do Decreto-Lei nº 13.626, de 1943.

Resta claro que ao ser editado o mencionado decreto, há mais de 56 anos, impondo um recuo de 15 metros para edificações às margens das rodovias estaduais, não se previa o crescimento populacional que temos hoje, tampouco o aumento da área urbanizada e da malha rodoviária estadual. Em vista disso, centenas e centenas de imóveis, a despeito de estarem localizados em áreas urbanas, com todos o melhoramentos e as respectivas plantas devidamente aprovadas pelas Prefeituras Municipais, estavam em situação irregular, e seus proprietários vítimas de sanções administrativas e ações judiciais.

Com o objetivo, pois, de **regularizar essa situação – real e extremamente preocupante** – que além de prejuízos materiais estava a ameaçar a sobrevivência de inúmeras famílias, é que apresentamos o Projeto de Lei nº 325/96, que recebeu o apoio de inúmeras Prefeituras e Câmaras Municipais, sendo aprovado pelo Plenário desta Casa no final do ano passado. Todavia, por ter sido vetado pelo Poder Executivo, redobramos nossos esforços para sensibilizar os demais deputados desta Casa sobre a importância de sua aprovação, conseguindo, finalmente, a derrubada do veto, na sessão ordinária do dia 24 de agosto, com 52 votos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
PAULO JULIÃO

A partir de agora as edificações às margens das rodovias estaduais passam a ter uma disciplina mais atual e justa – a Lei nº 10.358/99, que, alterando o decreto supracitado, prevê em seu art. 1º, § 1º, que ***"nos trechos rodoviários que atravessem perímetros urbanos ou áreas urbanizadas passíveis de serem incluídas em perímetro urbano, será dispensada a exigência do recuo previsto neste artigo",*** ou seja, de 15 metros, aplicando-se tal medida, conforme disposto em seu § 2º, **às edificações já construídas ou em construção, com a consequente desistência do DER das ações e execuções judiciais em curso.**

Convictos de que com as alterações estabelecidas nesse novo diploma legal serão solucionados os problemas sociais e urbanísticos não previstos pelo Decreto-lei nº 13.626/43, agradecemos sua atenção em dar conhecimento do presente aos demais vereadores dessa egrégia Casa e às lideranças locais.

Permanecemos ao seu inteiro dispor, inclusive para os esclarecimentos que se fizerem necessários, na Assembléia Legislativa – sala 5003, ou pelos telefones/fax: 886-6775/886-6745 e 884-1254.

Cordialmente,

Deputado Paulo Julião

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº 10.358, DE 27 DE AGOSTO DE 1999

(Projeto de lei nº 325/96, do deputado Paulo Julião - PSDB)

Acrescenta §§ ao artigo 7º do Decreto-lei nº 13.626, de 21.10.43, que dispõe sobre normas para o traçado de estradas de rodagem estaduais

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado decreta e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 28 da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - Acrescente-se ao artigo 7º do Decreto-lei nº 13.626, de 21 de outubro de 1943, os seguintes parágrafos:

"§ 1º - Nos trechos rodoviários que atravessem perimetros urbanos ou áreas urbanizadas passiveis de serem incluidas em perimetro urbano, será dispensada a exigência de recuo prevista neste artigo.

§ 2º - Aplicar-se-á às edificações já construidas ou em construção o disposto no paragrafo anterior, desistindo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER, com relação a elas, das ações e execuções judiciais em curso."

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de agosto de 1999.

MÁRIO COVAS

Michael Paul Zeitlin

Secretário dos Transportes

Celino Cardoso

Secretario - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica

Publicada na Assessoria Tecnico-Legislativa, aos 27 de agosto de 1999.

LIDO EM SESSÃO
DE
01/12/99
PRESIDENTE

04/10/99

CONFERIDO
Serviço de Suporte e Conferência
EM 29 / 10 / 1999
CONFERENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTO Nº 2889, DE 1999

Requeremos nos termos regimentais, que seja consignado na ata de nossos trabalhos, um voto de congratulações com a população de **HOLAMBRA** pela passagem de mais um aniversário que se comemora aos **27/10**.

JUSTIFICATIVA

Ao ensejo do transcurso de mais um aniversário do Município de **HOLAMBRA** procurando homenagear sua laboriosa população que tanto vem contribuindo para a grandeza do Estado, formulamos através da presente propositura, os votos de congratulações deste Poder com aquele povo hospitaleiro.

Sala das Sessões, em 26/10/99

a) DORIVAL BRAGA

sma/

CONFERIDO
Serviço de Suporte e Conferência
EM 29 / 10 / 1999
CONFERENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SP

REQUERIMENTO Nº 2889, DE 1999

Requeremos nos termos regimentais, que seja consignado na ata de nossos trabalhos, um voto de congratulações com a população de **HOLAMBRA** pela passagem de mais um aniversário que se comemora aos **27/10**.

JUSTIFICATIVA

Ao ensejo do transcurso de mais um aniversário do Município de **HOLAMBRA** procurando homenagear sua laboriosa população que tanto vem contribuindo para a grandeza do Estado, formulamos através da presente propositura, os votos de congratulações deste Poder com aquele povo hospitaleiro.

Sala das Sessões, em 26/10/99

a) DORIVAL BRAGA

sma/

16/11/99

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Pedro Álvares Cabral nº 201 – Ibirapuera – CEP 04097-900

Palácio 9 de Julho

São Paulo, 4 de novembro de 1999

RGL 6748/99

Of. SGP n.º 7923/99

Senhor Presidente

Requerimento n.º 2889, de 26/10/99
Autor: Deputado DORIVAL BRAGA

Encaminho a Vossa Excelência os inclusos avulsos do requerimento em epígrafe, apresentado a esta Assembléia Legislativa na data mencionada.

Valho-me da oportunidade para apresentar os protestos de minha alta consideração.

Deputado ROBERTO GOUVEIA
1.º Secretário

LIDO EM SESSÃO
DE
17/11/99
PRESIDENTE

16/11/99

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA – SP
me

RIO PIRACICABA

CONVITE

Convidamos V.Sa., a participar da **32ª Reunião Ordinária do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari**, a ser realizada no dia **10/12/99, sexta-feira, às 9h30min.**, no Clube Literário e Recreativo de Extrema, situado na Praça Coronel Simeão – Centro – Extrema.

Contamos com o seu comparecimento e participação. Aproveitamos para, antecipadamente agradecer todo o seu apoio, que tem sido de fundamental importância às nossas atividades.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS BERGAMIN
PREFEITO DE EXTREMA

HUMBERTO DE CAMPOS
PREFEITO DE PIRACICABA E
PRESIDENTE DO CONSÓRCIO

Pauta:

1. Abertura;
2. Aprovação da Ata anterior;
3. Relato e discussão sobre o PL 16/07/99 que cria a Agência Nacional de Águas – ANA e sobre o PL 020/98, que estabelece a cobrança pelo uso da água;
4. Implantação do R$ 0,01/m³ (discussão da participação da SABESP);
5. Outros assuntos.

Observações:

a) Após a reunião será oferecido almoço típico (mineiro). Solicitamos a confirmação de presença até 05/12/99.

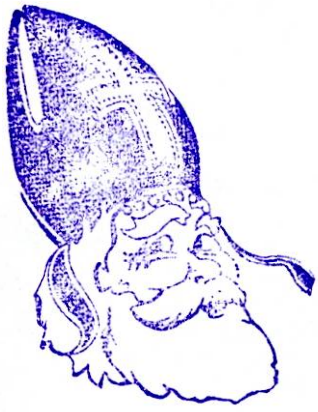
b) No período da tarde, será realizada Visita Técnica à Serra do Lopo – localizada a 1700 metros de altitude (Extrema-MG), onde poderá ser observado o Sistema Cantareira, Nascentes do Rio Jaguari (um dos formadores do Rio Piracicaba), Duplicação da Rodovia Fernão Dias e abordagens de conceitos relacionados as Bacias Hidrográficas e Gestão de Recursos Hídricos.

LIDO EM SESSÃO
DE
01/12/99
PRESIDENTE

Contato: Secretária Executiva do Consórcio
Fones/faxes: (0XX19) 461.7758 - 460.4043.

25/11/99

Câmara De Vereadores De Holambra
HOLAMBRA - SP



Holambra, 27-11-1999

Caros amigos(as)

Queremos convida-los(as) para assistir a festa de São Nicolau aqui em Holambra.

Dia: 04 de dezembro de 1999 (Sábado)

Horas: 16:00 horas

Local: Centro Eqüestre Tubantia

A presença dos Senhores(as) faz parte da tradição e da nossa cultura.

LIDO EM SESSÃO
DE
01/12/99
PRESIDENTE

LOSANGO
HOLAMBRA - SP

29/11/99

RIO PIRACICABA

Americana, 04 de outubro de 1999

Ofício P 059/99

Assunto: Agradece aprovação do R$ 0,01/m³

Senhor Presidente:

Registramos os nossos agradecimentos pelo seu empenho na aprovação da Lei que autoriza o município a contribuir financeiramente com o Consórcio Piracicaba-Capivari, visando o Programa de Investimento Regional.

Gostaríamos de estender nossos cumprimentos a todos os vereadores dessa casa de leis pela confiança depositada em nossa entidade.

Certos de estarmos contribuindo com a melhoria das nossas águas e das condições de vida da população, reiteramos nossos agradecimentos por mais está demonstração de vontade política dos vereadores de Holambra.

Com considerações de estima e apreço.

Atenciosamente

HUMBERTO DE CAMPOS
Prefeito de Piracicaba e Presidente do
Consórcio Piracicaba-Capivari

LIDO EM SESSÃO
DE
17/11/99
PRESIDENTE

Ilmo. Senhor
VALTER COSTELA
D.D. Presidente da Câmara Municipal
HOLAMBRA-SP

12/11/99

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADO
CAMPOS MACHADO
Gabinete de Liderança do PTB

Prezado Senhor,

Os índices de violência e criminalidade em nosso país têm crescido em proporções nunca antes verificados, deixando, inclusive, de ser característica dos grandes centros urbanos, para atingir o interior dos Estados.

Os dados são alarmantes, principalmente quando se verifica a autoria material e intelectual dos crimes, em grande parte por adolescentes entre 14 e 18 anos, os quais, sabemos todos, têm plena e absoluta consciência que os atos que praticam são delituosos, e mais ainda, que estarão impunes, pois a lei não os atinge.

Entendi, assim, que a sociedade precisa se mobilizar e mostrar aos nossos congressistas em Brasília que hoje, ao contrário dos nossos Códigos Civil e Penal foram promulgados, não cabe considerar que um "homem" de 15 ou 16 anos não entenda o ato do crime. Os sistemas penais europeus e norte - americanos consideram responsáveis, criminalmente, jovens com idade a partir de 10 ou 12 anos, impondo-lhes então o cumprimento de penas, logicamente em condições diversas daqueles criminosos de idade adulta.

Nessa esteira de entendimento, aliado ao pânico que recente fugas de menores de Febem em São Paulo causaram na população, com resultados de roubo, estupros e assassinatos, e o impedimento da polícia, por força da lei, em prendê-los, e do Judiciário em condená-los, lancei, da tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, uma campanha em nível nacional para colher, no mínimo, 1 milhão de assinaturas, com o objetivo de apresentar Proposta de Emenda à Constituição Federal, reduzindo a maioridade penal para 14 anos, campanha esta que está sendo chamada de **Crime não tem idade. Maioridade penal aos 14 anos**.

Dessa forma, permito-me anexar à presente, modelo do abaixo-assinado que estamos distribuindo entre a população de todo o Brasil, solicitando seu apoio para uma questão premente de alteração no nosso Direito Penal.

Agradecendo, desde já, a atenção dispensada ao assunto, formulo os protestos de minha consideração e respeito.

Atenciosamente.

C. Machado

Deputado **CAMPOS MACHADO**
Líder da bancada do P.T.B.

LIDO EM SESSÃO
DE
17/11/99
PRESIDENTE

12/11/99

CRIME NÃO TEM IDADE - MAIORIDADE PENAL AOS 14 ANOS

Os cidadãos abaixo-assinados, no exercício da ***Soberania Popular***, encaminham aos Excelentíssimos Senhores Presidentes do Senado e da Câmara Federal, ***Proposta de Emenda à Constituição Federal***, alterando a redação do ***artigo 228*** daquela Carta, no sentido de reduzir a maioridade penal para 14 (quatorze) anos, considerando a crescente escalada da violência no Brasil praticada por adolescentes entre 14 e 18 anos, que cometem estupros, sequestros, assassinatos, e toda sorte de crimes, com consciência da impunidade que lhes é atribuída por lei.

PROPOSTA DE EMENDA Nº _____ À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Dê-se a seguinte redação ao artigo 228 da Constituição Federal:
"Artigo 228 - São penalmente inimputáveis os menores de quatorze anos, sujeitos às normas da legislação especial."

	Nome completo	*Doc. Ident. (RG)*	*Assinatura*
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			

Após as assinaturas, enviar para o Gabinete do Deputado *CAMPOS MACHADO,* na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Av. Pedro Álvares Cabral, 201, 1º andar - sala 1007, Cep 04097-900 - São Paulo - Capital.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY

LIDO EM SESSÃO
DE
17 / 11 / 99
PRESIDENTE

Fleury diz Basta à Violência

Ninguém agüenta mais tanta violência. Todos os dias, assassinatos, roubos, seqüestros acontecem nas nossas ruas. Não se consegue sair para trabalhar ou estudar com tranqüilidade — as pessoas ficam presas em suas casas e nem lá conseguem ficar tranqüilas.

Enquanto o governo não toma nenhuma atitude, as poucas famílias que têm mais dinheiro se protegem com homens armados, cercas eletrificadas, cães ferozes. E a grande maioria da população, que não tem como se proteger dessa maneira, reza para que a violência não atinja suas vidas.

É verdade que a principal causa da violência está na estrutura educacional do país. E que o desemprego e a situação econômica, somados à falta de autoridade do governo estadual e à total falta de apoio ao trabalho da Polícia também são responsáveis pelo aumento dos crimes.

Mas grande parte do problema está nas nossas leis. Elas precisam ser modificadas com urgência para que a população possa Ter um pouco mais de segurança.

Com o objetivo de combater a impunidade, o Ex-Governador e hoje Deputado Federal **FLEURY** apresentou uma série de modificações nas leis penais. Conheça as principais:

PEC 51/99 Prisão perpétua com trabalho obrigatório para crimes hediondos (estupro, seqüestro, roubo seguido de morte, tráfico de drogas).

PEC 68/99 Qualquer pessoa maior de 16 anos passa a responder pelo crime que praticar.(maioridade penal aos 16 anos)

PEC 1226/99 Trabalho obrigatório do preso, destinando:

a) 30 % do salário para a família da vítima;

b) 30 % do salário para a família dele (preso);

c) 30 % do salário para pagar a alimentação e a permanência no presídio; e

d) 10 % do salário para o próprio preso..

PL 1227/99 Permitir que os policiais possam usar armas mais pesadas quando estiverem em serviço. Com isso, tenta-se diminuir a desigualdade existente entre o armamento da polícia e o dos bandidos, que possuem as armas mais pesadas.

PL 1228/99 Estabelece 50 anos e não 30 anos para a pena máxima privativa de liberdade e cria uma agravante para aumentar a pena quando o crime for praticado contra deficiente ou policial.

10/11/99

Anexo IV – Gabinete 945 – CEP 70160-900 –Brasília-DF
Fones: (061) 318-5945/3945 – Fax: (061) 318-2945

ABAIXO ASSINADO

Nós, abaixo assinados, vimos através deste solicitar ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara **Urgência** na aprovação dos projetos abaixo relacionados, **de autoria do Deputado Luiz Antonio Fleury Filho**, que visam dar maior segurança à população:

PEC 51/99 Prisão perpétua com trabalho obrigatório para crimes hediondos (estupro, seqüestro, roubo seguido de morte, tráfico de drogas).

PEC 68/99 Qualquer pessoa maior de 16 anos passa a responder pelo crime que praticar.(maioridade penal aos 16 anos)

PEC 1226/99 Trabalho obrigatório do preso, destinando:
a) 30 % do salário para a família da vítima;
b) 30 % do salário para a família dele (preso);
c) 30 % do salário para pagar a alimentação e a permanência no presidio; e
d) 10 % do salário para o próprio preso..

PL 1227/99 Permitir que os policiais possam usar armas mais pesadas quando estiverem em serviço. Com isso, tenta-se diminuir a desigualdade existente entre o armamento da polícia e o dos bandidos, que possuem as armas mais pesadas.

PL 1228/99 Estabelece 50 anos e não 30 anos para a pena máxima privativa de liberdade e cria uma agravante para aumentar a pena quando o crime for praticado contra deficiente ou policial.

PL 1229/99 Aumento das penas para quem participar de rachas de automóveis.

PL 1230/99 Aumenta os prazos para a instrução de processos de presos por tráfico de drogas..

PL 1231/99 Impede a suspensão do processo dos crimes de lavagem de valores.

PL 1232/99 Procura dar maior rapidez aos julgamentos nos Juizados Criminais.

PL 1233/99 Possibilita a realização de interrogatório e audiências via Internet, sem a presença do réu.

PL 1234/99 Aumento das penas para o receptador (a pessoa que recebe objetos roubados. Sem ele, o ladrão não tem para quem vender).

PL 1235/99 Fuga de preso passa a ser crime, e o preso ainda terá a pena aumentada se a fuga for feita com emprego de violência ou mediante invasão de delegacia ou presídio.

PL 1236/99 Proíbe a anistia, liberdade provisória ou indulto para os autores de tortura.

PL 1237/99 Proíbe a concessão de "sursis", suspensão de processo, substituição de penas detentivas por penas restritivas de direito ou multa e a concessão de liberdade provisória aos autores de crimes hediondos e institui Prisão preventiva obrigatória para crimes graves (crimes hediondos e roubo);

PL 1238/99 Regulamenta a cobrança da pena de multa.

PL 1353/99 Determina que os condenados por crimes decorrentes de organização criminosa cumpram a pena em regime fechado.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado LUIZ ANTONIO FLEURY

PL 1229/99 Aumento das penas para quem participar de rachas de automóveis.

PL 1230/99 Aumenta os prazos para a instrução de processos de presos por tráfico de drogas..

PL 1231/99 Impede a suspensão do processo dos crimes de lavagem de valores.

PL 1232/99 Procura dar maior rapidez aos julgamentos nos Juizados Criminais.

PL 1233/99 Possibilita a realização de interrogatório e audiências via Internet, sem a presença do réu.

PL 1234/99 Aumento das penas para o receptador (a pessoa que recebe objetos roubados. Sem ele, o ladrão não tem para quem vender).

PL 1235/99 Fuga de preso passa a ser crime, e o preso ainda terá a pena aumentada se a fuga for feita com emprego de violência ou mediante invasão de delegacia ou presídio.

PL 1236/99 Proíbe a anistia, liberdade provisória ou indulto para os autores de tortura.

PL 1237/99 Proíbe a concessão de "sursis", suspensão de processo, substituição de penas detentivas por penas restritivas de direito ou multa e a concessão de liberdade provisória aos autores de crimes hediondos e institui Prisão preventiva obrigatória para crimes graves (crimes hediondos e roubo);

PL 1238/99 Regulamenta a cobrança da pena de multa.

PL 1353/99 Determina que os condenados por crimes decorrentes de organização criminosa cumpram a pena em regime fechado.

A íntegra dos projetos apresentados está disponível
na Internet, através do endereço

<http://www.fleuryfilho.com.br>

Anexo IV – Gabinete 945 – CEP 70160-900 – [illegible]ia-DF
Fones: (061) 318-5945/3945 – Fax: (061) [illegible]-5

Apoio ao Pacote Anti Violência do Deputado Fleury

Nome	Assinatura	RG

Apoio ao Pacote Anti Violência do Deputado Fleury

Nome	Assinatura	RG

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO CMETH nº223/99 Holambra, 05 de novembro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de outubro de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

APROVADO EM
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE ___/___/___
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
10/11/99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Outubro/1999

CLASSIFICAÇÃO			EMPENHOS			
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	4.202,61	3.329,04	7.531,65	2.468,35
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**4.202,61**	**3.329,04**	**7.531,65**	**2.468,35**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	126.248,51	15.988,60	142.237,11	57.762,89
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.500,00	1.965,27	361,54	2.326,81	1.173,19
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.800,00	5.040,47	637,14	5.677,61	3.122,39
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	14.000,00	8.847,87	1.200,00	10.047,87	3.952,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	19.131,47	2.712,28	21.843,75	23.156,25
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**161.233,59**	**20.899,56**	**182.133,15**	**89.726,85**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**165.436,20**	**24.228,60**	**189.664,80**	**97.695,20**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Outubro/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.951,40	271,13	2.222,53
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.469,38	195,79	1.665,17
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	1.944,00	216,00	2.160,00
	CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	100,72	19,96	120,68
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**8.752,24**	**702,88**	**9.455,12**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**174.188,44**	**24.931,48**	**199.119,92**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			8.079,55
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**8.079,55**
	TOTAL GERAL .....:			**207.199,47**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Outubro/1999

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.239,21	1.518,24	4.757,45
	Sub Total .....:	**3.239,21**	**1.518,24**	**4.757,45**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	126.248,51	15.988,60	142.237,11
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.769,48	250,59	2.020,07
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.894,59	468,01	5.362,60
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	7.647,87	1.200,00	8.847,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	17.345,01	1.865,12	19.210,13
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**157.905,46**	**19.772,32**	**177.677,78**
	Total Geral .....:	**161.144,67**	**21.290,56**	**182.435,23**

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Outubro/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
13/09/99	3.1.3.2.00	99.177	LC BENEDITO E VICENZOTTI LTDA.	PUBLICACAO MENSAGEM ANIVERSARIO HOLAMBRA	05/11/99	240,00
01/10/99	3.1.3.2.00	99.192	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO DO PREDIO CMET HOLAMBRA - OUT/99	09/11/99	957,58
01/10/99	3.1.3.2.00	99.193	XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	MANUTENCAO COPIADORA XEROX 5014-2a PARC.	01/11/99	105,91
01/10/99	3.1.3.2.00	99.194	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA-OUT/99	08/11/99	320,00
01/10/99	3.1.3.1.00	99.195	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVS. ESPECIALIZADOS DE ADVOGADA-OUT/99	05/11/99	1.200,00
13/10/99	3.1.2.0.00	99.200	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO	13/10/99	315,01
13/10/99	4.1.2.0.00	99.201	XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº199,DE 07/10/99	13/10/99	2.774,20
13/10/99	3.1.3.2.00	99.202	IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S/A - IMESP	RENOVACAO ASS. ANUAL DIARIO OFICIAL-EX.I	08/11/99	436,21
21/10/99	3.1.1.3.00	99.207	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	RECOLH.S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-OUT/99	10/11/99	220,26
21/10/99	3.1.1.3.00	99.209	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO SERVICO-FGTS	RECOLH.S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-OUT/99	31/10/99	5,22
21/10/99	3.1.1.3.00	99.212	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	RECOLH. S/FERIAS E 1/3 FERIAS-A.P.SANTOS	10/11/99	81,26
25/10/99	3.1.3.2.00	99.215	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	MENSAGEM ANIVERSARIO MUNICIPIO HOLAMBRA	25/10/99	190,00
26/10/99	3.1.3.2.00	99.216	NUCLEO DE NOTICIAS EDITORA LTDA.	MENSAGEM REF.ANIVERSARIO MUNIC. HOLAMBRA	26/10/99	200,00
29/10/99	3.1.3.2.00	99.217	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº192,DE 01/10/99	09/11/99	183,92

Total Geral .....: **7.229,57**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-8

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL ARCANJO

Estado de São Paulo
Prédio: Casa de Leis Vereador José Ramos
Rua Manoel Fogaça, nº 805 CEP- 18.230-000
Fone (015) 2791483 - Fone/Fax (015) 2791986

Ofício Circular n.º 826/99

São Miguel Arcanjo, 25 de outubro de 1.999

Exmo. Senhor **PRESIDENTE,**

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência a cópia do Requerimento nº69/99, de Autoria do Nobre Vereador Jair Martinez, aprovado pelo Plenário desta Casa, em Sessão Ordinária realizada no dia 13 do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Ao ensejo apresento meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

DAVILSON JOSÉ CAVALHEIRO
Presidente

Ao Exmo. Senhor
Presidente da Câmara Municipal de HOLAMBRA
São Paulo

LIDO EM SESSÃO
DE
10 / 11 / 99
PRESIDENTE

Câmara Municipal de São Miguel Arcanjo
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 69/99 Apresentação Sessão Ordinária de 13 / 10 / 1999

Autor Vereador JAIR MARTINEZ - REQUERIMENTO/ CIRCULAR

Senhor Presidente,

CONSIDERANDO que a violência nos dias de hoje se apresenta como fenômeno sem limites, sem respeito as instituições e principalmente ao cidadão.

CONSIDERANDO que nos grandes centros brasileiros, a violência ocupa as manchetes da imprensa da escrita, falada e televisionada, trazendo cada vez mais insegurança aos brasileiros e especialmente aos Paulistas e cariocas.

CONSIDERANDO que as Legislações pertinentes em proporcionar segurança aos cidadãos está neste momento na contra mão dos direitos de cidadania.

CONSIDERANDO que a sensação do cidadão é de impunidade pelas Leis vigentes, dando mais direitos aos assassinos, ladrões, traficantes, como mostra dia-a-dia a imprensa brasileira.

CONSIDERANDO que a sociedade desesperada com os atos de violência praticados na escolas, no transito, nas estradas com arrastão, nos estabelecimentos comerciais de todos gêneros e o mais cruel, no domicilio do cidadão, quando está saindo ou chegando do trabalho são tomados de assalto por vagabundos, ladrões, criminosos, tornando toda família refém da sua vontade, pois usam armas não permitidas e métodos de guerrilhas narcotráfico e outros crimes organizados.

CONSIDERANDO que a Rádio AM Jovem-Pam da capital paulista, vem desenvolvendo uma Campanha de Alerta as nossas autoridades com slogan "Já fui assaltado", diga não a violência distribuindo até o momento mais de 400 mil adesivos, para chamar a atenção das nossas autoridades da grave crise de segurança que vive os paulistas, pelos testemunhos dados no ar por centenas de cidadãos.

CONSIDERANDO que a crise de segurança atinge também vários Municipios do nosso interior paulista, com atos idênticos aqueles praticados nos grandes centros.

CONSIDERANDO da necessidade urgente do Poder Legislativo Municipal do nosso Estado de São Paulo tomar uma iniciativa.
REQUEIRO após ouvido o Douto Plenario, que este requerimento se transforme em Circular, dirigido a todas Câmaras Municipais do Estado de São Paulo e adote providências quanto as seguintes sugestões:

1- Que o Governo de São Paulo através da Secretaria de Governo promova um debate envolvendo membros do Tribunal de Justiça e Ministério Público, as Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania, Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, Superintendência da Policia Federal, para em conjunto com o

Câmara Municipal de São Miguel Arcanjo
Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº _____ Apresentação Sessão Ordinária de 13 / 10 / 1999

Autor Vereador _____

Presidente da Assembléia Legislativa os Senadores e Deputados Federais que representam São Paulo na Câmara Federal adotem as seguintes providências:

a) – Mudanças nas Legislações existentes dotando de Leis rigidas e severas na pratica dos crimes de violência em todos seguimentos.
b) - Aproveitar os Policiais Militares que estão aquartelados, prestando serviços burocráticos e outros fora da função policial, como mostra a imprensa, colocando em seus lugares funcionários civis que estão em excesso em outras secretarias, para não onerar os cofres públicos.
c) - Adequar a Legislação no tocante as apreensões realizadas de armas utilizadas pelas quadrilha e coloca-las a disposição do Estado, para sem custo aparelhar nossas policias – Civis e Militar bem como os veículos apreendidos no trafico de drogas e contrabando, para utilização no combate ao crime organizado.
d) Formação entre os quadros da Policia Federal, Civil e Militar de Grupos Especiais de Policiais, devidamente treinado e equipados para o combate imediato da violência desenfreada que vive na sociedade brasileira e paulista.

Deste nosso documento que se de conhecimento as seguintes autoridades:

- Exmo. Presidente da República – Fernando Henrique Cardoso;
- Exmo. Governador do Estado de São Paulo – Dr. Mário Covas;
- Exmo. Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo;
- Exmo. Secretário de Justiça e da Defesa da Cidadania;
- Exmo. Secretario do Estado dos Negócios da Segurança Pública;
- Superintendência da Policia Federal;
- Exmo. Presidente do Ministério Público;
- Exmo. Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo;
- Lideres que compõem Assembléia Legislativa;
- Exmo. Delegado Geral de Policia;
- Comandante Geral da Policia Militar e a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo que adotem a mesma medida.

APROVADO em 1ª discussão na sessão de 13/10/99 — Plenário Manoel Fogaça de Almeida, 13 de outubro de 1.999

ARI PEREIRA DE PROENÇA
1.º SECRETÁRIO

JAIR MARTINEZ
Vereador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, outubro de 1999.

Deputado
JOSÉ REZENDE

Conto com o costumeiro e fundamental apoio dessa Câmara de Vereadores para que seja aprovado, nesta Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei n.º 829/99, cópia anexa, que visa assegurar o ingresso no serviço público estadual de pessoas portadoras de diabetes, aprovados em concurso público.

Agradeço pela colaboração e externo a todos a minha distinta estima e particular consideração.

JOSÉ REZENDE

08/11/99

Exmo. Sr.
Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra

LIDO EM SESSÃO
DE
10/11/99
PRESIDENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Projeto de lei nº 829 de 1999.

Assegura o ingresso no serviço público estadual de pessoas portadoras de diabetes, aprovados em concurso público, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica assegurado o ingresso no serviço público estadual, na forma desta lei, de pessoas portadoras de diabetes, aprovadas em concurso público.

Art. 2º - Não se constituirá em causa de inabilitação para ingresso no serviço público estadual, a constatação dos diabetes realizada em inspeção médica, mediante diagnóstico clínico e/ou de resultado de exames laboratoriais, salvo nas seguintes hipóteses:

I - nos casos de complicações graves que, comprovadamente, afetem a capacidade para o trabalho;

II - nos casos de exercício de cargo, função ou emprego que, por sua natureza, represente perigo para a integridade física do diabético.

Parágrafo único. As hipóteses de inabilitação previstas nos incisos I e II deste artigo devem ser objeto de laudo, assinado por três médicos, com caracterização circunstanciada das razões da não habilitação para ingresso no serviço público estadual.

Art. 3º. Os portadores de diabetes, considerados aptos ao exercício de cargos ou emprego no serviço público estadual, após a nomeação ou admissão deverão, obrigatoriamente, ser submetidos a acompanhamento regular e tratamento adequado de sua disfunção metabólica, segundo critérios determinados na inspeção médica e mediante apresentação de carteira de avaliação, sob pena de suspensão de remuneração respectiva.

Art. 4º. Aplicam-se as disposições desta lei ao ingresso no serviço público estadual da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, inclusive, nos casos de provimento de cargos comissionados e aos empregos com contratos por tempo determinado, na forma da legislação em vigor.

08/11/99

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

a) *José Rezende* - PL.

Justificativa

No Brasil, de acordo com dados do Programa Nacional de Educação e Controle do Diabetes do Ministério da Saúde, calcula-se que existem cerca de 4,5 milhões de diabéticos e 3,5 milhões com intolerância à glicose, ou seja,

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

HOLAMBRA,28 DE OUTUBRO DE 1999.

Exmo. Sr.
Valter Costela

Ilmo Senhor

O Conselho Municipal de Assistência Social de Holambra, tem a honra de convidar V.Sa. à participar do I FORUM DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HOLAMBRA, a realizar-se no próximo dia 16/11/99 das 18:00 às 21:30hs no CCIA(Escritório Central da Cooperativa Holambra).
Informamos que este Fórum tem como objetivo principal apresentar a REDE DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL no município de Holambra.
Ressaltamos que vosso engajamento neste processo será de extrema importância, e desde já contamos com vossa participação.
Sem mais para o momento.
Atenciosamente.

Lídia Proost de Souza

Lídia G. Proost de Souza
Presidente do C.M.A.S. de
Holambra

LIDO EM SESSÃO
DE
10 / 11 / 99
PRESIDENTE

08 11 99

Centro Esportivo
TUBANTIA

Aos
Excelentíssimos Srs.
Vereadores da Câmara Municipal
da Estância Turística de Holambra

Eu, Thomas Bernardus Gerardus Eysink, portador de RG nº 11.128.918, CIC Nº059085608-12, residente à Alameda dos Eucaliptos, s/n, venho mui respeitosamente comunicar e convidar Vossa Excelência para a realização do "TEAM PENNING", no Centro Esportivo Tubantia, no endereço acima citado, no dia 14 de novembro de 1999, à partir das 13 hs.

Atenciosamente,

Thomas B.G.Eysink

Holambra, 09 de novembro de 1999.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/11/99
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 2037
Fls No 68 Livro No 009
Data 09/11/99
SECRETÁRIA

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº 6864/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 21 de outubro de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia do **REQUERIMENTO Nº 782/99, de autoria do nobre Vereador José Izidro Neto**, aprovado por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 18 de outubro do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
10 / 11 / 99
PRESIDENTE

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

SSD/al

11
3
99

REQUERIMENTO Nº 782/99
PROCESSO Nº 2220/99

Considerando que no dia 11 do corrente, aproximadamente as 12:30 horas, o "Bingo Ferraz" foi vítima de roubo, praticado por dois elementos;

Considerando que a Policia Militar, foi acionada e rapidamente agiu e prendeu um dos meliantes, conduzindo-o até a Delegacia de Policia local, para *ser autuado em flagrante delito;*

Considerando que após as providências de praxe, foi o mesmo conduzido à cela correcional,

Considerando que na madrugado do dia 12 do corrente, por volta das 3:00 horas, a Delegacia de Polícia de nosso Município foi surpreendentemente tomada por um grupo de quinze integrantes fortemente armado, portando armas de grosso calibre, inclusive metralhadoras e fuzil AR-15, que tinham como objetivo principal resgatar o detento José Claudionor Mendes Reinaldo, responsável pela prática do referido delito;

Considerando que ações dessa natureza estão sendo adotadas com freqüência em nosso Estado e são efetuadas por organizações criminosas tornando impotente o aparelho policial, o qual deveria responder pela segurança da sociedade;

Considerando que tal fato causou uma grande sensação de insegurança no meio policial e principalmente entre a nossa população;

Considerando de outro lado, conforme notícias veiculadas, as Delegacias de Polícia quando situadas ao lado ou mesmo próximas de Destacamentos ou Companhias da Polícia Militar, em razão do número maior de policiais ações dessa natureza não são registradas;

Considerando finalmente, diante do triste quadro apresentado e aliado a outras questões relacionadas a segurança pública, tais como: chacinas, roubos, tráfico de entorpecentes e seqüestros, nesse sentido necessário se faz a adoção de medidas com vistas ao reaparelhamento das Policias Civil e Militar, aumento imediato desses efetivos, instituição de planos de carreira e vencimentos mais dignos, para que desse modo possa haver melhorias das condições de trabalho dessas categorias e sobretudo oferecer segurança à população,

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário, para que ofícios sejam remetidos a equipe de Policiais Civis que estavam de plantão, no dia 13 do corrente, na Delegacia de Polícia deste Município e que foram vítimas de agressões pelo grupo fortemente armado que invadiu aquele local para resgatar o senhor José Claudionor Mendes Reinaldo, responsável pelo roubo ao "Bingo Ferraz", quais sejam: Dr.Adejair Aparecido Caldeira, Delegado de Polícia, Irã Lourenço Silva de Lima e Miguel Arcanjo Filho, Carcereiros, Alexandre Felix de Campos e Carlos Augusto Marques, Investigadores e Daniel Moura de Oliveira, Escrivão, transmitindo-se lhes nossos votos de solidariedade pelo ocorrido.

Requeiro ainda que seja encaminhado cópia do presente ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando dessas autoridades medidas visando oferecer às Policias Civil e Militar melhores condições de trabalhos, tais como o reaparelhamento, aumento dos efetivos, instituição de planos de carreira e melhorias salarial.

Requeiro também que cópia do presente seja encaminhado à Delegacia Seccional de Mogi das Cruzes, ao Delegado Titular deste Município e ao Comandante da Polícia Militar deste Município.

Requeiro finalmente, que do deliberado seja solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras do Estado de São Paulo e dos Líderes de Bancadas junto a Assembléia Legislativa do Estado para a proposta acima mencionada.

Plenário Prefeito H.H.Louis Baxmann, 18 de outubro de 1999

- assinado no original -

Vereador José Izidro Neto

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

27 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a sessão solene de entrega de título de Cidadão Campineiro ao médico ***Dr. Fernando Cordeiro****, de autoria do vereador Cid Ferreira de Souza, a se realizar no próximo dia 11 de novembro, às 20h00, no plenário deste Legislativo, na Av. Anchieta, 200, Centro.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

APROVADO EM ____
DISCUSSÃO EM SESSÃO
DE ____/____/____
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
10/11/99
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, outubro de 1999

À

CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Excelentíssimo Sr. Presidente

Como é do conhecimento geral, tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 96A de 1992, que prevê a extinção da **Justiça do Trabalho**.

A Justiça do Trabalho é historicamente uma das únicas instituições onde o trabalhador tem condições de se defender e garantir os direitos assegurados em lei.

A sociedade defende reformas no Poder Judiciário, e em particular, na Justiça Trabalhista, mas, as reformas propostas passam ao largo das reais necessidades e dos anseios da população.

Neste sentido, a Câmara Municipal de Campinas se engajou neste movimento em defesa desta Instituição e realizou uma Audiência Pública para discutir o assunto. Na oportunidade, os participantes definiram que esta discussão deveria ser amplamente divulgada em todas as Câmaras Municipais do Estado, para que elas também discutam e ampliem a defesa da Justiça do Trabalho.

Anexo modelo da Moção aprovada na Câmara Municipal de Campinas e material de divulgação sobre o tema.

Sem mais, na expectativa de contar com o apoio desta conceituada Câmara Municipal, despeço-me.

Saudações Democráticas,

Vereador Sérgio Benassi
Líder do PC do B

29/10/99

LIDO EM SESSÃO
DE
03/11/99
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO

Para a deliberação do Plenário na Ordem do Dia da presente sessão, ouvida preliminarmente a Comissão de Constituição, Legalidade e Redação.

Sala das Sessões, 27 SET 1999

PRESIDENTE

Despacho:

114539

Ementa: Moção de Apoio pela Manutenção da Justiça do Trabalho

MOÇÃO Nº 69/99

Está em discussão no Congresso Nacional a Reforma do Judiciário. A proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, busca introduzir modificações na estrutura do Poder Judiciário. Entre as propostas do substitutivo do relator da PEC, deputado Aloysio Nunes, está a extinção da Justiça do trabalho.

Neste sentido é imperioso impedir um ataque frontal à Justiça do Trabalho. O governo federal, com o falso discurso de modernização, o que realmente deseja é desestruturar e acabar com esta Instituição, como forma de atender as ordens do FMI. Permitir isso será um retrocesso nas conquistas dos trabalhadores. Eles ficarão submetidos à relação de força do poder econômico.

Parlamentares, juízes, personalidades democráticas da sociedade defendem reformas no Poder Judiciário, e em particular, na Justiça do Trabalho. As reformas propostas não contemplam as reais necessidades e os anseios da população. O relatório produzido na Comissão Especial da Câmara não prima pelo aprimoramento dos procedimentos judiciais em nosso País e de outra parte esquece as imensas dificuldades pelas quais passam os trabalhadores brasileiros, com o agravamento do desemprego e a limitação em seus direitos.

A Justiça do Trabalho – apesar dos conhecidos problemas de morosidade do sistema judiciário brasileiro – consegue dar solução em primeira instância para a maior parte dos cerca de 2,5 milhões de processos trabalhistas anuais. E Mesmo assim, o relator desconsidera este fato e propõe transferir a Justiça do Trabalho para a Justiça Comum. Não precisamos nem ressaltar os graves problemas que isso acarretará.

O que necessitamos é aprimorar e jamais extinguir as conquistas trabalhistas adquiridas durante anos pelo nosso povo, motivo pelo qual apresentamos esta Moção de Apoio pela Manutenção da Justiça do Trabalho..

29/10/99

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

25 de outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a sessão solene de entrega de título de Cidadão Campineiro ao Sr. ***Sérgio Antunes Cocenas****, Coronel da PM aposentado com intenso trabalho em prol da segurança em nosso município, de autoria do vereador Luiz Carlos Rossini, a se realizar no próximo dia 05 de novembro, às 20h00, no plenário deste Legislativo, na Av. Anchieta, 200, Centro.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

LIDO EM SESSÃO
DE
03/11/99
PRESIDENTE

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

29/10/99

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Ricardo Tripoli, tem a honra de convidá-lo (a) para participar da **Audiência Pública sobre o Plano de Trabalho do empreendimento "Termelétrica do Vale do Paraíba"**, de responsabilidade da Eletroger.

Data: 18 de novembro de 1999
Horário: 19:00 horas
Local: Ginásio de Esportes de Santa Branca
Rua Brigadeiro Aguiar, s/nº - Centro
Santa Branca - SP

Local da exposição do Relatório Ambiental Preliminar-RAP e do Plano de Trabalho, para consulta:
Prefeitura Municipal de Santa Branca
Praça General Euclides Figueiredo, 55 - Centro
Câmara Municipal de Santa Branca
Praça Ajudante Braga, 108
Santa Branca - SP
Período: 20 de outubro a 18 de novembro de 1999
Horário: de segunda a sexta, das 08:00 às 17:00 horas

LIDO EM SESSÃO
DE
03/11/99
PRESIDENTE

10
29/99

Informações:
CONSEMA
Fone: (011) 3030-6622 / 6920
Fax: (011) 3030-6621

Convite

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE SÃO PAULO

À
Presidência
Câmara Municipal de Holambra
Av. Rota dos Imigrantes, s/nº - Caixa Postal 094
13857-000 - Holambra - SP

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA
CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6 - Sala 113 - Alto de Pinheiros
CEP: 05489-900 - São Paulo - SP

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Ricardo Tripoli, tem a honra de convidá-lo (a) para participar da **Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA do empreendimento "Plano de Desenvolvimento Urbanístico da Fazenda Sete Quedas",** de responsabilidade de **Sete Quedas Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.**

Data: 23 de novembro de 1999
Horário: 19:00 horas
Local: Salão Vermelho do Paço Municipal
Av. Anchieta, 200
Campinas - SP

29/10/99

Local da exposição do EIA/RIMA para consulta:
Regional da Cetesb
Rua São Carlos, 287 - Vila Industrial
Campinas - SP
Período: 20 de outubro a 23 de novembro de 1999
Horário: de segunda a sexta, das 08:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00 horas

LIDO EM SESSÃO
DE
03/11/99
PRESIDENTE

Informações:
CONSEMA
Fone: (011) 3030-6622 / 6920
Fax: (011) 3030-6621

Convite

SECRETARIA DE
ESTADO DO
MEIO AMBIENTE
SÃO PAULO

À
Presidência
Câmara Municipal de Holambra
Av. Rota dos Imigrantes, s/nº - Caixa Postal 094
13857-000 - Holambra - SP

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SMA
CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6 - Sala 113 - Alto de Pinheiros
CEP: 05489-900 - São Paulo - SP

Centro Esportivo
TUBANTIA

Aos
Excelentíssimos Srs.
Vereadores da Câmara Municipal
da Estância Turística de Holambra

Eu, Thomas Bernardus Gerardus Eysink, portador de RG nº 11.128.918, CIC Nº059085608-12, residente à Alameda dos Eucaliptos, s/n, venho mui respeitosamente comunicar e convidar Vossa Excelência para a realização do "Dia de Competições"(Hipismo, 3 Tambores e Baliza), no Centro Esportivo Tubantia, no endereço acima citado, no dia 07 de novembro de 1999, à partir das 10 hs.

Atenciosamente,

PROTOCOLO
No de Ordem 2029
Fls No 08 Livro No 09
Data 28/10/99
SECRETÁRIA

Thomas B.G.Eysink

Holambra, 28 de outubro de 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

RUA LUCAS EVANGELISTA N.º 652 - FONE (017) 342-1083 - CEP 14700-000
ESTADO DE SÃO PAULO

Of. Circ./019/99 - vra

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 15 de Outubro de 1.999.

Senhor(a) Presidente(a),

Tem este a especial finalidade de encaminhar cópia da Moção nº 27/99, conforme solicitação feita através do Requerimento nº 238/99, de autoria dos Vereadores Luiz Carlos de Freitas e João Batista Giglio Villela, o qual segue cópia em anexo.

Na oportunidade, apresento protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Sidnei Aparecido Mussupapo
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 11 / 99
PRESIDENTE

21 10 99

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO EM 8/10/99
16 VOTOS FAVORÁVEIS
— VOTOS CONTRÁRIOS
PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PROT: 1323/99
DATA: 07/10/99 HORA: 11:12:25
ORIG: VEREADORES FREITAS E VILELA
ASS.: REQUERIMENTO

RESP: MARCIA ALINE LUZ GOMES

REQUERIMENTO N. 238/99

Senhor Presidente:

Considerando que encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo o Projeto de Lei n. 11/99, que institui o regime próprio de Previdência dos Servidores Públicos deste Estado, cujas características principais se constituem em desrespeito aos direitos historicamente adquiridos pela categoria de nossos funcionários públicos estaduais;

Considerando que nossa Câmara Municipal já se manifestou contrariamente ao referido Projeto de Lei através da Moção n. 27/99, que ao ser enviada à todos os Deputados Estaduais do Estado de São Paulo, recebeu respostas favoráveis à sua solicitação de vários Deputados daquela Casa de Leis;

Considerando que é preciso um volume maior de manifestações favoráveis aos direitos dos funcionários públicos estaduais, e que o Projeto de Lei n. 11/99 tende a eliminá-los, caso não seja derrubada pelo conjunto dos Deputados da Assembléia Legislativa, dado a vontade já manifestado do Governador do Estado em manter o texto tal como fora enviado.

Requeiro à mesa, ouvido o Douto Plenário, para que seja enviada cópia da Moção 27/99 a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, solicitando que da mesma seja dado ciência a todos os seus vereadores, objetivando que o mesmo tipo de manifestação contrária ao Projeto de Lei n. 11/99 que encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo seja elaborado e encaminhado aos Deputados Estaduais de nosso Estado.

Sala das Sessões, 07 de Outubro de 1.999

Luiz Carlos de Freitas
Vereador

João Batista Giglio Vilela
Vereador

21/10/99

Vereador Vereador

CÂMARA MUNICIPAL

RUA ANTONINA JUNQUEIRA, 195-A – CAIXA POSTAL, 148
Fone/Fax: 0XX (19) 633-4111
Fones: 0XX (19) 623-5578 – 633-4535 – 633-4030 – 633-4203
13870-970 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA – S.P.
***

Ofício nº 421/99

São João da Boa Vista, 05 de outubro de 1999

Senhor Presidente:

Transcrevo na íntegra a Moção n 005/99, de autoria do vereador Valter Peres Franco e susbcrito pelo edil Claudinei Damalio; aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 04 de outubro.

MOÇÃO Nº. 0005/99.

Solicito a Egrégia Câmara de São João da Boa Vista A PRESENTE MOÇÃO DE PROTESTO, contra a atitude do Senhor Governador do Estado de São Paulo, Senhor Mário Covas, que de maneira intempestiva e irresponsável "invadiu" o Ato público que estava sendo realizado pelas entidades ligadas ao Funcionalismo Público do Estado, no Palácio dos Bandeirantes no dia 17 de Setembro.

Usando os microfones do carro de som das entidades que promoviam o Ato Público, o Senhor Mário Covas desafiou de maneira grosseira e anti-democrática os presentes com frase do tipo " Fiz (projeto de lei) e não vou retirar"; Tu és macho no meio desse povo".

Tal comportamento não desembocou numa tragédia graças ao bom senso e equilíbrio dos dirigentes das entidades que promoviam o Ato.

Solicitamos que cópia da presente Moção seja encaminhada a todas as Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, as lideranças dos partidos representadas na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e as entidades do funcionalismo que promoveram o Ato Público do dia 17 de Setembro de 1.999.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 20 de Setembro de 1999.

Atenciosamente,

Ovidio Carlos Martins
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
20/10/99
PRESIDENTE

19/10/99

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO CMETH nº209/99 Holambra, 04 de outubro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de setembro de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
15/10/99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCI TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Setembro/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	148.213,26	22.000,00	170.213,26	287.360,00	0,00	287.360,00	117.146,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**148.213,26**	**22.000,00**	**170.213,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.734,72	432,68	2.167,40				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.469,38	195,79	1.665,17				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	1.728,00	0,00	1.728,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	80,76	19,96	100,72				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**8.299,60**	**648,43**	**8.948,03**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**156.512,86**	**22.648,43**	**179.161,29**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			4.291,53				
TOTAL GERAL .....:			**183.452,82**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCI.. TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Setembro/1999

CLASSIFICAÇÃO				EMPENHOS		
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	4.202,61	0,00	4.202,61	5.797,39
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**4.202,61**	**0,00**	**4.202,61**	**5.797,39**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	112.119,19	14.129,32	126.248,51	73.751,49
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	3.500,00	1.709,46	255,81	1.965,27	1.534,73
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	8.800,00	4.264,97	775,50	5.040,47	3.759,53
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	14.000,00	7.647,87	1.200,00	8.847,87	5.152,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	16.107,99	3.023,48	19.131,47	25.868,53
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**141.849,48**	**19.384,11**	**161.233,59**	**110.626,41**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**146.052,09**	**19.384,11**	**165.436,20**	**121.923,80**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCI.. TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Setembro/1999

C L A S S I F I C A Ç Ã O Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.734,72	216,68	1.951,40
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.273,59	195,79	1.469,38
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	1.728,00	216,00	1.944,00
	CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	80,76	19,96	100,72
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**8.103,81**	**648,43**	**8.752,24**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**154.155,90**	**20.032,54**	**174.188,44**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			9.264,38
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**9.264,38**
	TOTAL GERAL .....:			**183.452,82**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Setembro/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.275,21	964,00	3.239,21
	Sub Total .....:	**2.275,21**	**964,00**	**3.239,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	112.119,19	14.129,32	126.248,51
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.513,67	255,81	1.769,48
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.264,97	629,62	4.894,59
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	6.447,87	1.200,00	7.647,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	13.789,16	3.555,85	17.345,01
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**138.134,86**	**19.770,60**	**157.905,46**
	Total Geral .....:	**140.410,07**	**20.734,60**	**161.144,67**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Setembro/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
04/08/99	4.1.2.0.00	99.152	L.STAR VIDEO INFORM.COM.E IMPORT.LTDA-ME	FORNECIMENTO MICROCOMPUTADOR E NOBREAK	04/08/99	680,00
16/08/99	4.1.2.0.00	99.159	DECEGE INFORMAT. E TELECOMUNICACOES LTDA	FORN. CENTRAL TELEFONES E AP.TELEFONICOS	16/08/99	283,40
01/09/99	3.1.3.2.00	99.168	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO DO PREDIO CMET HOLAMBRA - SET/99	09/10/99	957,58
01/09/99	3.1.3.2.00	99.169	XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	MANUTENCAO COPIADORA XEROX 5014 -1ªPARC.	01/10/99	105,91
01/09/99	3.1.3.2.00	99.170	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - SET/99	07/10/99	320,00
01/09/99	3.1.3.1.00	99.171	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVS. ESPECIALIZADOS DE ADVOGADA-SET/99	05/10/99	1.200,00
13/09/99	3.1.3.2.00	99.177	LC BENEDITO E VICENZOTTI LTDA.	PUBLICACAO MENSAGEM ANIVERSARIO HOLAMBRA	05/11/99	240,00
16/09/99	3.1.1.3.00	99.183	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	RECOLH.S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-SET/99	10/10/99	195,79
22/09/99	3.1.2.0.00	99.189	COMERCIAL ROZIN & ROZIN LTDA - ME	FORNEC. MARCARIDA MAQUINA ELETRICA ET112	22/09/99	65,00
24/09/99	3.1.2.0.00	99.190	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ESCRITORIO	24/09/99	80,88
30/09/99	3.1.3.2.00	99.191	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº168,DE 01/09/99	09/10/99	162,97

Total Geral .....: 4.291,53

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Homenagem ao Dia do Professor

Concerto da Pianista

EUDÓXIA DE BARROS



A Direção Geral das Faculdades Integradas Maria Imaculada convida V. Sª. e família para o Concerto da Pianista Eudóxia de Barros

em comemoração ao Dia do Professor, a realizar-se no dia 15 de outubro de 1999, às 20:00 horas, à Rua Paula Bueno, 240 – Mogi Guaçu-SP.,

Mogi Guaçu, outubro de 1999.

Profª. Drª. Raphaela Carrozzo Scardua
Diretora Geral

INSTITUTO MARIA IMACULADA
Faculdades Integradas Maria Imaculada
www.mariaimaculada.br

Mogi Guaçu, 8 de Outubro de 1999

Excelentíssimo Senhor
Valter Costella
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP.

É com imensa satisfação que convidamos Vossa Excelência e Excelentíssima Família para assistir ao ***Concerto da Pianista Eudóxia de Barros,*** *em comemoração ao* ***Dia do Professor,*** *a realizar-se no dia 15 de outubro de 1999, às 20:00 horas nas Faculdades Integradas Maria Imaculada à Rua Paula Bueno, 240 – Centro - Mogi Guaçu - SP.*

Esperando contar com sua presença, apresentamos nossas

Atenciosas Saudações

Profa. Dra. Raphaela Carrozzo Scardua
Diretora Geral

LIDO EM SESSÃO
DE
15 / 10 / 99
PRESIDENTE

CMDU- Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Holambra

Holambra, em 08 de Setembro de 1999

Of.CMDU-012-99

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal:
Valter Costela

O CMDU – Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano da Estância Turística de Holambra, por seu presidente, vem mui respeitosamente até a presença de Vossa Excelência, a fim de encaminhar a redação final do parecer deste conselho, referente à proposta ao projeto de lei de parcelamento do solo do município de Holambra, proposta esta votada e aprovada por maioria absoluta de seus membros, na última reunião ordinária realizada no dia 20 de setembro p.p.

Na esperança de ter podido atender satisfatoriamente a expectativa de Vossa Excelência, subscrevemo-nos,

Cordialmente

Antonio Joanes Geraldo Hulshof
Presidente do CMDU.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Camará Municipal da Estancia Turística de Holambra.

LIDO EM SESSÃO
DE
06/10/99
PRESIDENTE

P.L. O
No de Ord. 1981
Fls No 66 Livro No 009
Data 04/10/99
SECRETÁRIA

CMDU

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA -

PROPOSTA AO PROJETO DA LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA.

Holambra
Setembro de 1999

PARECER DO
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Considerações preliminares

O verdadeiro exercício da cidadania, se faz através da participação de toda a sociedade no estabelecimento dos rumos da comunidade.

Ao representar os diversos segmentos da comunidade holambrense, este Conselho vem trazer importantes contribuições aos rumos e diretrizes para o desenvolvimento municipal.

Por meio de discussões e debates, chegou-se a decisões democráticas. Mesmo os pontos mais polêmicos foram resolvidos, muitos por consenso, outros pela manifestação da maioria absoluta dos conselheiros, com ampla participação de todos os setores envolvidos.

Cabe aqui agradecer à iniciativa dos poderes Executivo e Legislativo do município, pela criação deste Conselho, fato que, ao mesmo tempo veio dar voz à população e com ela dividir a responsabilidade na condução dos destinos da cidade.

Agradecimentos também, ao empenho dos Departamentos de Planejamento e Obras da municipalidade, pelo apoio prestado. E, de forma muito especial, a todos os conselheiros, pelo esforço e dedicação emprestados ao desenvolvimento deste trabalho.

Objetivos.

Através de ampla discussão, antes mesmo de serem iniciados os trabalhos de análise propriamente dita deste projeto de lei, algumas considerações importantes foram delineadas por este Conselho, as quais vieram a se constituir no objetivo maior deste trabalho. Para tanto, algumas metas básicas foram estabelecidas, vindo nortear os trabalhos desenvolvidos, visando, primordialmente:

1 - A melhoria da qualidade de vida da população holambrense, especialmente daqueles que aqui residem.

2 - Proporcionar à cidade um crescimento populacional de forma disciplinada, não maior do que 4% ao ano.

3 - A manutenção das características que possibilitaram ao município tornar-se uma estância turística, compreendendo-se como tais características, a sua produção essencialmente agrícola, os recursos naturais existentes e ainda seus aspectos culturais.

4 - Dotar o município de condições que venham auxiliar o poder público municipal, na obtenção do equilíbio das contas públicas.

5 - Proporcionar possibilidade de ascensão, tanto econômica quanto social, a todas as classes sociais da população.

Exposição de Motivos.

Tendo sempre em mente as metas básicas acima descritas, este Conselho terminou por propor algumas determinações e restrições quanto ao parcelamento do solo em nosso município, que, à primeira vista, podem causar estranheza a quem, pela primeira vez, toma contato com tais proposições. Assim, decidiu-se pela apresentação de uma exposição de motivos, de forma resumida, que venha contribuir para melhor compreensão de alguns pontos julgados polêmicos. São eles:-

- artigo 4º -

- inciso IX - a exigência de projeto de arborização das vias públicas, visa padronizar a arborização, através da indicação das espécies mais adequadas a tal finalidade;

- inciso X - neste inciso, propõe-se que o loteador proceda à arborização das áreas de lazer e recreio, evitando que tais áreas sejam deixadas sem qualquer tratamento, muitas vezes cobertas simplesmente com capim, outras tendo sua cobertura vegetal completamente removida, favorecendo a erosão e prejudicando o visual da área;

- inciso XI - ao ser proposta a pavimentação asfáltica "ou similar", a intenção foi a de possibilitar a implantação de outros tipos de tratamento do solo das ruas, que possam, por exemplo, permitir maior permeabilidade às áreas pavimentadas;

- inciso XII - a construção de muro na divisa entre o loteamento e propriedade particular com produção agropecuária, visa dar maior segurança a ambos os lados, impedindo o livre acesso a qualquer deles;

- inciso XIII - da mesma forma que o muro citado no inciso anterior, a existência de rua paralela junto a ele, também tem por objetivo aumentar a segurança e privacidade de ambas as partes.

- Parágrafo 1º - as exigências propostas neste parágrafo, bem como as contidas no parágrafo 2º, visam fazer com que o loteador faça investimentos no setor de abastecimento de água e também na disposição final do esgoto, não deixando recair exclusivamente sobre a municipalidade, a responsabilidade de prover o loteamento de tais benefícios.

- artigo 13 -

Em seu parágrafo único, este artigo estabelece que devem existir "sistemas de dispersão de energias decorrentes da movimentação de águas pluviais". Tais sistemas, nada mais seriam do que pequenas "bacias" ou "piscinas", escavadas no solo e tratadas com vegetação (grama), que se encheriam com as águas da enxurrada, impedindo que estas provocassem erosão ou outros estragos. Tais "bacias", absorveriam parte da água da chuva, que seria acumulada e liberada aos poucos, de volta às galerias das ruas, "amortecendo" assim o impacto provocado por chuvas fortes.

- artigo 15 -

1 - Sabe-se que uma faixa considerável da calçada é utilizada para colocação de diversos equipamentos urbanos, tais como postes, lixeiras, árvores e outros. Calçadas com largura mínima de 3,00 metros, permitem melhor trânsito, tanto de pedestes, como de cadeiras de roda e carrinhos de bebê ou de compras. Ajudam também a melhorar o visual, à medida que possibilitam a implantação de pequenos canteiros ou jardineiras, contribuindo para o embelezamento da cidade.

2 - a faixa reservada à ciclovia, visa principalmente proteger e dar maior segurança aos ciclistas, em grande parte crianças, ao mesmo tempo que ajuda a disciplinar e melhorar a fluidez do trânsito.

3 - nas zonas comerciais, industriais e de serviços, optou-se por propor a implantação de ruas e calçadas mais largas, pois nelas o fluxo de veículos e pedestres é muito maior. Assim, possibilita-se o estacionamento de veiculos, sem prejudicar o bom andamento do trânsito.

- artigo I7º -

A) o lote com testada mínima de 12,00 metros, dá maior flexibilidade ao projeto da edificação, reduzindo a necessidade de se "encostar" a construção nas divisas. Isto proporciona, além de melhoria estética, melhor ventilação e insolação das construções; possibilita também um visual mais agradável, pois as construções tendem a se distanciar um pouco mais umas das outras.

B) a maior área do lote, possibilita maior área livre ao redor da edificação (pode sobrar mais quintal, mais jardim).

C) as medidas aqui propostas, favorecem o traçado do loteamento, à medida que contribuem para uma melhor proporcionalidade das quadras.

D) quanto aos loteamentos destinados a conjuntos habitacionais de interesse social, entende-se que cabe ao poder público definir e implantar tais espaços, impedindo sua proliferação indiscriminada.

E) com respeito à vedação do desdobro dos lotes, cabe dizer o seguinte: quando um loteamento é planejado, toda sua infra-estrutura é preparada para atender ao número de lotes projetado. Permitindo-se o desdobro, pode-se vir a sobrecarregar principalmente as redes de água, esgoto e eletricidade, além de dar causa a alterações urbanísticas, diminuindo a salubridade e o conforto dos ocupantes.

Artigo 28 - As restrições impostas por este artigo, têm por objetivo:

1 - impedir que os proprietários dos lotes venham cobrar da prefeitura a execução da infra-estrutura, a qual é de responsabilidade exclusiva do loteador;

2 - não permitir sob hipótese alguma que construções sejam feitas de forma inadequada, sem respeitar recuos, níveis ou alinhamentos com relação às ruas;

3 - impedir "soluções" absurdas, muitas vezes observadas, como por exemplo, lançamento de esgoto a céu aberto. Uma vez estando pronta a construção, o proprietário, ansioso por ocupá-la, acaba por adotar procedimentos irregulares, como abertura de fossa, ou lançamento de esgoto na rua.

4 - evitar que a municipalidade seja chamada a atender solicitações que não é obrigada a cumprir, e que podem ser evitadas, tais como abastecer caixas d água residenciais com caminhão pipa, ou ainda proceder ao esgotamento de fossas.

Proposta de redação final, elaborada pelo CMDU, sobre o Projeto de Lei que regulamenta o Parcelamento do Solo Urbano e outras disposições.

CAPÍTULO I

Artigo 1º - O parcelamento do solo para fins urbanos será regido por esta Lei.

Artigo 2º - O parcelamento do solo urbano, poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e das Legislações Federal e Estadual pertinentes.

Parágrafo 1º - Considera-se loteamento, a subdivisão de gleba em lotes, destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamentos, modificação ou ampliação das vias de circulação existentes.

Parágrafo 2º - Considera-se desmembramento, a subdivisão de gleba em lotes, destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Artigo 3º - Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos, em zonas urbanas ou de expansão urbana, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por por lei municipal.

Parágrafo Único: Não será permitido o parcelamento do solo:
I – em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, respeitadas as cotas máximas de inundação.

II – em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública.

III – em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo quando os lotes ltantes tiverem área não inferior à 3.000 m2 (três mil metros quadrados) e que venham a ser ocupados por uma única habitação;

IV – em terrenos onde as condições geológicas não aconselhem a edificação;

V – em área de preservação ecológica, ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis até a sua correção.

VI – em áreas de mananciais ou fontes, que possam vir a prejudicar o abastecimento de água da cidade.

CAPÍTULO II

DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTO

SEÇÃO I – DAS INFRA-ESTRUTURAS

Artigo 4º - Os loteamentos deverão atender, pelo menos aos seguintes requisitos:

I – abertura das vias de circulação de acordo com o projeto aprovado;

II – demarcação e colocação dos marcos e piquetes, devendo estes ser de concreto, fixados no mínimo 50 cm no solo, com diâmetro de 10 cm e aparentes de 2 a 3 cm acima do solo.

III –ser dotado de rede de distribuição de água, ligações prediais e obras necessárias para interligação da rede interna do loteamento ao sistema público existente, com capacidade de atender de maneira contínua a todo o empreendimento, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

IV –ser dotado de rede coletora de esgoto, ligações prediais e obras necessárias para interligação da rede interna do loteamento ao sistema público existente, inclusive instalação de bomba de recalque, se necessário, com capacidade de receber todo o efluente gerado no empreendimento, de acordo com especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

V - vielas sanitárias, quando necessárias;

VI –possuir ainda, rede de instalação elétrica domiciliar e iluminação pública, instalada em postes de concreto, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela concessionária do serviço no município;

VII – guias e sarjetas, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

VIII – sistema de drenagem pluvial, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

IX – Projeto de arborização das vias públicas, aprovado pelo órgão competente, com supervisão de uma entidade ligada ao meio ambiente do município.

X – Projeto e execução de arborização das áreas de lazer e recreio, aprovado pelo órgão competente e com supervisão de uma entidade ligada ao meio ambiente do município.

XI – pavimentação asfaltica, ou similar, em todas as vias de circulação e logradouros públicos do loteamento, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

XII – Muro, com altura mínima de 2.00 m, nas divisas do loteamento com propriedades particulares, com produção agropecuária.

XIII – Entre os lotes e os muros citados no inciso XII, deverão ser obrigatoriamente projetadas ruas, dentro dos padrões do loteamento, fazendo divisa com a propriedade em questão.

Parágrafo 1º - No caso de loteamento situado em local em que o sistema público de abastecimento de água não tenha condições de atendimento, deverão ser executadas, além da rede de distribuição de água e ligações prediais, obras de captação, adução, tratamento e reservação, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

Parágrafo 2º - No caso de loteamento situado em local não servido pelo sistema público de esgotamento sanitário, deverão ser executadas, além da rede coletora de esgotos e ligações prediais, obras de tratamento e disposição final dos esgotos, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

Parágrafo 3º - Os projetos e obras deverão ser executados de acordo com as normas da ABNT, (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e todo material empregado nas infra-estruturas deverão ser de primeira qualidade, cabendo a fiscalização à Prefeitura Municipal.

Parágrafo 4º - Fica ainda o loteador obrigado à colocação de placas indicativas padronizadas, com os nomes, números ou letras das ruas e avenidas em cada esquina do loteamento.

Artigo 5º - A arborização das áreas de lazer e recreio, execução de guias e sarjetas e pavimentação asfaltica ou similar, deverão ser executadas com fiscalização direta da municipalidade, devendo ser concluídas até 24 (vinte e quatro) meses da data da aprovação do loteamento.

Artigo 6º - Na aprovação do loteamento, a Prefeitura exigirá a hipoteca de lotes, tantos quantos forem necessários para a cobertura dos gastos com as infra-estruturas, relativas aos requisitos enumerados no artigo 4º e artigo 8o desta Lei, através de escritura pública, tendo o proprietário do loteamento, o prazo máximo de 02 (dois) anos para conclusão das referidas infra-estruturas, prazo este a contar da data da aprovação do loteamento.

Parágrafo único: - Os lotes a serem caucionados, para satisfação do previsto no caput deste artigo, devem localizar-se, obrigatoriamente, no próprio loteamento objeto do pedido de aprovação.

Artigo 7º - Todas as infra-estruturas mencionadas no artigo 4º deverão ser executadas pelo proprietário do loteamento

Artigo 8º - Para execução de loteamento, desmembramento, ou subdivisões de área destinadas a chácaras de recreio, incluídas em zonas urbanas fora da sede, ou zonas de expansão urbana, os lotes deverão ter no mínimo 1.500 m2 (um mil e quinhentos metros quadrados), não sendo permitido o seu desdobro, devendo ainda atender a todos os requisitos desta Lei, salvo quanto à infra-estrutura, que deverá ser a seguinte:

I – abertura das vias de circulação de acordo com o projeto aprovado;

II – demarcação e colocação dos marcos e piquetes, devendo estes ser de concreto, fixados no mínimo 50 cm no solo, com diâmetro de 10 cm, e aparentes de 2 a 3 cm acima do solo.

III – rede de instalação elétrica domiciliar e iluminação pública, instalada em postes de concreto, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela concessionária do serviço no município.

IV – rede de distribuição de água, ligações prediais e obras necessárias para interligação da rede interna do loteamento ao sistema público existente, com capacidade de atender de maneira contínua a todo o empreendimento, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

V – Projeto de arborização das vias públicas, aprovado pelo órgão competente com supervisão de uma entidade ligada ao meio ambiente do município.

VI – Projeto e execução de arborização das áreas de lazer e recreio, aprovado pelo órgão competente e supervisão de uma entidade ligada ao meio ambiente do município.

VII – construção de equipamento destinado ao esporte, recreação infantil e ao lazer (campo de futebol, quadras esportivas, parque infantil) ,devendo ser executada no sistema de recreio, constante do artigo 13 – letra a, cujo projeto deverá ser aprovado pelo órgão competente.

Parágrafo 1º - No caso de loteamento situado em local em que o sistema público de abastecimento de água não tenha condições de atendimento, deverão ser executadas, além da rede de distribuição de água e ligações prediais, obras de captação, adução, tratamento e reservação, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente.

Parágrafo 2º - No caso de loteamento situado em local não servido pelo sistema público de esgotamento sanitário, deverão ser executadas, além da rede coletora de esgotos e ligações prediais, obras de tratamento e disposição final dos esgotos, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pelo órgão competente;

Parágrafo 3o - Quando nesta área existir reserva florestal, obrigatoriamente esta será preservada na sua integridade, como área de proteção ambiental, com restrição de uso, ou incluída em área a ser obrigatoriamente transferida à municipalidade.

SEÇÃO II – DO SISTEMA DE CIRCULAÇÃO, ÁREAS PARA EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Artigo 9º - A porcentagem de áreas públicas não poderá ser inferior a 35% (trinta e cinco por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados a uso industrial, cujos lotes forem maiores do que 15.000m2 (quinze mil metros quadrados), casos em que a porcentagem poderá ser reduzida a até 25% (vinte e cinco por cento) da área.

Artigo 10º - Ao longo das águas correntes e dormentes, será obrigatória a reserva de uma faixa "non aedificandi" de 30(trinta) metros de cada lado, salvo maiores exigências de legislação específica.

Artigo 11º - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias, ferrovias e dutos, será obrigatória a reserva de uma faixa "non aedificandi" de 15 (quinze) metros de cada lado, devidamente sinalizada, salvo maiores exigências de legislação específica.

Artigo 12º - As vias do loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas e harmonizar-se com a topografia local.

Artigo 13º - Em cada loteamento, passará a pertencer à municipalidade , independentemente de doação, o seguinte:

a - no mínimo 10% (dez por cento) da área da gleba a ser loteada para sistemas de lazer e recreio, escolhida esta área pela municipalidade;

b - no mínimo 5% (cinco por cento) da área da gleba a ser loteada, para uso institucional, escolhida esta área pela municipalidade;

c - no mínimo 20% (vinte por cento) da área da gleba a ser loteada, para as vias de circulação.

Parágrafo único: Com relação ao especificado no item "a" , 30 % da área deverá ser arborizada ou revegetada. Deve ainda ser dotada de sistemas de dispersão de energias decorrentes da movimentação de águas pluviais, conforme projeto detalhado feito por órgão competente e sob supervisão de uma entidade ligada ao meio ambiente do município, cuja execução, pelo proprietário, deve ser imediata.

Artigo 14º - O Poder Público competente poderá complementarmente exigir, além do previsto nos artigos anteriores, em cada loteamento, a reserva de faixa "non aedificandi" destinada a equipamentos urbanos.

Artigo 15º - As vias de circulação, não poderão ter largura inferior a 9,00m (nove metros) para o leito carroçável e 3,00m (três metros) de passeio de cada lado, salvo quando o loteamento for destinado a edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, que obedecerá a lei própria.

Parágrafo 1o – Nas vias principais de circulaçào, deverá ser reservada uma faixa adicional de 2,50m (dois metros e meio), de um dos lados do leito carroçável, para implantação de ciclovia.

Parágrafo 2o - As vias de circulação destinadas a indústria, ao comércio e prestação de serviços, não poderão ter largura inferior a 14m (quatorze metros), para o leito carroçável e 4,00m (quatro metros) para passeio, de cada lado, devendo ainda ser planejados e criados sistemas de vagas de estacionamento, que não causem prejuízo à fluidez do tráfego.

Artigo 16º - As áreas públicas, que nos loteamentos sejam destinadas a espaços livres de uso público, áreas verdes ou áreas de recreação, salvo se já tiverem cobertura arbórea suficiente, conforme previsto no parágrafo único do artigo 13, deverão ser revegetadas pelo proprietário.

Parágrafo Único – O replantio obedecerá a projeto aprovado pelo Poder Público Municipal e será supervisionado por uma entidade ligada ao meio ambiente do município.

SEÇÃO III – OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 17º - Os lotes deverão ter, no mínimo 360,00 m2 (trezentos e sessenta metros quadrados) de área e 12,00m (doze metros) de testada, no mínimo, salvo quando o loteamento for destinado a edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, a serem executados exclusivamente pelo poder público municipal, cujos lotes poderão ter, no mínimo, 240,00 m2 (duzentos e quarenta metros quadrados) de área, com o mínimo de 12,00m (doze metros) de testada.

Parágrafo Único – Não será permitido o desdobro de imóvel com área inferior a 720,00 m2 (setecentos e vinte metros quadrados), não podendo cada uma das parcelas desdobradas do lote original, conter menos do que 360,00 m2 (trezentos e sessenta metros quadrados), obedecendo-se a testada mínima de 12,00 metros.

CAPÍTULO III

DO PROJETO DE LOTEAMENTO

Artigo 18º - Antes da elaboração do projeto de loteamento, o interessado deverá solicitar à Prefeitura Municipal, que defina as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, do sistema viário, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário, apresentando, para estes fins, requerimento e planta do imóvel, contendo pelo menos:

I – as divisas da gleba a ser loteada;

II – as curvas de nível, à distância adequada.

III - a localização dos cursos de água, bosques e construções existentes;

IV – A indicação dos arruamentos contíguos a todo perímetro, a localização das vias de comunicação, das áreas livres, dos equipamentos urbanos e comunitários existentes no local ou em suas adjacências, com as respectivas distâncias da área a ser loteada;

V – O tipo de uso predominante a que o loteamento se destina;

VI – A destinação expecífica do uso de cada lote.

VII – as características, dimensões e localização das zonas de uso contíguas.

Parágrafo único: Uma vez recebida a proposta de loteamento, a Prefeitura deverá levar a mesma à apreciação do público, através dos meios de divulgação existentes.

Artigo 19º - A Prefeitura Municipal indicará, nas plantas apresentadas junto com o requerimento, de acordo com as diretrizes de planejamento estadual e municipal, o seguinte:

I – as ruas ou estradas existentes ou projetadas que compõem o sistema viário da cidade e do município, relacionadas com o loteamento pretendido, a serem respeitadas;

II – o traçado básico do sistema viário principal;

III – as áreas de lazer, no mínimo 10% (dez por cento) da gleba a ser loteada, e área comunitária no mínimo 5% (cinco por cento) da gleba a ser loteada, além de outras que poderão ser exigidas pela municipalidade, conforme artigos anteriores;

IV – as faixas sanitárias do terreno necessárias ao escoamento das águas pluviais e as faixas não edificáveis, inclusive faixa para viela sanitária.

V – A zona ou zonas de uso predominante da área, com indicação dos usos compatíveis.

VI – Área de preservação ou recuperação ambiental dos recursos naturais existentes.

Parágrafo Único – As diretrizes expedidas vigorarão pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

Artigo 20º - Orientado pelo traçado e diretrizes oficiais, o projeto, contendo desenhos e memorial descritivo, será apresentado à Prefeitura Municipal, acompanhado do título de propriedade, certidão vintenária e de ônus reais e certidão negativa de tributos, federais (ITR) ou municipais (IPTU), todos relativos ao imóvel.

Parágrafo 1º - Os desenhos conterão pelo menos :

1) a subdivisão das quadras em lotes, com as respectivas dimensões e numeração;

2) o sistema de vias com a respectiva hierarquia;

3) as dimensões lineares e angulares do projeto, com os raios, cordas, arcos, pontos de tangência e ângulos centrais das vias;

4) os perfis longitudinais e transversais de todas as vias de circulação e praças;

5) a indicação dos marcos de alinhamento e nivelamento, localizados nos ângulos de curvas e vias projetadas;

6) a indicação em plantas, dos perfis de todas as linhas de escoamento das águas pluviais;

7) os projetos de redes de água, esgoto, galerias de águas pluviais e energia elétrica, após a sua aprovação pela concessionária competente.

8) O projeto de arborização das vias públicas, das áreas de lazer, e daquelas consideradas de preservação ou recuperação ambiental dos recursos naturais existentes.

Parágrafo 2º - O memorial descritivo deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos:

1) a descrição sucinta do loteamento, com as suas características, e a fixação da zona ou zonas de uso predominantes;

2) as condições urbanísticas do loteamento e as indicações que incidem sobre os lotes e as suas construções, além daquelas constantes das diretrizes fixadas;

3) a indicação das áreas públicas que passarão ao domínio do município, no ato do registro do loteamento;

4) a enumeração dos equipamentos urbanos, comunitários, bem como dos serviços públicos ou de utilidade pública, já existentes no loteamento e adjacências;

5) as assinaturas do engenheiro responsável pelo projeto e do proprietário da gleba, com apresentação das ARTs específicas.

6) A indicação de presença de área de recursos naturais.

Artigo 21º - A Prefeitura Municipal poderá fazer maiores exigências, quando achar necessário.

CAPÍTULO IV

DO PROJETO DE DESMEMBRAMENTO

Artigo 22º - Para aprovação do projeto de desmembramento, o interessado apresentará requerimento à Prefeitura Municipal, acompanhado do título de propriedade e de planta do imóvel a ser desmembrado, contendo:

I – a indicação das vias existentes e dos loteamentos próximos;

II – no projeto de desmembramento, constará a situação atual do imóvel e a pretendida com o desmembramento;

III – a indicação do tipo de uso predominante no local.

Artigo 23º - Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento.

CAPÍTULO V

DA APROVAÇÃO PRELIMINAR DO PROJETO DE LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO

Artigo 24º - O projeto de loteamento ou desmembramento, deverá ser aprovado preliminarmente pela Prefeitura Municipal, a quem compete também a fixação das diretrizes a que aludem os artigos 18º e 19º desta Lei.

Artigo 25º - O projeto de loteamento ou desmembramento, uma vez apresentado com todos os seus elementos, deverá ser deferido ou indeferido dentro de 90 (noventa) dias pela Municipalidade, obedecendo ao disposto no Parágrafo único, do artigo 18º, iniciando se a contagem do prazo acima referido, da data da publicação

Parágrafo Único – Em qualquer notificação ao loteador, para que cumpra diligência, ofereça documentos faltantes, ou relaltiva a pedido de informações pertinentes, o prazo deste artigo fica interrompido, reiniciando-se após o cumprimento do exigido, de forma integral.

Artigo 26º - Os espaços livres de uso comum, as vias e praças, as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos constantes do projeto e do memorial descritivo, não poderão ter sua destinação alterada pelo loteador, a partir da aprovação preliminar do loteamento pela Prefeitura Municipal.

CAPÍTULO VI

DO REGISTRO DO LOTEAMENTO E DESMEMBRAMENTO

Artigo 27º - Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação e na conformidade dos artigos 19º, 20º e outros aplicáveis da Lei Federal no. 6766 de 19 de dezembro de 1.979, modificada pela Lei Federal número 9.785, de 29 de janeiro de 1.999.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 28o - As construções, quer em lotes residenciais, comerciais ou industriais, só poderão ser iniciadas, após toda a infra-estrutura estar completa, compreendendo-se aí, rede de abastecimento de água, esgoto, luz, guias, sarjetas e asfalto. Também o sistema de tratamento de esgoto deverá estar concluído e em funcionamento.

Artigo 29o - Nenhum novo projeto de loteamento poderá ser aprovado pela administração municipal, enquanto existir, nos loteamentos aprovados nos últimos dez anos, quantidade superior a trinta e cinco por cento dos lotes ainda não ocupados.

Artigo 30 - É vedado vender ou prometer vender, parcela do loteamento ou desmembramento não registrado.

Artigo 31 - O loteador deverá fazer constar, expressamente, no Contrato de Compromisso de Venda e Compra, ou na Escritura Pública de Venda e Compra, a vedação do desdobro do lote, conforme constantes no artigo 9o e artigo 17o , Parágrafo Único. Deverá ainda fazer constar a utilização específica do lote, conforme estabelecido por ocasião da aprovação do loteamento.

Artigo 32 - O loteador deverá, obrigatoriamente, cadastrar-se junto ao Ministério da Fazenda e manter estabelecimento para o próprio fim, dentro do Município, enquanto durar a atividade de vendas e transferências, até a outorga de todas as escrituras públicas definitivas.

Artigo 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar no. 079, de 18 de março de 1.998

Votado pelos conselheiros abaixo assinados conforme a Lei 304 de 10 de maio de 1999, a portaria 55/99 e conforme regimento interno decreto no. 244 de 02 de agosto de 1999,

Entidade	Conselheiro Titular / Conselheiro Suplente	Assinatura
Prefeitura Municipal da Estancia Turistica de Holambra		
	Edison Reginaldo Beraldo	
	Manuel Evando da Silva	
Suprema - Sociedade de Preservação do Meio Ambiente		
	José Paulo Meireles Kors	
	Franciscus J. M. Schoenmaker	
A.P.M.R.P.P. - Associação dos Proprietários e Moradores do Palm Park		
	Carlos Henrique de Castro Tolosa	
	Marcos Ferreira dos Santos	
Conselho Municipal de Educação de Holambra		
	Suzana Aparecida Alves van Ham	
	Marli Marcela Klein Gunniewiek	
Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agronomos de Holambra		
	Francisco Alberto de Almeida	
	Erica Weel	
Rotary Club de Holambra		
	Antonio Joanes Geraldo Hulshof	
	Johannes Wagemaker	
Cooperativa Agro Pecuaria de Holambra		
	Cornelis Theodorus Maria van Roijen	
	Hendricus Petrus Kager	
Instituto Bio Geneziz		
	João Alberto Meirelles Kors	
	Josmar Fernando Neves	
Conselho de Desenvolvimento Rural		
	Theodorus W.J. Niens	
	Irineu Gastaldo Junior	
ACIAH - Associação Comercial, Industrial e Agricola de Holambra		
	Geraldo João de Bruin	
	Enivaldo Antonio Lobo	
Delegacia Municipal do Creci		
	José Oswaldo Esberci	
	Pedro Eduardo Meireles Kors	
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolecente		
	Rosali Antonio	
	Rita de Cassia A.L. Rafacho	
Associação dos Produtores de Holambra		
	Marcos Wolmer	
	Vainer A Domingues	
Clube Fazenda Ribeirão		
	Jan Willen van der Boon	
	Celso Antonio Quiles	
SINTRA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arraras e região		
	Jediael Lacerda	
	Valentin Tarifa	
Centro Social Holandês		
	Adriaan R. Horn	
	Antonius J. Wopereis	
Associação dos Moradores do Bairro Camanducaia		
	David Cavalcanti	
	Claudinei Rogel	
Cooperativa de Eletrificação Rural da região de Mogi Mirim		
	Claudio van Ham	
	Gerardus W. Groot	
Associação de Saude de Holambra		
	Johanna Ricarda Eysink	
	Sandra Perpétua L. Lobo Lopes	

Thea.
Alcione

Centro Esportivo
TUBANTIA

LEILÃO DE EQÜINOS
TUBANTIA

DIA 10 DE OUTUBRO DE 1999 • 16 HORAS

TODAS AS RAÇAS

PASSEIO • TRABALHO • ESPORTE

Pagamento em 6 parcelas fixas



Local

Centro Esportivo Tubantia
Alameda dos Eucaliptos, s/nº
Holambra - SP

Realização

Centro Esportivo TUBANTIA

• Hotel para eqüinos • Lanchonete
• Pista profissional para todos os eventos

Al. dos Eucaliptos, s/nº • Holamba - SP
Fone (0xx19) 820.1083

Organização

MARTELO DE OURO Leilões Rurais
FAX:(0XX)(019) 862.3856
LEILÕES TODOS OS SÁBADOS

Rodovia SP 147, Km 54 • Estrada
Mogi Mirim/Itapira • Mogi Mirim - SP
Fone (0xx19) 862.3856



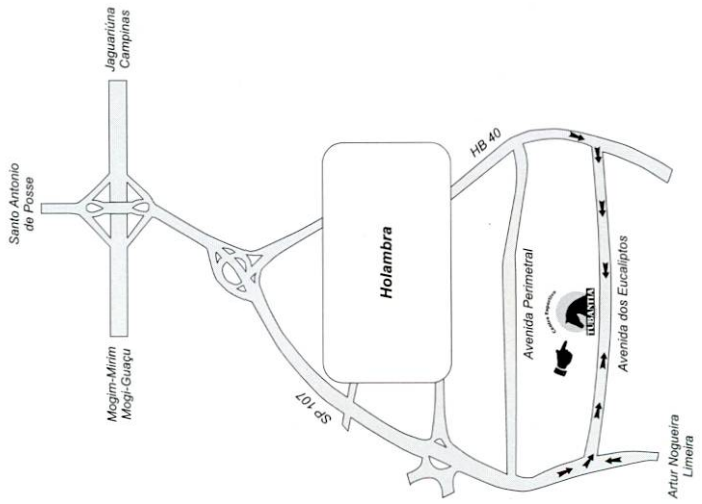
LEILÃO DE EQÜINOS

LEILÃO DE EQÜINOS
LEILÃO DE EQÜINOS
LEILÃO DE EQÜINOS

IMPRESSO

Alameda dos Eucaliptos, s/nº • Cx. Postal 126 • Holambra - SP • CEP 13825-000
Fone (0xx19) 820.1083 • Fax (0xx19) 820.2317

- *Hotel para eqüinos*
- *Pista profissional para todos os eventos*
- *Lanchonete*



Centro Esportivo
TUBANTIA

Centro Esportivo
TUBANTIA

LEILÃO DE EQÜINOS

TUBANTIA

Centro Esportivo TUBANTIA

Aos
Excelentíssimos Srs.
Vereadores da Câmara Municipal
da Estância Turística de Holambra

Eu, Thomas Bernardus Gerardus Eysink, portador de RG nº 11.128.918, CIC Nº059085608-12, residente à Alameda dos Eucaliptos, s/n, venho mui respeitosamente comunicar e convidar Vossa Excelência para a realização do Leilão de Eqüinos, no Centro Esportivo Tubantia, no endereço acima citado, no dia 10 de outubro de 1999, à partir das 16 hs.

Atenciosamente,

Thomas B.G.Eysink

Holambra, 30 de setembro de 1999.

PROTOCOLO
N.o de Ordem 1980/99
Fls No 67 Livro No 009
Data 30 / 09 / 99
SECRETÁRIA

LIDO EM SESSÃO
DE
06 / 10 / 99
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Fundada em 1948 - 50 anos em defesa dos Municípios

Av. Rebouças, 2499 - Jd. América - CEP: 05401-300 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (011) 3063-2225
Home Page: www.apmsc.com.br - E-mail: apaulista@uol.com.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente
Celso Antonio Giglio
Deputado Federal

1° Vice-Presidente
Marcos Roberto Casquel Monti

2° Vice-Presidente
Maria do Carmo Piunti
Deputada Estadual

3° Vice-Presidente
Gilberto Kassab
Deputado Federal

4° Vice-Presidente
Alberto Pereira Mourão
Deputado Federal

SECRETARIA
MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral
Geraldo Makarenko

1° Secretário
João Carlos Caramez
Deputado Estadual

2° Secretário
João Domingues de Oliveira

3° Secretário
Antonio Cesar Simão

TESOURARIA - MEMBROS DIRETORES

Tesoureiro Geral
Paulo Silas Alvarenga de Melo

1° Tesoureiro
Flávio Callegari

2° Tesoureiro
Sidney Estanislau Beraldo
Deputado Estadual

3° Tesoureiro
José Mauro Dedemo Orlandini

Diretora Executiva
Dalva Christofoletti Paes da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

Coordenador
Jonas de Campos

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Coordenador
Sérgio Yamato

Ofício nº 110/99-DE São Paulo, 15 de **Setembro** de **1999**

Companheiro

Ao cumprimentá-lo cordialmente e conforme solicitação, anexamos cópia do Projeto de Lei de autoria do Deputado Duílio Pisaneschi, que propõe a distribuição de forma eqüitativa da Taxa de Iluminação Pública (TIP).

Certos de estarmos colaborando com essa prestigiosa Prefeitura, aproveitamos lembrá-lo que sortearemos uma **ambulância UTI – Hyundai – 0KM, 98 equipada,** no próximo dia 27, às 12h00, entre as Prefeituras e Câmaras Municipais que contribuíram com a APM.

Se sua Prefeitura ainda não o fez, peça o boleto e participe.

Com nosso abraço

Dalva Christofoletti Paes da Silva
Diretora Executiva

LIDO EM SESSÃO
DE
06/10/99
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Nelton Lopes da Silva
DD. Prefeito Municipal
Rua. Angelina Reghini Fontanetti, 457 - Centro
14250-000 – Santa Cruz da Esperança - SP

Valter Castella
Presidente Camara

CAMARA DOS DEPUTADOS

05 03 99

3561

PROJETO DE LEI

Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 15 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art.15.....

§ 3º As tarifas de fornecimento a serem homologadas pela ANEEL, aplicáveis às classes consumidoras das concessionárias do serviço público de distribuição, excluída a rural, poderão cobrir o consumo da energia elétrica destinada à iluminação pública, segundo os critérios, limites e condições definidos pela Agência." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei acrescenta parágrafo ao art. 15 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (Lei de criação da ANEEL), para estabelecer a possibilidade de inclusão nas tarifas de fornecimento aplicáveis às classes consumidoras das concessionárias do serviço público de distribuição, excluída a rural, do custo do consumo da energia destinada à iluminação pública.

A proposição viabiliza o equacionamento do custeio da iluminação pública, atualmente faturado pelas concessionárias do serviço de energia elétrica diretamente junto às Prefeituras. As dificuldades financeiras por estas enfrentadas, potencializadas pela impossibilidade de cobrança da Taxa de Iluminação Pública, tendo em vista as inúmeras decisões judiciais contrárias, retirou dos Municípios a capacidade de atender aos compromissos assumidos para com as concessionárias dos serviços de energia elétrica, disso resultando débitos que se avolumam e ameaçam comprometer a própria estabilidade econômico-financeira dos contratos de concessão.

Estabelece a Constituição que compete à União "explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos" (art. 21, inciso XII, letra "b").

CSB 2 17/23 0042 / III/96

Câmara Municipal de Bastos

Ofício Circular nº 006/99 Bastos/SP, 15 de setembro de 1999.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao solicitado no Requerimento nº 131/99, de 01/09/99, da vereadora Cecília Geris da Costa e subscrito por todos os vereadores desta Egrégia Casa de Leis, apresentado e aprovado na Sessão Ordinária, realizada no dia 08/09/99, estamos rogando a Vossa Excelência que manifeste apoio à propositura em anexo, solicitando ao Governador do Estado de São Paulo, que proceda a estudos no conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 011/99, em tramitação na Assembléia Legislativa, o qual está propondo a reforma do sistema previdenciário do Estado de São Paulo.

Esperando contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipamos nossos agradecimentos e renovamos protestos de estima.

Respeitosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
06/10/99
PRESIDENTE

Josni Nunes
Presidente da Câmara

24/03/99

Excelentíssimo(a) Senhor(a)
Valter Costella
MD. Presidente da Câmara Municipal
R. Rota dos Imigrantes, 425
13825-000 Holambra /SP

Câmara Municipal de Bastos

CÂMARA MUNICIPAL DE BASTOS
EST. DE SÃO PAULO
PROTOCOLADO
Nº. 614/99
Data 03/09/99

APROVADO em 1ª votação,
por unanimidade de votos.
S. S. 08 / 09 / 1999
Presidente

REQUERIMENTO Nº 131/99
De 01 de setembro de 1999.

Requeiro ao Sr. Presidente da Câmara, após cumpridas as formalidades legais, que envie ofício ao Sr. Mário Covas – Governador do Estado, rogando que faça um novo estudo no conteúdo do Projeto de Lei Complementar nº 011/99, em tramitação na Assembléia Legislativa, o qual está propondo a reforma do sistema previdênciário do Estado de São Paulo, principalmente nos dispositivos que está propondo o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais ativos, inativos e também criando a cobrança para os pensionistas. Outrossim, solicito que seja enviado ofício as principais Câmaras Municipais do Estado rogando apoio a essa propositura.

JUSTIFICATIVA

Conforme a Mensagem do Governador do Estado sobre a reestruturação da Previdência do Estado, publicada em encarte do Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 07/08/99, a reforma previdenciária é um objetivo de sua administração desde o primeiro mandato; destacou os pontos benéficos para os servidores públicos, dentre eles: a garantia dos direitos, bem como os benefícios em potencial para a sociedade.

No entanto, existem pontos negativos do Projeto de Lei, uma vez que está propondo o aumento da contribuição previdenciária dos servidores públicos estaduais ativos, inativos e também criando a cobrança para os pensionistas, não tendo compensação à classe dos servidores.

A cobrança de contribuição previdenciária de inativos e pensionistas é inconstitucional, por violar os Artigos 5º, "caput" e inciso XXXVI; Art. 60, § 4º, IV; Artigo 150, III A e B e inciso IV; Art. 154, Art. 195, § 4º, todos da Constituição Federal.

Diante do exposto, estou apresentando o presente requerimento, e rogo o apoio dos nobres Pares na aprovação da proposição.

Plenário Ver. Vicente Mitihiro Ishikawa,
Em 01 de setembro de 1999.

Cecília Geris da Costa
Vereadora

Rua Presidente Vargas, 488-Fone-Fax:(014)445-1601/2777-CEP.17690-000 - BASTOS/SP-(Capital do Ovo)

No entanto, nos termos do inciso V do art. 30 da mesma Carta Política, compete aos Municípios "organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo, que tem caráter essencial". Em face dessa norma, generalizou-se o entendimento de que o serviço de iluminação pública está compreendido no elenco dos serviços de interesse local, devendo, portanto, ser implantado, operado e mantido pelos Municípios, inclusive pagando, diretamente às concessionárias do serviço de distribuição, as contas do consumo correspondente.

Ainda que se abstraia o questionamento que se pode levantar quanto ao aparente conflito entre os dois dispositivos acima referidos, não pode haver dúvida quanto à competência da União para fixar os valores das tarifas a serem cobradas pelas concessionárias do fornecimento de energia elétrica, inclusive a destinada ao serviço de iluminação pública. Com efeito, a disciplina legal sobre energia elétrica está contida na competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso IV, da Constituição.

Em face do exposto e sensível aos apelos que tem sido manifestado pelos Municípios, estamos propondo que seja a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, como órgão responsável pela regulação e fiscalização dos serviços e instalações de energia elétrica, autorizada a admitir, nas propostas de reajustes tarifários, a inclusão dos custos da iluminação pública.

O anteprojeto prevê que a ANEEL deverá definir os critérios, limites e condições para a inclusão acima referida, de modo a evitar aumento indiscriminado e excessivo dos valores das tarifas.

Para que seja respeitado um princípio democrático básico, faz-se necessário que cada município promova um debate amplo sobre as alternativas para o custeio da iluminação pública. O regulamento a ser editado pela ANEEL só autorizará a forma de custeio prevista neste anteprojeto se for essa a alternativa expressamente indicada pelo município, através de sua Câmara Legislativa. A autorização não será dada por área de concessão mas sim para cada município na área de atuação da concessionária. Isto deve evitar que consumidores situados em municípios que já disponham de recursos orçamentários para custear o serviço sejam desnecessariamente onerados.

Ao mesmo tempo em que se viabiliza o equacionamento da questão financeira enfrentada pela expressiva maioria dos municípios brasileiros, a proposição objetiva, também, distribuir, de forma eqüitativa, entre todos os consumidores de energia elétrica, à exceção da classe rural, beneficiários do serviço de iluminação pública, os ônus do seu custeio. A exclusão dos consumidores rurais justifica-se pela razão, óbvia, de que nessas regiões inexiste o serviço.

Sala das Sessões, em de agosto de 1999

Deputado Duilio Pisaneschi

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Mogi Mirim, em 14 de setembro de 1999

Of. nº 296/99
Ao
Exmo. Sr. Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 310/99,** de autoria do nobre Edil **ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 13 de setembro de 1999.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MILTON DANTE
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
06/10/99
PRESIDENTE

20/09/99

27

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO:- REPÚDIO CONTRA O GOVERNO FEDERAL EM QUERER EXTINGUIR A JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPACHO: APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, POR 15 VOTOS FAVORÁVEIS E 1 CONTRÁRIO.
SALA DAS SESSÕES 13 / 09 / 99

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 310/99

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

CONSIDERANDO que existe uma tentativa do Governo Federal em querer extinguir a Justiça do Trabalho;

CONSIDERANDO que o objetivo da proposta é criar meios para que a sociedade não tenha mecanismos claros para lutar pelos seus direitos;

CONSIDERANDO que a defesa da Justiça do Trabalho é fundamental para a democracia e também para garantir o direito do povo;

CONSIDERANDO que a Justiça do Trabalho vem dando à sociedade meios para diminuir os conflitos trabalhistas;

CONSIDERANDO que o Fundo Monetário Internacional(FMI) não pode vir em nosso País ditar normas.

REQUEREMOS, após as formalidade de praxe, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, o Presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães, o Presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer e os líderes dos Partidos PFL, PMDB, PSDB, PSB, PT, PTB e PPB para que conheçam a nossa posição contra a proposta de acabar com a Justiça do Trabalho.

REQUEREMOS, que o presente requerimento seje enviado às Câmaras Municipais de Mogi Guaçu, Estiva Gerbi, Itapira, Conchal, Engenheiro Coelho, Limeira, Holanbra, Espírito Santo do Pinhal, São João da Boa Vista, Campinas, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Águas de Lindóia para que os vereadores da mesma manifestem apoio ao mesmo.

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE : (019) 862-2419 - FAX: (019) 862-4549 - MOGI-MIRIM - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Continuação do Requerimento nº 310/99

REQUEREMOS por último, que sejem oficiadas para conhecimento dos funcionários públicos federais as Juntas Trabalhistas de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, bem como a Ordem dos Advogados do Brasil subsecção de Mogi Mirim e Mogi Guaçu.

SALA DAS SESSÕES "VEREADOR SANTO ROTOLLI", EM 10 DE SETEMBRO DE 1999

VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO

VEREADOR ABNER DE OLIVEIRA

VEREADORA ROSANA MARIA CAVEANHA

JOÃO ANTONIO P. GONÇALVES (OAB)

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

OFÍCIO CMETH nº195/99 Holambra, 06 de setembro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de agosto de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
15/9/99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Agosto/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	133.213,26	15.000,00	148.213,26	287.360,00	0,00	287.360,00	139.146,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**133.213,26**	**15.000,00**	**148.213,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.518,04	216,68	1.734,72				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.273,59	195,79	1.469,38				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	1.512,00	216,00	1.728,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	60,80	19,96	80,76				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**7.651,17**	**648,43**	**8.299,60**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**140.864,43**	**15.648,43**	**156.512,86**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			5.642,02				
TOTAL GERAL .....:			**162.154,88**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 02/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Agosto/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.311,21	964,00	2.275,21
	Sub Total .....:	**1.311,21**	**964,00**	**2.275,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	97.988,87	14.130,32	112.119,19
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.252,64	261,03	1.513,67
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.221,36	1.043,61	4.264,97
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	5.247,87	1.200,00	6.447,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	11.812,22	1.976,94	13.789,16
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**119.522,96**	**18.611,90**	**138.134,86**
	Total Geral .....:	**120.834,17**	**19.575,90**	**140.410,07**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA EST...CIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Agosto/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
29/07/99	3.1.3.2.00	99.144	HELIZA COM. E IND. GRAFICA LTDA.	CONFECCAO DE 10000 FOLHAS PAPEL TIMBRADO	29/07/99	673,00
02/08/99	3.1.3.2.00	99.146	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO DO PREDIO CMET HOLAMBRA - AGO/99	09/09/99	957,58
02/08/99	3.1.3.2.00	99.147	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - AGO/99	07/09/99	320,00
02/08/99	3.1.3.1.00	99.148	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVS. ESPECIALIZADOS DE ADVOGADA-AGO/99	05/09/99	1.200,00
04/08/99	4.1.2.0.00	99.152	L.STAR VIDEO INFORM.COM.E IMPORT.LTDA-ME	FORNECIMENTO MICROCOMPUTADOR E NOBREAK	04/08/99	1.360,00
16/08/99	3.1.3.2.00	99.157	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBLICACAO NA REVISTA REF. 18ª EXPOFLORA	16/08/99	200,00
16/08/99	4.1.2.0.00	99.159	DECEGE INFORMAT. E TELECOMUNICACOES LTDA	FORN. CENTRAL TELEFONES E AP.TELEFONICOS	16/08/99	567,40
18/08/99	3.1.1.3.00	99.163	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-AGO/99	09/09/99	195,79
30/08/99	3.1.3.2.00	99.167	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº146,DE 02/08/99	09/09/99	168,25

Total Geral .....: **5.642,02**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂ IA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Agosto/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.518,04	216,68	1.734,72
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.077,80	195,79	1.273,59
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	1.512,00	216,00	1.728,00
	CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	60,80	19,96	80,76
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**7.455,38**	**648,43**	**8.103,81**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**132.220,75**	**21.935,15**	**154.155,90**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			7.998,98
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**7.998,98**
	TOTAL GERAL .....:			**162.154,88**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 02, 5/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Agosto/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.311,21	964,00	2.275,21
	Sub Total .....:	**1.311,21**	**964,00**	**2.275,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	97.988,87	14.130,32	112.119,19
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.252,64	261,03	1.513,67
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.221,36	1.043,61	4.264,97
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	5.247,87	1.200,00	6.447,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	11.812,22	1.976,94	13.789,16
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**119.522,96**	**18.611,90**	**138.134,86**
	Total Geral .....:	**120.834,17**	**19.575,90**	**140.410,07**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

4º BIMESTRE/1999

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica do Município de Holambra.

RECEITA ARRECADADA	BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			**DESPESAS CORRENTES**		
Duodécimos do Exercício	35.000,00	148.213,26	Pessoal e Reflexos	28.711,26	113.828,65
Duodécimos de Exercício Anteriores	-0-	-0-	Material de Consumo	1.596,88	4.264,97
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	7.242,22	23.755,86
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	-0-
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	**37.550,36**	**141.849,48**
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Equipamentos. e Mat. Permanente	2.891,40	4.202,61
			Outras Despesas de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	**35.000,00**	**148.213,26**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**	**2.891,40**	**4.202,61**
RECEITA GERAL	**35.000,00**	**148.213,26**	**DESPESA GERAL**	**40.441,76**	**146.052,09**
Déficit Verificado	**5.441,76**	**-0-**	**Superávit Verificado**	**-0-**	**2.161,17**
TOTAL GERAL	**40.441,76**	**148.213,26**	TOTAL GERAL	**40.441,76**	**148.213,26**

Holambra, 31 de agosto de 1999.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

Valter Costella
Presidente

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL

RUA ANTONINA JUNQUEIRA, 195-A – CAIXA POSTAL, 148
Fones: (019) 633-4111 – Presidência e FAX
(019) 633-4030 – 633-4203
13870-970 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA – Estado de São Paulo
***

Ofício nº 343/99

São João da Boa Vista, 31 de agosto de 1999.

Prezado Senhor:

Transcrevo na íntegra o Requerimento nº 278/99, de autoria do vereador Ovidio Carlos Martins; aprovado na Sessão Ordinária realizada no dia 30 de agosto.

REQUERIMENTO Nº. 0278/99.

Existindo controvérsias sobre a fixação do número de Vereadores para comporem Corpo Legislativo das Câmaras Municipais, tendo em vista a redação dada ao Artigo 29, inciso IV da Constituição Federal, onde se exige uma proporcionalidade de um mínimo de 9 e o máximo de 21 Vereadores para Municípios até 1 milhão de habitantes.

Não tendo sido até o presente momento, realizada qualquer regulamentação que determine com exatidão esta proporcionalidade, possibilitando com isto que Município com um número menor de habitantes seja equiparado a outros de maior densidade demográfica.

Considerando que, anteriormente na vigência do Decreto-Lei Complementar nº. 9, de 31/12/1969, existia preceito que determinava com exatidão o número de Vereadores às Câmaras Municipais, observando-se para isto o número de eleitores e não da população, fator determinante e que o Tribunal Regional Eleitoral considerava como lógico e certo para sua fixação.

Considerando, ainda, que a norma ora vigente possibilita uma diminuição na representatividade de parte da população, que acreditamos seja a de menor poder aquisitivo:

Requeiro à Casa, após ouvido o Plenário, para que sejam enviados ofícios a todas às Câmaras Municipais do Estado de São Paulo e às principais cidades de nosso País, objetivando a realização de um movimento junto ao Congresso Nacional, no sentido de que norma seja aprovada fixando com clareza o número de Vereadores para nossos Municípios, realmente proporcionais ao número de habitantes e não da forma como hoje esta normatizada na nossa Constituição Federal, onde deixa margem para que haja uma fixação em desacordo com interesses municipais, em prejuízo da participação e representatividade popular.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 30 de Agosto de 1.999.

Atenciosamente,

OVIDIO CARLOS MARTINS
PRESIDENTE

LIDO EM SESSÃO
DE
15 / 9 / 99
PRESIDENTE

10/09/99

Câmara Municipal de Barueri

São Paulo

BARUERI 50 Anos 1949 - 1999

Barueri, 31 agosto de 1.999

Ao Exmo. Sr.
VALTER COSTELLA

DD. Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

LIDO EM SESSÃO
DE
15/9/99
PRESIDENTE

Caro Presidente, temos a honrosa satisfação de convidá-lo, e aos senhores vereadores dessa douta Casa, para participarem do I ENCONTRO DE VEREADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO DA ABRACAM, a ser realizado nos próximos dias 15 e 16 de Setembro de 1.999, no Teatro Municipal de Barueri, sito a Rua Ministro Raphael de Barros Monteiro, 46 - Jardim dos Camargos - Barueri.

Como Diretor da Abracam, tenho a responsabilidade de promover este fórum de debates, entre os edis de nosso Estado, para que possamos reafirmar a independência do Poder Legislativo preconizada na Constituição Federal.

A representação da Câmara de seu Município em nosso conclave irá enriquecer nossa mobilização, que tem como objetivo principal a defesa do Estado democrático.

Gostaria de expressar nossos agradecimentos nos colocando a disposição de
V. Excia para esclarecimentos complementares através dos telefones
(0 xx 11) 7299.7956 ou 7299.7955 com Paula, Jeremias ou Deise.

Caso o nobre Presidente ainda não tenha recebido a programação, favor nos solicitar , pois teremos o imenso prazer de enviar-lhes via fax.

Desde já, agradecemos

10/8/99

CLARINDO APARECIDO DA SILVA FILHO
Presidente da Câmara Municipal de Barueri
Diretor da ABRACAM – Associação Brasileira de Câmaras Municipais

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
" NOSSA SENHORA DAS DORES"
Fone/Fax: (0xx19)8772061- Site:www.nossasenhoradasdores.com.br
E-mail: escola@nossasenhoradasdores.com.br

Artur Nogueira, 08 de setembro de 1999.

Of.nº. 32/99

Ao
Ilmo. Sr. Petrus Bartholomeus Iweel
DD.Vice Presidente da Câmara dos Vereadores de Holambra

Prezado Senhor

Com muita satisfação estamos convidando-o e respectiva família, a que incentive o evento: VII Olimprima da Escola "Nossa Senhora das Dores" em Artur Nogueira, que acontecerá aos 17 de Setembro de 1999 a partir das 20 horas, no Ginásio Municipal de Esportes.

Nossos jovens e infantes estudantes, merecem todo apoio, estímulo e aplauso, para que através das práticas esportivas ganhem experiência de liderança e conquista de seus objetivos. O esporte prepara o corpo e o espírito de nossos filhos, futuros dirigentes de nossa sociedade.

Venha marcar a sua presença e trazer o seu caloroso aplauso e estímulo a estes jovens estudantes.

Atenciosamente

Maria [illegible] da Silva
Diretor de Escola
RG. 17.246.106-6

LIDO EM SESSÃO
DE
15/9/99
PRESIDENTE

RIO PIRACICABA

Americana, 09 de agosto de 1999

Ofício SE/AM 310/99

Assunto: **"Apelo Ambiental de Extrema"**

Prezado (a) Senhor (a),

Conforme orientação do Dr. Humberto de Campos – Prefeito de Piracicaba e Presidente do Consórcio Piracicaba Capivari, informamos que foi realizado em Extrema – MG, nos dias 02 e 03 de agosto de 1999, o Projeto Piloto – Educação Ambiental – Trabalhando "arte" com Sucatas, sendo que os presentes elaboraram o documento, anexo, entitulado Apelo Ambiental de Extrema.

Repassamos a V.Sa. no intuito da multiplicação dos apelos mencionados, já que o mesmo é o marco do lançamento do Movimento "Alerta Sistema Cantareira".

Maiores esclarecimentos, favor entrar em contato com a Secretaria Executiva no Consórcio, através dos fones/faxes (019) 461.7758 ou 460.4043.

Com considerações de estima e apreço.

LIDO EM SESSÃO
DE
8/9/99
PRESIDENTE

Atenciosamente,

Kátia Rossi Gotardi
Coordenadora de Projetos

Francisco Carlos Castro Lahóz
Coordenador Geral

Para
Prefeituras Consorciadas, Câmaras Municipais e Coordenadores Municipais do Programa de Educação Ambiental "SEMANA DA ÁGUA".

"APELO AMBIENTAL DE EXTREMA"

Nos dias 02 e 03 de agosto de 1999, os Coordenadores de Educação Ambiental do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rio Piracicaba e Capivari em parceria com a Prefeitura Municipal de Extrema e com o apoio das Secretarias Municipal de Meio Ambiente, Educação e Cultura juntamente com a Escola Municipal "Evandro Brito da Cunha", iniciaram o Projeto Piloto - Fazendo "arte" com Sucatas.

Professores, Diretores, Coordenadores, Secretários Municipais, Técnicos e cidadãos presentes no Projeto Piloto, em um processo de reflexão sobre a geração de resíduos, em todos os níveis e entendendo a importância do exercício da cidadania, resolvem ressaltar alguns tópicos:

1°) o melhor lixo é aquele que não é gerado;

2°) os nossos rios não são lixeiras e nem esgotos a céu aberto;

3°) nunca deverá ser confundido boca de lobo (bueiros) com depósitos de lixo;

4°) as janelas dos veículos não podem ser confundidas com catapultas de lançamento de lixo contra a natureza;

5°) as calhas dos rios não devem ser confundidas com valas de aterros sanitários;

6°) o reuso e a reciclagem reduzem a pobreza futura do usuário e do planeta onde ele vive;

7°) antes de iniciar um programa de reciclagem devemos garantir a destinação final dos produtos gerados.

Frente as considerações acima expostas, encaminha-se apelo extensivo aos Vereadores, Prefeitos, Deputados e Comunidade em geral para que o atendimento ao solicitado, seja uma mudança de hábito buscando a diminuição da geração de resíduos e quando ele existir que o encaminhamento para seu destino correto seja o compromisso pessoal para os dias de hoje e para a garantia da "qualidade de vida" dessa e das futuras gerações.

Assinaturas:

01) Kátia Rosi Gotardi - Consórcio Piracicaba Capivari.

02) Paulo Henrique Pereira - Prefeitura Municipal de Extrema.

03) Dilmara Oliveira Almeida Benfício - E.M. Evandro Brito
04) Angela Leonardi Ungarelli - E.M. Evandro Brito da Cunha
05) Vicentina Sp. Borges Santana: E.M. Evandro B. da Cunha
06) Edna Nunes de Moraes Borzani E.M. Evandro B. da Cunha.
07) Maria Cecília Zingaro Yamada. E.M. Evandro B. da Cunha
08) Luciana M. Leonardi Zingari E.M. Evandro B. da Cunha.
09) Ana Flávia T. E. Toledo - E.M. "Evandro Brito da Cunha"
10) Sônia Regina D. da Fonseca - Arte Educadora -
11) Neiva Olivotti de Lima - E.M. Evandro B. da Cunha
12) Helena Maria Machado da Silva. E.M. E.B. Cunha
13) Daniela Ayoda de Morais. E.M.E.B. Cunha.
14) Darcy Olivotti de Morais E.M. E.B. Cunha.
15) Katia Azevedo e Paiva Marques E.M.E.B. Cunha
16) Regiane Donizetti da Silva. E.M. Evandro Brito da Cunha.
17) Luciana Fernandes Silva E.M. Evandro Brito da Cunha
18) Luzia Elisabete d Oliveira Teles. E.M. E.B. da Cunha.
19) Jesuíta Maria Vieira E.M. Evandro B. da Cunha
20) Aparecida B. Camargo E.B.I.C.
21) FATIMA LEIKO KAMEYS - E.M. EVANDRO B. Cunda
22) Lucy LOPES TOLEDO CRESCENTE. E.M.E.B. Cunha
23) Enegléborah Maria da Cunha Olivotti E.M. Evandro Brito da Cunha
24) Terezinha Xavier Ribeiro - E.M. Evandro B. Cunha
25) Meire Maria Morbidelli Gregorio - E.M. Evandro B. Cunha.
26) Maria Edir de Souza Silva Almeida E.M. Evandro B. da Cunha

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI

27) Edete Ap. Resende Soares Ferreira - E. M. Evandro B. Cunha
28) Mª Lucia Ludovico Gomes. E. M. E. Brito da Cunha
29) Elaine Santos Resende de Souza. E. M. Evandro Brito da Cunha
30) Florinea V. Leonardo de Araujo E. M. Evandro Brito da Cunha
31) Sonia Mª Rosa de Freitas E. M Evandro Brito da Cunha
32) Márcia Maria Almeida Martin. E. M. E. B. da Cunha
33) Walkiria Regina Afonso - E. M. Evandro Brito da Cunha
34) Rosemere L. de Silva - UNIMED
35) Cristina Mª Dantas de Souza. E. M. Evandro Brito da Cunha
36) Wania Cristina Leme da Silva Rosa E M. Evandro B Cunha
37) Magali Solange Lorenzini. Arte Educadora.
38) Fernanda de Cássia Miloni E. M. Evandro B. da Cunha
39) Glaucia M. Corbidelli. E. M. Evandro B. Cunha
40) Edna de Toledo Silva E. M. Evandro B. Cunha
41) Jeane Ap. Lopes de Toledo E. M. Evandro B. da Cunha
42) Erika A. S. Matias Brito E. M. Evandro B. da Cunha
43) Rosemary Martin E. M. Evandro B. Cunha
44) Simone Ap. Leonardi Vieira E. M. Evandro B. da Cunha
45)
46)
47)
48)
49)
50)

Projeto Piloto de Educação Ambiental
Fazendo "arte" com Sucatas

O "lixo" é um dos grandes problemas que ameaçam a vida no planeta Terra porque além de poluir o solo, a água, o ar, também atrai animais que veiculam doenças.

Ao contrário das tribos primitivas que só produziam o necessário para sua sobrevivência, vivemos numa sociedade consumista onde as pessoas têm valor pela quantidade de bens que possuem. Geralmente quem tem maior poder aquisitivo, acaba consumindo e produzindo mais lixo.

Atualmente a propaganda vem estimulando o consumo de materiais descartáveis, porém, em nenhum momento, pensou-se nos resíduos gerados durante a fabricação , se estes serão recicláveis ou não, e onde iremos descartá-los.

Lixo é o espelho da nossa sociedade, e dessa forma torna-se um instrumento para trabalhar-se a conscientização e informação para a construção de um mundo novo. Não se trata simplesmente de transformar um objeto velho que aparentemente não se usa mais, em algo novo e útil novamente, mas sim da prática do homem interagindo consigo e com o espaço que o cerca. Assim, se a criança, o jovem e o adulto vivem em harmonia com o ambiente, o mesmo deve acontecer com suas relações pessoais e interpessoais.

Precisamos também reciclar nossa atitudes, o nosso comportamento perante os meios e as pessoas com as quais convivemos, com isso podemos mudar um quadro de desperdício e consumismo que assola nosso mundo.

Histórico:

Nos dias 02 e 03 de agosto de 1999, o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari em parceria com a Prefeitura Municipal de Extrema e Secretarias Municipal de Meio Ambiente, Educação e Cultura e com o apoio da Arte Educadora Silvia Fonseca, iniciaram o Projeto Piloto de Educação Ambiental – Fazendo "arte" com Sucatas.

A primeira etapa do Projeto Piloto tem como objetivo o treinamento e capacitação de aproximadamente 50 Professores da Escola Municipal "Evandro Brito da Cunha" - Extrema (MG).

Após a primeira etapa, serão realizadas novos encontros para estruturação e montagem da segunda etapa, que consiste na aplicação do projeto com os alunos.

Conforme o desenvolvimento das etapas do Projeto Piloto (capacitação/aplicação), serão desenvolvidas e trabalhadas novas idéias relacionadas ao tema, envolvendo todo o município.

O Projeto Piloto – Fazendo "arte" com Sucatas, se tornará um novo Programa de Educação Ambiental desenvolvido para Crianças e Adultos, que poderá a exemplo do município de Extrema (MG), ser aplicado em outros municípios pertencentes as Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari.

Objetivo Geral:

Espera-se que o Projeto Piloto de Educação Ambiental – Fazendo "arte" com Sucatas, torne-se uma tradição unindo Prefeitos, Secretários Municipais e Estaduais, Vereadores, Promotores, Professores/Educadores, Diretorias Regionais de Ensino, Empresas Públicas e Privadas, Técnicos, ONGs, Cidadão e parceiros em geral, e que sempre se possa contar com o apoio de todos os envolvidos para o amadurecimento e implementação do programa, ressaltando os aspectos favoráveis, os pontos críticos e os resultados obtidos.

Objetivos Específicos:

- Trabalhar questões relacionadas a Redução e Reutilização do "lixo"; através de atividades educativas, com envolvimento de toda a comunidade, buscando a mudança de hábitos e a diminuição da geração de resíduos, combatendo o consumismo e evidenciando que o lixo é um luxo;
- Montagem de uma Sucatotéca;
- Praticar o exercício da criatividade e reflexão sobre o material a ser trabalhado;
- Confecção de brinquedos, materiais de utilidades domésticas e escolares, reutilizando objetos descartados pela sociedade, seguindo da valorização dos trabalhos confeccionados manualmente e do resgate do prazer de fazer e aprender;
- Reflexão sobre o material a ser trabalhado (lixo) antes da transformação e depois de transformado;
- Evitar trabalhos com sucatas em dias seguidos, para que o envolvidos (alunos) não fiquem saturados E que não desenvolvam "culto ao lixo";
- Construir e despertar consciências ecológicas;
- Estudo da nossa realidade relacionado ao lixo;
- Informar, conscientizar e dar continuidade ao Projeto Piloto, desenvolvendo novos trabalhos, como por exemplo a reciclagem, com toda a comunidade local.

Promoção:

- Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari.
- Prefeitura Municipal de Extrema (MG).
- Secretarias Municipal de Meio Ambiente, Educação e Cultura. (Extrema - MG)

EXTREMA
Sempre Melhor

ADM – 97/2000

Apoio:

RIGESA

RIGESA Celulose, Papel e Embalagens Ltda.

Maiores Esclarecimentos:
Secretaria Executiva do Consórcio
Rua Fernando Camargo, 500 – 4° andar –
sala 43 – Centro - Americana – SP – 13.465-020
(019)461.7758 ou 460.4043
e-mail: consorcio@acia.com.br

"Papel Reciclado"

Projeto Piloto
Educação Ambiental
Fazendo "arte" com Sucatas

RIO PIRACICABA

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari

A VIDA HÁ DE VENCER
"10 anos de luta"

Extrema - MG
Agosto/99.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes

OF.ST.CG 1310/99 **São Paulo,** 25 de Agosto **de 1999.**

Prezado Senhor,

Refiro-me ao Ofício n.º 33/99, que encaminha Moção 003/99, protestando contra a redução de tarifas de pedágio somente para o município de Jaguariúna.

Sobre o assunto, encaminho manifestação da Comissão de monitoramento das Concessões, contida no Ofício CST 1417/99.

Renovo, na oportunidade, protestos de estima e distinta consideração.

ELIANA AMORIM JAYME
Chefe de Gabinete

LIDO EM SESSÃO
DE
8 / 9 / 99
PRESIDENTE

02/09/99

Excelentíssimo Senhor
Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

Apm
24/8

Comissão de Concessões
Secretaria dos Transportes

Of. CST/1417/99
Ref: Of. 033/99

São Paulo, 20 de agosto de 1999

Senhor Secretário

Respondendo ao ofício encaminhado pelo Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Ilustre Vereador Valter Costella, que envia a Moção 003/99, em protesto contra a redução de tarifas de pedágio somente para o Município de Jaguariúna, fornecemos as seguintes informações:

Pelo critério do Programa de Concessões de implantar as praças de pedágio de forma a garantir o maior número de contribuintes para cada praça, afim de melhor distribuir os custos de sustentação do lote, e a conveniência de que a tarifa paga pelo usuário reflita do melhor modo possível a respectiva utilização da rodovia, dentro da tecnologia disponível , ocorreu uma distorção quanto ao TCP (trecho de cobertura) da praça de pedágio de Jaguariúna, que cobre atualmente uma distância maior do que a média das distâncias cobertas por outras praças dentro do Programa de Concessões.

O Edital de Licitação do Lote 11 (anexo 4, item 3.3), preconiza que, "após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de praças de pedágio, à aprovação do CONTRATANTE,... sem prejuízo do nível dos serviços oferecido ao usuário." Tal provisão atribui-se ao fato de reconhecer-se que a implantação de novos conceitos de pedágio na malha rodoviária, prevista no Programa de Concessões, traz problemas específicos e localizados, impossíveis de antecipar por ocasião da formulação dos lotes de concessão, mas mais sensivelmente detectados por seu gestor direto, ou seja, a comunidade de usuários.

Acresce-se a isso, pleito específico da comunidade de Jaguariúna, por meio de seus representantes e da sociedade organizada, no sentido de sanar a distorção tarifária que penaliza a ligação rodoviária entre esta cidade e Campinas, que se realiza pela SP-340, sem, no entanto utilizar o total do trecho de cobertura da praça do km 123.

Afim de reparar a distorção ocorrida, foi concedido o desconto, em **caráter paliativo e provisório**, enquanto se procedem estudos para a correção dos parâmetros atuais. Esse desconto não será extensivo a outros municípios, visto que isso implicaria em alterações no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, e, consequentemente em alterações no cronograma de obras e níveis de serviços a que esta se obriga contratualmente.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,

Zilla Patrícia Bendit
Coordenadora de Comunicações
Comissão de Concessões e Permissões
Dos Serviços Públicos no âmbito da Secretaria dos Transportes
do Governo do Estado de São Paulo

02/09/99

Comissão de Concessões
Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo
R.Iaiá 126 13° andar São Paulo - SP CEP 04542-906
Tel: 820-6655 ramais 2600 a 2619 Fax-ramais 2612 e 2613

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Mogi Mirim, em 24 de agosto de 1999

Of. nº 283/99
Ao
Exmo. Sr. Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 288/99,** de autoria da nobre Edil **ROSANA MARIA CAVEANHA E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 23 de agosto de 1999.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MILTON DANTE
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
08/9/99
PRESIDENTE

02/09/99

47

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO:- LUTA PELA EXTINÇÃO DO FUNDEF
Que a prefeitura municipal de Mogi Mirim entre também, com ação na justiça contra a retenção do dinheiro do nosso município no FUNDEF

DESPACHO: APROVADO SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO, EM SESSÃO ORDINÁRIA DE HOJE.
SALA DAS SESSÕES 23/ 08/ 99

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 288/99

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

CONSIDERANDO que municípios, dentre eles Diadema(PSB), Ribeirão Pires(PT), Mauá(PT), Rio Grande da Serra(PTB) e Recife entraram com ação na Justiça contra a retenção do dinheiro do município no FUNDEF.

CONSIDERANDO que aos municípios estão sendo concedidas liminares suspendendo o repasse de sua cota mensal ao "fundão".

CONSIDERANDO que a atitude louvável destas prefeituras é digna de coragem e imbuida do espírito de luta que busca valorizar a autonomia dos municípios.

CONSIDERANDO que essa política educacional adotada pelo governo visa desmontar lentamente a rede de Educação Infantil e creches pelos quais os municípios são responsáveis e levar consequentemente à privatização da Educação.

CONSIDERANDO que lutar pela educação pública universal e de qualidade é dever e obrigação dos homens e mulheres que ocupam cargos públicos.

CONSIDERANDO que é necessário engrossarmos a luta pioneira destes municípios contra o "seqüestro do dinheiro municipal".

REQUEREMOS, após as formalidades de praxe, que o exmo sr. prefeito municipal Dr. Paulo de Oliveira e Silva, determine aos Departamentos competentes, dentre eles o Departamento Jurídico, o Financeiro e o da Educação e Cultura para que eles, de posse da documentação que conseguimos obter sobre o assunto que conta, inclusive, com modelos de ações propostas por alguns municípios e que encontra-se anexa ao referido requerimento, preparem uma ação semelhante em nosso município e entrem, também, na justiça engrossando assim, a luta dos municípios pela extinção do FUNDEF.

REQUEREMOS , também, que seje encaminhada por esta Casa de Leis cópia deste requerimento às prefeituras de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra no Estado de São Paulo e Recife no Estado de Pernambuco, bem como, um ofício parabenizando-as pela atitude louvável de terem iniciado essa luta contra o FUNDEF.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 11/08/99 às 16:55
Nome
Ponto 13290

PROJETO DE LEI Nº /99

Autor :Deputado **CELSO GIGLIO**

Modifica dispositivos do Código de Processo Civil e do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, sobre desapropriação.

LIDO EM SESSÃO
DE
01/09/99
PRESIDENTE

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA :

Art. 1º - O art. 188 do Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação :

" ***Art. 188*** : ....., em dobro para recorrer *e* ***em quíntuplo para ajuizar ação rescisória,*** quando a parte....."

Art. 2º - O artigo 489 do Código de Processo Civil passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único :

Art. 489 :.....
Parágrafo único : Nas ações rescisórias propostas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como pelas suas autarquias e fundações, caracterizada a plausibilidade jurídica da pretensão, poderá o tribunal, a qualquer tempo, conceder medida cautelar para suspender os efeitos da sentença rescindenda. "

18/08/99

JUSTIFICATIVA

As dívidas decorrentes de sentenças judiciais, transitadas em julgado, que originaram os precatórios ainda não liquidados por diversos Estados, bem como, por inúmeros Municípios brasileiros, alcançaram valores estratosféricos, seja em razão dos altos índices de inflação, que vigoravam antes da vigência do plano real, seja por força dos juros compostos incidentes (compensatórios e moratórios), além de honorários advocatícios.

Mas, é sabido que, em muitos casos, principalmente desapropriações, dos Estados e de Municípios, os valores apurados nos laudos de avaliação, que serviram de base de cálculo (origem da dívida) para a indenização devida ao credor, foram superestimados à época.

Assim, a correção destas distorções se faz necessária, seja pela eliminação dos juros compensatórios, que não se justificam, seja pela adequação dos honorários advocatícios a valores moderados, tendo em vista as condenações contra as Fazendas Públicas acabam criando sérios problemas, seja com relação à liquidação dos valores, seja prejudicando atividades essenciais que as administrações públicas devem prestar aos cidadãos.

Aliás, nesta trilha, vale transcrever alguns tópicos de matéria publicada no jornal " O Estado de São Paulo", neste último Domingo, 08 de agosto, sob o título : **Precatórios dão lucro até 50 vezes maior que a Bolsa ".**

Como explicar tamanha diferença, mesmo levando em conta valores superavaliados ?

" O truque são os juros compensatórios " aponta o promotor público Marcelo Daneluzzi, autor de algumas ações contra indenizações ambientais. Segundo ele, além de superestimar o valor da terra e não considerar os expurgos inflacionários do período, a atualização do valor dos processos inclui a cobrança de um por cento de juros ao mês a título de compensação por possíveis perdas do ex-dono.

Continuando, lembra o promotor que, "o princípio veio de desapropriações urbanas pois, segundo ele, o cálculo era baseado na perda do aluguel, que seria um por cento do valor do imóvel. Mas, hoje essa conta, do valor do aluguel em relação ao valor do imóvel, não vale mais nem para imóvel urbano, imagine no caso de propriedades rurais ".

De outro lado o Desembargador Laerte Nordi, da Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, também critica os juros compensatórios . " A Constituição manda pagar o justo valor, que só pode ser o valor de mercado " avalia. Para Nordi, esses cálculos criaram distorções inaceitáveis. " Acabaram transformando mata em ouro " define. "São valores inaceitáveis porque significam prejuízos graves para a educação, saúde e segurança, que ficam sem recursos para o enriquecimento de alguns ".

As razões acima são suficientes para justificar a presente proposta de projeto de lei que, de um lado, altera o Código de Processo Civil, para permitir que as administrações públicas, em geral, tenham condições de rever as ações que originaram as vultosas indenizações, seja em relação às avaliações superestimadas, seja em relação aos cálculos mal elaborados ou, às vezes mal impugnados e, de outro lado, para impedir que se continue utilizando, na elaboração dos cálculos das indenizações, os juros compensatórios e, pior que isso, juros compostos e, em alguns casos, fixação de verba honorária contra a Fazenda Pública, sem a moderação preconizada pelo parágrafo 4° do artigo 20 do Código de Processo Civil .

Sala das Sessões, de agosto de 1999.

Deputado **CELSO GIGLIO.**
PTB-SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº /99

Do Senhor Celso Giglio – PTB-SP

Dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal, e a ele acrescenta o parágrafo 3º.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal a seguinte Emenda Constitucional :

Art. 1º - Os parágrafos 1º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação :

" art. 100:.....

§ 1º :- É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de dotação necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciários, apresentados à entidade devedora até 1º de julho, data em que terão atualizados os seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, respeitado o limite de 5% das receitas resultantes de impostos, compreendida a proveniente de transferências.

§ 2º :- As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a sentença exeqüenda :

I – determinar o pagamento segundo as possibilidades do depósito;

II – autorizar o seqüestro:

a) a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, até a quantia necessária à satisfação do débito;

b) do saldo das importâncias não recolhidas até o final do exercício."

Art. 2º :- Acrescente-se um parágrafo que será o 3°, com a redação que segue , renumerando-se os seguintes :

" § 3º : - Os saldos de débitos constantes de precatórios judiciários que ultrapassarem o limite a que se refere o parágrafo 1° , bem como as atualizações de valores, serão incluídos no orçamento dos exercícios subseqüentes, até sua total liquidação, respeitada a ordem cronológica de apresentação do débito originário : "

Art. 3º :- Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A situação financeira dos Estados e Municípios é de extrema gravidade, na medida em que as receitas arrecadadas são insuficientes para saldar as despesas de custeio, necessárias para a manutenção dos serviços essenciais nas áreas da educação, saúde , habitação, saneamento básico, segurança e, principalmente, para adimplir os compromissos salariais e respectivos encargos dos servidores públicos.

Além disso, a conjuntura econômica nacional vem causando reflexos diretos nas receitas tributárias da União, dos Estados e dos Municípios, gerando inadimplência jamais observada e, via de conseqüência, acentuada e constante queda de arrecadação.

Mas, se não bastasse, é preciso lembrar que, ao longo destes últimos cinco anos, as receitas das transferências constitucionais, pertencentes aos Estados e Municípios, vêm sendo sensivelmente reduzidas em função de artifícios criados pelo Governo Federal, seja através do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF , seja pelos efeitos perversos da Lei Kandir e, ainda, as vinculações compulsórias de receitas de impostos e transferências, a favor do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEF , agravando, sobremaneira, a liquidez financeira dos Estados e Municípios.

Neste passo, vale notar que entre os exercícios de 1997 e 1998, a participação da União no total das receitas tributárias elevou-se de 57, 5 % para 59,1 %, enquanto que, no mesmo período, a participação dos Estados e Municípios baixou de 42, 5 % para 40, 9% .

No lado das despesas, no mesmo período, os Municípios, em especial, assumiram encargos cada vez maiores, principalmente nas áreas de educação, saúde e saneamento básico, disponibilizando, cada vez mais, gama maior de serviços essenciais á comunidade.

Pelas razões acima, inúmeros Estados e centenas de Municípios vivem sob constante ameaça de intervenção, em razão do não pagamento de precatórios judiciários e, de outro lado, não têm condições de honrar aquelas dívidas, herança de administrações passadas, a não ser reduzindo ou mesmo, até paralisando atividades essenciais (saúde, educação, coleta de lixo, abastecimento de água, segurança, etc.), diminuindo drasticamente o número de seus servidores, gerando desemprego e, sem dúvida, colocando em sérios riscos a qualidade de vida, minimamente digna, de todos os cidadãos brasileiros.

Portanto, a presente proposta de Emenda Constitucional é medida que se impõe assegurar, de um lado, aos devedores um caminho viável, sem comprometimento excessivo e insuportável de suas respectivas receitas e afastando , de vez, o fantasma da intervenção, através de mecanismo constitucional de seqüestro automático e, para os credores, a segurança de satisfação de seus créditos, em função das disponibilidades financeiras das entidades de direito público devedoras de precatórios judiciários.

Sala das Sessões, de agosto de 1999.

Deputado **CELSO GIGLIO**
PTB-SP

* Seguem 173 assinaturas de Parlamentares.

Coordenação de Divulgação

O ESTADO DE S. PAULO	DATA: 12/08/99	PÁGINA: A-10

Giglio quer mudança de cálculo das indenizações

Projeto acaba com juros compensatórios e determina que valor reflita preço atual de mercado

SILVIO BRESSAN

O deputado Celso Giglio (PTB-SP) apresentou ontem um projeto para mudar o cálculo do valor das indenizações contra a União, os Estados e os municípios. O projeto, que modifica a redação de alguns artigos do Código de Processo Civil, acaba com os juros compensatórios e determina que o valor da indenização deverá refletir o preço atual de mercado do imóvel em questão. Para Giglio, que também é presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), essas são as principais causas das superindenizações que estão colocando prefeituras e governos estaduais sob risco de sofrer intervenção.

Para justificar seu projeto, o deputado cita reportagem publicada pelo **Estado**, no domingo, constatando que alguns precatórios (dívidas de sentenças judiciais) acabam provocando um lucro, em relação ao preço de mercado da área indenizada, até 50 vezes maior do que o obtido com operações nas bolsas de valores. A diferença é obtida, entre outros fatores, pela cobrança de 1% ao mês a título de juros compensatórios, por possíveis perdas do ex-dono. Na reportagem, o promotor Marcelo Daneluzzi critica o expediente, dizendo que na maioria dos casos não há o que compensar, porque os ex-proprietários nunca chegaram a explorar comercialmente essas áreas.

Giglio também cita no projeto as declarações do desembargador Laerte Nordi, do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com Nordi, "a Constituição manda pagar o justo valor, que só pode ser o valor de mercado." Segundo Nordi, também crítico dos juros compensatórios, "acabaram transformando mato em ouro".

PROPOSTA ENTROU ONTEM NO PLENÁRIO

Argumentos – Assim, o deputado acha que é preciso alterar o Código Civil. "A correção dessas distorções se faz necessária, porque as dívidas decorrentes de sentenças judiciais alcançaram valores estratosféricos", afirma o deputado. Pela sua proposta, o ex-dono só teria direito a um acréscimo de 10% no valor da indenização se estivesse utilizando o imóvel no momento da imissão de posse. No mais, receberia o valor de mercado da área, com a correção monetária de praxe.

Tramitação – O projeto entrou ontem em plenário e agora precisa passar pelas comissões da Câmara. Giglio pretende solicitar urgência na tramitação e espera que a votação ocorra ainda este ano. "Do jeito que está hoje, não é bom nem para os Estados e municípios, ameaçados de intervenção, nem para os credores, que acabam não recebendo", observa.

Mesmo com sua aprovação, o projeto não vai resolver a situação relativa aos atuais precatórios. Só em São Paulo, mais de 80 municípios estão ameaçados de intervenção pelo não pagamento dessas dívidas. Já o governo paulista deve mais de R$ 5 bilhões em precatórios e o Ministério Público estima que essa conta pode chegar a R$ 50 bilhões se o governo perder todas os processos por indenização ambiental que estão na Justiça.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

06 de agosto de 1999.

Ofício nº.229
Assunto: envia Moção

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Venho através deste, mui respeitosamente, encaminhar-lhe cópia da Moção nº.62/99, de minha autoria, que "Manifesta repúdio às decisões proferidas pelo E.Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reduziram o número de vereadores em cidades paulistanas", aprovada por unanimidade em Sessão Ordinária do dia 04 p.p.

Na oportunidade, manifesto meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

VEREADOR DR.DÉCIO QUEIROZ TELLES
Presidente da Câmara Municipal

Ao
Exmo.Sr.
Vereador Valter Costela
Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LIDO EM SESSÃO
DE
01/09/99
PRESIDENTE

20/8/99

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

OF. GP. CIRC. N.º 32/99

Vinhedo, 17 de agosto de 1999

Senhor(a) Presidente:

Encaminhamos para conhecimento de Vossa Excelência cópia da Moção n.º 11, de 1999, de autoria da Bancada do PT desta Casa, apreciada e aprovada em sessão ordinária realizada nesta Casa no dia 16 de agosto último.

Atenciosamente,

Eduardo Cesar Gelmi
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
01/09/99
PRESIDENTE

20/8/99

A Sua Excelência o Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Rota dos Imigrantes, s/nº
13825-000 - Holambra - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO N.º 11, DE 1999

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
APROVADO em Discussão e Votação Únicas
com 13 (treze) votos favoráveis
e 0 (zero) contrários
em 16/08/99
PRESIDENTE

A Câmara Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo, apresenta nos termos regimentais **Moção de Apelo** aos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a fim de que os mesmos ao votarem o Projeto de Lei Complementar N.º 11/99, que versa sobre o sistema de previdência dos funcionários públicos estaduais, venham a rejeitá-lo, em prol dos trabalhadores e da população de São Paulo.

Outrossim, que do deliberado desta Casa, seja dado ciência ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, bem como às lideranças partidárias e Câmaras Municipais da região.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1999.

SÔNIA APARECIDA IODES
Vereadora

LUIZ CARLOS DA ROCHA
Vereador

JUSTIFICATIVA:

"O Governo do Estado baseado, em argumento que o IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, está falido, encaminhou à Assembléia, Projeto de Lei que modifica todo o sistema de pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e seus dependentes.

O Governo pretende solucionar a falência do sistema, com alíquotas que chegam a representar descontos de até 23% sobre os salários, contra os atuais 6% recolhidos, do conjunto do funcionalismo.

No entanto o Governo do Senhor Mário Covas não revelou as causas das dificuldades do IPESP e sanar os pagamentos das aposentadorias e pensões, ficando claro que mais uma vez o Estado foge as suas responsabilidades, atribuindo ao funcionalismo, mais uma vez, o sacrifício de ter seus vencimentos cortados.

O IPESP é mantido com recursos oriundos da contribuição dos servidores que é de 6% sobre o salário, mais da contribuição do Estado de 6%, sobre o salário de cada servidor. Ocorre que há mais de 21 anos, o Governo Estadual não repassa sua parte para o instituto, mesmo assim diversos estudos apontam que só com a receita proveniente da contribuição dos servidores, descontando os pagamentos previdenciários, o IPESP conseguiu sucessivos superávit.

No entanto o uso indevido, por sucessivas administrações estaduais, desviando os recursos para finalidades que nada tem a ver com os objetivos do instituto, como construção de presídios, fóruns, casas de agriculturas e outras, tem contribuído com a falência do sistema. E, se isso não bastasse, o Governo do Estado de São Paulo jamais realizou esforços junto ao INSS, para ressarcir o IPESP do pagamento a servidores de outras origens que se aposentaram no serviço público estadual.

Portanto, este Legislativo municipal não pode ficar calado diante desta situação, em que mais uma vez os trabalhadores terão que se responsabilizar pela atuação indevida do Estado com a administração do sistema previdenciário dos servidores.

Não é rebaixando e cortando salários que encontraremos a solução. É preciso que o Estado, assuma a responsabilidade em ressarcir o IPESP, do patrimônio usado indevidamente, bem como cumprir com sua parte nas cotas.

Por isso, solicitamos aos senhores Deputados, que não aceitem mais esta medida que aumenta o arrocho e as condições de vida dos servidores estaduais, que já sofrem com a política econômica desumana do Governo Federal".

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

MOÇÃO Nº. 062 /99

"Manifesta repúdio às decisões proferidas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reduziram o número de vereadores em cidades paulistanas"

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Artur Nogueira, Vereador Dr.Décio Queiroz Telles, nos termos do art.218, II, do Regimento Interno desta E. Casa de Leis e considerando:

a) que, a Constituição Federal em seu art.18 estabelece que: *A organização político administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, (...)*, o que determina a autonomia política dos municípios;
b) que, a Constituição Federal em seu art.29 estabelece que: *O Município* ***reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovado por dois terços dos membros da Câmara Municipal (...);*** e ainda, no que dispõe o art.30 da CF, determinando a autonomia legislativo dos municípios;
c) que, o art.29, inciso IV e suas alíneas, da Constituição Federal, estabelece limites mínimos e máximos, nas faixas populacionais determinadas, não estabelecendo porém qualquer tabela de graduação;
d) que, recentemente vem o Poder Legislativo Municipal, observando que o Judiciário, em decisões que reputamos inconstitucionais, está reduzindo por sua conta o risco número de vereadores em diversas cidades, com violação de suas leis orgânicas e da autonomia municipal, como ocorreu em recente caso publicado no *Estado de São Paulo, em 01.07.99, fls.C3;*
e) que, os Legislativos Municipais não podem ficar silentes a esta invasão de *sua* competência legislativa e também à inerência sobre a autonomia municipal.

O Vereador propõe a presente Moção de Repúdio, às decisões proferidas pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que reduziram o número de vereadores em cidades paulistas, por serem as mesmas inconstitucionais, violando a autonomia

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA

(BERÇO DA AMIZADE)

Rua : Expedicionários Nº 467 - CEP 13.160-000 - Fone DDD (019) 877-1097

ESTADO DE SÃO PAULO - BRASIL

municipal, pelo que esperamos o voto favorável dos nobres pares desta E. Casa de Leis, na aprovação da presente proposição.

Que seja dado ciência desta às Câmaras Municipais da região, solicitando apoio a esta nossa justa causa.

Câmara Municipal "Palácio Vereador Rodolpho Rossetti", em 05 de julho de 1999.

VEREADOR DR.DÉCIO QUEIROZ TELLES
Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ARTUR NOGUEIRA
12 JUL 99 &007579

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO N.º 11, DE 1999

CÂMARA MUNICIPAL DE VINHEDO
APROVADO em Discussão e Votação Únicas
com 13 (treze) votos favoráveis
e 0 (zero) contrários
em 16/08/99
PRESIDENTE

A Câmara Municipal de Vinhedo, Estado de São Paulo, apresenta nos termos regimentais **Moção de Apelo** aos Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a fim de que os mesmos ao votarem o Projeto de Lei Complementar N.º 11/99, que versa sobre o sistema de previdência dos funcionários públicos estaduais, venham a rejeitá-lo, em prol dos trabalhadores e da população de São Paulo.

Outrossim, que do deliberado desta Casa, seja dado ciência ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, bem como às lideranças partidárias e Câmaras Municipais da região.

Sala das Sessões, 11 de agosto de 1999.

SÔNIA APARECIDA IODES
Vereadora

LUIZ CARLOS DA ROCHA
Vereador

JUSTIFICATIVA:

"O Governo do Estado baseado, em argumento que o IPESP – Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, está falido, encaminhou à Assembléia, Projeto de Lei que modifica todo o sistema de pagamento das aposentadorias e pensões dos servidores públicos estaduais e seus dependentes.

O Governo pretende solucionar a falência do sistema, com alíquotas que chegam a representar descontos de até 23% sobre os salários, contra os atuais 6% recolhidos, do conjunto do funcionalismo.

No entanto o Governo do Senhor Mário Covas não revelou as causas das dificuldades do IPESP e sanar os pagamentos das aposentadorias e pensões, ficando claro que mais uma vez o Estado foge as suas responsabilidades, atribuindo ao funcionalismo, mais uma vez, o sacrifício de ter seus vencimentos cortados.

O IPESP é mantido com recursos oriundos da contribuição dos servidores que é de 6% sobre o salário, mais da contribuição do Estado de 6%, sobre o salário de cada servidor. Ocorre que há mais de 21 anos, o Governo Estadual não repassa sua parte para o instituto, mesmo assim diversos estudos apontam que só com a receita proveniente da contribuição dos servidores, descontando os pagamentos previdenciários, o IPESP conseguiu sucessivos superávit.

*

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTIVA GERBI

Estado de São Paulo

Luís Henrique dos Santos

Presidente da Câmara Municipal de Estiva Gerbi, convida Vossa Excelência e digníssima família para a cerimônia de entrega de Título de "Cidadão Estivense" ao Ilustríssimo Sr. Dr. José Carlos Silva, pelos relevantes serviços prestados à Comunidade Estivense.

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

Dia: 20 de Agosto de 1999
Horário: 19:30 horas

Local: Edifício da Câmara Municipal
Rua Angelo Zanco, Nº 657

10/08/99

Estiva Gerbi, Agosto de 1999

Manifesto do Povo de Colombia

Iniciamos com esta lista de assinaturas o movimento popular de Colombia, reivindicando junto ao senhor Prefeito e aos Senhores vereadores a volta de suas funções do Sr. Dr. Humberto Marino de Lucca como médico urologista do Bento Soccorro, Municipal no qual exerce a função a mais de 6 anos.

Sempre atendendo muito bem a nossa população, lutando por uma saúde digna em Colombia.

Sr. Prefeito, conhecedores que somos das ações justas de Vª Sª que sempre atendeu as reivindicações do povo, acreditamos que a solicitação acima, que vem satisfazer aos moradores deste progressivo município.

Aguardamos o atendimento deste pedido

49 Gilzalice Apda Almeida Ramos
50 José Alberto de Souza
51 Wagner Machado.
52 Dulcana Graciado da Silva
53 Euridis Vidotte
54 Estilde Vidotte Machado
55 Gilberto Machado
56 Edson Graciado Machado
57 Vandinei Machado
58
59 José Alberto de Souza
60 Marcia S. Taveira Carvalho

Manifesto do Povo de Rolamba

Iniciamos com esta lista de assinaturas o movimento popular de Rolamba, reivindicando junto ao senhor Prefeito e aos senhores vereadores a volta de suas funções do Sr. Dr. Humberto Mariño de Lucca como Médico Urologista ao Pronto Socorro Municipal, no qual exerce a função a mais de 6 (seis) anos.

Sempre atendendo muito bem a nossa população, lutando por uma Saúde digna em Rolamba.

Sr. Prefeito, conhecedores que somos das ações justas de Va. Sa. que sempre atendeu as reivindicações do povo, acreditamos que a solicitação acima, que vem satisfazer os moradores deste progressivo município.

Aguardamos o atendimento deste pedido.

0001	ALVARO ALFREDO PEIXOTO FORTES	RG. 4949524
0002	Cibele de Souza Fortes	Cibele Fortes. 125203
0003	Edinea Aparecida Stange Costa	Estanposte- RG 16.125.135
0004	Laiza Ulhôa da Costa	
0005	Umbelina RG [illegible]	
0006	Rogerio de Lima e Gomes	
0007	Yula Cristina de O Correia	
0008	Ismael Machado 10947569 RG.	
0009	Edaine Cristina Assa 24676073-41 RG	
0010	Vera maria Carvalho 21820032	
0011	Luiz Lima Filho R.g 4365437 x	

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 09 / 99
PRESIDENTE

Manifesto do Povo de Rolambra

- Iniciamos com esta lista de assinaturas o movimento popular de Rolambra, reivindicando junto ao senhor Prefeito e aos senhores vereadores a volta de suas funções do Sr. Dr. Humberto Marino de Luccia como médico urologista do Pronto Socorro Municipal no qual exerce a função a mais de 6 anos.

Sempre atendendo muito bem a nossa população, lutando por uma saúde digna em Rolambra.

Sr. Prefeito, conhecedores que somos das ações justas de V.Sa. que sempre atendeu as reivindicações do povo, acreditamos que a solicitação acima, que vem para fazer aos moradores deste progressivo município.

Aguardamos o atendimento deste pedido.

34	Terezinha	
35	Maria Lucia C. Bueno	RG - 21.820.077
36	José Antonio Bueno	RG - 23564898 X
37	Mariana Bueno Jordão	
38	José Benedito Bueno	
39	Izabel Cristina Bueno Santos	26 109 617-5
40	Marília de F. Bueno.	
41	José Carlos Martins	20.779.191
42	Silvia Jordão	488-888.6.
43	[illegible]	6.756.939.
44	[illegible]	RG 29 727 591-4

Manifesto do Povo de Holambra

Iniciamos com esta Lista de assinaturas o movimento popular de Holambra reivindicando junto do Senhor Prefeito e aos Senhores Vereadores a volta de suas funções do Sr. Dr. Humberto Marino de Luccia como médico Urologista do Pronto Socorro Municipal no atual exerce a função a mais de 6 anos.

Sempre atendendo muito bem a nossa população Lutando por uma saúde digna em Holambra.

Sr. Prefeito, conhecedores que somos das ações justas de Va Sa. que sempre atendeu às reivindicações do povo Acreditamos que a solicitação acima que vem satisfazer aos moradores deste progressivo município

Aguardamos o atendimento

90 Ana Leticia Segura Libano
91 Maria Luiza Machio.
92 Amarildo Libano
93 Giane Cristina da Costa
94 [illegible]
95 Luiza Tantorelli

Manifesto do Povo de Holambra

Iniciamos com esta lista de assinaturas o movimento popular de Holambra reivindicando junto do senhor Prefeito e aos senhores vereadores a volta de suas funções do Sr. Dr. Humberto Marino de Luccia, como médico Geologista do Pronto Socorro Municipal, no atual exerce a função a mais de 6 anos.

Sempre atendendo muito bem a nossa população lutando por uma saúde digna em Holambra.

Se Prefeito conhecedores que somos das ações justas de Va. Sa. que sempre atendeu as reivindicações do povo, acreditamos que a solicitação acima, que vem satisfazer aos moradores deste progressivo município.

Aguardamos o atendimento

96 ~~Antonio de~~
97 Elcio Veronezi de Lima
98 Giovana Cip. Fogaroello
99 J. Alencar
100 Jaiane Cyparecida Galvão
101 Lázaro Luiz Silva
102 Lucia R G de Oliveira
103 Douglas Fernandes
104 William J. Gonçalves
105 Nilson Dantas Nascimento RG. 4053315 BA

95	Edgard M. Md.	RG: 21.407.594
96	João Wender Biazzini	RG 32 508.601-1
97		RG 16 967 754
98	Fernando [illegible]	RG: 20.626-517
99	SANDRA MAR. da FONSECA F.	RG: M. 6.252.213
100	ADENIR R. SILV	RG: 21.195.558-0
101	Juliana maria Santos Arcanjo	Rg 24.624.294-2
102	Carlos Rogério Arcanjo	Rg
103	Ant. Carlos Almeida	RG 16.335.767
104	Luiz de Almeida	
105	Wanderley Aparecido Almeida	
106	[illegible] Almeida	
107	Renato A. Adão	RG: 40-538.320-4
108	Marcos Anto. de Rodrigues	
109	Marcio Moreira da Silva	RG. 7 582.811-0
110		
111	Sonia Aparecida de Souza	
112	Jonatha Araujo da Silva	
113	Silvana A. [illegible]	
114	[illegible]	
115	Cristiano Reginatto	
116	Fernando de Aparecido	
117	Silvana [illegible] da Silva	
118	Rosa Rodrigues [illegible]	33.144.682-9
119	Reinaldo A. B. [illegible]	
120	Anselmo Marques de Freitas	8.144.766-3
121	Mario Dias da Silva	RG 33.744.265-4
122	Elio Rosa Antunes Filho	29 [illegible] 42.095.691-8A
123	Viviane de Jesus Pereira Barbosa	33.732.905-09
124	Silmara Gustavo dos Santos	
125	Lorimar Galimari	
126	Marcia Aires Caetano	RG 45 780.058-6
127	Marcia Aires Caetano	
128	Carlos Caetano Neto	
129	Juliana [illegible] de Alcantara	
130	MANOEL [illegible] ALCANTARA	

	NOME	R.G	ASSINATURA
150	Rodrigo J. A. Pereira	25 921 037 -7	
151	José A. Souza	16 800 930	
152	Antonio Fluz Prudencio	7.835.513	
153	Edson S. Lima	15.628.845	
154	Eucledes BATISTA	33.796.113	
155	Antonio Luiz Alves	3.771.473.3	ANALFABETO
156	Pedro Nogueira Alves	26.396.904.6	
157	Geraldo Conceição Silva	20.862.809	
158	Valtino Jan	6.193.131-7	
159	VITALO Alves Silva	23.458.387-5	
160	Ozeas de Castro	7487049	
161	Manuel de Souza Campos	22 614 491-7	
162	Cicero Ribeiro de Carvalho	30.714.736-3	
163	Victor Gonçalves	4.525.920	
164	Maria D. Lopes	17.569.319.5	
165	Nelson Luiz Alves	7.621.420	
166	José Alves da Silva	15 370.950	
167	Carlos Roberto Silva	22.693.762-7	
168	CESAR 7.619=6411	17 997 794	
169	José Walter Soares	4.103.224-2	
170	Jocir Alves	9.371.035-4	
171	Vilma Apolinario Alves	28.128.849-8	
172	Antonio Dias	20.677.405	
173	nelson gonçalves rodrigues	4.651.500.5	
174	Eli Pereira da SILVA	9228114	
175	Luiz R. de Melo	9024620	
176	marcio landes Borges Alves	25.102.868-0	
177	Maria FATIMA BALSANO	9.180430	Maria de F. Balsano
178	Rogerio Teixeira	32.397.301-2	
179	Ilza Nogueira	19.221.211.3	
180	Zulmiro nogueira		
181	Maria Rodrigues Alves	17.246.756	
182	Alcides Pedro Garcia	1875111	
183	Eunice Bento Gonzaga	5.565.150-7	

	NOME	RG	ASSINATURA
184	Reginaldo Aparecido Rodrigues	35.197.644-9	
185	Andre Luis Pinto		
186	Daniel Pontes	039847	
187	Daniel da Lauda	42225484	
188	Epifanio Rodrigues - Suplente	10.273.505	
189	Gyrmenildo Simbelo		
190	Jose Antonio	17.485.988-0	
191	Jose Ramos dos Santos	16.568.146	
192	Josecardo dos dos Santos	5.736.396-0	
193	Paulo Roberto	16.568020	
194	Souza	22.411.800	
195	Marcio Rodrigues Bueno	34.321.094	
196	Aparecida ribeiro ferreira		
197	Joaquim Mariano de Silva	17569260	
198	Maria B. F. Souza		
199	Conceição de Lima		
200	Paulo Barbosa		
201	Rosemara da Silva Ramos		
202	Jesus Claudia Ramos		
203	Mario Waide Ramos		
204	Elenir Ramos		
205	Vera Lucia Ramos		
206	Alexandre de Souza	41743908-0	
207	Maurilio Gomes Pinto	25074978-8	
208	Luis Carlos Faustino O.	32764444-0	
209	Mauro Lopes da Silva	19.488228	
210	Samuel Nunes Moreira	10717953	
211	Luis C. Oliveira	14.841.208	
212	Jose MARCIO Souza	17.760087	
213	BENEDITO M Souza	17 987 511	
214	Silvana Aparecida Dias Evangelista	23 958 346-2	
215	Augusto Dias		
216	Elionai A. Dias		
217	Eva Conceição Dias		

	NOME	R.G	ASSINATURA
220	Luis Carlos Reis	19.702.946	
221	Ponzetto Cleber	19.803.759	
222	Divina R. do Sil	1.157.109	
223	Maricy AP. Bra	89	
224		23 938 729-4	
225	Ana Paula Teixeira	25 366 495-8	
226	Ronaldo da Silva	26.396.903-4	
227	DANIEL S. TANAKA	27127747-6	
228	BIANCA CAIRANDOTTI	25.395.208-6	Bianca Cairandotti
229		26 [illegible] 41	
230	[illegible]	29.816.349-6	
231	Cristiane Apda dos Reis	29.811.629-7	
232	RONALDO Serafim	27.730.998-0	
233	WALDECIR G DIAS		
234	PATRICIA PIMA		
235	[illegible]	30895817-2	
236	Paulo A. Ferreira	32536408-4	
237	Ademir Rodrigues da Silva		
238	Claudio Fabiano Barbosa da Silva		
239	Fabiano de Siqueira	32 369 307-6	
240	Edson MARCO SANTIAGO	22 354 394	
241	DIALTON SIMONI	22.941621.4	
242	Marco Antonio Ferreira	5.438.634-6	
243	[illegible] Lucas Oliveira	21.126.873	
244	Silva Roberto [illegible]	17 294 502	
245	Sergio Gracia	18 743 239	
246	[illegible] dos Santos	20.607.222	
247	[illegible]	23 521.174.4	
248	[illegible]	15.129.992	
249	[illegible]	20348786-2	
250	Eliseu Fernandes	35-458-143.0	
251	Manoel [illegible]	21 [illegible] 053-5	
252	Victor [illegible] de Paula	[illegible] 077.903	
253	João Clemente da Silva		

	RG	NOME
254	24.[illegible].029-3	José [illegible]
255	23.190.586-5	Valmir Melo
256	24.362.040-8	Lucas da S. Rosa
257	26.990.183-2	Juvenil [illegible] Sales
258		Benjamin Monteiro de Oliveira
259	5.062.969	Andre [illegible]
260		Luciano Branco Sousa
261		Domingos Brito dos
262	20227645	Almiro R. A Junior
263	14104991	[illegible] Wanderlei Chiste
264	20595 505-0	[illegible] Marcos [illegible]
265		Antonio Neves dos Santos
266		Manoel Vanderlei de Lima
267	33.409.675-9	Osvaldo Martins Efrenio
268	17937637	Benedito [illegible]
269	18.575.565-9	[illegible] dos S. [illegible]
270	18829370	Francisco N. S. dos S. [illegible]
271	25.000.973-x	Jose Gilberto [illegible] da Silva
272	.	[illegible]
273		Moises Pereira de Queiroz
274	17088048	Antonio Osvaldo Ponce
275	15660291	[illegible]
276	17294951	Otacilio Bueno
277	19496544	Maria Margarida A. Bueno
278	16216232	José Henrique de Souza
279	23078[illegible]8	José Ferreira de Sodré
280	21121930	Jose Ferreira de Sodré
281	22134785	Edenio Manoel Santos
282	22132865	José Carlos Souza
283	22481392-4	Marcos Antonio Pinheiro
284	23.564.315-4	Marlene C. de Souza
285	25.000549-9	Joaquim de Carvalho

Manifesto do Povo de Odamba

Iniciamos com esta lista de assinaturas o movimento popular de Odamba, reivindicando junto ao Senhor Prefeito e aos senhores vereadores a volta do senhor doutor "Humberto Marino de Lucia" a sua função de "médico urologista" ao "Pronto Socorro Municipal, no qual exerce a função a mais de 6 anos." sempre atendendo muito bem a nossa população, lutando por uma saúde digna em Odamba.

Sr. Prefeito, conhecedores que somos das ações justas do Sr. Dr. que sempre atendeu as reivindicações do povo, acreditamos que a solicitação acima, que vem satisfazer os moradores deste progressivo município.

Aguardamos o atendimento deste pedido.

	NOME	R.G	ASSINATURA
297	Maria Donato	15.311.061-2	Maria Donato
298	Joaquim Paulo de Souza	19.894.892	
299	Luciana Aparecida dos Santos	27.303.559-9	Luciana Santos
300	IZABEL. CARLOS. DONATO.	27.082.194-6.	Izabel C Donato
301	Graciema Silva	19.771 455	Graciema Silva
302	Valéria Cançado	32.181.504-1	
303	Elenisa P. Silva Zanetti	20,672875	Elenisa P. Silva Zanetti
304	Raul Zanetti	9,573.125-8	Raul Zanetti
305	[illegible]	7555588	
306	Maria José de Souza	21.871.905	Maria

	Leontina de Lyra	27.588-882-4
307	Eduardo Alexandre Silva	32.535.101-6
308	Fabio Augusto Silva	40.538.411-7
309	Newton Roberto Primo	17.746.551-5
310	Fabiana Otegário de Almeida	32.188.640-9
311	Evelise Machon	9097661-
312	Claudina Gonçalves Alexandre	23 010 908-1
313	Cleonice Alexandre	24-550-9-8
314	Jesus Jorge Prado	3.574.552
315	Joziane P. Jorge Prade	34.383.269-0
316	Ana R. L. Prade	21.820.181
317	manoel Francisco moreira	19498252
318	Antonio moreira	3004 479-7
319	Luiz Henrique moreira	25018079-0
320	Sebastiana Cândida Moreira	001040125
321	Mariangela dos S. moreira	20-034-178
322	Edson A. Silva	9.050.634
323	Vitor P. L. Silva	10 532 009
324	Elio Belonci	9.783 381
325	Maria Lucia P. M. Belonci	14.814.852-5
326	Michelle Belonci	32035503-2

	NOME	R.G	ASSINATURA
327	~~Hlaurentino~~		
328	José Orlando da Silva	33.744-370-5	
329	Edvaldo José da Silva	32.397-295-0	
330	Antonio José da Silva	45.388.084-8	
331	Edson Ap da Silva	44.005.275-0	
332	ESVAIR FERNANDES	23.906 809-7	
333	Rosanita E. B. nunes	6.197.268-4	
334	Antonio Carlos magalhães	4.751.854-7	
335	Maria das Graças Pinheiro	28.454.869-0	
336	Andreza Esperança	31 743 848-9	
337	Aderico Rocha Ferreira	35.289.975-X	
338	Amalia maria magalhães	32-714-415-1	
339	Maria Aparecida Magalhães	5.347.210-1	
340	José Ferreira Magalhães	1.204.343	
341	Elandia Alves Batista	35.891.414-0	
342	Ananias Batista	28-788-958-0	
343	Clandete Alves Batista	36.311-073-2	
344	NATALINO DA SILVA	18 685 132	
345	maria José de moraes da silva	34.577.402-0	
346	Jesus R dos	1.112-066	
347	Renato Alves de Santana	7.208.706-2	
348	José Lourenço Pinto	28-299-390-3	
349	Jadson magalhães	16.172.591	
350	JOSÉ MAGALHÃES LIMA	7.667.888	
351	Ronivaldo C. Duarte	35.921.869-2	
352	marina C. Duarte	6.190.335-6	
353	Roberto Ap. Duarte	34.920.950-9	
354	Aparecido Duarte	4.405.918-5	
355	Jair Ap. de Oliveira	2.260.599-2	
356	Luzia da Silva	35-776-682-8	
357	Eliano de morais	8.178.716 6	
358	Luciano de Campos	30-329-301-9	
359	Ricardo de morais	7.737.0480	
360	Cristiano de Campos	30.484.645-5	

361	[illegible]	34.693.934-3	
362	[illegible]	5.397.214-4	
363	[illegible]	32-953-115-3	
364	[illegible]	27.739.337-1	
365	[illegible]	36.3336.675-8	
366	[illegible]	4.751.817.2	
367	[illegible]	6.724.977	
368	[illegible]		
369	[illegible]		
370	[illegible]		
371	CARLOS FERREIRA	34.920.991.1	
372	[illegible]	7.082.315.2	
373	[illegible]	19.370-987.	
374	[illegible]		
375	[illegible]	1.658.739	
376	[illegible]	4.254.129	
377	[illegible]	16130446	
378	Ronaldo de Campos	25142679.8	
379	[illegible]	18-165.086	
380	[illegible]	23.119.917-8	
381	[illegible]	10-957.944-C1	
382	Charles José Barbosa	33.744.392-0	
383	Miranildo Aparecido da Silva	4.980.354-0	
384	margarida martins do Santo	36.283.262.6	
385	[illegible]	34.093.453-7	
386	[illegible]	27.912.718.2	
387	[illegible]		
388	[illegible]	33.065.409-3	
389	[illegible]	33.967.305-5	
390	Marcelo Silva magalhães	41.282.143.7	
391	Clodoaldo Silva magalhães	28.354.917-8	
392	Francisca Silva magalhães	14.869.650	
393	Luzinete Silva magalhães	6.495.502.0	
394	Aparecido B Lima	5.067.737-0	
395	José Barbosa Lima	8-758-448-8	

PROTOCOLO
No de Ordem 1950
Fls. No 65 Livro No 009
Data 09 / 08 / 99
SECRETÁRIA



Casa Bela

Cortinas, Souvenirs e Artesanato

HOLAMBRA,19-07-1999

ASSUNTO: REDUÇÃO PROGRESSIVA E GRADUAL DO I.P.T.U. OU OUTRO IMPOSTO MUNICIPAL (URBANO OU RURAL) :

À CÂMERA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

../C DO PRESIDENTE DA CAMERA:ILUSTRÍSSIMO SR VALTER COSTELA

PREZADO SENHOR,

EM NOME DO GRUPO "AMIGOS DE HOLAMBRA" QUE TEM POR LEMA "CIDADE BONITA, LIMPA E SEGURA " SOLICITO UMA ANÁLISE JURÍDICA SOBRE A VIABILIDADE DE IMPLANTAR UMA LEI SOBRE A REDUÇÃO GRADUAL E PROGRESSIVA DE I.P.T.U. OU QUALQUER OUTRO IMPOSTO URBANO OU RURAL PARA AS EMPRESAS OU PESSOAS FÍSICAS QUE CONTRIBUAM PARA A IMPLANTAÇÃO DESSE NOSSO LEMA EM FORMA DE DINHEIRO OU PRODUTOS .

'IMOS E ANALISAMOS A LEI Nº 174/95 DA AUTORIA DO SENHOR PRESIDENTE DA CAMERA,QUE TALVEZ,PODERIA TER ALGUM ADENDO,INDO DE ENCONTRO ÀS NECESSIDADES ATUAIS DA CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL DE HOLAMBRA .

ESTAMOS À DISPOSIÇÃO PARA ESCLARECER NOSSOS OBJETIVOS,PLANOS E IDÉIAS, NO MOMENTO QUE MAIS LHE CONVIER !

CONTAMOS COM O APOIO DO SENHOR E SEUS NOBRES COLEGAS .

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08/99
PRESIDENTE

CORDIAIS SAUDAÇÕES,

MARTHA M M SCHOENMAKER LITJENS

20/07/99

PROTOCOLO
N.o de Ordem 1938
Fls. No 64 Livro No 009
Data 20 / 07 / 99
SECRETÁRIA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DA SECRETÁRIA
Praça da República, 53 - sala 204 - CEP: 01045-903

São Paulo, 03 de agosto de 1999.

Ofício CG. 1406 /99
DOC. 369/3701/99
ALB

Senhor Presidente,

Solicitez computador

Em resposta ao Ofício 104/99, dirigido ao Ministério da Educação, que se reporta aos termos da Indicação 35/99, de autoria de Vossa Excelência, cumpre-me comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com informações da Gerência de Informática Pedagógica da Fundação para o Desenvolvimento da Educação, será incluída na planilha de atendimento a Escola Municipal de Educação Básica "Jardim Flamboyant".

Esclareça-se que o PROINFO está entregando em São Paulo os Kits da 1ª licitação. A 2ª lista de escolas já está em Brasília desde 1998, restando apenas aguardar a entrega.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe protestos de minha consideração.

ZILMA DE MORAES RAMOS DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Vereador Valter Costella
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP.

Ofício Circular nº 03/99

Serra Negra, 29 de junho de 1.999

Ref. Comunica Rejeição de Moção

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

Comunico à Vossa Excelência, que em Sessão deste Poder Legislativo ontem realizada, foi **rejeitada por maioria de votos, a Moção nº 06/99**, de apoio ao Requerimento nº 315/99 da Câmara Municipal de Ourinhos,

Da decisão dessa Casa, encaminho o presente para conhecimento de Vossa Excelência e aproveito a oportunidade para externar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração,

Atenciosamente.

LIDO EM SESSÃO
18 / 6 / 99
PRESIDENTE

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal

Rua Nossa Senhora do Rosário, s/n.º - Centro de Convenções "Circuito das Águas"
Mezanino Salas 06 e 07 - Caixa Postal 161 - CEP 13930-000 - Fone/Fax: 892-2024
Home-Page: http://www.cmserranegra.sp.gov.br - E-Mail: cmserranegra@linkway.com.br

Câmara de Vereadores de Penápolis

Av. Marginal Maria Chica, 1450 - Penápolis - SP - Cep.: 16.300-000 - Fones/fax (018) 652-0175 e 652-0275

Ofício Circular nº 36/99

Penápolis, 5 de agosto de 1999.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

A par de nossos cumprimentos, vimos à presença de Vossa Excelência para encaminhar-lhe cópia do Requerimento nº 117/99, de autoria da Vereadora Maria Elizabeth Duarte Oberg e subscrito por esta Presidência, aprovado pela unanimidade desta Casa, em sessão realizada no último dia 2.

Dada a importância da matéria, solicitamos o indispensável apoio de Vossa Excelência junto às autoridades citadas na presente propositura.

Certos de contarmos com a sua valiosa atenção, subscrevemo-nos externando-lhe nossas expressões de grande apreço.

Cordialmente,

OSMAR DE ALMEIDA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

A(o)
Exmº(a) Senhor(a)
DD(ª). Presidente de Câmara Municipal

Câmara de Vereadores de Penápolis

Av. Marginal Maria Chica, 1450 - Penápolis - SP - Cep.: 16.300-000 - Fones/fax (018) 652-0175 e 652-0275

Ofício Circular nº 36/99

Penápolis, 5 de agosto de 1999.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

A par de nossos cumprimentos, vimos à presença de Vossa Excelência para encaminhar-lhe cópia do Requerimento nº 117/99, de autoria da Vereadora Maria Elizabeth Duarte Oberg e subscrito por esta Presidência, aprovado pela unanimidade desta Casa, em sessão realizada no último dia 2.

Dada a importância da matéria, solicitamos o indispensável apoio de Vossa Excelência junto às autoridades citadas na presente propositura.

Certos de contarmos com a sua valiosa atenção, subscrevemo-nos externando-lhe nossas expressões de grande apreço.

Cordialmente,

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

OSMAR DE ALMEIDA
Presidente

A(o)
Exmº(a) Senhor(a)
DD(ª). Presidente de Câmara Municipal

Ofício Circular nº 03/99

Serra Negra, 29 de junho de 1.999

Ref. Comunica Rejeição de Moção

Excelentíssimo(a) Senhor(a)

Comunico à Vossa Excelência, que em Sessão deste Poder Legislativo ontem realizada, foi **rejeitada por maioria de votos, a Moção nº 06/99**, de apoio ao Requerimento nº 315/99 da Câmara Municipal de Ourinhos,

Da decisão dessa Casa, encaminho o presente para conhecimento de Vossa Excelência e aproveito a oportunidade para externar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração,

Atenciosamente.

LIDO EM SESSÃO
DE 18/8/99
PRESIDENTE

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal

Ofício Circular nº 04/99

Serra Negra, 08 de julho de 1.999

Ref. Comunica apoio ao Requerimento nº 315/99 da Câmara Municipal de Ourinhos.

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

Comunico à Vossa Excelência, que esta Presidência é favorável ao Requerimento nº 315/99 da Câmara Municipal de Ourinhos, (cópia em anexo) que solicita ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, providências com a finalidade de socorrer os empresários brasileiros, indistintamente, que estão em débito com a Fazenda Nacional, inclusive o INSS e FGTS, incluindo nesta medida os débitos ajuizados, possibilitando-os um pagamento de forma menos penosa.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para externar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração,

Atenciosamente.

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID
Presidente da Câmara Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

13/08/99

Exmo(a). Sr(a).
Presidente da Câmara Municipal

REQUERIMENTO Nº 117/99

PENÁPOLIS, 02/08/99
[X] Aprovado por ..... a .....
[ ] Rejeitado por ..... a .....
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Considerando que a Dirigente Regional de Ensino tem exigido das Unidades Escolares, devido a interpretação do Decreto Estadual nº 40.007/95 e Resolução nº 67/95, em seu art. 4º, o ressarcimento parcial do valor das suas contas telefônicas, ressarcimento esse referente às ligações oriundas das Escolas a telefones celulares;

Considerando que atualmente, dada a modernidade e facilidade, muitos prestadores de serviços, professores e outros cidadãos possuem esse meio particular de comunicação;

Considerando que em uma unidade escolar surgem, sem aviso prévio, vários problemas internos, dos mais variados fins, e que, carecem de soluções urgentes, necessária se faz a localização de pais de alunos, funcionários, professores, prestadores de serviços, o mais rápido possível, e nestes casos, nada mais elementar que comunicar-se via celular,

Requeremos à Mesa, observadas as formalidades regimentais, sejam oficiados aos Senhores Mário Covas, Governador do Estado de São Paulo, Teresa Roserley Neubauer da Silva, Secretária Estadual de Educação e Vanderlei Macris, Presidente da Assembléia Legislativa do nosso Estado, solicitando-lhes que adotem as medidas cabíveis no sentido de elaborar legislação estabelecendo critérios ao uso das linhas telefônicas das escolas.

Requeremos ainda, que cópia da presente propositura seja encaminhada às Câmaras de nosso Estado, solicitando-lhes apoio ao assunto ora tratado.

JUSTIFICATIVA

Essa determinação da Secretaria Estadual de Educação invade as atribuições e competências da direção de uma escola, e por certo, inviabilizará, em muitos casos, a resolução de algum problema escolar interno, com a urgência que o caso merece.

Câmara de Vereadores de Penápolis
Av. Marginal Maria Chea, 1450 - Penápolis - SP - Cep.: 16.300-000 - Fones/fax (018) 652-0175 e 652-0275

Além disso, caso haja qualquer irregularidade ou abuso na utilização da linha telefônica de um estabelecimento de ensino, será de inteira responsabilidade da sua respectiva direção, por isso, com certeza, ela será a primeira a ter interesse na sua adequada e perfeita utilização.

Sala das Sessões, 02 de agosto de 1999.

Vereadores: ***Maria Elizabeth Duarte Oberg***

Osmar de Almeida

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

10 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor

Temos a honra de convidar V.Exa. para a sessão solene de entrega de Diploma de Honra ao Mérito ao ***Círculo Militar de Campinas****, de autoria do ex-vereador João Dirani Júnior, a se realizar no próximo dia 20 de agosto, às 20h00, na sede do Clube, situada na Av. Getúlio Vargas, 200, Jd. Chapadão.*

Certos de contar com sua honrosa presença, apresentamos a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Tadeu Marcos Ferreira
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
18 / 08 / 99
PRESIDENTE

13/8/99

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322

C.G.C 67.172.437/0001-83

OFÍCIO Nº 265/99-GPM *Holambra, 06 de Agosto de 1999.*

Excelentíssimos Senhores,

Estamos encaminhando a Vossa Senhoria, correspondência recebida na última semana, que acreditamos seja de suma importância para o seu conhecimento(anexa)

Ficamos extremamente apreensivos com o teor que a mesma contém, já que acreditamos no grande potencial turístico que possui a nossa Estância Turística.

Se queremos desenvolver cada vez mais esse excelente negócio que é o Turismo, que traz divisas para a nossa cidade, beneficiando a todos os seus segmentos, não podemos permitir que os visitantes que venham a Holambra, saiam com essa imagem de nossa cidade.

O atendimento a todos os turistas, deve ser de qualidade e toda a nossa comunidade tem que estar engajada nessa idéia. Sabemos que Holambra tem muito a fazer no que tange ao Turismo, que essa caminhada está apenas começando, mas devemos "OUVIR", a nossa demanda, a fim de que possamos oferecer o que realmente essas pessoas vem buscar em nosso Município.

Infelizmente são poucos os turistas que se dispõe a tomar a atitude que tiveram esses visitantes, ao nos enviar a sua carta, identificando-se, pois muitos outros, preferem nos ligar com diversas reclamações, sem essa coragem, porém elas nos chegam diariamente.

Portanto, tomamos a decisão de enviar essa missiva a algumas pessoas de nossa comunidade com intuito de informar e buscar soluções.

Certos de podermos contar com a sua atenção, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

A
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Holambra-SP

LIDO EM SESSÃO
DE
11 / 8 / 99
PRESIDENTE

6/8/99

Prezado senhor!
DD. Prefeito Municipal de Holambra
São Paulo –

Ibirama, (SC) 22 de julho de 1999.

No intuito de auxiliar ou até quem sabe de alertar para uma situação, resolvemos contar-lhe uma situação acontecida em sua cidade no último dia 16 de julho.

Tinha eu uma enorme curiosidade de conhecer Holambra, pois vende-se a imagem de que é a cidade das flores, eu e meu marido como gostamos muito de flores, resolvemos conhecê-la, e também pretendia ouvir alguns profissionais na área, que pudessem nos auxiliar em tirar dúvidas com relação ao Antúrio mais especificamente.

Chegando na cidade fomos à uma Pousada chamada Pousada Nossa Casa, ou Nova Casa, não havia lugar mas em contra partida fomos bem recebidos, a senhora deste mesmo estabelecimento é que nos auxiliou em procurar outro local, fomos então parar na Pousada Europa. No dia seguinte começamos nossa peregrinação: fomos direto por indicação de uma senhora a um local que os donos têm uma fazenda chamada Terra Viva, não passamos da portaria, de lá nos mandaram à um local de atendimento ao turista, ela por sua vez se mostrou bastante atenciosa mas também não resolveu nada, pois queríamos falar com alguém que pudéssemos nos auxiliar nas dúvidas sobre Antúrios, fomos então por indicação da jovem ao local que chamam de mini sítio, era uma local bonito mas infelizmente não era o que queríamos, de lá fomos a um local chamado Holanja pois lá nos falaram que encontraríamos algo sobre, já que vendiam materiais neste ramo.

De lá nos mandaram para Veiling lá havia uma moça muito atenciosa, aliás talvez uma das poucas pessoas que estavam tentando nos auxiliar em nossa busca nos encaminhou a Flortec, local este sem placa de indicação e que também não soube nos dizer o que gostaríamos, mas que esta semana recebemos via Internet algumas bibliografia sobre o assunto.

Resumindo nossa infeliz passagem por sua cidade. Tivemos a triste impressão de que turistas não são bem vindos, a não ser o dinheiro deles, pode

ser um tanto duro estas palavras mas, foi o que sentimos. O que nos chocou é que ninguém teve a coragem de dizer: *olha meus senhores aqui nós somente vendemos flores, pagamos caro pela tecnologia e não queremos intrusos!*

Até entendemos de que são pessoas bastante ocupadas, com toda aquela estrutura montada para a comercialização das flores. Nosso pecado foi em sonhar com a possibilidade de encontrar um "Produtor".

Acreditamos na imagem que é vendida de sua cidade. Temos como objetivo, sempre elogiar ou criticar quando necessário, pois somente assim podemos crescer como pessoas ou cidade. Se algumas pessoas saíram de sua cidade da forma que saímos, penso que estão se sentindo muito mal, mas talvez não estão fazendo o que estamos, pondo-lhe a par de tal situação.

Atenciosamente,

Gilmar Jaeger
Diretor administrativo e financeiro
da CIMECAR 047 357 2355

Eliana Vogel Jaeger
7R 757.024

Caixa postal 33
Fone: 047. 3914400
Fax: 047 357 2135
e-mail : cimecar @zaz. com.br
Br 470 km 125, Ibirama
CEP. 89 140 -000
Santa Catarina

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 13 de julho de 1999

Of. DE/GC nº 2757/99
TC-5383/026/98

LIDO EM SESSÃO
DE
11/8/99
PRESIDENTE

Senhor Presidente

Comunico que a Colenda Segunda Câmara deste Tribunal, em sessão realizada em 22.06.99, à oportunidade do julgamento do processo em epígrafe, que trata das contas desse Legislativo referentes ao exercício de 1998, emitiu o v. Acórdão, cuja cópia faz parte integrante do presente ofício.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

ANTONIO ROQUE CITADINI
CONSELHEIRO-PRESIDENTE
SEGUNDA CÂMARA

22/07/99

A Sua Excelência o Senhor
Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP
MG-01/darf.

OF. DE/GC 2757/99

36

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A C Ó R D Ã O

TC-005383/026/98.
Câmara Municipal: Estância Turística de Holambra.
Exercício: 1998.
Presidente(s) da Câmara: Petrus Bartholomeus Weel.
Substituto(s) Legal(is): Joaquim de Carvalho.
Componente(s) da Mesa da Câmara: Wilson Barbosa (1° Secretário) e José Marcos de Souza (2° Secretário).
Acompanha Expediente: TC-005383/126/98.

EMENTA: A E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado, em sessão de 22 de junho de 1999, julgou regulares as contas apresentadas pela Mesa da Câmara do Município da Estância Turística de Holambra, referentes ao exercício de 1998.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda a E. Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 22 de junho de 1999, pelo voto dos Conselheiros Fulvio Julião Biazzi, Relator e Antonio Roque Citadini, Presidente e Renato Martins Costa, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, **julgar regulares** as contas apresentadas pela Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, relativas ao exercício de 1998, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Determinou, outrossim, seja oficiado à referida Câmara Municipal, recomendando-lhe que atenda plenamente as regras das Lei de Licitações e as normas constitucionais pertinentes à contratação pessoal.

Por fim, determinou o arquivamento do expediente TC-005383/126/98.

Publique-se.

São Paulo, 28 de junho de 1999.

ANTONIO ROQUE CITADINI — **Presidente**

FULVIO JULIÃO BIAZZI — **Relator**

PUBLICADO NA ÍNTEGRA
no D.O.E. de 02 JUL 1999
SDG-3

p. 16

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

OFÍCIO CMETH nº181/99 Holambra, 03 de agosto de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de julho de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
11 / 8 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Julho/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	113.213,26	20.000,00	133.213,26	287.360,00	0,00	287.360,00	154.146,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**113.213,26**	**20.000,00**	**133.213,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.301,36	216,68	1.518,04				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.077,80	195,79	1.273,59				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	1.296,00	216,00	1.512,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	40,84	19,96	60,80				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**7.002,74**	**648,43**	**7.651,17**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**120.216,00**	**20.648,43**	**140.864,43**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			3.931,20				
TOTAL GERAL .....:			**144.795,63**				

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Julho/1999

CLASSIFICAÇÃO			EMPENHOS			
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	1.311,21	0,00	1.311,21	8.688,79
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**1.311,21**	**0,00**	**1.311,21**	**8.688,79**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	83.919,55	14.069,32	97.988,87	102.011,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.300,00	1.197,84	255,81	1.453,65	846,35
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	2.668,09	1.234,42	3.902,51	1.097,49
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	19.000,00	5.247,87	1.200,00	6.447,87	12.552,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	11.265,77	2.395,49	13.661,26	31.338,74
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**104.299,12**	**19.155,04**	**123.454,16**	**148.405,84**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**105.610,33**	**19.155,04**	**124.765,37**	**162.594,63**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 03/08/.. Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Julho/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.311,21	0,00	1.311,21
	Sub Total .....:	**1.311,21**	**0,00**	**1.311,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	83.859,55	14.129,32	97.988,87
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.002,05	250,59	1.252,64
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.459,89	761,47	3.221,36
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	4.047,87	1.200,00	5.247,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	10.108,58	1.703,64	11.812,22
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**101.477,94**	**18.045,02**	**119.522,96**
	Total Geral .....:	**102.789,15**	**18.045,02**	**120.834,17**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Julho/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
01/07/99	3.1.3.2.00	99.126	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-JUL/99	09/08/99	714,58
01/07/99	3.1.3.2.00	99.127	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - JUL/99	05/08/99	320,00
01/07/99	3.1.3.1.00	99.129	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVICOS ESPECIALIZADOS ADVOGADA-JUL/99	05/08/99	1.200,00
19/07/99	3.1.1.3.00	99.140	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-JUL/99	10/08/99	195,79
19/07/99	3.1.1.3.00	99.142	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO SERVICO-FGTS	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-JUL/99	05/08/99	5,22
27/07/99	3.1.2.0.00	99.143	XEROX COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.	FORNECIMENTO DE 05 TONER MAQ. XEROX 5014	03/08/99	681,15
29/07/99	3.1.3.2.00	99.144	HELIZA COM. E IND. GRAFICA LTDA.	CONFECCAO DE 10000 FOLHAS PAPEL TIMBRADO	29/07/99	673,00
30/07/99	3.1.3.2.00	99.145	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº126,DE 01/07/99	09/08/99	141,46

Total Geral .....: 3.931,20

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

OFÍCIO CIRCULAR N.O 39/99
Deputado
JOSÉ REZENDE

SÃO PAULO, JULHO DE 1999.

LIDO EM SESSÃO
DE
11 / 8 / 99
PRESIDENTE

SENHOR VEREADOR

GRANDE PARTE DA ECONOMIA DESTE ESTADO ESTÁ AMPARADA NO DESEMPENHO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, QUE TÊM GARANTIDO, INCLUSIVE, MAIORES OFERTAS DE EMPREGO.

COM O ADVENTO DO SIMPLES – LEI FEDERAL N.º 9317/96, SEGUIDO, EM 1998, PELA LEGISLAÇÃO PAULISTA – LEI ESTADUAL N.º 10086/98, ESSA PARCELA DA NOSSA ECONOMIA DIMINUIU A SUA CARGA TRIBUTÁRIA, GARANTINDO A SUA ESTABILIDADE E O SEU CRESCIMENTO.

A PRÁTICA DESSE SISTEMA TRIBUTÁRIO SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE TEM REVELADO A NECESSIDADE DE ALGUMAS ADEQUAÇÕES, TANTO A NÍVEL FEDERAL COMO ESTADUAL, DE FORMA A MELHOR ATENDER AOS CONTRIBUINTES, AMPLIANDO, INCLUSIVE, O SEU NÚMERO, TRAZENDO BENEFÍCIOS PARA O ESTADO, PARA OS EMPRESÁRIOS E PARA A POPULAÇÃO.

ESSAS RAZÕES ESTÃO EXPLICITADAS NA MOÇÃO N.O 164/99 E NO PROJETO DE LEI N.º 592/99, DE MINHA AUTORIA, QUE ENCAMINHO PARA SUA APRECIAÇÃO, ESPERANDO PODER CONTAR COM O SEU APOIO PARA QUE, JUNTOS, POSSAMOS OBTER BONS RESULTADOS PARA ESSE MUNICÍPIO E, CONSEQUENTEMENTE, PARA NOSSO ESTADO.

AGRADECENDO PELO INTERESSE E ACOLHIDA DA MATÉRIA AQUI TRATADA, MANIFESTO A V.EXA. A MINHA ESTIMA E CONSIDERAÇÃO.

CORDIALMENTE,

JOSÉ REZENDE
DEPUTADO

EXMO. SR.
VEREADOR VALTER COSTELLA
DD. VEREADOR DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

ANEXOS: CÓPIAS DA MOÇÃO 164/99 E DO PROJETO DE LEI N.º 592/99
MVMM/

5/8/99

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Moção nº 164 de 1999.

Através da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, o Executivo Federal instituiu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte denominado Simples.

O Simples consolidou seis impostos - IRPJ, IPI, CSSL, PIS/PASEP, COFINS e INSS (parte empresa) - em um único recolhimento mensal e reduziu a carga tributária para as microempresas e empresas de pequeno porte.

O Sistema entrou em vigor em 1º de janeiro de 1997 e as empresas de pequeno porte e microempresas que por ele optaram pagam seus impostos e contribuições de forma mensal e unificada, aplicando um determinado percentual sobre o seu faturamento mensal.

O pagamento do Simples é efetuado até o dia 10 do mês seguinte àquele em que houve o faturamento, que corresponde às receitas provenientes das vendas e/ou serviços prestados.

A prática desse Sistema tem revelado alguns inconvenientes, urgindo que a Lei nº 9.317/96 deva ser aprimorada.

Um primeiro aspecto diz respeito à forma de pagamento, com a finalidade de motivar as empresas a aderirem ao Sistema, isto porque, hoje, o micro e/ou pequeno empresário têm que recolher o Simples todo dia 10 sobre seu faturamento do mês anterior.

Ocorre que muitas empresas estão vendendo a prazo, em 30 ou 60 dias. Assim, o empresário que vendeu, por exemplo, em janeiro, só vai receber em março; no entanto, no dia 10 de fevereiro, terá que calcular o Simples contando com esta venda, independentemente de ter recebido ou não, ou seja, é o mesmo tratamento dado àquele que não participa do Sistema.

Outro ponto é o impedimento do Governo, pela referida lei, em permitir o acesso ao Sistema por parte dos profissionais liberais, dada a grande quantidade de escritórios de advocacia, engenharia, de contabilidade e de comunicação, entre outros, que poderiam aderir ao Simples.

Essa permissão gerará ganhos a todos os partícipes: Governo, empresa e contribuinte, já que não há porque não pagar por tratar-se de valor inferior ao normalmente cobrado pelo fisco.

Na questão de incluir os escritórios de contabilidade, o Simples seria mais e melhor divulgado, já que haveria o incentivo aos seus clientes a dele participarem.

A lei aborda, ainda, um outro aspecto. Ocorrendo o excesso no limite da receita bruta dentro do ano-calendário da microempresa, esta terá que aplicar sobre a parcela excedente os percentuais previstos para a empresa de pequeno porte. Quando isto ooorrer, no ano seguinte, a empresa é excluída do Simples voltando ao sistema normal.

Com esta análise e buscando o aprimoramento da lei que criou o Simples, e, em consequência, possibilitar maior adesão de contribuintes.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil para que determine ao Ministério da Fazenda estudos que culminem com alteração da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, proporcionando a adesão ao Simples dos escritórios de profissionais liberais, mediante a supressão do inciso XIII do artigo 9º; o pagamento do imposto proporcional nos casos das vendas a prazo (art. 6º); e de impedir a exclusão pura e simples da microempresa na forma prevista no parágrafo 2º do artigo 13.

Sala das Sessões, em 30-6-99

a) *José Rezende*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Projeto de lei nº 592, de 1999

Altera a lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, que dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º - As alíneas "a" e "b" do inciso I e a alínea "b" do inciso II do artigo 1º da lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

I - ...

a) realizar operações a consumidor final, prestador de serviço e a todo e qualquer contribuinte que se enquadre nas disposições da alínea "b" deste artigo;

b) auferir, durante o ano, receita bruta igual ou inferior ao valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - ...

a) ...

b) auferir, durante o ano, receita bruta superior ao valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais)."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício de 2000.

Sala das Sessões, em 30-6-99

a) *José Rezende*

Justificativa

O Governo Federal, com a edição da Lei n.º 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das microempressas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, teve por premissa diminuir a carga tributária das microempresas e das empresas de pequeno porte, hoje, responsáveis por considerável parte na arrecadação de tributos, na geração de renda e de empregos.

A lei federal definiu as microempresas e as empresas de pequeno porte de acordo com o total auferido de receita bruta, ou seja, igual ou inferior a R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para a microempresa; e superior a esse valor, mais inferior a R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para a empresa de pequeno porte.

A presente proposta de lei visa seguir a mesma filosofia da lei federal n.º 9.317/96, fazendo com que a lei 10.086/98, objeto de alteração, proporcione o atendimento a um universo maior de contribuintes e, ao mesmo tempo, incremente a atividade econômica em nosso Estado, e aumente as ofertas de emprego.

Por visar minimizar as agruras que este Estado tem enfrentado na área econômico-social, conto com o beneplácito dos nobres pares que compõem esta Casa de Leis para com esta propositura.

ACIAH

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL E AGRICOLA DE HOLAMBRA

Holambra, 13 de Julho de 1999

Ofício nº 136/99

Sr. Presidente,

Estamos enviando-lhe em anexo, para conhecimento de Vossa Excelência uma circular encaminhada na 1° semana do mês de julho, para os estabelecimentos envolvidos diretamente com o turismo, referentes algumas informações e solicitações para melhoria no atendimento ao turista.

Era o que nos cabia informar aos envolvidos diretamente com o turismo, em decorrência da alta demanda de turistas em nossa cidade.

Cordialmente,

Rosali Antonio
ACIAH.

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 08 / 99
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Valter Costela
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425 - Cx. P. 20 - Cep 13825-000 - Holambra - SP
Fones: (019) 820-1593 / 820-2020 Fax: (019) 820-2021 - E-mail: aciah@dglnet.com.br

Associação Comercial Industrial e Agrícola de Holambra
R.Rota dos Imigrantes, 425 – Centro – Tel. 8201593 –Email: aciah@dglnet.com.br

Circular nº 006 Holambra, 05 de Julho de 1999

Excelentíssimo Sr. Valter Costela
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Não é novidade para ninguém o fato de Holambra, a cada dia que passa, atrair mais e mais turistas, principalmente nos finais de semana e feriados. O fato de nossa cidade ter sido elevada recentemente à Estância Turística e o grande destaque que a imprensa falada, escrita, e televisada vem dando ultimamente, contribuem para que nossa cidade seja cada vez mais visitada. Isso, sem contar com Expoflora e outros eventos que sempre chamaram a atenção dos visitantes.

Mais isto, é como se diz: "chover no molhado", pois todos nós sabemos e sentimos na pele os efeitos do que comentamos acima. O fato é que definitivamente não estamos preparados para receber turistas, fonte certa de ırsos para todo o município. Estamos tendo demanda e não temos a oferta. O turista chega em Holambra e fica decepcionado com a falta de organização e com a falta de opções para passar o dia. Querem ver campo de flores (e comprar), dança típica, moinhos, pessoas vestidas tipicamente, e ouvir a língua holandesa , e tudo mais que a imprensa propaga.

A ACIAH e a Prefeitura Municipal, vem dentro do possível e aos poucos tomando uma série de providencias, que terão efeito a médio e longo prazo. Realizamos com sucesso o 1º Fórum de Turismo em abril/99, estamos criando o Conselho de Turismo, já foram criados comissões de voluntários para compor soluções nas áreas de: Sinalização, Meio ambiente, Holambra conhecendo Holambra (fazer com que o cidadão conheça a cidade e os pontos turísticos), Cultura, além do grupo de ajardinamento que aos poucos vem embelezando a nossa cidade. Além disso, a Prefeitura Criou recentemente a Diretoria de Turismo, sob a coordenação do Andreas Graat

Como dissemos, são medidas a médio e longo prazo. Existem outras a curto prazo que podemos implantá-las já, sem muito custo e que melhorariam em muito o atendimento ao turista.

1) Que tal nossos restaurantes terem os garçons vestidos tipicamente nos finais de semana. Não seria uma curiosidade?
2) Alguns estabelecimentos (postos de gasolina, floriculturas, Lojas, etc.) , poderiam ter em frente ao estabelecimentos casais tipicamente vestidos de holandeses recepcionando.
3) Orientar e treinar seus funcionários para darem informações adequadas ao turistas.
4) Manter as fachadas e os interiores de nossos estabelecimentos o mais típico possível.

A Diretoria de Turismo, terá um **Serviço de Apoio ao Turista**, local para centralizar todo o apoio e informações ao turista, o que vai facilitar e melhorar bastante o atendimento. Além disto jovens estão sendo treinados para acompanhar os nossos visitantes aos locais turísticos.

Por último, lembramos que na primeira semana de julho, iniciaremos a distribuição dos novos mapas turísticos no pedágio de Jaguariúna. Serão 150.000 unidades, e já podemos prever o efeito positivo que isso vai dar ao turismo de nossa cidade.
Precisamos nos preparar!

Atenciosamente,

Enivaldo Antonio Lobo
Presidente.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO CMETH nº170/99 Holambra, 06 de julho de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de junho de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
01 / 08 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Junho/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	95.713,26	17.500,00	113.213,26	287.360,00	0,00	287.360,00	174.146,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**95.713,26**	**17.500,00**	**113.213,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.084,68	216,68	1.301,36				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	882,01	195,79	1.077,80				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	1.080,00	216,00	1.296,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	20,88	19,96	40,84				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**6.354,31**	**648,43**	**7.002,74**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**102.067,57**	**18.148,43**	**120.216,00**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			2.821,18				
TOTAL GERAL .....:			**123.037,18**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Junho/1999

C L A S S I F I C A Ç Ã O Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	1.084,68	216,68	1.301,36
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	701,50	180,51	882,01
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	1.080,00	216,00	1.296,00
	CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	0,00	40,84	40,84
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**6.152,92**	**654,03**	**6.806,95**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**92.814,37**	**19.602,91**	**112.417,28**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			10.619,90
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**10.619,90**
	TOTAL GERAL .....:			**123.037,18**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Junho/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	493,21	818,00	1.311,21
	Sub Total .....:	**493,21**	**818,00**	**1.311,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	69.730,23	14.129,32	83.859,55
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	701,50	300,55	1.002,05
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	2.186,89	273,00	2.459,89
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	2.847,87	1.200,00	4.047,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	8.074,80	2.033,78	10.108,58
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**83.541,29**	**17.936,65**	**101.477,94**
	Total Geral .....:	**84.034,50**	**18.754,65**	**102.789,15**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Junho/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
01/06/99	3.1.3.2.00	99.104	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-JUN/99	09/07/99	714,58
01/06/99	3.1.3.2.00	99.105	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - JUN/99	07/07/99	320,00
01/06/99	3.1.3.1.00	99.107	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVICOS ESPECIALIZADOS ADVOGADA-JUN/99	05/07/99	1.200,00
23/06/99	3.1.1.1.00	99.118	FOLHA DE PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS	PAGAMENTO DOS FUNCIONARIOS REF. A JUN/99	23/06/99	60,00
23/06/99	3.1.1.3.00	99.119	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-JUN/99	23/06/99	195,79
29/06/99	3.1.2.0.00	99.123	O BORTOLETTAO COMERCIO E CONFECCOES LTDA	COMPRA DE CORTINAS PARA PLENARIO - CMETH	29/06/99	201,45
30/06/99	3.1.2.0.00	99.124	ROTA MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.	FORNEC. DE TRILHO P/ CORTINA E PARAFUSOS	30/06/99	6,75
30/06/99	3.1.3.2.00	99.125	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº104,DE 01/06/99	09/07/99	122,61

Total Geral .....: 2.821,18

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

3º BIMESTRE/1999

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica do Município de Holambra.

RECEITA ARRECADADA	BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			**DESPESAS CORRENTES**		
Duodécimos do Exercício	35.000,00	113.213,26	Pessoal e Reflexos	28.623,95	85.117,39
Duodécimos de Exercício Anteriores	-0-	-0-	Material de Consumo	831,44	2.668,09
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	6.130,09	16.513,64
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	-0-
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	**35.585,48**	**104.299,12**
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Equipamentos. e Mat. Permanente	818,00	1.311,21
			Outras Despesas de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	**35.000,00**	**113.213,26**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**	**818,00**	**1.311,21**
RECEITA GERAL	**35.000,00**	**113.213,26**	**DESPESA GERAL**	**36.403,48**	**105.610,33**
Déficit Verificado	**1.403,48**	**-0-**	**Superávit Verificado**	**-0-**	**7.602,93**
TOTAL GERAL	**36.403,48**	**113.213,26**	**TOTAL GERAL**	**36.403,48**	**113.213,26**

Holambra, 30 de junho de 1999.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

Valter Costella
Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ
1868 SUMARÉ 1953
S P
13.170-370 - SUMARÉ - EST.S.PAULO

Sumaré, 14 de julho de 1999

Ofício GAB nº 240/99

Ilustríssimo Senhor:

REFERÊNCIA:

Requerimento nº 315/99

Autor: *Vereador ANTONIO CARLOS SERRA*

Aprovado em Sessão Ordinária de 06 de julho de 1999.

Encaminhamos o requerimento acima para suas providências e informações com relação ao assunto nele enfocado.

Valemo-nos do ensejo para renovar-lhe os protestos de nossa estima e consideração.

Atenciosamente

ANTONIO CARLOS SERRA
Presidente
ENG.º MARCOS A. DE MARCHI
Secretário - Diretor Geral

LIDO EM SESSÃO
DE
04/08/99
PRESIDENTE

AO
ILUSTRÍSSIMO SENHOR
VALTER COSTELLA
DD-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA-SP

20/07/99

Associação de Recuperação Florestal das Bacias Hidrográficas dos Rios Jaguari,
Atibaia, Camunducaia e Sistema Cantareira - **FLORA CANTAREIRA**
CGC 58.383.654/0001-21 Ins.Est. 519.019.787.117
Rua São José, 133 Centro CEP 13920-000 Pedreira SP
Fone: (019) 893.3468 Fone/Fax: (019) 893.2961

Pedreira, 05 de Julho de 1.999.

Apresentamos para conhecimento de V. Excia e demais pares, o ofício 032/99 da Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo encaminhado a todos os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Flora Cantareira

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 08 / 99
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal

20/07/99

Federação das Associações de Recuperação Florestal do Estado de São Paulo
Rua 13 de Maio, 1.558 – 4º andar - São Paulo/SP - CEP 01327-002
Fone (011) 284 6744 - Fax - (011) 284 6944

São Paulo, 05 de maio de 1.999
Ofício 032/99

Excelentíssimo Senhor,

Vimos através do presente ofício apresentar a situação e as demandas das Associações que atuam com a reposição florestal obrigatória no Estado.

A reposição florestal está regulamentada pelo Código Florestal Brasileiro e demais normas legais dos Órgãos Federais competentes, e em São Paulo, estamos regulamentados pela Resolução Conjunta SMA/IBAMA – Supes /SP n 4 de 03/12/93.

Em dez anos de atividade realizamos a produção, doação e acompanhamento técnico do plantio de 40.000.000 (quarenta milhões de mudas), beneficiando 18.000 (dezoito mil) produtores rurais, possibilitando renda e geração de empregos no setor rural, e principalmente, amenizando o consumo das matas nativas ainda existentes - Mata Atlântica.

Pela estimativa da Sociedade Brasileira de Silvicultura, para cada 01 hectare plantado gera-se de 4 a 5 empregos diretos e indiretos, desta forma, as Associações do Estado geraram sozinhas, mais de 110.000 (cento e dez mil) empregos diretos e indiretos.

A Resolução Conjunta realizada entre SMA/IBAMA vem ao longo dos anos demonstrando uma administração lenta e com dificuldades, devido ao fato de que todas resoluções devem ser tomadas pelos dois Órgãos Públicos envolvidos. Dentre as maiores dificuldades encontradas com esta situação, podemos destacar:

- Cadastro dos consumidores – é necessário que se registre nos dois Órgãos, sendo que um cobra uma taxa de cadastro, e o outro isenta a cobrança. Além disso, o cadastro destes dois Órgãos ainda não foram conferidos um com o outro,
- Fiscalização dos consumidores – é de responsabilidade também dos dois Órgãos, mas nenhum vem realizando de forma eficaz e eficiente, apesar de estar regulamentada também na Lei de Crimes Ambientais,
- Devido os recursos serem administrados pelas Associações, o interesse dos Órgãos pela atividade é o menor possível. O DEPRN está canalizando as suas ações na fiscalização do corte de árvores isoladas – Portaria 44, deixando a questão da reposição florestal em segundo plano,

Assim, por mais que se queira argumentar que haverá tratamento do esgoto que será depositado nos mananciais da área do Horto Florestal, sabe-se que a superlotação dos presídios de todo o país e, principalmente, do Estado de São Paulo, é uma realidade da qual não podemos nos esquecer, sendo, pois, perfeitamente previsível o acontecimento de um problema técnico que venha dar causa à poluição do referido manancial que serve o Município, a exemplo do que ocorreu recentemente com o presídio de Hortolândia.

Ademais, a área que hoje se cogita ver instalado o presídio é uma área que dista poucos quilômetros da sede do Município, não sendo, também por esta razão, a mais adequada.

À vista do exposto, e considerando que a medida importa em grande impacto ambiental, tendo em conta a previsível poluição dos mananciais que servem os Municípios de Sumaré e Hortolândia, requeiro a V.Exa., ouvido o Plenário, seja oficiado ao sr. Prefeito Municipal solicitando a convocação de audiência pública, conforme previsto pela Lei Orgânica do Município de Sumaré em seu artigo 90, inciso I.

Requeiro, ainda, que, do fato, se dê notícias ao Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Piracicaba; ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; às Câmaras Municipais das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba e Capivari e do vizinho Município de Hortolândia; à Cetesb-Regional, bem como ao sr. Secretário Estadual do Meio Ambiente, no sentido de provocar uma discussão conjunta com o Governo Municipal de Sumare sobre a área mais propícia à instalação do presídio, a qual deverá manter distância de áreas habitadas, a fim de não colocar em risco a vida das pessoas, e, de modo a evitar qualquer distúrbio ambiental.

DISTRIBUIDO COPIA
Em 07/VII/1999

Sala das Sessões, 06 de julho de 1999

Ver. Odair Ramos Ayala
2.º Secretário

Vereador Antonio Carlos Serra

Antonio dos Reis Lamarchi
Vereador Toninho Mineiro

Paulo Scidscio Neto
Vereador

Joaquim Cardoso Pinheiro

Luiz Mário de Toledo
Vereador

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA DOS INSTITUTOS DE PESQUISA
CENTRO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – C V E
"PROF. ALEXANDRE VRANJAC"
DIVISÃO DE DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

São Paulo, junho de 1999

Ofício Circular CVE nº 165 /99

Senhor Presidente,

Vimos por meio deste solicitar que nos sejam enviadas cópias de todas as leis e/ou projetos de lei relacionadas ao tabagismo e da competência desse Município.

A Comissão Estadual de Prevenção e Controle do Tabagismo (CETAB), vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, está empenhada em complementar o trabalho já editado e esgotado: **LEGISLAÇÃO SOBRE TABAGISMO NO ESTADO DE SÃO PAULO.**

Por oportuno, destacada da referida publicação, estamos anexando uma **Proposta de Lei Municipal Padrão Antitabagística,** idealizada em absoluta consonância com a lei Federal 9.294/96, que proíbe o fumo nos recintos fechados, sejam eles públicos ou privados.

Na expectativa de que sejamos atendidos, o mais breve possível, aproveitamos o ensejo para reiterar nossa expressão agradecida de estima e apreço.

Com particular atenção.

Atenciosamente,

Dra. Ana Maria Sanches
Diretora Substituta da Divisão de DCNT

Visto,

Dr. José Cassio de Moraes
Diretor Técnico do CVE

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 08 / 99
PRESIDENTE

14/07/99

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Câmara Municipal

PROPOSTA DE

LEI MUNICIPAL PADRÃO

ANTITABAGÍSTICA

14/07/99

PROPOSTA DE LEI PADRÃO ANTITABAGÍSTICA

Determina providências de prevenção e controle do tabagismo

Art. 1º O Município terá um Programa de Prevenção e Controle do Tabagismo, coordenado por um Conselho Municipal.

§1º O Conselho Municipal de Controle do Tabagismo será criado pelo Poder Executivo, no prazo de 90 dias, com poder de fiscalização e promoção dos objetivos desta lei.

§ 2º O Conselho será composto por:
I – presidente;
II – vice – presidente;
III – secretário;
IV – tesoureiro;
V – um representante do Poder Executivo;
VI – um representante do Poder Legislativo;
VII – um representante do Poder Judiciário;
VIII – um representante da Secretaria da Saúde;
IX – um representante da secretaria da Educação;
X – um representante da Secretaria do meio Ambiente;
XI – um representante da Secretaria de Esporte e Turismo;
XII – um representante da Secretaria de Cultura;
XIII – um representante da secretaria do Trabalho;
XIV – representantes de outras entidades;

Art. 2º As ações antitabagísticas deverão ser integradas nos programas de saúde pública municipal, especialmente a nível de atenção primária das unidades básicas de saúde.

Art. 3º As ações educacionais antitabagísticas deverão ser efetivadas em todos os setores da comunidade.

Art. 4º O Município induzirá no seu calendário oficial duas efemérides sobre tabagismo: uma no dia 31 de maio, Dia Mundial sem Tabaco e outra no dia 29 de agosto, Dia Nacional de Controle ao Fumo; na semana que anteceder aquelas datas, o Município promoverá uma campanha, visando alertar a população para os malefícios advindos com o uso do fuma.

PROPOSTA DE LEI MUNICIPAL PADRÃO *(continuação)*

Art. 11º As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 12º esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada toda legislação anterior sobre tabagismo.

Esta proposta foi elaborada pelo Dr. Mário Albanese (OAB nº 11.159) e pelo Dr. Rodolfo Brumini, com a participação técnico – científica do Prof. José Rosemberg.

CETAB – Comissão Estadual de Prevenção e Controle do Tabagismo
Av. Dr. Arnaldo 351, 6º andar, sala 613
CEP – 01246 – 901 São Paulo, SP

Fone - (011) 3061 5700 - Ramal 2295, Fone/Fax (011) 282 - 2172

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 S. Paulo - SP

OF.GSAA/CG/ 314/99

São Paulo, 08 de julho de 1999

Senhor Presidente,

Em aditamento ao Ofício GSAA/CG/162/99, de 16/04/99, deste Gabinete, cumpre-nos transmitir-lhe, por cópia, os esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes, relativamente à realização de obras viárias nesse Município.

Permanecendo à disposição, apresentamos a V. Exa. protestos de consideração e apreço.

VICENTE DE PAULA MARQUES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LIDO EM SESSÃO
DE
04/08/99
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP

NICE/maa

B 3.1

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria dos Transportes

OF.ST.GS 90/99

São Paulo, 13 de 06 de 1999.

Senhor Secretário,

Em atenção ao Ofício GSAA/SAA/302/99, no qual Vossa Senhoria encaminha a Indicação nº030/99, de autoria do nobre vereador Valter Costella, solicitando a celebração de convênio entre o Município de Holambra e o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, objetivando as obras e serviços de melhoramentos e pavimentação das estradas vicinais do Bairro do Fundão (7 Km), Bairro Palmeiras (7 Km), Bairro Alegre (4 Km), Granja Macaco (8 Km) e Duas Marias (3 Km), com extensão total de 29.000 metros.

Sobre o assunto, os órgãos técnicos do DER informam que através do OFC-DR.1/Ext.nº079, de 19 de abril de 1999 (cópia anexa), foi dado ciência ao Sr. Prefeito, quanto as realizações de obras viárias no referido Município.

Esclarecem , ainda, que embora as obras não constem de sua atual Programação, foi anotada no Cadastro de Demandas sob o código2386.

Renovo, na oportunidade, protestos de apreço e consideração.

MICHAEL PAUL ZEITLIN
Secretário dos Transportes

Excelentíssimo Senhor
João Carlos de Souza Meirelles
Secretário de Agricultura e Abastecimento
Capital - SP

Aaav 10/06

14/07/99

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIVISÃO REGIONAL DE CAMPINAS - DR.1

OFC-DR.1/Ext. nº 079 de 19/04/1999

Exmo. Senhor Prefeito

Em atenção à solicitação de V.Sa. visando a celebração de convênio com o DER, objetivando as obras e serviços de Melhoramentos e Pavimentação das Estradas Vicinais do Bairro do Fundão (7 km), Bairro Palmeiras (7 km), Bairro Alegre (4 km), Granja Macaco (8 km) e Duas Marias (3 km), com extensão total de 29.000 metros, informamos:

- O custo total da obra está estimado em R$ 2.210.000,00 (dois milhões, duzentos e dez mil reais).

A contrapartida do DER nesse convênio corresponderia a aproximadamente, R$ 1.151.459,00 (hum milhão cento e cinquenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais). A TPU utilizada foi a de junho/98.

- Conforme orientação superior, esclarecemos ainda que tal convênio, no momento não poderá ser viabilizado por imperativo de ordem financeira, ficando anotado para um futuro atendimento, condicionado à disponibilidade dos recursos orçamentários e conseqüente deliberação do Sr. Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 40.722, de 20/03/96.

Sem mais para o momento, apresentamos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Engº José Roberto Moreira

Diretor da DR.1

Exmo. Senhor

Antônio Marino Brandão de Almeida

MD. Prefeito Municipal de Holambra

Av. Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300 - Jardim Santana
CEP 13089-530 - Campinas - SP.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputada
EDIR SALES

São Paulo, 16 de Junho de 1999

Ofício GAB. n.º 510/99

LIDO EM SESSÃO
DE
04/08/99
PRESIDENTE

Senhor Presidente

Sabemos que no ano 2000 ocorrerão eleições municipais no Brasil.

O Vereador é um legislador que tem sua importância para a democracia brasileira na representividade que exerce junto à comunidade levando o pensamento do povo para os governantes melhor executarem suas tarefas.

Existe a necessidade de se resgatar a credibilidade dos políticos brasileiros, separando o joio do trigo.

Precisamos inverter a espiral negativa moral e intensificar a mudança de postura de todos, principalmente da imprensa, para executarmos a ética esperada pelos eleitores.

É imperioso que comecemos, já, campanha com o objetivo de buscar a participação de todos nas eleições do próximo ano e que votem conscientemente e corretamente.

Para atender a estas premissas, no meio de muitas outras, apresentamos o projeto de lei n.º 383/99, instituindo no Estado de São Paulo, o **DIA DO VEREADOR**, anexo.

O DIA DO VEREADOR propõe-se comemorar, anualmente, no dia 1º de outubro.

02/07/99

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Pedro Alvares Cabral, 201 - S.2014 - Ibirapuera - CEP 04097-900 - São Paulo - S.P.
☎ 886-6597 886-6599 e Fax.: 884-2912

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputada
EDIR SALES

Solicitamos que Vossa Excelência **consigne nos anais** desta **CÂMARA DE VEREADORES** a propositura ora apresentada, assim como, **informar seu pares e a imprensa local** possibilitando discutir a data proposta e a forma de comemoração.

Assim acreditamos estar auxiliando no aprimoramento da democracia brasileira, tão importante para nosso melhor viver, pois é no exercício desta que vislumbramos o crescimento do nosso povo.

Agradecendo antecipadamente, colocamo-nos a disposição desta CASA para o que couber no exercício das funções legislativas do Estado.

Atenciosamente,

EDIR SALES
Deputada Estadual

Excelentíssimo Senhor
Presidente **Valter Costella**
Digníssimo Presidente **Câmara Municipal de Holambra**

PROJETO DE LEI Nº 383, DE 1999.

Institui no Estado de São Paulo , o DIA DO VEREADOR.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO decreta:

Artigo 1° - Fica instituído no Estado de São Paulo o DIA DO VEREADOR, a ser comemorado, anualmente, no dia 1 (um) de outubro.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O significado da palavra Vereador transcende a definição encontrada no dicionário AURÉLIO: "Membro da Câmara Municipal; edil", mas sim, todos os artigos que atribui suas funções na Lei Orgânica dos Municípios nos quais desenvolve seus trabalhos legislativos para o interesse do público.

O Vereador é o vizinho que a comunidade procura no momento de aflição, no momento de dificuldade, para dar o primeiro passo visando solucionar os problemas comunitários.

O Vereador é um legislador que possui competência municipal mas pode suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber;

Ele defende os princípios pelos quais fora eleito, pois goza, no município, de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato.

O Vereador representa o pensamento do povo junto aos governantes.

Esta atividade precisa ser valorizada para o bem da democracia, pois é no exercício desta que vislumbramos o crescimento de nosso povo

Nada mais justo que se comemore o dia do VEREADOR, anualmente, no dia 1 de outubro.

Sala das Sessões, em

Deputada EDIR SALES

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria dos Transportes

OF.ST.CG 1064/99

São Paulo, 15 **de** julho **de 1999.**

Prezado Senhor,

Refiro-me ao Ofício nº 50/99, contra a redução de tarifa de pedágio na Rodovia SP-340, somente para veículos com placa de Jaguariúna.

Sobre o assunto, encaminho a manifestação da Comissão de Monitoramento das Concessões, no Ofício CST/1200/99.

Renovo, na oportunidade, protestos de estima e consideração.

ELIANA AMORIM JAYME
Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor
Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal
Holambra – SP

apm

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 08 / 99
PRESIDENTE

20/07/99

Comissão de Concessões
Secretaria dos Transportes

Of.CST/1200/99- Ref: Of. GP-050/99 São Paulo, 12 de Julho de1999

Senhor Secretário

Em referência ao ofício da Câmara Municipal de Holambra enviado por seu Presidente, Ilustre Vereador Valter Costella, encaminhado pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado dos Transporte Metropolitanos, Sr. Washington A. Martins, contendo a Moção 003/99, em protesto contra a redução de tarifa de pedágio somente para os veículos com placas de Jaguariúna, fornecemos os subsídios para resposta.

Pelo critério do Programa de Concessões de implantar as praças de pedágio de forma a garantir o maior número de contribuintes para cada praça, afim de melhor distribuir os custos de sustentação do lote, e a conveniência de que a tarifa paga pelo usuário reflita do melhor modo possível a respectiva utilização da rodovia, dentro da tecnologia disponível , ocorreu uma distorção quanto ao TCP (trecho de cobertura) da praça de pedágio de Jaguariúna, que cobre atualmente uma distância maior do que a média das distâncias cobertas por outras praças dentro do Programa de Concessões.

O Edital de Licitação do Lote 11 (anexo 4, item 3.3), preconiza que, "após a assinatura do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor reposicionamento, revisão de especificação, ou redimensionamento de praças de pedágio, à aprovação do CONTRATANTE,... sem prejuízo do nível dos serviços oferecido ao usuário." Tal provisão atribui-se ao fato de reconhecer-se que a implantação de novos conceitos de pedágio na malha rodoviária, prevista no Programa de Concessões, traz problemas específicos e localizados, impossíveis de antecipar por ocasião da formulação dos lotes de concessão, mas mais sensivelmente detectados por seu gestor direto, ou seja, a comunidade de usuários.

Acresce-se a isso, pleito específico da comunidade de Jaguariúna, por meio de seus representantes e da sociedade organizada, no sentido de sanar a distorção tarifária que penaliza a ligação rodoviária entre esta cidade e Campinas, que se realiza pela SP-340, sem, no entanto utilizar o total do trecho de cobertura da praça do km 123.

Afim de reparar a distorção ocorrida, foi concedido o desconto, em **caráter paliativo e provisório**, enquanto se procedem estudos para a correção dos parâmetros atuais. Esse desconto não será extensivo a outros municípios, visto que isso implicaria em alterações no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, e, consequentemente em alterações no cronograma de obras e níveis de serviços a que esta se obriga contratualmente.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração,

Atenciosamente,

Zilla Patrícia Bendit
Coordenadora de Comunicações
Comissão de Concessões e Permissões
Dos Serviços Públicos no âmbito da Secretaria dos Transportes
do Governo do Estado de São Paulo

Comissão de Concessões
Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo
R.Iaiá 126 13º andar São Paulo - SP CEP 04542-906
Tel: 820-6655 ramais 2600 a 2619 Fax-ramais 2612 e 2613

Ofício nº5390/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 22 de junho de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia da **MOÇÃO Nº 030/99, de autoria do nobre Vereador José Luiz de Souza Neto**, aprovada por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão extraordinária de 16 de junho do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
04 / 08 / 99
PRESIDENTE

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

SS/al

14/07/99

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
-ESTADO DE SÃO PAULO-

MOÇÃO Nº 030/99
PROCESSO Nº 1968/99

Considerando que ao longo de muitos anos, houve por parte do governo brasileiro, certo protecionismo quanto aos produtos produzidos em nosso país, levando diversos setores da indústria nacional a trabalhar com algum comodismo quanto às evoluções e exigências do mercado;

Considerando que tais procedimentos geraram o estigma de que produtos brasileiros são de qualidade inferior a outros similares produzidos no exterior;

Considerando, entretanto que, a partir da liberação comercial (entrada de produtos importados no país), notou-se a preocupação do empresariado brasileiro com essa concorrência, logo registrou-se também a melhoria dos processos produtivos nacional, resultando diretamente no aperfeiçoamento da qualidade dos produtos;

Considerando que mesmo assim, o público consumidor ainda oferece alguma resistência na aquisição de produtos produzidos pela indústria brasileira;

Considerando que sensíveis a essa questão, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a partir do dia 25 de maio do corrente, iniciaram através dos diversos meios de comunicação, uma campanha publicitária de valorização do produto nacional;

Considerando que essa iniciativa surge em defesa do empresário nacional que muitas vezes produz produtos de qualidade igual ou até mesmo superior aos importados, a preços competitivos, mas não conseguem conquistar os consumidores por puro preconceito aos produtos brasileiros;

Considerando que essa campanha além de destacar o produto nacional, provoca estímulos à produção nacional;

Considerando que essa campanha está sendo veiculada no momento oportuno, tendo em vista que a produção nacional precisa retomar seu crescimento e assim permitir a geração de novos empregos,

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº4591/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 09 de junho de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia da **MOÇÃO Nº 028/99, de autoria dos nobres Vereadores José Roberto de Oliveira e Marcos Luiz da Silva**, aprovada por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 07 de junho do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

SS/al

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
- Estado de São Paulo -

MOÇÃO Nº 028/99
PROCESSO Nº 1925/99

Considerando que o nobre Deputado Pedro Mori, apresentou junto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, Projeto de Lei, *dispondo sobre a antecipação de precatórios judiciais;*

Considerando que de acordo com a proposta constante do citado Projeto de Lei, fica a Caixa Econômica do Estado de São Paulo-Nossa Caixa, Nosso Banco, na condição de agente financeiro do Tesouro Estadual Paulista, consoante previsão legal do artigo 173 da Constituição do Estado, nos processos de responsabilidade do Estado dos Municípios e suas autarquias que houverem sido condenados em virtude de sentença judiciária transitada em julgado, ou pedidos de intervenção já aparelhados perante o Tribunal competente, autorizada a conceder o pagamento de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor atualizado da condenação aos respectivos credores;

Considerando que esse projeto, é sem dúvida revestido de elevado alcance social, pois todos sabem do momento difícil porque passa a economia nacional com seus perversos reflexos nos mais diversos segmentos de nossa sociedade;

Considerando que o número de empresas que encerraram suas atividades nos últimos anos, jamais foi visto em toda a história de nosso país, lançando no desespero pais de famílias, pessoas muitas vezes preparadas e dotadas de alto conhecimento técnico, mas que diante de sua demissão não conseguem uma colocação imediata no mercado de trabalho;

Considerando que prevê também a matéria apresentada pelo ilustre Deputado Pedro Mori, que a responsabilidade do Estado, se refere ao crédito do valor principal da demanda e mais o honorários advocatícios previstos na sentença e constantes do precatório expedido, atualizado até a data do efetivo pagamento conforme determina o artigo 57 da Constituição do Estado e o artigo 100, § 1° da Constituição Federal;

- Bragança Paulista - Grupo Eco - Fone: 019-460.4043
- Jundiaí - Associação Mata Ciliar - Fone: 011-7392.7992

Será fornecido certificado a todos os participantes.

Aproveitamos para manifestar nossos agradecimentos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização da primeira etapa do projeto.

Sendo o que se apresenta para o momento registramos nossos protestos de estima consideração.

Atenciosamente

Eng. Francisco Carlos Castro Lahóz
Coordenador Geral do
Consórcio Piracicaba Capivari

Ficha de Inscrição do Curso Gestão dos Recursos Hídricos - Difusão de Técnicas de Mobilização Participativa

---

Nome: _____

Endereço: _____

Fone: _____ FAX: _____ E - Mail: _____

Entidade/Órgão/Empresa/Outros: _____

Função/Cargo/Profissão/Outros: _____

Local de Preferência para Capacitação:

Região de ☐ Bragança Paulista ☐ Campinas ☐ Piracicaba ☐ Jundiaí

OBS. Encaminhar a ficha de inscrição até o dia : 18/06/99.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 01 de junho de 1999.

Ofício nº 005/99
Assunto: Erro ortográfico na Bandeira do Município.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

O Conselho Municipal de Educação da Estância Turística de Holambra vem respeitosamente pedir a Vossa Excelência providências para a retirada do sinal diacrítico til (~) indevidamente colocado sobre a palavra "abençoe" na(s) Bandeira(s) do Município.

Na certeza de sermos atendidos, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria Cecília Stolf Jeuken
Pres. do C.M.E. de Holambra

Ilmo. Sr. Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Holambra - SP

02/06/99

Clea e Everaldo

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Holambra, 01 de junho de 1999.

Ofício nº 005/99
Assunto: Erro ortográfico na Bandeira do Município.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

O Conselho Municipal de Educação da Estância Turística de Holambra vem respeitosamente pedir a Vossa Excelência providências para a retirada do sinal diacrítico til (~) indevidamente colocado sobre a palavra "abençoe" na(s) Bandeira(s) do Município.

Na certeza de sermos atendidos, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

Maria Cecília Stolf Jeuken
Pres. do C.M.E. de Holambra

Ilmo. Sr. Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Holambra - SP

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

OFÍCIO CMETH nº154/99 Holambra, 07 de junho de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de maio de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
16/06/99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Maio/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	78.213,26	17.500,00	95.713,26	287.360,00	0,00	287.360,00	191.646,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**78.213,26**	**17.500,00**	**95.713,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	868,00	216,68	1.084,68				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	701,50	180,51	882,01				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	864,00	216,00	1.080,00				
CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	0,00	20,88	20,88				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**5.720,24**	**634,07**	**6.354,31**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**83.933,50**	**18.134,07**	**102.067,57**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			2.626,95				
TOTAL GERAL .....:			**104.694,52**				

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Maio/1999

CLASSIFICAÇÃO			EMPENHOS			
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	493,21	0,00	493,21	9.506,79
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**493,21**	**0,00**	**493,21**	**9.506,79**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	55.791,94	13.938,29	69.730,23	130.269,77
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.300,00	701,50	256,19	957,69	1.342,31
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	1.836,65	350,24	2.186,89	2.813,11
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	19.000,00	2.847,87	1.200,00	4.047,87	14.952,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	7.535,68	1.709,88	9.245,56	35.754,44
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**68.713,64**	**17.454,60**	**86.168,24**	**185.691,76**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**69.206,85**	**17.454,60**	**86.661,45**	**200.698,55**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Maio/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	3.286,74	0,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	868,00	216,68	1.084,68
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	522,06	179,44	701,50
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	864,00	216,00	1.080,00
	CONTR. DOS FUNCIONARIOS - INSS	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**5.540,80**	**612,12**	**6.152,92**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**74.747,65**	**18.066,72**	**92.814,37**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			11.880,15
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**11.880,15**
	TOTAL GERAL .....:			**104.694,52**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 07/06/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Maio/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	493,21	0,00	493,21
	Sub Total .....:	**493,21**	**0,00**	**493,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	55.791,94	13.938,29	69.730,23
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	522,06	179,44	701,50
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.547,91	638,98	2.186,89
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	1.647,87	1.200,00	2.847,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	6.094,10	1.980,70	8.074,80
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**65.603,88**	**17.937,41**	**83.541,29**
	Total Geral .....:	**66.097,09**	**17.937,41**	**84.034,50**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Maio/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
03/05/99	3.1.3.2.00	99.087	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-MAI/99	09/06/99	714,58
03/05/99	3.1.3.2.00	99.088	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA-MAI/99	07/06/99	320,00
03/05/99	3.1.3.1.00	99.090	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVICOS ESPECIALIZADOS ADVOGADA-MAI/99	05/06/99	1.200,00
24/05/99	3.1.1.3.00	99.100	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR.S/FOLHA PAGTO. FUNCIONARIOS-MAI/99	10/06/99	180,51
24/05/99	3.1.1.3.00	99.101	INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-MAI/99	02/06/99	54,80
24/05/99	3.1.1.3.00	99.102	FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO SERVICO-FGTS	CONTR.S/FOLHA PAGTO. FUNCIONARIOS-MAI/99	24/05/99	20,88
31/05/99	3.1.3.2.00	99.103	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº087,DE 03/05/99	09/06/99	136,18

Total Geral .....: 2.626,95

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

UVESP
União dos Vereadores do Estado de São Paulo

Circular 009/99

São Paulo, 09 de junho de 1999.

Companheiro Presidente e Vereadores:

A União dos Vereadores do Estado de São Paulo - Uvesp, em parceria com a Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, contando com o apoio total do SEBRAE-SP, Tefefonica , tem o prazer de convidá-lo para participar do ***Seminário Mobilização Legislativa para o Desenvolvimento Econômico-Social***, a ser realizado em São Paulo, dia 23 de junho, a partir das 9h00, no auditório daquela Fundação, situada na Avenida Professor Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária - Capital, conforme programação anexa.

A UVESP orgulha-se em realizar **a terceira edição do Seminário Alternativas de Desenvolvimento** que visa, principalmente, levar aos vereadores e prefeitos subsídios técnicos para estimular a criação de leis que beneficiem a micro e pequena empresa, retirando-a da condição informal para gerar mais empregos e aumentar a arrecadação tributária.

Ressaltamos que o Seminário, além de oferecer informações técnico-jurídicas relevantes e gratuitas, propicia condições para troca de experiências com seus pares.

Contando desde já com sua presença para o sucesso de nosso Seminário, cordialmente, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

LIDO EM SESSÃO
DE
16 / 06 / 1999
PRESIDENTE

SEBASTIÃO MISIARA
Presidente da UVESP

CÉSAR GONTIJO
Coordenador do Projeto

JOSÉ CARLOS S. DE ALMEIDA
Tesoureiro-Geral

convidar todos Vereadores 14/06/99

apoio: SEBRAE SP

participação: Telefônica · Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo EMBRATUR · CDHU · Nosso Banco Um Novo Banco · CEPAM

UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo
Largo do Arouche, 290 - 9º andar - Vila Buarque São Paulo - SP Cep 01219-010 Fone: (011) 221-2374

UVESP
União dos Vereadores do Estado de São Paulo

"ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO"

" Mobilização Legislativa para o Desenvolvimento Econômico-Social"

Local: Auditório da Fundação Prefeito Faria Lima - CEPAM
Avenida Professor Lineu Prestes, 913 – Cidade Universitária
São Paulo – 23/06/99

apoio: SEBRAE SP

participação: Telefônica; Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo EMBRATUR; CDHU; Nosso Banco Um Novo Banco; CEPAM

09h00	Inscrição/Coffee break
09h30	Abertura Solene **Sebastião Misiara** - Presidente da Uvesp **Sérgio Gabriel Seixas** - Presidente da Fundação Prefeito Faria Lima **César Gontijo** – Coordenador do Projeto **Sérgio Ciquera Rossi** – Chefe de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo **Edson Ortega Marques** – Assessor Especial do Governador
10h00	**Habitação, Uso e Ocupação do Solo** ***Dr. Edson Ortega Marques*** Assessor Especial do Governador
10h30	**Debate**
11h00	**A Fiscalização dos Poderes Municipais** ***Dr. Sérgio Ciquera Rossi*** Chefe de Gabinete do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
11h30	**Debate**
12h00	**Ética e Cidadania** ***Dr. Wallace Paiva Martins Junior*** Promotor da Cidadania
12h30	**Direito Ambiental Brasileiro** ***Dr. Antonio Herman Vasconcelos Benjamin*** Procurador de Justiça
13h00	Encerramento ***Sebastião Misiara*** Presidente da UVESP

UVESP - União dos Vereadores do Estado de São Paulo
Largo do Arouche, 290 - 9º andar - Vila Buarque São Paulo - SP Cep 01219-010 Fone: (011) 221-2374

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 26 de maio de 1999

Ofício UR.3 nº 88/99

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, o processo referente ao TC 1937/026/98 bem como os Anexos a ele vinculados e respectivos Parecer Prévio , emitido pela Colenda Segunda Câmara deste Tribunal, conforme artigo 33, Inciso XIII, da Constituição do Estado , em Sessão realizada em 09/03/1999 , relativos às contas do exercício de 1.997, apresentadas pelos órgãos do Governo deste Município.

Apresento a Vossa Excelência, os protestos de distinta consideração.

Atenciosamente,

Otávio de Oliveira Azevedo
Diretor da UR.3 - Campinas

LIDO EM SESSÃO
DE
16 / 06 / 99
PRESIDENTE

02/06/99

Ao Excelentíssimo Senhor
Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

OBS: Seguem 01(um)volume e 03 (três) anexos.

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Esportes e Turismo

Convite Especial

São Paulo, junho de 1999

Excelentíssimo Senhor Prefeito

Caio Luiz de Carvalho, Presidente da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo e Marcos Arbaitman, Secretário de Esportes e Turismo do Governo do Estado de São Paulo, têm a honra de convidar Vossa Excelência para receber o **"Selo Prioritário para o Desenvolvimento do Turismo – 1999"**. A cerimônia de entrega será realizada dia 21/06/99, às 10h00 horas, no Espaço Turístico desta Secretaria sito à Rua XV de Novembro, 347. Ressaltamos que na presente data também será comemorado o 1º aniversário de **Revitalização do Espaço Turístico.**

A identificação dos municípios prioritários para o desenvolvimento do turismo segue os termos dos incisos IV, VII E VIII do artigo 3º da Lei nº78.181, de 28 de março de 1991, do Decreto nº448, de 14 de fevereiro de 1992 e foram assim classificados através da Deliberação Normativa nº405, de 30 de dezembro de 1998, após análise de todos os Roteiros de Informações Turísticas enviados pelas cidades interessadas.

Contamos com a indispensável presença de Vossa Excelência para o sucesso do evento.

CAIO LUIZ DE CARVALHO
Presidente da Embratur

MARCOS ARBAITMAN
Secretário de Estado

LIDO EM SESSÃO
DE
16/06/1999
PRESIDENTE

16/06/98

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Prefeitura Municipal de Holambra

Casa da Agricultura de Holambra

CONVITE

Prezado Senhor,

Tem este a finalidade de convidar Vossa Senhoria para participar do encerramento da primeira etapa e entrega de certificados aos participantes do **Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador Rural.**

O encerramento será realizado no dia 17 de junho pp., com início às 17:30 horas, na Casa do Trabalhador Rural, Bairro Pinhalzinho, Municipio de Holambra.

Contamos com a honra de sua presença, o que será motivo de grande alegria para nós.

Atenciosamente,

Irineu Gastaldo Júnior
Casa da Agricultura de Holambra

LIDO EM SESSÃO
DE
16/06/99
PRESIDENTE

Para Ciência a todos Vereadores

16/06/99

Alameda Maurício de Nassau, s/nº - Cx. Postal 24 - Cep 13.825-000 - telefax (0192) 60-1321

HOLAMBRA - SP

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

Of.CBH-PCJ 167/99

Piracicaba, 27 de maio de 1999.

Assunto: Programa de Investimentos para aproveitamento, proteção e recuperação das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

LIDO EM SESSÃO
DE
09/06/99
PRESIDENTE

Prezado(a) Senhor(a):

Este Comitê está coordenando os estudos técnicos para definição do Programa em epígrafe, custeados pelo Banco Mundial, com contrapartida do Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Convênio entre o Ministério do Planejamento e Orçamento, através da SEPURB, com a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras.

O *folder* que ora encaminhamos apresenta resumo do amplo programa de ações proposto para ser implantado no período 2000-2005.

Os estudos encontram-se em fase de conclusão, estando prevista a divulgação dos resultados finais até o final de junho p.f. Posteriormente à entrega dos produtos finais deverá ser realizado Seminário, onde todos os trabalhos desenvolvidos e detalhes sobre o programa de investimentos proposto serão apresentados.

Atenciosamente,

Luiz Roberto Moretti
Secretário Executivo

01/06/99

Av Estados Unidos, 988
13416-500 - Piracicaba - SP
Fone/Fax: (019) 434-5111
E-mail: cbh-pcj@merconet.com.br
Site: www.comitepcj.sp.gov.br

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO SECRETÁRIO

GS/2912/97 c/ap.PB/75816/98

São Paulo, 22 de abril de 1999.

OGS/0173/99

Senhor Presidente:

De ordem do Senhor Secretário e em atenção ao **ofício nº 136 de 19 de junho de 1998,** encaminhando cópia da Indicação nº 42/98, de autoria do Vereador VALTER COSTELLA solicitando viatura para a Delegacia de Polícia desse Município, envio a Vossa Excelência cópia reprográfica da informação prestada pela Assessoria Técnica da Polícia Civil, com esclarecimentos a respeito do assunto.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração.

ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER
Chefe de Gabinete

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

06/05/99

À Sua Excelência, o Senhor
Vereador PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA / SP
CLB/mnsf

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TÉCNICA DA POLÍCIA CIVIL

87

FK/erlb fl.~~76~~

Processo nº : GS-2912/97 (ADGP-9627/97) - Ap. GS-2912/97 pte.04 e PB-75816/98
Despacho nº : 1369/99
Interessado : CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Assunto : Solicita viatura para a Polícia Civil local

O presente feito versa sobre pedido de destinação de veículo oficial para a Polícia Civil de Holambra.

Auscultada a hierarquia da área, ficou demonstrado que, no final do ano transato, aquela localidade recebeu um automóvel GM-Kadett-Ipanema.

Tendo em vista que o pleito restou satisfeito, encaminhe-se à apreciação do ínclito Delegado de Polícia Chefe da Assistência Policial Civil da Pasta.

APA, em 6 de abril de 1999.

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

LUIZ CARLOS DOS SANTOS
Delegado de Polícia Diretor da
Assessoria Técnica da Polícia Civil

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, maio de 1999.

Deputado
JOSÉ REZENDE

Este é meu primeiro mandato nesta Casa Legislativa, motivo de colocar-me à disposição dessa Câmara para encaminhar os assuntos de interesse da população local junto ao Governo do Estado.

Ao mesmo tempo, encaminho, para conhecimento dos nobres vereadores, cópia das Moções n.os 39/99, *que trata de alteração da legislação que concede isenção aos taxistas na aquisição de veículos;* e 52/99, *que solicita o restabelecimento da isenção da contribuição patronal ao INSS pelas entidades filantrópicas*, contando com o apoio dessa Edilidade.

Com apreço, subscrevo-me

JOSÉ REZENDE

Exmo. Sr.
Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
JOSÉ REZENDE

MOÇÃO N.o 39, DE 1999

A lei n.o 8989, de 24 de fevereiro de 1995, permitiu aos taxistas autônomos a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de automóveis para utilização no transporte de passageiros.

A nova redação dada aos seus artigos 1.o e 2.o pelo artigo 29 da lei n.o 9317, de dezembro de 1996, diz:

"Art.29. O inciso I do art. 1.o e o art.2.o da lei n.o 8989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.1.º ...

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular da autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi):

.....

Art.2.º O benefício de que trata o art.1.o somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez."

Ocorre que muitos dos profissionais da praça, e em São Paulo são aproximadamente 2.000, perderam seus automóveis por roubo ou destruição total, antes do período de 3 anos, perdendo o direito ao benefício fiscal para adquirir uma nova ferramenta de trabalho com redução do total do imposto sobre o preço do veículo, fazendo com que cerca de 80% desses condutores sejam obrigados a mudar de profissão ou a recomeçar junto a uma empresa de táxis.

Assiste plena razão à Federação dos Taxistas Autônomos do Estado de São Paulo - FETACESP em reivindicar, em nome dos seus representados, que lhes seja concedido o direito a uma segunda isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, antes de completar o período estipulado no citado artigo 2.o da lei 8989/95, àqueles que perderam seus veículos por furto, roubo, enchentes, sinistros, acidentes e outros que os deixem sem sua principal ferramenta de trabalho, impossibilitando o exercício de sua profissão, por absoluta falta de recursos para uma nova aquisição sem isenção.

Essas razões sustentam a necessidade da mudança solicitada ao artigo 2.o da lei federal n.o 8989, de 24 de fevereiro de 1995, com a redação dada pela lei n.o 9317/96, desde que o profissional autônomo adote as seguintes providências, conforme sugerido pela própria Federação dos Taxistas Autônomos do Estado de São Paulo - FETACESP:

a) no caso de perda total/destruição completa do veículo - se der baixa do chassis junto ao DETRAN ou à CIRETRAN correspondente; e

b) no caso de roubo/furto do veículo - haja apresentação da certidão de não localização do veículo, expedida pela autoridade competente.

Por essas incontestáveis razões

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO APELA AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA SE DIGNE DETERMINAR AO MINISTÉRIO DA FAZENDA A ALTERAÇÃO DOS DITAMES DO ARTIGO 2.o DA LEI FEDERAL N.O 8989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995, ALTERADA PELA LEI FEDERAL N.O 9317/96, DE FORMA A PERMITIR UMA NOVA ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI, NOS CASOS COMPROVADOS DE PERDA OU DESTRUIÇÃO TOTAL E DE ROUBO OU FURTO DO VEÍCULO UTILIZADO PARA O TRANSPORTE AUTÔNOMO DE PASSAGEIROS.

Sala das Sessões, em 31/03/99

JOSÉ REZENDE

Deputado

24/05/99

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos
- Estado de São Paulo -

Ofício nº 3469/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 18 de maio de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia do **Requerimento nº 641/99, de autoria dos nobres Vereadores Marcos Luiz da Silva e José Luiz de Souza Neto**, aprovado por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 10 do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

Ac/ac.

24/05/99

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

CÓPIA

REQUERIMENTO Nº 0641/99
PROCESSO Nº 1899/99

CONSIDERANDO o agravamento da crise econômica que assola nosso país;

CONSIDERANDO o grande número de desempregados na região metropolitana, que conforme dados oficiais, atinge o índice de 19,2% da população economicamente ativa (aproximadamente um milhão e oitocentos mil desempregados);

CONSIDERANDO que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU, possui 1.100 empreendimentos espalhados por cerca 400 Municípios do Estado de São Paulo, atendendo cerca de 220.000 mil mutuários;

CONSIDERANDO que segundo dados da própria Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU, a maioria dos mutuários são trabalhadores de baixa renda;

CONSIDERANDO que essa Companhia vem emitindo cartas de cobranças para os inadimplentes do Estado de São Paulo, notificando e declarando que incluirão os mutuários em débito no SPC e a conseqüente reintegração do imóvel;

CONSIDERANDO que no caso do Conjunto Habitacional Escrivão José Chacon Moriel, localizado no Município de Ferraz de Vasconcelos, a maioria dos inadimplentes querem um acordo com a Companhia, porém uma das exigências da mesma, consiste no pagamento de 30% do débito para consolidar o acordo, mas os mesmos não possuem condições financeiras para fazê-lo;

CONSIDERANDO também que um dos fatores que levam a inadimplência é a comercialização irregular com os ditos "contratos de gaveta" que são aceitos pela CDHU até 31 de dezembro de 1994;

CONSIDERANDO que uma das soluções, seria a renegociação da dívida para o final do financiamento e a aceitação dos contratos de gaveta dos apartamentos já comercializados;

CONSIDERANDO a grave situação de inúmeros mutuários da CDHU em todo Estado de São Paulo, que vivem numa situação de incertezas;

CONSIDERANDO que é necessário agilizar os estudos que visam tais medidas, na busca de uma solução;

REQUEIRO A CASA NOS TERMOS REGIMENTAIS, APÓS OUVIDO AO PLENÁRIO, para que sejam encaminhados ofícios ao Governador do Estado de São Paulo, senhor Mário Covas, ao Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano-CDHU, senhor Goro Hama, ao Secretário da Habitação do Estado de São Paulo, senhor Francisco Prado de Oliveira Ribeiro, solicitando dos mesmos medidas urgentes visando a agilização de estudos para criar outra forma de cobrança das prestações dos mutuários inadimplentes, bem como a aceitação dos ditos "contratos de gaveta", para que os mutuários possam comparecer ao órgão competente e regularizar a situação perante a CDHU, evitando despesas judiciais e o pânico da população.

REQUEIRO finalmente, que seja solicitado o indispensável apoio à todas Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, bem assim que cópias do presente sejam encaminhadas aos Líderes de Bancada na Assembléia Legislativa.

Plenário Prefeito H.Hans Louis Baxmann, 10 de maio de 1999.

Assinado no Original
Vereador MARCOS LUIZ DA SILVA

Assinado no Original
Vereador JOSÉ LUIZ DE SOUZA NETO

SS/al

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SP

PRO BRASILIA FIANT EXIMIA

Moção n.º 52, de 1999

O Brasil possui milhares de instituições filantrópicas, legalmente constituídas, muitas reconhecidas como de utilidade pública, sem fins lucrativos, que reúnem inúmeros grupos de voluntários em torno de uma finalidade comum: o bem-estar da coletividade, seja na área de saúde, assistencial, educacional, correcional, etc.

Ao longo dos anos, os Poderes Públicos das três esferas da Federação têm reconhecido o trabalho desenvolvido por esses milhares de abnegados que dedicam boa parte de seu dia-a-dia ao atendimento dos mais necessitados, dos doentes, dos órfãos, das mães, dos idosos, dos desempregados, enfim, de todos aqueles que se encontram em situação de adversidade.

Em dezembro do ano passado, por iniciativa do Sr. Ministro da Previdência, que defendeu o pagamento das contribuições sociais por parte das entidades filantrópicas, foi sancionada a Lei n.º 9.732.

O artigo 7.º dessa lei cancelou, a partir do último dia 1.º de abril, toda e qualquer isenção, em caráter geral ou espeial, de contribuição para a Seguridade Social em desconformidade com o artigo 55 da Lei n.º 8.213/91, com a nova redação dada pelo art. 1.º da Lei n.º 9.732/98 -, ou com seu artigo 4.º.

Isso significa a revogação da isenção da contribuição patronal ao INSS a que as entidades tinham direito, representando um custo de 26,8% em suas folhas de pagamento. A medida resultará, certamente, na diminuição do número de atendimentos, no corte de serviços, no aumento do desemprego e, até, na extinção de muitas dessas entidades.

Sabemos que as pessoas que se organizaram em 5.279 entidades para realizar filantropia vêm suprir a carência de atendimento por parte do Poder Público nas mais diversas esferas, diminuindo, inclusive, os custos do erário.

Ao invés de penalizar as entidades filantrópicas com o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 9.132/98, dever-se-iam buscar meios para que elas continuem a desempenhar esse importante papel, que tantos resultados benéficos têm proporcionado à nossa sociedade.

Por considerar que o Governo Federal não pode tirar benefícios de quem com ele contribui, penalizando milhares de pessoas,

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo dirige veemente apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República para que revogue o artigo 7.º da Lei n.º 9.732, de 11 de dezembro de 1998, restabelecendo às entidades filantrópicas de nosso país o direito à Isenção da Contribuição Patronal ao INSS.

Sala das Sessões, em 16-4-99

a) *José Rezende*

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

São Paulo, 21 de Maio de 1.999.

À

Câmara Municipal de HOLAMBRA

Dando cumprimento à lei 9.452 de 20/03/97 , informamos abaixo a liberação do crédito efetuado ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI - Contrato FEHIDRO FP 013/97

Valor contratado	R$ 300.000,00
Valor liberado	R$ 40.000,00
Parcela liberada	6ª
Data da liberação	20/05/99
Saldo a liberar	R$ 0,00

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PRADO CARNEIRO
Supervisor Administrativo
520691

LUIS OLAVO MORETTI DE OLIVEIRA
Analista Proj. Desenvolvimento PL
522341

PROTOCOLO

DEOPE/DAG/EAF

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

24/05/99

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Gabinete da Secretária

OF.CG.089/99

São Paulo, 14 de maio de 1999.

Senhor Presidente,

A pedido da Senhora Secretária, e com os meus cumprimentos, transmito a Vossa Excelência a anexa cópia do Ofício CG.nº595/99, do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, em resposta ao pedido de doação de um veículo para o Departamento de Promoção Social desse Município.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria protestos de distinta consideração e apreço.

EDSON PASCHOAL
Chefe de Gabinete

Excelentíssimo Senhor
Vereador Valter Costella
DD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LRAD/OF CG - envia cópia.doc

LIDO EM SESSÃO
DE
21/05/99
PRESIDENTE

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Gabinete da Secretária

OF.CG.066/99

São Paulo, 07 de abril de 1999.

Senhor Chefe de Gabinete,

Incumbiu-me a Senhora Secretária de encaminhar a esse Fundo Social de Solidariedade o Ofício CMETH Nº109/99, em anexo, para que seja verificada a viabilidade de atendimento ao pedido formulado pelo Vereador Valter Costella, Presidente da Câmara Municipal de Holambra.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de distinta consideração e apreço.

ORIGINAL ASSINADO

EDSON PASCHOAL
Chefe de Gabinete

Ilustríssimo Senhor
ANTÔNIO VAGNER PEREIRA
MD. Chefe de Gabinete
Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
São Paulo - SP

EAD/OF.CG - FUSSESP.doc

FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício CG nº 595/99
Prot. FUSSESP nº 554/99

São Paulo, 30 de abril de 1999

Senhor Chefe de Gabinete,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos, pelo presente, de ordem da Presidente do Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, Sra. Lila Covas, acusar o recebimento do Ofício CG nº 66/99, através do qual nos solicita doação de um veículo para o Departamento de Promoção Social de Holambra.

NAA/SADS/1142 /99

Cumpre-nos informá-lo que não poderemos dar o devido atendimento, uma vez que, para o desenvolvimento de nossas atividades, são utilizados recursos próprios do FUSSESP, cuja principal fonte de receita são os leilões públicos realizados para a alienação de materiais diversos, papéis e **veículos sucateados** que são doados a este órgão. Os recursos arrecadados estão sendo utilizados na aquisição de materiais diversos para atendimento à população carente.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de consideração e apreço.

ANTONIO VAGNER PEREIRA
Chefe de Gabinete

Ilustríssimo Senhor
Edson Paschoal
Chefe de Gabinete da Secretaria de
Assistência e Desenvolvimento Social
Rua Bela Cintra, 1032
01415 – São Paulo - SP
LC/lc

http://www.fussesp.sp.gov.br
fussesp@sp.gov.br

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

IMPRENSA OFICIAL

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Fundada em 1948 - 50 anos em defesa dos Municípios

Av. Rebouças, 2499 - Jd. América - CEP: 05401-300 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (011) 3063-2225
Home Page: www.apmsc.com.br - E-mail: apaulista@uol.com.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente
Celso Antonio Giglio
Deputado Federal

1° Vice-Presidente
Marcos Roberto Casquel Monti

2° Vice-Presidente
Maria do Carmo Piunti
Deputada Estadual

3° Vice-Presidente
Gilberto Kassab
Deputado Federal

4° Vice-Presidente
Alberto Pereira Mourão
Deputado Federal

SECRETARIA
MBROS DIRETORES

Secretário Geral
Geraldo Makarenko

1° Secretário
João Carlos Caramez
Deputado Estadual

2° Secretário
João Domingues de Oliveira

3° Secretário
Antonio Cesar Simão

TESOURARIA - MEMBROS DIRETORES

Tesoureiro Geral
Paulo Silas Alvarenga de Melo

1° Tesoureiro
Flávio Callegari

2° Tesoureiro
Sidney Estanislau Beraldo
Deputado Estadual

3° Tesoureiro
Jo. Mauro Dedemo Orlandini

Diretora Executiva
Dalva Christofoletti Paes da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

Coordenador
Jonas de Campos

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Coordenador
Sérgio Yamato

Ofício n.º 17/99 – Circular APM/PRE

São Paulo, 21 de maio de 1999.

Companheiro

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo deverá discutir e provavelmente aprovar, nos próximos dias, o **PROJETO DE LEI N.º 14/99, que permite a compensação de débitos inscritos na dívida ativa, decorrentes de recolhimentos de tributos estaduais, inclusive ICMS, com créditos contra a Fazenda do Estado de São Paulo e suas autarquias, decorrentes de precatórios judiciais.**

O projeto de lei, na forma em que está proposto, **poderá causar prejuízos a todos os Municípios paulistas, na medida em que não contempla a parcela de 25% que lhes pertence.**

Portanto, é importante que todos os Vereadore e lideranças municipalistas **entrem em contato, imediatamente, com todos os Deputados Estaduais**, solicitando total apoio à Emenda abaixo transcrita, proposta pelo Deputado Cesar Callegari e mais dezenove parlamentares:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N.º 14, DE 1999

No projeto de lei em epígrafe, acrescente-se ao art. 1º os seguintes parágrafos:

Parágrafo 3º - A compensação de débitos de natureza tributária abrangida nas disposições deste artigo será considerada arrecadação e realização de receita para os efeitos da repartição e das destinações constitucionais que contemplam os Municípios, o ensino público e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Parágrafo 4º - Para efeito do disposto **no parágrafo 3º acima**, a data da formalização da compensação e conseqüente extinção do débito tributário respectivo corresponderá à data a ser observada para os prazos legalmente estabelecidos no que tange à repartição e às destinações devidas.

Aproveitamos para lembrar o companheiro que na relação enviada dos itens discutidos com o Presidente da República no último dia 13, quando da Marcha a Brasília, faltou o **item 8- *Direito de Minerar.*** *A Lei que regulamenta o assunto foi aprovada pela Câmara Federal, e deverá sê-lo pelo Senado nesta semana. Houve promessa do Presidente Fernando Henrique Cardoso que assim que chegar daquela Casa, será sancionada.*

Com nosso abraço,

Saudações Municipalistas.

Celso Giglio
Presidente da APM
Deputado Federal

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

25/05/99

* Você já enviou à APM a contribuição do seu Município; referente a anuidade de 1999?

Não? Então, por favor, envie-a o quanto antes pelos benefícios que você usufrui e para que possamos continuar defendendo as receitas do seu Município.

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

amigos do
CAMANDUCAIA

Jaguariúna, 17 de maio de 1.999

II SEMEAMJA

Ao Presidente da Camara dos Vereadores da
Estancia Turistica de Holambra – Sr. Walter Costela.

Ref. II SEMANA DO MEIO AMBIENTE DE JAGUARIÚNA

Prezado Sr.

Estaremos realizando do dia 07 a 10 de junho de 1.999, a II "SEMEAMJA" **SEMANA DO MEIO AMBIENTE DE JAGUARIÚNA**. Esse evento tem como objetivo criar oportunidades que possibilitem a formação de uma base para o planejamento do crescimento industrial sustentável e ordenado dentro do ecossistema regional. Em se tratando de Meio Ambiente, as fronteiras ilusórias construídas pelo ser humano precisam ser transpostas, pois, a Natureza que não conhece barreiras, acaba sofrendo as conseqüências do desenvolvimento desenfreado e desordenado da sociedade urbana.

Preocupados com a rápida mudança no perfil do uso do solo de nossa região, o tema que escolhemos para essa edição é : "**A Industrialização e o Meio Ambiente".** Desejamos abrir para o debate as políticas ambientais e os processos de produção das indústrias que se instalam em nossa região. Visamos a formação de uma cultura preservacionista em nossa sociedade, em direção a um desenvolvimento sustentável.

Pensamos ser de extrema importância a participação do setor de ensino e do setor público nesse debate, portanto, vimos respeitosamente solicitar a colaboração e o apoio dessa Casa de Leis a esse evento que já está se tornnando uma tradição em nossa cidade.

Estamos encaminhando o projeto do evento para que o Sr. e seus pares possam melhor se inteirar e avaliar o pedido de apoio que ora estamos lhe fazendo.

Gostaríamos ainda de contar com a honra de sua presença na mesa de abertura do evento no dia 07 de junho de 1.999 ás 19hs.

Sem mais para o momento ,

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
02/06/99
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 1901
Fls No 63 Livro No 009
Data 20/05/99
Daniela Santos
SECRETÁRIA

CAMANDUCAIA
Associação Ecológica
Eng.º Arthur Albuquerque – presidente.

20/05/99

cx. postal 29 – Jagauriúna – SP – 13 820 000 – Fones: (019) 972 75 00 – 974 46 85 - Fax: (019) 972 95 06.

Papel é reciclável

SEBRAE SP

Campinas, 12 de maio de 1999.

Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Valter Custella

Ref.: **Apresentação do Programa PRODER**

É com grande satisfação que vimos pela presente convidar a VSa. para a **Apresentação do Programa de Emprego e Renda - PRODER**.

O objetivo desse Programa é a busca de alternativas para o crescimento e fortalecimento auto-sustentado dos pequenos e médios municípios, através do fomento das atividades econômicas a partir de uma filosofia de participação e organização comunitária.

A implantação desse Programa depende de uma série de ações: desde uma coleta de dados (pesquisa) até a apresentação de um Diagnóstico e um subsequente Plano de Ação.

Essa reunião tem o objetivo de apresentar o PRODER e o papel dos parceiros (Sebrae / Unicamp / Município) na realização do Programa, no qual seu município foi incluído.

É de fundamental importância que estejam presentes o Sr. Presidente da Câmara e/ou Representantes e Líderes Locais, que desde já estão convidados.

Local: Agência Campinas do Sebrae/SP - R. Dr. Miguel Penteado, 1062 - Jd Guanabara - Campinas/SP
Data: Dia 27/05/1999 - Quinta-feira
Horário: 15:00 h
Confirmação de Presença: Pelo telefone (019) 243- 0277 (Sebrae/SP - Ag. Campinas)

Contando com Vossa presença, enviamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Almir Abreu
Gerente Agência Campinas

SEBRAE-SP - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa de São Paulo
Rua Dr. Miguel Penteado, 1062 - Jd. Guanabara
Campinas - SP - CEP 13073-180
Telefone: (019) 243-0277

14/05/99

LIDO EM SESSÃO DE 19/05/99
PRESIDENTE

ara Municipal de Conchas
ESTADO DE SÃO PAULO
Rua Pernambuco, 1190 - CEP 18.570-000
Tel.: (014) 855-1744 / 855-1700 Fax: (014) 855-1502 EMail: camaraconchas@zaz.com.br
CNPJ nº 01.630.769/0001-56

Conchas, 15 de abril de 1999.

OFÍCIO Nº 52/99

Excelentíssimo Senhor,

Valho-me da presente para passar às mãos de Vossa Excelência a cópia das proposições, aprovadas por unanimidade, pelo Plenário desta Casa, conforme as especificações abaixo.

Sem mais para o momento reiteramos nossos protestos de estima e consideração.

JOSÉ OSCAR PAVAN
Presidente da Câmara

Encaminhar cópias Vereadores

HISTÓRICO: Requerimentos nº 11/99 e 12/99

SESSÃO DE: 07 de abril 1999

PROMOVENTE: José Del Ben, subscrito pelos demais Vereadores

LIDO EM SESSÃO
DE
19/05/99
PRESIDENTE

Câmara Municipal de Conchas

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Pernambuco, 1190 - CEP 18.570-000
Tel.: (014) 855-1744 / 855-1700 Fax: (014) 855-1502 EMail: camaraconchas@tsa.com.br
CNPJ nº 01.630.769/0001-56

REQUERIMENTO

Nº 12/99

DESPACHO
APROVADO
Conchas, 07/04/1999
Presidente

EMENTA:

Remessa às Câmara Municipais do Estado de São Paulo de cópia do Requerimento 11/99, que trata de retorno ou retenção de percentual da CPMF arrecadada, ao município gerador.

Senhor Presidente,

Foi apreciado e aprovado por esta Casa o Requerimento de nº 11/99, que solicita junto às autoridades competentes, a elaboração de dispositivos legais os quais permitam que 10% da importância arrecadada através da CPMF (0,038% da alíquota) no município seja retida ou retornada ao mesmo, visando a melhoria de sua atuação no campo da saúde pública.

CONSIDERANDO QUE o solicitado através de nosso Requerimento é de interesse de todos os municípios paulistas.

REQUEREMOS, na forma regimental e após ouvido o plenário desta Casa, seja enviado, oficialmente, cópia do requerimento nº 11/99 para:

a) todos os Presidentes de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, a fim de que os mesmos também enviem tal solicitação aos órgãos competentes, além de ativarem seus representantes políticos no Governo Federal, para que possamos conseguir nossos intentos;

b) ao Presidente da Associação Paulista dos Municípios para que congregue os municípios paulistas e Associações Municipais de outros Estados no sentido de que intercedam e atuem junto aos seus representantes políticos no Governo Federal, a fim de que nosso apelo seja atendido;

c) à União dos Vereadores do Estado de São Paulo para que intercedam junto à instituições de congregamento de Vereadores de outros Estados, no sentido de que desenvolvam os esforços, atividades e atitudes, visando atingir nosso objetivo.

Câmara Municipal de Conchas

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Pernambuco, 1190 - CEP 18.570-000
Tel.: (014) 855-1744 / 855-1700 Fax: (014) 855-1502 EMail: camaraconchas@tsa.com.br
CNPJ nº 01.630.769/0001-56

Sala das Sessões, 07 de abril de 1999.

José Del Ben
Vereador

Agenor Luiz de Souza
Vereador

Amauri Leme
Vereador

Anselmo Eduardo Martelini
Vereador

Benedito Merlin
Vereador

Calil Chagury
Vereador

Dárcio Ap. Leite de Almeida
Vereador

Elias Valdrighi
Vereador

José Oscar Pavan
Vereador

José Tadeu Almada Neder
Vereador

Nilton Carlos Aliberti
Vereador

Valeria Bufani
Vereadora

Wilson Benedito de Almeida Dezidério
Vereador

"Conchas – Início da Hidrovia Tietê-Paraná. Desenvolvimento ostentando o Estado ao Mercosul"

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Fundada em 1948 - 50 anos em defesa dos Municípios

Av. Rebouças, 2499 - Jd. América - CEP: 05401-300 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (011) 3063-2225
Home Page: www.apmsc.com.br - E-mail: apaulista@uol.com.br

Ofício n.º 012/99 – Circular APM/PR

São Paulo, 14 de maio de 1999.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente
Celso Antonio Giglio
Deputado Federal

1° Vice-Presidente
Marcos Roberto Casquel Monti

2° Vice-Presidente
Maria do Carmo Piunti
Deputada Estadual

3° Vice-Presidente
Gilberto Kassab
Deputado Federal

4° Vice-Presidente
Alberto Pereira Mourão
Deputado Federal

SECRETARIA
MEMBROS DIRETORES

Secretário Geral
Geraldo Makarenko

1° Secretário
João Carlos Caramez
Deputado Estadual

2° Secretário
João Domingues de Oliveira

3° Secretário
Antonio Cesar Simão

TESOURARIA - MEMBROS DIRETORES

Tesoureiro Geral
Paulo Silas Alvarenga de Melo

1° Tesoureiro
Flávio Callegari

2° Tesoureiro
Sidney Estanislau Beraldo
Deputado Estadual

3° Tesoureiro
José Mauro Dedemo Orlandini

Diretora Executiva
Dalva Christofoletti Paes da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

Coordenador
Jonas de Campos

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Coordenador
Sérgio Yamato

Companheiro

Desde há muito estamos vigilantes e presentes no movimento municipalista nacional, cujas ações têm avançado na sensibilização da Presidência da República e Congresso Nacional.

Da Marcha a Brasília realizada ontem, da qual participaram milhares de municipalistas, em audiência com o Presidente da República obtivemos:

1- ***O ressarcimento imediato de R$ 180 milhões, referentes às perdas com a Lei Kandir;***
2- ***A extinção do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF, em dezembro e a devolução das parcelas subtraídas dos municípios nos últimos três meses;***
3- ***A prorrogação de 120 dias na execução da Lei nº 9717 da Previdência, cuja vigência seria a partir de 1º de julho próximo;***
4- ***A isenção do IPI e ICMS na aquisição de maquinarios, inclusive ambulância;***
5- ***Equacionamento em até duas semanas, da Taxa de Iluminação Pública – TIP;***
6- ***A manutenção e periodicidade da Comissão formada pelas entidades nacionais e interlocutores do Governo Federal, prevendo-se reuniões mensais ou quinzenais quando houver razão, inclusive para discussão do Pacto Federativo;***
7- ***A promessa de estudo buscando a possibilidade da União liberar R$ 4 bilhões para o saneamento financeiro dos municípios.***

A reunião teve duração de 1 hora e meia e transcorreu de uma forma bastante harmônica e democrática. **O Conselho Brasileiro de Integração Municipal**, do qual fazemos parte, irá fazer um acompanhamento permanente nas ações do Congresso e do Poder Executivo como um todo. Como municipalista e deputado federal, entendemos que esse procedimento é necessário para que não ocorram mais prejuízos e se ampliem as conquistas.

Com nosso abraço,

Saudações Municipalistas.

Celso Giglio
Presidente

cópia todos Vereadores.

17/05/99

LIDO EM SESSÃO
DE
19/05/99
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADO
PETTERSON PRADO

CONVITE

Vários segmentos da sociedade paulista ligados ao transporte rodoviário e de cargas estão se organizando contra os efeitos negativos na economia do Estado de São Paulo resultantes da privatização das rodovias estaduais.

Os critérios utilizados pelas empresas responsáveis pela administração das rodovias geraram preços abusivos na cobrança de pedágios os quais não traduzem a realidade do momento econômico que o país ora atravessa.

A prática de preços abusivos nos pedágios das rodovias estaduais privatizadas eleva o custo do transporte encarecendo os fretes, diminuindo a circulação de mercadorias, prejudicando sensivelmente o crescimento da economia do estado de São Paulo.

Portanto, vimos através do presente, convidar para participar do fórum de debates sobre o tema **"Pedágios e o cerceamento do crescimento sócio-econômico do Estado de São Paulo"** que irá debater os critérios utilizados para a definição dos valores cobrados nos pedágios das rodovias estaduais privatizadas, a realizar-se no dia **24 de maio do corrente, às 19:00 horas**, nas dependências do Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, situado à Av. Anchieta, n.º 200, centro. **Confirmar presença pelo fone (019) 234-1945 até o dia 19 do corrente.**

Sua presença é fundamental para o sucesso de nosso objetivo.

PROGRAMA

19.00 horas: Abertura: **Deputado Petterson Prado.**

19.30 horas: Exposição: **José Roberto Ponzan** – Representante da Federação dos Transportes de Cargas do Estado de São Paulo.

Deputado Geraldo Vinholi – Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Pedágios.

Rubens Góes – Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Campinas e região.

20.30 horas: Debates e perguntas extensiva a todos os presentes.

22.00 horas: Encerramento **Deputado Petterson Prado.**

13/05/98

São Paulo: - Av. Pedro Alvares de Cabral n.º 201 - 2 andar, sala 2007 - CEP. 04097-900 - tel: (011) 884 2175 - 886 6534 - 886 6567
Campinas: Escritório - Rua Guilherme da Silva 118 – Centro – CEP: 13025 – 070 – tel: (019) 234 41 42 – 234 19 45 – 232 54 95
Assessoria para Imprensa: marcoantonio@bitline.com.br telefax: (019) 243 43 38 – cel (019) 991 34 23
End. eletrônico: www.bestway.com.br/~peterson; www.pettersonprado_adv.br
E-mail: peterson@bestway.com.br; pprado@al.sp.gov.br

LIDO EM SESSÃO
DE
19/05/98
PRESIDENTE

11

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 9 de abril de 1999

Ofício Circular n°11/99-GP

Senhor Presidente,

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo, no cumprimento de suas atribuições legais e objetivando minimizar os atuais níveis de preocupação da sociedade com a ocorrência de acidentes envolvendo a engenharia e a arquitetura nacionais, vem, mui respeitosamente, apresentar à apreciação de Vossa Excelência quatro projetos de lei, em anexo.

Os projetos, já encaminhados a diversas prefeituras e câmaras municipais no Estado de São Paulo, em abril de 1998, versam sobre procedimentos que objetivam o prolongamento da vida útil das construções, através de vistorias periódicas, com vistas à proteção e segurança da população. Essas vistorias periódicas, a serem efetuadas por profissional habilitado, com custo mínimo e sob a coordenação honorífica do Crea - que será a garantia do cumprimento da fiscalização -, proporcionarão maior confiabilidade ao cidadão brasileiro no que tange à utilização das obras públicas e privadas e mais segurança quanto às edificações em geral.

Conhecedores de aspectos como o déficit habitacional que existe no País, a importância para o cidadão brasileiro em relação à conquista de sua moradia, a inexistência de legislação específica sobre a fiscalização da qualidade e a qualidade dos materiais utilizados, além da ausência de cultura quanto à conservação de bens imóveis (levando-se em conta a falta de manutenção, patologias das estruturas, fadiga de materiais, alterações de uso de imóveis e comportamentos da sociedade, novas obras e movimentação em vias públicas de cargas pesadas, entre outros), acreditamos que a proposta apresentada seja um passo no sentido de se criar uma legislação que garanta a segurança das obras de arte na construção civil (pontes, viadutos, tuneis, passarelas, etc) e edificações em geral.

cont...

LIDO EM SESSÃO
DE
19/05/99
PRESIDENTE

Aprovado com a encaminhar cópia Presidente comunicando

06/05/99

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA
ESTADO DE SÃO PAULO

Vale destacar que os projetos de lei encaminhados foram amplamente discutidos durante o "I Debate sobre Fiscalização e Qualidade das Construções", realizado pelo Crea-SP em março de 1998, que contou com a participação de entidades estaduais e nacionais, instituições de ensino e profissionais de renome da área tecnológica, além de autoridades.

Esperando poder contar, mais uma vez, com o apoio e sensibilidade de Vossa Excelência na tramitação do assunto, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários e apresentamos os nossos mais elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Eng° ANDRÉ DE FAZIO
Crea-SP n° 0600327570
Presidente

CREA-SP

MINUTA

PROJETO DE LEI N.º

Torna obrigatório, por ocasião da solicitação de Habite-se ou de Auto de Conclusão de Obra a apresentação de projetos/documentos que assegurem condições de uso, estabilidade e segurança.

Artigo 1º - Para a expedição do Alvará de Execução está condicionado à apresentação pelo interessado do seguinte:

1.1. Projetos de Engenharia e Arquitetura
1.2. Correspondentes ARTs

Artigo 2º - Para expedição do Habite-se ou de Auto Conclusão de Obra estão condicionados à apresentação pelo interessado do seguinte:

2.1 Termo de Responsabilidade firmados pelos profissionais que atuaram na elaboração do projeto e na execução da obra atestando condições de uso, segurança e estabilidade, bem como que as Obras/Serviços foram executados de acordo com projetos elaborados e com as normas técnicas vigentes.

2.2 Comprovação da realização dos ensaios tecnológicos de materiais tais como: aço, concreto, elementos de fundações e outros, através de certificações emitidas pelas empresas responsáveis pela realização dos mesmos.

2.3 Relação de profissionais/empresas participantes da elaboração dos projetos e da execução da obra.

Artigo 3º - Para efeitos desta Lei, entende-se como projetos de engenharia/ arquitetura os seguintes:

- Projeto Arquitetônico
- Sondagem
- Fundações
- Direção Técnica
- Terraplenagem
- Hidráulica
- Gerenciamento
- Projeto Estrutural
- Elétrica
- Topografia
- Concreto Usinado
- Rede de Gás
- Sistema de Combate à Incêndio
- Ar Condicionado
- Elevadores
- Controle Tecnológico de Concreto
- Paisagismo/Jardins
- PCMAT

Artigo 4º - Os dados constantes nos documentos citados nos subitens 2.1 a 2.3 serão consignados pela Prefeitura Municipal no Habite-se ou Auto de Conclusão emitido e em função das características de cada obra e ato específicos dos CREAs serão relacionadas os documentos a serem apresentados.

Artigo 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

São Paulo de de 1998

CREA-SP

Relatório de Inspeção Periódica

MINUTA

PROJETO DE LEI

Autoriza o Poder Executivo a implantar uma politica de procedimentos preventivos em relação a empreendimentos tecnológicos e cria o **Relatório de Inspeção Periódica.**

Artigo 1° : O Poder Executivo está autorizado a definir e implantar uma política de procedimentos preventivos com referência a empreendimentos tecnológicos.

Artigo 2°: Os empreendimentos tecnológicos deverão receber vistorias técnicas de rotina, efetuadas por profissional legalmente habilitado, ao mínimo a cada 5 (cinco) anos para edificação com até 30 (trinta) anos, e a cada 03 (três) anos para edificação acima de 30 (trinta) até 60 (sessenta anos) e anualmente para edificações concluidas há mais de 60 (sessenta) anos.

Parágrafo Único: A Vistoria Técnica de Rotina, é realizada sem o emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais e deve ser registrada em relatório de vistoria técnica de rotina, relatório especifico, inclusive com documentação fotográfica, constando informações sobre o estado de conservação em segmentos de classificação "Bom", "Aceitável", "Semi-Critico" e "Crítico", relacionadas às diversas partes integrantes do empreendimento, bem como o nome, título, número de registro no CREA-SP do profissional que realizou a vistoria e o número da ART do serviço realizado.

Artigo 3°: O Relatório de Vistoria Técnica de Rotina deverá ser protocolado junto à Prefeitura Municipal quando classificada no segmento Semi-Critico ou Critico, solicitando à referida Prefeitura a análise e providências cabíveis.

Artigo 4°: Em decorrência da análise por parte da Prefeitura Municipal, poderá ser determinada a realização de vistoria técnica especial que, para efeito dessa Lei, é aquela realizada através de Inspeção Visual e com emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais. Se for o caso, deve ser registrado em Laudo Técnico de Vistoria, inclusive com documentação fotográfica detalhada, constando informações sobre as caracteristicas das anomalias, prováveis causas e sugestões para a realização das correções.

§ 1° - O Laudo Técnico de Vistoria Especial deverá ser elaborado por profissional habilitado e deverá conter além das informações técnicas necessárias àquelas exigidas pelo artigo 14 da Lei n.° 5.194/66, o nome, título profissional e o número de registro no CREA-SP do profissional que realizou a Vistoria e o elaborou e o número da ART.

§ 2° - Após a conclusão do Laudo da Vistoria Especial, o mesmo deverá ser encaminhado de imediato à Prefeitura Municipal e ao proprietário do empreendimento, para que tornem as medidas necessárias quanto a segurança do empreendimento.

Artigo 5°: Os proprietários dos empreendimentos deverão manter, em local visível aos usuários dos mesmos, informações sobre a data da realização da vistoria, suas conclusões quanto ao estado de conservação geral da obra e demais dados qualificativos do profissional constante no artigo anterior.

Parágrafo Único: O descumprimento do estabelecido no caput do artigo sujeita o proprietário do empreendimento a transferência de toda a responsabilidade decorrente de um eventual sinistro, danos e prejuízos a terceiros.

MINUTA

PROJETO DE LEI ESTADUAL N°

Autoriza o Poder Executivo a implantar a Política de Procedimentos Preventivos em relação a Obras de Arte na Construção Civil e cria a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil.

Artigo 1o. - O Poder Executivo está autorizado a definir e implantar uma Política de Procedimentos Preventivos com referência a Obras de Arte na Construção Civil.

Artigo 2o. - O Poder Executivo deve manter atualizada a relação de Obras de Arte na Construção Civil existentes na esfera Estadual classificando-as, conforme a sua finalidade, em Pontes, Viadutos, Túneis, Passagens Inferiores, Pontilhões, Passagens Subterrâneas para Pedestres e Passarelas.

Parágrafo Único - As Obras de Arte na Construção Civil existentes no Estado, mesmo que pertencentes ao patrimônio de outras esferas Governamentais, deverão ter relação atualizada mantida em separado.

Artigo 3o. - As Obras de Arte na Construção Civil citadas no artigo anterior deverão receber Vistorias Técnicas de Rotina, com periodicidade máxima de doze meses, efetuadas por profissional legalmente habilitado, cadastrado e autorizado pela Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil.

Parágrafo Único - A Vistoria Técnica de Rotina, realizada sem o emprego de instrumentos de precisão ou de equipamentos especiais, deve ser registrada em Relatório de Vistoria Técnica de Rotina, inclusive com documentação fotográfica, constando informações sobre o estado de conservação em segmentos de classificação Bom, Aceitável, Semi-Crítico e Crítico, relacionados aos diversos componentes da Obra de Arte na Construção Civil, bem como o nome, título, número do registro no CREA-SP do profissional que realizou a vistoria e o número da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do serviço realizado.

Parágrafo Único - Ao Setor competente mencionado no " caput " do artigo incumbe o atendimento do estabelecido no artigo 2o. desta lei, o gerenciamento das atividades previstas nos artigos 3o. e 5o. desta lei, a execução das atividades previstas nos artigos 4o. e 6o. desta lei e o Controle fisico/financeiro da implementação da Politica de Procedimentos Preventivos nas Obras de Arte na Construção Civil.

Artigo 8o. - O Poder Executivo deverá manter em local visível à população, junto às Obras de Arte mencionadas no artigo 2o. e em seu parágrafo único, placa indicativa constando a data da realização da última Vistoria Técnica de Rotina, suas conclusões quanto ao estado de conservação geral da obra, e de mais dados qualificativos do profissional constantes no parágrafo primeiro do art. 5o desta Lei.

Parágrafo Único - O descumprimento do estabelecido no 'caput" do artigo sujeita o orgão proprietário a multa, cujo valor será regulamentado pelo Poder Executivo e revertido à Vigilância de Obras de Arte na Construção Civil.

Artigo 9o. - Fica criada a Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, com funções de fiscalizar a implantação da Politica de Procedimentos Preventivos em relação as Obras de Arte na Construção Civil, esclarecer a população sobre eventuais riscos em Obras de Arte na Construção Civil, identificar e diagnosticar anomalias, verificar procedimentos de correção e reparos, de projetos e de execução de serviços e obras de manutenção, além do poder de encaminhar relatório independente solicitando o embargo da Obra pelo Poder Público.

Parágrafo Primeiro - A Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, agente da sociedade, será integrada por representantes de Universidades, Empresas de Pesquisa Tecnológica e Projetos, Especialistas de renome, Associações de Profissionais e CREA-SP, sob a coordenação do CREA-SP.

Parágrafo Segundo - Os integrantes da Vigilância de Obras de Arte na Construção Civil deverão ser profissionais habilitados, no legítimo exercício da profissão, com atribuições compatíveis .

Parágrafo Terceiro - O mandato dos membros da Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil será de dois anos.

Parágrafo Quarto - O Poder Executivo Estadual deverá alocar recursos suficientes a garantir a segurança da população de forma a :

a) proporcionar a possibilidade de realização de vistorias, projetos e manutenção preventiva e reparadora em obras existentes na data da entrada em vigor desta lei, nos próximos orçamentos anuais;
b) proporcionar a possibilidade de realização de vistorias, projetos, e manutenção preventiva e reparadora em obras em execução na data da entrada em vigor desta lei e, em obras a executar, vinculados especificamente a cada obra, ao longo de sua vida útil;
c) viabilizar o funcionamento e atuação da Vigilância das Obras de Arte na Construção Civil, agente da sociedade, destinando-lhes anualmente 0,5% do valor atualizado do custo real da obra.

Parágrafo Quinto - Em havendo saldo financeiro superior a 20% do custo operacional do exercício findo, o mesmo será encaminhado a uma conta vinculada e destinada a Fundos de Pesquisa Tecnológica ao segmento de Obras de Arte na Construção Civil.

Artigo 10 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações constantes no orçamento vigente.

Artigo 11 - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias da sua publicação.

Artigo 12 - Esta lei entrará em vigor sessenta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CREA-SP

MINUTA

PROJETO DE LEI N.º

Autoriza o Poder Executivo a implantar política de segurança em edificações lindeiras a obras novas/reformas.

Art. 1º - O início de quaisquer serviços relativos à construção de uma obra deve ser precedido da realização de uma vistoria para produção antecipada de prova relativa às condições das edificações lindeiras.

Art. 2º - O referido laudo deverá ser realizado por profissional legalmente habilitado, a ser contratado pelo proprietário da obra a ser executada e objeto da emissão da correspondente ART.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nos artigos anteriores implicará em que:

3.1 – O proprietário da obra a ser edificada seja responsabilizado pela reparação de danos causados a terceiros decorrentes de problemas construtivos, observados a posteriori nos imóveis lindeiros. bem como pela ocorrência de possíveis sinistros.

3.2 – O profissional responsável pela edificação a ser erigida seja passível de penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 4º - Os proprietários dos imóveis lindeiros deverão receber cópia dos laudos realizados sob pena de que, na ausência do encaminhamento devido, os mesmos impetrem ação visando o embargo da construção em questão.

Art. 5º - A presente lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Paulo, de de 1998

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

São Paulo, 28 de abril de 1998.

Senhor Presidente da Câmara

Deputado
JOSÉ ZICO PRADO

Estamos enviando à todos os companheiros prefeitos e vereadores dos municípios do Estado de São Paulo, material sobre a questão dos pedágios, problema este que vem prejudicando duramente municípios que tiveram praças de pedágio instaladas na entrada de sua cidade, aumento do número de pedágios nas rodovias próximas, ou simplesmente que consideram abusiva a tarifa cobrada hoje e a proliferação de praças de pedágio, como vem acontecendo desde que algumas rodovias foram privatizadas.

Segue material elaborado pela assessoria de transportes da Assembléia Legislativa e também o projeto de lei de minha autoria, já que desde o meu primeiro mandato parlamentar sempre tive como prioridade a questão do transporte.

Gostaria que todos lessem com bastante atenção, já que neste momento, é importantíssima a união de todos os municípios para revertermos este quadro.

Pretendemos enviar uma representação ao Ministério Público pedindo a revogação das licitações já efetuadas e entregues às concessionárias e outra ao presidente da Assembléia Legislativa, pedindo a revogação do veto ao Projeto de Lei 707/97, de minha autoria, que foi aprovado na Assembléia, mas vetado pelo governador Mário Covas.

É de extrema importância que os municípios tomem iniciativas de discutir estes problemas com outros prefeitos e entidades de sua região. É importante organizar atividades e colher assinaturas. (Veja abaixo-assinado). Gostaríamos inclusive que vocês nos avisassem destas atividades, para que eu possa participar.

O momento é este. É preciso que haja pressão dos setores prejudicados. O seu apoio é fundamental para que possamos reverter este quadro que prevê apenas o lucro e não o bem estar da população.

Um abraço.

José Zico Prado
Deputado Estadual

Gabinete Deputado José Zico Prado - PT
Tels: (011) 886.66.66/6634
Fax: (011) 884.1002

LIDO EM SESSÃO
DE
19 / 05 / 98
PRESIDENTE

12/05/98

A questão dos pedágios

A privatização das rodovias gera lucratividade para as empresas e problemas para a população

Preços altos. Números aumentando assustadoramente. Cidades sitiadas. A questão dos pedágios nas rodovias estaduais e as suas conseqüências tem sido tema de discussões na Assembléia Legislativa há mais de quatro anos.

Quando o governador Mário Covas, em sua primeira gestão, começou a efetuar licitações para a concessão de 22 lotes das rodovias estaduais, nós deputados da bancada do PT já alertávamos para os transtornos da privatização.

Entregues às empresas vencedoras das licitações, as mudanças realizadas pelas concessionárias, visando maior lucratividade, começaram a gerar reclamações de transportadores de cargas, municípios e usuários em geral .

No final do ano passado, a Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa realizou duas reuniões para discutir a questão das concessões das rodovias, as tarifas praticadas e, principalmente, o elevado número de praças de pedágios. Na primeira reunião foram convocados representantes de transportadoras de cargas, de vários municípios do Estado e dos trabalhadores do setor. As principais queixas das transportadoras se referem ao alto custo do pedágio, que segundo informações da NTC – Associação Nacional dos Transportadores de Carga – chega a exceder em 30% o valor gasto em combustível.

Para os municípios, os pedágios trazem a ameaça de isolamento de algumas cidades e o perigo do desvio de caminhões e veículos de passeio que, para não pagar pedágios, acabam optando por estradas secundárias que passam por dentro dos municípios. É o caso da cidade de Vinhedo, onde está sendo instalada uma praça de pedágio na entrada do município, fazendo com que os próprios moradores despendam dinheiro de pedágio quando saem para fazer compras, ir ao colégio etc. Como proposta para conter as reações dos municípios, a concessionária propôs criar um selo, onde ao preço de R$25,00 os moradores podem ficar anualmente isentos do pagamento de pedágio, um absurdo que fere o direito constitucional de ir e vir a todas as pessoas.

Convocamos então uma segunda reunião, para expor todos os problemas apontados ao Secretário de Transportes e aos representantes da Dersa e do Der na busca de soluções para estes problemas. Os representantes do governo se mostraram irredutíveis em suas posições e afirmaram, insistentemente, que os contratos possuem base legal e que enquadram-se perfeitamente na lei de concessões.

O que nos deixa ainda mais estarrecidos é que o governo do estado entregou para a iniciativa privada através de licitações somente as partes mais rentáveis das rodovias. É por isso que é comum encontrarmos numa mesma rodovia trechos concedidos e outros trechos não. As rodovias secundárias e as vicinais mais importantes continuarão sob a responsabilidade do governo estadual e dos municípios, sem que haja recursos destinados à sua

recuperação e manutenção, uma vez que esses recursos provinham majoritariamente do pedágio anteriormente arrecadado pelo Estado.
Por outro lado, os contratos assinados deixam a rodovia nas mãos das concessionárias por vinte anos, e por esta exploração estabelecem como ônus pela concessão, valores irrisórios que serão pagos em 240 convidativas parcelas. Além da conservação as obras que ficam como responsabilidade da concessionária, em troca da exploração das rodovias, também representam investimentos irrisórios diante dos altíssimos valores arrecadados nas praças de pedágio.
Veja as comparações pela tabela abaixo:

Lote	Concessionária	Valor pago pelo ônus da concessão / parcelas (240)	Valor gasto com obras em 3 anos ou mais (R$)	Nº de veículos pedagiados no 3º ano e projeção para o 20º Ano	Projeção de arrecadação para os 20 anos (R$).
01 Anhanguera Bandeirantes	Auto Ban	1,55 bilhão 8 primeiras 0,9% 232 restantes 0,4% do total oferecido	919 milhões	54.112.602 102.883.364	7.904.894.000
03 Barretos Bebedouro Catanduva Taquaritinga Pirangui	Tebe	10,150 milhões 8 primeiras 09% 232 restantes 0,4% do total oferecido	98 milhões	3.342.899 5.491.595 *	453.204.000 * faltam projeções de arrecadação em Bebedouro
05 Ribeirão Preto div. MG (Igarapa/ Bebedouro)	Via Norte	251 milhões 8 primeiras 09% 232 restantes 0,4% do total oferecido	329 milhões	9.933.566 20.034.601 *	1.862.677.000 * faltam as projeções de Ituverava
08 São Carlos Itirapina Brotas Jaú Bauru	CENTROVIAS	61,869 milhões 8 primeiras 0,9% 232 restantes 0,4% do total oferecido	348 milhões	13.900.086 21.899.130	2.112.215.000
09 São Carlos Catanduva Sertãozinho Borborema Matão Bebedouro	Triângulo Do Sol	123 milhões 8 primeiras 0,9% 232 restantes 0,4% do total oferecido	483 milhões	20.430.298 34.014.688	2.303.426.000
11 Móoca S. José do Rio Pardo São João da Boa Vista Campinas	Renovias	151,938 milhões 8 primeiras 0,9% 232 restantes 04% do total oferecido	350 milhões	14.047.320 24.985.373	1.993.969.000

Sistema Castelo Branco / Raposo Tavares (S.Paulo – Sorocaba)	**Via Oeste**	**318 milhões 8 primeiras 0,9% 232 restantes 0,4% do total oferecido**	**735 milhões**	**39.229.495 78.579.638**	**4.807.072.000**
22 Sistema Anchieta Imigrantes	**Ecovias**	**87 milhões 12 primeiras 0,923% do total oferecido 228 foi previsto a utilização em até 30% de cada parcela títulos da CPA (Cia. Paulista de Administração de Ativos)**	**771 milhões**	**33.822.547 56.520.620**	**4.495.693.000**

Base R$ (Jul/97)

Vejamos o exemplo da Ecovias. A concessionária irá pagar como ônus pela concessão do sistema Anchieta - Imigrantes apenas R$87 milhões, da seguinte maneira: as 12 primeiras parcelas corresponderão a 0,923% do total oferecido como ônus e as demais 228 parcelas serão pagas com 0,39% do valor oferecido, sendo que até 30% de cada parcela poderá ser pago com títulos da CPA (Cia Paulista de Administração de Ativos) companhia onde concentram-se os famosos "títulos podres".

Ainda pela concessão a Ecovias obriga-se a realizar obras para a 2ª pista da Imigrantes. Essas obras que inicialmente estavam previstas para custarem R$600 milhões, ao final da concessão atingiram o valor de R$ 771 milhões. Uma história mal e pouco explicada onde os concorrentes esvaziaram o primeiro processo licitatório.

Ao mesmo tempo que seus gastos não são elevados, apesar do superfaturamento das obras, que estarão apenas sobre seu controle, os recursos a serem auferidos pelas tarifas do pedágio e as projeções de crescimento do tráfego de veículos garantirão um ótimo negócio por longos vinte anos.

O crescimento do tráfego irá de 33.82.547 veículos no 3º ano para 56520.620 no 20º ano e os valores auferidos nos vinte anos atingirá a cifra de R$4,495bilhões a preços de julho de 97. Cabe lembrar que, mesmo que o crescimento do tráfego não ocorra conforme as projeções, a concessionária, pela cláusula que garante o equilíbrio econômico financeiro do contrato, terá garantida a sua lucratividade pelo Estado.

Os contratos assinados ainda garantem que não poderá haver a quebra do equilíbrio econômico financeiro das concessionárias. Para tanto, o governo terá que praticar uma política tarifária sempre corrigida a partir dos elevados parâmetros atualmente adotados e garantir a arrecadação baseada nas projeções do crescimento do fluxo de veículos que trafegam nas rodovias. Estas projeções chegam a dobrar o fluxo durante os 20 anos de contrato. Isto

significa também que o Estado fica de mãos atadas para investir na construção de rodovias alternativas que possam absorver o fluxo previsto para os trechos concedidos, sob pena de ter que ressarcir as concessionárias pela redução do número de veículos em circulação. Ficará muito caro para o Estado fomentar o desenvolvimento de várias regiões através de novas alternativas de circulação viária sob qualquer modal de transporte.

A política tarifária adotada tem forçado a população paulista a pagar as tarifas mais altas do país, sendo que em alguns itinerários os valores chegam a representar até 50% do valor que o transportador recebe pelo frete.

O governo não percebe a disparidade das tarifas praticadas em relação a realidade da renda da população e a situação de dificuldade econômica que o país atravessa. A tarifa cobrada, R$4,40, chega a ser superior até a de países desenvolvidos, principalmente quando a comparamos com a renda per capita. Observe a tabela:

Pedágio x Renda Per Capita

País	Valor por eixo/ US$/km	PIB/Habitante/US$	Pedágio/PIB
França	0,04	21,00	1,96
Portugal	0,03	6,60	5,20
Espanha	0,05	13,50	3,43
Brasil **	0,04	2,70	14,94

Fonte: International Road Transpor Union, 1996. **Valor em São Paulo

Isto vem gerando uma grande insatisfação, principalmente entre as empresas transportadoras de carga, duramente atingidas por esta nova política. O alto valor pago por eixo dos caminhões nos pedágios representam em média de 17 a 25% do frete em São Paulo. E quem mais sofre com este aumento é o consumidor final dos produtos, já que os aumentos serão repassados para o comércio e a indústria. Para amenizar as manifestações de protesto da categoria, a Secretaria de Transportes, às vésperas das ultimas eleições, buscou uma solução paliativa e ainda mais onerosa para o Estado: um desconto de 20% nas tarifas que era para durar por 120 dias e recentemente foi prorrogado por tempo indeterminado. O que o governo estadual não explica é que este desconto sai dos cofres públicos, já que é descontado na parte que a concessionária deveria repassar ao Estado.

Ou seja, estamos subsidiando algumas empresas transportadoras de carga para manter o lucro das concessionárias e deixando de investir em estradas secundárias e vicinais e, principalmente, em outras áreas importantes para a população como educação, habitação etc.

Alternativas existem

Diante de toda esta situação, encaminhamos o projeto de lei, 707 de 1997, de minha autoria, juntamente com outros deputados petistas, que propõe a alteração da política tarifária e uma nova concepção para a realização da cobrança e para a implantação das praças de pedágio nas rodovias estaduais.
Segundo o projeto, as tarifas de pedágio deverão ter seus valores fixados proporcionalmente à quilometragem percorrida e não exceder o valor equivalente a 50% do custo médio por quilômetro despendido com combustível.. Veja como funciona: na primeira praça de pedágio o usuário receberá um bilhete com o registro da quilometragem do percurso. Ao sair da rodovia, na última praça de pedágio, o usuário apresentará o bilhete e pagará a quantia correspondente à quilometragem percorrida.
O projeto prevê ainda a obrigatoriedade da construção de vias marginais nos trechos das rodovias que atravessam áreas urbanas municipais. Estas vias marginais garantiriam a livre circulação local e não seriam tarifadas, resolvendo o problema dos municípios hoje sitiados.
O projeto foi aprovado na Assembléia, porém em março deste ano foi vetado pelo governador Mário Covas, que o julgou inconstitucional.
Além da aprovação do projeto é necessário que o governo do Estado coloque em funcionamento as Agências Fiscalizadoras, órgão responsável pela fiscalização das concessionárias e que até agora não está operando.
Agora mais do que nunca é necessário que as prefeituras, Câmaras Municipais, Transportadores de Cargas, Trabalhadores do Setor e usuários entrem conosco nesta batalha. Queremos a revogação dos contratos já celebrados, que são abusivos e prejudiciais à população paulista. O momento é este. É preciso que haja pressão dos setores prejudicados para que entremos com uma representação junto ao Ministério Público contra estes contratos. Há inclusive a possibilidade de criação de uma CPI na Assembléia para investigá-los. O apoio e a luta de todos é fundamental para revertermos este quadro que prevê apenas o lucro e não o bem estar da população.

José Zico Prado é deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores e membro da Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa.

EXMO. SR. PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Dr. Luiz Antônio Guimarães Marrey

Nós abaixo-assinados, Prefeitos e Vereadores de municípios do Estado de São Paulo, representantes de entidades da sociedade civil e usuários das rodovias estaduais, vimos através do presente, solicitar à V. Exa., as providências judiciais necessárias para a revogação dos contratos de concessão das rodovias paulistas, em virtude da política tarifária abusiva de preços altos e elevado número de postos de cobrança que vem sendo praticada, geradora de um ônus insuportável para a população usuária e para a população em geral, pois o aumento do preço do frete acaba produzindo o aumento do preço final dos produtos. A referida política tarifária cria empecilhos intransponíveis para o desenvolvimento do estado, que está impedido pelos contratos de investir em outras alternativas de transporte, pois a diminuição do número de veículos nas rodovias concedidas obriga a indenização do concessionário. A situação criada pela atual política tarifária que teve como objetivo tornar mais atraente a concessão de rodovias para a iniciativa privada e as diversas ilegalidades cometidas com a mesma finalidade encontram-se amplamente descritas na representação promovida pela Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, protocolado n.º72.572/97, para a qual solicitamos rápido andamento.

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

EXMO. SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Dr. Vanderlei Macris

Nós abaixo-assinados, Prefeitos e Vereadores de municípios do Estado de São Paulo, representantes de entidades da sociedade civil e eleitores usuários das rodovias estaduais, vimos através do presente, manifestar nosso apoio ao PL 707/97, de autoria do Deputado José Zico Prado, vetado pelo Governador e solicitar seu pessoal empenho, tomando as providências regimentais necessárias para a rápida tramitação e derrubada do veto. O mencionado PL cria uma nova política tarifária a ser executada nas rodovias estaduais, proporcional à quilometragem percorrida pelo usuário que não poderá exceder 50% do custo médio despendido com combustível e prevê a obrigatoriedade de construção de vias marginais não tarifadas nos trechos de rodovias que atravessam áreas urbanas municipais. A política tarifária abusiva de preços altos e elevado número de postos de cobrança que vem sendo praticada, gera um ônus insuportável para a população usuária e para a população em geral, pois o aumento do preço do frete acaba produzindo o aumento do preço final dos produtos. A referida política tarifária cria empecilhos intransponíveis para o desenvolvimento do estado, que está impedido pelos contratos de investir em outras alternativas de transporte, pois a diminuição do número de veículos nas rodovias concedidas obriga a indenização do concessionário. Cabe à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo como órgão representativo eleito pela população prejudicada pelo atual sistema tarifário, impedir a continuação da presente situação.

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

Nome:_____RG._____

Entidade:_____Município:_____

prejudicados com as tarifas impagáveis, mas também, e principalmente, para que a política de propiciar condições de desenvolvimento não seja prejudicada, pois, certamente, os valores elevados do pedágio cobrado dos transportadores de carga recairão nos consumidores.

Por esses motivos, o projeto ora apresentado pretende que a partir dessas regras tenhamos um princípio de cobrança por quilometragem percorrida, muito comum em países desenvolvidos e uma política de preços compatível com o nosso poder aquisitivo e com o nosso estágio de desenvolvimento. Pretendemos, ainda, que a regulamentação da lei preveja, para os contratos futuros de concessão, um sistema de cobrança eficaz e um conjunto de obras para que a localização das praças de pedágio não provoque os problemas de percurso, em curta distância, que muito têm afetado as faixas urbanas dos municípios circunvizinhos às principais rodovias.

Sala das Sessões, em 6-11-97

a) *José Baccarin*

a) *José Zico Prado*

a) *Rui Falcão*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Projeto de Lei nº 707, de 1997

Dispõe sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - As tarifas de pedágio das rodovias estaduais deverão ter seus valores fixados proporcionalmente à quilometragem efetivamente percorrida pelos usuários.

§ 1º - A cobrança das tarifas previstas no caput obedecerá os seguintes procedimentos:

I - Nos principais acessos ou na primeira praça de pedágio, o usuário receberá um bilhete, no qual estará registrada a quilometragem do percurso a partir do ponto em que ele entrou na rodovia;

II - Ao sair da rodovia, na última praça de pedágio ou no acesso, o usuário apresentará o bilhete para que seja efetuada a cobrança do valor correspondente à quilometragem percorrida.

§ 2º - Todas as praças de pedágio e acessos principais das rodovias deverão possuir equipamento adequado à emissão dos bilhetes e ao cálculo da quilometragem percorrida pelo usuário para estabelecimento do valor da tarifa.

Artigo 2º - Em nenhuma hipótese a tarifa poderá exceder o valor equivalente a 50% do custo médio do combustível consumido no trecho percorrido pelos veículos automotores de passeio e 80% pelos demais, calculada na forma a seguir especificada:

I - No caso de veículos de passeio através da média aritmética do consumo de combustível verificado em 10 modelos nacionais;

II - Nos demais casos, calculada com base no consumo de combustível verificado em 3 categorias, sendo as duas primeiras classificadas pelo número de eixos e a terceira, diferenciada, para veículos de transporte de cargas perigosas.

Artigo 3º - Nos trechos das rodovias que atravessam áreas urbanas municipais é obrigatória a implantação de vias marginais de uso livre e não tarifado.

Artigo 4º - Não serão pedagiadas:

I - distâncias inferiores a 40 quilômetros;

II - rodovias que não ofereçam:

1 - Pistas duplicadas com no mínimo duas faixas de direção em cada pista e acostamentos;

Ofício Circular nº 02/PC

Serra Negra, 30 de Março de 1.999

Ref. Encaminha Moção de Apoio

Excelentíssimo Senhor,

Em Sessão deste Poder Legislativo ontem realizada, foi aprovada por unanimidade a **Moção nº 02/99**, de minha autoria, de apoio à Câmara Municipal Ribeirão Preto, quanto ao pedido de redução do ICM bem como do IPI para aquisição de ônibus urbanos, possibilitando assim que as frotas sejam sempre renovadas, dando maior comodidade aos usuários desse transporte que é mais utilizado pelos menos favorecidos, cuja cópia anexamos.

Atenciosamente,

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID
Presidente da Câmara Municipal

LIDO EM SESSÃO
DE
14/05/99
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal

MOÇÃO Nº 02, DE 1.999

Propondo apoio à iniciativa da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, quanto ao pedido de redução de ICM bem como do IPI, para aquisição de ônibus urbanos.

Senhor Presidente,

PROPONHO na forma regimental após ouvido o douto e soberano Plenário seja aprovada "**MOÇÃO DE APOIO** " à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, quanto ao pedido de redução do ICM bem como do IPI (conforme cópia anexa) para aquisição de ônibus urbanos, possibilitando assim que as frotas sejam sempre renovadas, dando maior comodidade aos usuários desse transporte que é o mais utilizado pelos menos favorecidos.

Da decisão desta Casa, proponho mais, seja dada ciência aos Presidentes das Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, bem como ao Exmo. Sr. Presidente da República, Ministro da Fazenda, Governador do Estado de São Paulo, Secretario dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo e ao Exmo. Sr. Presidente do BNDES.

Sala das Sessões, 29 de março de 1999.

VER. ANDRÉ LUÍS ABI CHEDID

LIDO EM SESSÃO
DE
19/05/99
PRESIDENTE

17/05/99

Lida em Sessão do Dia	Despacho	Providenciado
29/MAR/1999	APROVADA	Of. nº 310/344-CE 02/1
Funcionário	Data: 29/MAR/1999	Data: 30 MAR /1999
	Presidente	Funcionário

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP|

Ofício 122/99.

Holambra/SP, 03 de maio de 1.999

SENHOR PRESIDENTE:

Em complemento ao ofício endereçado à Vossa Excelência sob n 103/99, pelo presente passo às mãos desse r. edil, o ofício oriundo da Transnavi Transportes Ltda com relação aos ônibus utilizados na linha escolar nesta urbe.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e apreço.

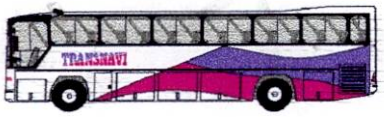
MARCELO GRANDINETTI ADELINO
Delegado de Polícia

06/05/99

Exmo. Sr.
Valter Costella
Presidente da Camara Municipal da Estância Turistica de HOLAMBRA/SP.

LIDO EM SESSÃO DE 12/05/99
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 1880
Fls No 02 Livro No 09
Data 05/05/99
SECRETÁRIA



TRANSNAVI TRANSPORTES LTDA.

HOLAMBRA, 22 de Abril de 1999

Ilmo Sr.
Dr. Marcelo Grandinetti Adelino
Delegado de Polícia de Holambra .

Atendendo Vossa solicitação, conforme Oficio n.° 102/99 ipm , vimos pôr meio desta, fornecer-lhes a relação dos veículos utilizados para o transporte no município de Holambra, de acordo com as cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos enviados a esta Delegacia.

Informamos que o referido Transporte, executado pêlos ônibus da empresa Tansnavi Transportes Ltda., pertencente ao mesmo grupo da Cidade das Flores Transportes Ltda. não se restringe ao município de Holambra, tornando-se intermunicipal, ao ultrapassarem os limites de municípios de Artur Nogueira, Jaguariúna, Cosmópolis, Santo Antônio de Posse e Mogi Mirim, utilizando para isto, as Rodovias Estaduais, além do serviço de transporte não ser exclusivamente Escolar, devido a precariedade de transporte coletivo no município.

Portanto, esta empresa está diretamente subordinada ao D.E.R. (DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM), onde encontra-se devidamente registrada sob nº F1-1121/91, conforme cópia do Certificado de Registro anexo, estando habilitada a executar o serviço Rodoviário Intermunicipal de transporte de passageiros , de acordo com o Regulamento deste Departamento.

As vistorias dos veículos, estão sob responsabilidade de um representante da empresa, credenciado pelo Serviço de Transporte Coletivo da Diretoria de Transportes , conforme cópia anexa, onde se obriga a executar as vistorias dos veículos cumprindo as normas e regulamentos vigentes quanto a segurança e ao uso de equipamentos obrigatórios conforme artigos 105 e 107 do capítulo IX do Código de Trânsito Brasileiro.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para maiores informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente.

TRANSNAVI - Transportes Ltda.
JOSÉ ROBERTO BONARDO

Av. Pedro Botesi, n.° 1.802 - Jd. Santa Clara - Mogi Mirim - SP.
C.G.C 65.652.364/0001-00 Inscrição Estadual 456.038.309.111
Telefones – (019) 862-1390 (019) 820-2000

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
DIRETORIA DE TRANSPORTES
SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO

Nº 0817/98	**TERMO DE CREDENCIAMENTO**	Validade : 23/ 3/03

Credenciado : JOSE ROBERTO BONARDO

RG nº 19.628.459	CPF nº 119.411.888-77	D.O. 24/03/98

Cargo : SOCIO GERENTE

Empresa : TRANSNAVI TRANSPORTES LTDA

Adenda nº : 0654/SBT/98	PR nº : 9-21.017/SBT/98



O credenciado acima identificado compareceu na sede do D.E.R./SP e, pelo mesmo foi dito que vinha assinar o presente **TERMO**, pelo qual se obriga, perante o DEPARTAMENTO, com base na Portaria SUP/DER-034, de 27/05/93, a aceitar e cumprir, na execução das vistorias dos veículos, as normas e regulamentos vigentes.

São Paulo, 24 de MARÇO de 1998

Eng. DAGOBERTO GONÇALVES
Respondendo pelo Expediente da DT

CREDENCIADO
28/12/98

1ª VIA CREDENCIADO - 2ª VIA PAPELETA DE REMESSA - 3ª ARQUIVO CDB

A 1ª VIA DEVERÁ SER PLASTIFICADA PELO CREDENCIADO

DER. 828

1993

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

OFÍCIO CMETH nº131/99 Holambra, 05 de maio de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de abril de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
12 / 05 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Abril/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	56.593,26	21.620,00	78.213,26	287.360,00	0,00	287.360,00	209.146,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**56.593,26**	**21.620,00**	**78.213,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	2.406,74	880,00	3.286,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	651,32	216,68	868,00				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	522,06	179,44	701,50				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	648,00	216,00	864,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**4.228,12**	**1.492,12**	**5.720,24**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**60.821,38**	**23.112,12**	**83.933,50**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			3.109,76				
TOTAL GERAL .....:			**87.043,26**				

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Abril/1999

CLASSIFICAÇÃO			EMPENHOS			
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	493,21	0,00	493,21	9.506,79
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**493,21**	**0,00**	**493,21**	**9.506,79**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	41.774,66	14.017,28	55.791,94	144.208,06
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.300,00	522,06	179,44	701,50	1.598,50
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	1.311,57	525,08	1.836,65	3.163,35
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	19.000,00	447,87	2.400,00	2.847,87	16.152,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	5.287,07	2.248,61	7.535,68	37.464,32
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**49.343,23**	**19.370,41**	**68.713,64**	**203.146,36**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**49.836,44**	**19.370,41**	**69.206,85**	**218.153,15**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA EST. CIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Abril/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	2.406,74	880,00	3.286,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	651,32	216,68	868,00
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	298,81	223,25	522,06
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	648,00	216,00	864,00
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**4.004,87**	**1.535,93**	**5.540,80**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**53.841,31**	**20.906,34**	**74.747,65**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			12.295,61
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**12.295,61**
	TOTAL GERAL .....:			**87.043,26**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ES. .NCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 05. 5/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Abril/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	493,21	0,00	493,21
	Sub Total .....:	**493,21**	**0,00**	**493,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	41.774,66	14.017,28	55.791,94
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	298,81	223,25	522,06
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.311,57	236,34	1.547,91
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	447,87	1.200,00	1.647,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	3.698,26	2.395,84	6.094,10
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**47.531,17**	**18.072,71**	**65.603,88**
	Total Geral .....:	**48.024,38**	**18.072,71**	**66.097,09**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ES. .NCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Abril/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
01/04/99	3.1.3.2.00	99.064	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-ABR/99	09/05/99	714,58
01/04/99	3.1.3.2.00	99.065	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - ABR/99	07/05/99	320,00
01/04/99	3.1.3.1.00	99.068	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVICOS ESPECIALIZADOS ADVOGADA-ABR/99	05/05/99	1.200,00
08/04/99	3.1.2.0.00	99.071	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO	08/04/99	288,74
22/04/99	3.1.3.2.00	99.077	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBLICACOES DIVERSAS DA CAMARA MUNICIPAL	22/04/99	157,00
23/04/99	3.1.1.3.00	99.080	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/ FERIAS E 1/3 FERIAS-N.T.VIEIRA	10/05/99	25,95
26/04/99	3.1.1.3.00	99.082	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-ABR/99	10/05/99	153,49
28/04/99	3.1.3.2.00	99.083	SERGIO MIRANDA PINHEIRO	SERVICOS DE CHAVEIRO PRESTADOS.	28/04/99	64,00
30/04/99	3.1.3.2.00	99.084	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº064,DE 01/04/99	09/05/99	138,50
30/04/99	3.1.3.2.00	99.085	COMERCIAL DE VIDROS MARCHINI LTDA.	SERVICOS DE REPOSICAO DE VIDROS	30/04/99	26,00
30/04/99	3.1.3.2.00	99.086	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBLICACOES DIVERSAS DA CAMARA MUNICIPAL	30/04/99	21,50

Total Geral .....: 3.109,76

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 121 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA

2º BIMESTRE/1999

Obs.: Publicado por afixação, no quadro de avisos da Câmara Municipal de Holambra, nos termos do artigo 74 da Lei Orgânica do Município de Holambra.

RECEITA ARRECADADA	BIMESTRE	ACUMULADA	DESPESA EMPENHADA	BIMESTRE	ACUMULADA
SUPRIMENTO			**DESPESAS CORRENTES**		
Duodécimos do Exercício	36.620,00	78.213,26	Pessoal e Reflexos	29.592,97	56.493,44
Duodécimos de Exercício Anteriores	-0-	-0-	Material de Consumo	672,81	1.836,65
(-) Devolução de Saldo	-0-	-0-	Serviços de Terceiros	6.889,80	10.383,55
			Diversas Despesas de Custeio	-0-	-0-
			TOTAL DESPESAS CORRENTES	**37.155,58**	**68.713,64**
			DESPESAS DE CAPITAL		
			Obras e Instalações	-0-	-0-
			Equipamentos. e Mat. Permanente	-0-	493,21
			Outras Despesas de Capital	-0-	-0-
TOTAL DE SUPRIMENTOS	**36.620,00**	**78.213,26**	**TOTAL DESPESAS DE CAPITAL**	**-0-**	**493,21**
RECEITA GERAL	**36.620,00**	**78.213,26**	**DESPESA GERAL**	**37.155,58**	**69.206,85**
Déficit Verificado	**535,58**	**-0-**	**Superávit Verificado**	**-0-**	**9.006,41**
TOTAL GERAL	37.155,58	78.213,26	TOTAL GERAL	37.155,58	78.213,26

Holambra, 30 de abril de 1999.

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

Valter Costella
Presidente

Câmara Municipal de Holambra
Estado de São Paulo

amigos do
CAMANDUCAIA

Leitura

À Câmara dos Vereadores de Holambra

Excelentíssimos Senhores Vereadores

A CAMANDUCAIA é uma associação Ecológica sem fins lucrativos, que atua na defesa ambiental em Jaguariúna e região a cerca de 2 anos.

Temos acompanhado de perto os problemas ambientais dos municípios da região, sobretudo com relação aos resíduos sólidos (lixo) e viemos inclusive participando das discussões para a formação de um Consórcio Intermunicipal de tratamento de Resíduos entre os municípios de Sto. A. de Posse, Holambra e Jaguariúna.

Nosso interesse é puramente a defesa do meio ambiente, e nesse sentido temos propostas concretas que viemos defendendo e acreditamos serem soluções adequadas e definitivas para a questão do lixo municipal, causando o menor impacto para o meio ambiente, são elas:

I – Implantação de Coleta Seletiva envolvendo a educação Ambiental nas escolas.

II – Implantação de uma Unidade de compostagem para os resíduos orgânicos, obtendo – se adubo como produto final.

III – Implantação de uma unidade de separação para os resíduos sólidos inorgânicos, ou seja, reciclagem de materiais.

IV – Implantação de um aterro sanitário corretamente projetado para os resíduos finais restantes.

Essas medidas, se implantadas, garantirão com certeza, um futuro mais saudável para as próximas gerações.

Salientamos que essas propostas estão em perfeita sintonia com o projeto do Consórcio ora discutido pelas 3 prefeituras, visto que com um volume maior de resíduos, pode-se conseguir inclusive, melhores condições de comercialização dos resíduos recicláveis.

Brevemente, deverá chegar às mãos de V.S.as., o projeto de lei elaborado pelas prefeituras, autorizando a criação do Consórcio em questão, essa lei deverá ser submetida a apreciação e votação dessa digníssima Casa de Leis, antes da execução do projeto.

Diante disso, no sentido de colaborar para uma análise mais completa do assunto, gostaríamos de apresentar a V.S.as., alguns pontos que consideramos imprescindíveis, para o sucesso do projeto em questão e para a preservação do meio ambiente:

LIDO EM SESSÃO
DE
07/05/99
PRESIDENTE

Papel é reciclável

amigos do
CAMANDUCAIA

a) A escolha do local para a implantação do projeto deverá seguir normas estritamente técnicas, com a elaboração do EIA / RIMA, (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto de Meio Ambiente), dentro das áreas consideradas razoáveis pelos estudos geoambientais para planejamento territorial feito pelo Instituto Geológico do estado de São Paulo em 1995.

b) O projeto em questão será para o tratamento exclusivamente dos resíduos sólidos domiciliares, sendo que os resíduos industriais, por lei, são de responsabilidade das próprias indústrias.

c) Para supervisionar os trabalhos de implantação, execução e funcionamento do projeto, deverá ser criado um grupo gestor com participação paritaria entre os governos dos 3 municípios e as entidades organizadas da sociedades civil. Esse grupo gestor deverá ter plenos poderes para deliberar sobre os assuntos de sua competência.

Esperando poder cumprir com nossa função e compromisso maior que é a defesa do meio ambiente, pedimos a V.S.as. que analisem com cuidado e atenção as propostas que ora apresentamos, e desde já nos colocamos a inteira disposição para maiores esclarecimentos no que for necessário para a defesa, preservação e recuperação do meio ambiente.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

PROTOCOLO
No de Ordem 1874
Fls. No 62 Livro No 9
Data 30/04/99
SECRETÁRIA

CAMANDUCAIA
Associação Ecológica
Eng.º Arthur Albuquerque – Presidente.

03/05/99

Papel é reciclável

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SÃO PAULO
DEPUTADO
MARQUINHO TORTORELLO

Ofício Circular AL n.º 02/99

São Paulo, 22 de abril de 1.999

Senhor(a) Presidente ***Valter Costella*** ,
Senhores(as) Vereadores(as),

Saudações parlamentares.

Ingressei com pedido de Comissão Parlamentar de Investigação (C.P.I.) contra a Eletropaulo Metropolitana e essa C.P.I. foi estendida contra todas as concessionárias de energia elétrica do Estado de São Paulo.

OBJETO DA C.P.I. : apurar irregularidades e retaliações das concessionárias que se negam à ligação da iluminação pública em logradouros oficiais, ruas, avenidas, escolas e outras, condicionando ao pagamento de dívidas antigas e outras questões, e, ainda, apurar a profundidade da distorção da ordem jurídica que regula as concessões (Decreto 41.019 de 1958), totalmente defasado.

Encaminhamos expediente ao Chefe do Poder Executivo dos municípios paulistas e às Câmaras Municipais, pelo seu Presidente e ou comissões solicitando que nos informem e nos ofereçam sugestões de problemas que gostariam fossem tratados pelos membros da Comissão Processante (C.P.I.), e que nos informassem sobre irregularidades existentes em seu município, no que se refere à iluminação pública e à concessionária que serve sua cidade.

Agradecemos ao Presidente e Vereadores dessa cidade e, em anexo, remetemos cópias dos discursos em que abordamos assuntos que interessam à municipalidade.

Receba nossas cordiais saudações e colocamo-nos à sua disposição para juntos solucionarmos essas questões.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
05/05/99
PRESIDENTE

MARQUINHO TORTORELLO
Deputado Estadual

26/04/99

Resposta para : **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**
Gabinete do Deputado Marquinho Tortorello
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - 2º andar sala. 2003
CEP : 04097-900 - São Paulo -SP

Discurso proferido pelo Deputado Estadual Marquinho Tortorello em 12.04.99, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, referente à Eletropaulo Metropolitana

Falo hoje em defesa dos municípios do Estado de São Paulo que estão sofrendo retaliação da Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A.

É indignante constatar a falta de sentido social e cívico de empresas que desconsideram a população e que assumiram o controle de estatais estratégicas para o desenvolvimento nacional. É, dentre outros, o caso da Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S/A, de condicionar a instalação de novos pontos ao pagamento de dívidas das prefeituras do Grande ABC e do Interior do Estado. Isso é, ao mesmo tempo, retaliação e abuso de poder. As conseqüências são imediatas.

Escolas não podem ser entregues, obras de finalidade nitidamente social como iluminação de ruas, favelas, bairros não são realizadas, pelo fato de, num dos momentos mais dramáticos da história recente de nosso país, os municípios estarem em condições terríveis quanto à arrecadação de seus impostos e manutenção da governabilidade. Tão grave, tão difícil, tão dramática é sua situação, que o próprio governo federal, sensibilizando-se, trata de encontrar as maneiras mais acessíveis para que as dívidas sejam pagas, pois isso é justo, mas dentro das condições reais de cada município, de cada cidade.

Num momento de desemprego, paralisação de projetos e iniciativas de caráter social, travamento da difícil perspectiva de retomada do desenvolvimento econômico, nesse estado de coisas por si inaceitável, tais empresas agem ditatorialmente, valendo-se de recursos que são, em si, verdadeira chantagem.

A Eletropaulo Metropolitana parece estar em outro país, falando outro idioma, dentro de outra verdade histórica, ao impedir que escola funcionem, que logradouros públicos sejam iluminados, que importantes vias de acesso sejam utilizadas, que sinalização de trânsito e incontáveis serviços sejam prestados, dando exemplo lapidar de despotismo, de escárnio pela população,de arbitrariedade e irresponsabilidade. Por isso, solicitei a CPI no dia 08.04.

Tenho insistido muito que o momento da vida nacional é muito grave, exigindo a união e a parceria entre a iniciativa privada, os setores produtivos, os órgão públicos, todos os setores sociais para superarmos as dificuldades dramáticas de uma era de transição. Vemos, inclusive, o brilhante trabalho da imprensa denunciando os abusos dos que, teoricamente, viriam para solucionar nosso problemas, mas vemos que só os estão agravando.

Não podemos aceitar essa chantagem, esse arbítrio, esse abuso de poder. Temos de enfrentar esses desmandos com firmeza e determinação, pois a sofrida população de nossa região e de outras do estado de São Paulo não merecem tratamento indigno e deprimente como o que nos estão tentando impor. Há garantias institucionais, há leis neste país. A união de forças da sociedade como um todo demonstrará, mais uma vez, que existem para serem cumpridas, e que os tempos do mero arbítrio finalizaram melancolicamente há mais de uma década. E não voltarão, mesmo que travestidos de maravilhas globalizantes.

Discurso proferido pelo Deputado Marquinho Tortorello em 15.04.99, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, referente à iluminação pública.

Falo hoje na defesa dos municípios contra a opressão ao erário público por problemas da iluminação pública.

Ontem abordamos a necessidade de revisão e atualização urgentes do Decreto 41.019, de 1957 e normatividade correlata ao serviço de energia elétrica. Isso porque afeta profundamente os interesses dos municípios, que doam o seu território, arcam com toda a infra-estrutura e posteamento, fiação, cabos, lâmpadas, etc ..., assistem ao belo desempenho das concessionárias, como Eletropaulo Metropolitana e outras empresas no Estado, que detêm a concessão, no recebimento das vantagens de cessão e ou aluguel dos postes à telefonia, a TVs a cabo, "infovias", etc ... e, por fim, pagam os municípios as tarifas da iluminação pública, com incidência de 18% de ICMS, ao Estado. Absurdo, mas é a realidade. Estamos motivando o Congresso Nacional para que reveja e atualize a legislação, permitindo, ao menos, que os municípios possam cobrar os seus tributos sobre as operações de empresas concessionárias, agora privatizadas.

Nos estudos e propostas a que me referi ontem, é preciso que os Prefeitos de todas as cidades do Estado formem o bloco de trabalho, pressionando para que a legislação seja revista com urgência, e para que o Estado assuma posição face às injustiças projetadas aos municípios.

Há propostas que precisam ser analisadas pelos Prefeitos e pelo Governador do Estado, para que haja reação no Congresso Nacional.

Entre elas :

1. O Estado renunciaria à cobrança do ICMS sobre as tarifas de energia municipais (ruas, praças, próprios municipais), e os Municípios cobrariam o ISS da tarifa tributável das concessionárias.

2. Haveria uma tarifa diferenciada sobre a iluminação pública (bem mais barata). Isto porque 70% do consumo mensal corresponde à iluminação pública. Conseqüência boa seria a ampliação dos serviços em benefício da população, e melhor condição para segurança.

3. É preciso fazer leis que regulamentem a cobrança do que é devido ao Município pela utilização das vias, logradouros públicos e áreas municipais utilizadas pelas concessionárias.

4. Legislação específica relativa à cobrança de ISS, taxas e emolumentos municipais.

5. Condições técnicas a serem viabilizadas pelas concessionárias da exploração da energia elétrica, buscando idêntico rendimento e com menor consumo, isto relativo às lâmpadas de iluminação pública.

6. E, entre outras a serem elencadas, a imediata conscientização das concessionárias, como Eletropaulo Metropolitana, de conciliar os interesses dos municípios devedores, pactuando parcelamento para 10 (dez) anos das dívidas antigas.

É, também, o meu ponto de vista e conclamo os Prefeitos a formarem a grande corrente em defesa dos interesses dos Municípios.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Mogi Mirim, em 14 de abril de 1999

Of. nº 101/99
Ao
EXMO. SR. VEREADOR VALTER COSTELA
DD. Presidente da Câmara Municipal da
HOLAMBRA

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 94/99,** de autoria do nobre Edil **LUIZ CARLOS FERNANDES CORTEZ**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 12 de abril de 1999.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR MILTON DANTE
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
05 / 05 / 99
PRESIDENTE

20/04/99

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE : (019) 862-2419 - FAX: (019) 862-4549 - MOGI-MIRIM - SP

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO: SEJA OFICIADO AO MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL SOLICITANDO QUE OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS POSSAM ESCOLHER A AGÊNCIA BANCÁRIA DE SUA PREFERÊNCIA PARA RECEBIMENTO DE SEUS BENEFÍCIOS.
DESPACHO: APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.
SALA DAS SESSÕES 12/ 04 99

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 094, DE 1999.

SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES,

Considerando que atualmente os aposentados e pensionistas não escolhem as agências bancárias onde receberão o pagamento de seus benefícios, causando grande trabalho para o recebimento dos mesmos;

Considerando ainda, que muitos beneficiários já contam com contas abertas em agências de suas cidade, sendo grande o transtorno na hora do recebimento de seus benefícios, uma vez que poderia ser depositados diretamente nas mesmas.

Considerando ainda mais, que com a onda de assaltos em todo o país, estas pessoas tornam-se alvos fáceis destes marginais, pois boa parte dos beneficiários formam fila em frente aos bancos esperando a abertura da agência.

Diante do exposto, **REQUEIRO** à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja oficiado ao **MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, solicitando que os aposentados e pensionistas possam escolher o banco onde receberão seus benefícios, solicito ainda, que seja oficiado às Câmaras da região solicitando apoio.

Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", em 12 de abril de 1999.

VEREADOR LUIZ CARLOS FERNANDES CORTEZ
"BOCA"

JOÃO CARTEIRO PTB

RUA DR. JOSÉ ALVES, 129 - CENTRO - FONE: (019) 862-2419 - FAX: (019) 862-4549 - MOGI-MIRIM - SP

Câmara Municipal de Ferraz de Vasconcelos

Estado de São Paulo

Ofício nº 2683/99
Gabinete da Presidência

Ferraz de Vasconcelos, 14 de abril de 1999

Senhor (a) Presidente (a)

Sirvo-me do presente para passar às mãos de Vossa Excelência, a cópia do **Requerimento nº 619/99, de autoria desta Presidência**, aprovado por unanimidade do Plenário desta Casa, na sessão ordinária de 12 de abril do corrente, para o qual é solicitado o indispensável apoio dessa Edilidade.

Atenciosamente.

RUBENS TREDICI DA SILVA
Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
05/05/99
PRESIDENTE

Excelentíssimo (a) Senhor (a)
Presidente (a) da
Câmara Municipal de
Holambra - SP.

SS/al

22/04/99

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CÓPIA

REQUERIMENTO Nº 0619/99
PROCESSO Nº 1844/99

Considerando que a carga tributária brasileira, está entre as maiores do mundo, em compensação o povo está cada vez mais desassistido em serviços prestados pelo governo, tais como: saúde, educação, segurança, transporte;

Considerando que de outro lado, os Municípios brasileiros recebem a cada dia novos encargos, comprometendo ainda mais seus já minguados orçamentos, visto que o Governo Federal retarda, ou deixa de repassar recursos financeiros para suprir essas novas despesas;

Considerando que nesse sentido, a população por manter contato direto com Vereadores e Prefeitos, cobram uma ação direta na resolução desses problemas, que muitas vezes escapam a competência municipal;

Considerando que preocupado com a situação dos Municípios, o nobre Deputado Celso Giglio, apresentou à Câmara Federal, projeto de Emenda Aglutinativa à PEC 81/95, versando sobre o "Imposto Municipal sobre Venda a Varejo de Combustível";

Considerando que de acordo com a proposta apresentada pelo ilustre Deputado, os Municípios receberão 50% (cinqüenta por cento) do total arrecadado pela venda a varejo de combustíveis em seu território;

Considerando que esse imposto certamente representará uma fonte alternativa de sustentação orçamentária dos Municípios, para que estes possam desenvolver ações múltiplas no âmbito social,

Requeiro a Casa na forma regimental, após ouvido ao Plenário, para que seja encaminhado ao nobre Deputado Celso Giglio, ofício transmitindo ao mesmo nossas efusivas congratulações pela proposta constante da Emenda Aglutinativa à PEC 81/95, a qual representará uma fonte alternativa de recursos para os Municípios.

Requeiro mais, que do deliberado seja dado ciência do presente as lideranças partidárias com assento à Câmara Federal.

Requeiro finalmente, que seja também solicitado o indispensável apoio de todas as Câmaras do Estado de São Paulo.

Plenário Prefeito H.Hans Louis Baxmann, 12 de abril de 1999.

Assinado no Original
RUBENS TREDICI DA SILVA
Vereador

NEUSA MARIA GAVIRATE
OAB/SP. Nº 64.868

Lins, 13 de abril de 1999

LIDO EM SESSÃO
DE 05/05/99
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Conforme foi amplamente discutido na reunião do Parlamento Regional, ocorrido no sábado último, na cidade de São José do Rio Preto, pelo representante da União dos Vereadores do Brasil, com a publicação da Lei Federal nº 9.506, de 30 de outubro de 1997 (DOU 31.10.97), que extinguiu o Instituto de Previdência dos Congressistas –IPC e dá outras providências, que alterou o inciso I, do artigo 12, da Lei Ordinária Federal nº 8.212/91, e inciso I, do artigo 11 da Lei nº 8.213/9, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal- (Vereadores, Prefeitos e Vice-Prefeitos), desde que não vinculados a qualquer regime próprio de previdência social, ainda que aposentado, passaram a filiar-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, na condição de empregado e em conseqüência, a recolher a contribuição social sobre sua remuneração.

As contribuições decorrentes dessa alteração passaram a ser exigidas a partir da competência fevereiro de 1998, em consonância com o estabelecido no parágrafo 6º, do artigo 195, da Constituição Federal.

Entretanto, **os exercentes de mandato eletivo** são **agentes políticos** e jamais poderiam ou podem ser considerados **empregados** e, portanto, não há que se falar em contribuição previdenciária como segurados obrigatórios da Previdência Social nesta condição. Ademais, a instituição de contribuição previdenciária deve ocorrer através de **Lei Complementar,** segundo artigo 195, inciso II, parágrafo 4º, combinado com o artigo 154, inciso I, da Constituição Federal vigente.

Não obstante a flagrante inconstitucionalidade da norma em questão, sua obrigação é imperiosa e o descumprimento por parte do administrador público, importará em que a Autarquia Federal indefira a competente Certidão de Negativa de Débitos (CND), que causará, por certo, sérios e irreparáveis prejuízos ao Municípios,

22/04/99

Rua Paulo Aparecido Giraldi, nº 1611 – LINS/SP. CEP – 16400-000 - Fone (014) 522 4154
(014) 985 6852

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CIRCULAR Nº 058/99

São Paulo, 14 de abril de 1999.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO, vimos à presença de Vossa Excelência encaminhar, para conhecimento, cópia do artigo anexo, publicado no Espaço Aberto do Suplemento Agrícola do jornal "O Estado de São Paulo" nessa data.

Trata-se de relevante matéria, elaborada pelo Departamento Jurídico desta FAESP, visando esclarecer sobre a legalidade da cobrança da Contribuição Sindical Rural Patronal.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os nossos protestos de estima e consideração, subscrevendo-nos.

Atenciosamente.

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente

LIDO EM SESSÃO DE 05/05/99
PRESIDENTE

22/04/99

DJ/Circ/053A_99/JCADM/jcadm

Rua Barão de Itapetininga 224 10º andar 01042-907 São Paulo SP Tel (011) 258 7233 Fax (011) 255 6854 / 258 7796

principalmente no que concerne ao recebimento das transferências de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, conforme previsto no artigo 56, da Lei nº 8.212/91 e, artigo 91 do Decreto nº 612/92;

Alguns Municípios e Câmaras, por nosso intermédio, tem ingressado em juízo procurando desobrigar-se da obrigação imposta, já que o seu descumprimento trás conseqüências drásticas e danosas à Administração Pública. Até o momento, os recorrentes vem obtendo sucesso, haja vista que não estão efetuando os recolhimentos e tão-pouco vem-lhes sendo negada a competente Certidão Negativa de Débitos – CND.

É este trabalho que nos propomos a fazer, ou seja, propor medidas judiciais visando a desobrigação do recolhimento relativo à contribuição destinada à seguridade social (INSS) sobre a remuneração dos detentores de **mandato eletivo municipal**, parte patronal, consoante artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/91, bem como, que por esse motivo, não deixe a Autarquia Federal de emitir a competente C.N.D.

Caso haja interesse de Vossa Excelência, colocamo-nos à sua disposição para fornecimento de maiores informações, pelos telefones: (014) 522.4154, (014) 985.6852.

Atenciosamente,

Neusa Maria Gavirate

Rua Paulo Aparecido Giraldi, nº 1611 – LINS/SP. CEP – 16400-000 - Fone (014) 522 4154
(014) 985 6852

ESPAÇO ABERTO

JULIANA CANAAN A. DUARTE MOREIRA

Contribuição dentro da lei



O amparo legal para a cobrança da Contribuição Sindical Rural patronal tem sido questionado, por alguns, por intermédio da imprensa. A principal argumentação utilizada para justificar uma suposta ilegalidade na cobrança, dentre outras posições adiante analisadas, seria a de que a Contribuição Sindical Rural patronal teria sido criada pela Revolução de 1964, por meio de um mero Decreto-Lei 1.166/71, o qual não teria, hoje, valor nenhum, posto que a atual Constituição Federal, promulgada em 1988, exigiria que ela viesse a ser disciplinada por Lei Complementar.

Primeiramente há que se esclarecer, àqueles que o ignoram, que a Contribuição Sindical Rural, patronal e dos trabalhadores, não foi criada sob a "égide da ditadura de 1964", mas sim pela Lei 4.213, de 2/3/63, artigo 135 ("Estatuto do Trabalhador Rural"). Nessa época, era ministro do Trabalho o sr. Leonel Brizola e o presidente da República era o sr. Jango Goulart. Só isso vem demonstrar a fragilidade jurídica dos defensores daqueles argumentos.

São frágeis os argumentos de quem diz que a Contribuição Sindical Rural é ilegal

Por segundo, o Supremo Tribunal Federal já decidiu inúmeras vezes que a Contribuição Sindical não precisa de lei complementar. As leis ou decretos-leis, disciplinadores dessa matéria, foram recebidos pela Constituição Federal/88 (conforme Recurso Extraordinário 146.744, relator ministro Moreira Alves, R.T.J. 146/684; Recurso Extraordinário 180745-8, relator ministro Sepúlveda Pertence). Outra posição defendida por aqueles que se insurgem contra a Contribuição Sindical Rural patronal seria a de que ela possui a mesma base de cálculo do Imposto Territorial Rural, qual seja o Valor da Terra Nua, concluindo, então, que existe bitributação.

Mais uma vez faltam-lhes argumentos jurídicos. Não impede a lei que dois tributos tenham a mesma base de cálculo, "desde que os fatos geradores sejam diferentes". O fato gerador do ITR é o fato de a pessoa ter o domínio ou posse da terra. Já a Contribuição Sindical Rural tem como fato gerador a condição de ser a pessoa produtor rural. Deve ser lembrado que a Contribuição Sindical do trabalhador urbano tem, como base de cálculo, seu salário. Mas essa base é utilizada, de igual modo, no cálculo do Imposto de Renda. Observe-se que, até hoje, ninguém argumentou que aquela contribuição seria inconstitucional, por possuir base imponível idêntica à do Imposto de Renda e, portanto, constituir-se em bitributação.

Quanto ao frágil argumento de que a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho, de 1948, proíbe a cobrança da contribuição sindical, mais uma vez cabe esclarecer, embora se trate de questão conhecida por qualquer aluno de uma faculdade de direito ou de administração, que uma convenção internacional poderá ser aplicável a um país, caso venha este a ratificá-la por estar de conformidade com sua Constituição. A atual Constituição prevê, expressamente, a existência da Contribuição Sindical (artigo 8.º, IV). Logo, a aludida Convenção 87, da OIT, não poderá ser aplicável ao Brasil, enquanto essa norma constitucional não for alterada.

É interessante notar que os Estados Unidos da América, onde existe inegável liberdade, ratificaram, até a presente data, a citada Convenção 87, da OIT. E nem por isso se vai dizer que lá existe uma "ditadura" no regime sindical. Diante disso, pode-se afirmar que existe plena fundamentação jurídica para fazer a cobrança da Contribuição Sindical Rural, não pairando nenhuma dúvida de que a mesma seja incontestavelmente devida. Dessa forma, não podemos concordar que alguns poucos, com argumentos pueris, procurem atacar a estrutura sindical rural, patronal e de trabalhadores, a qual tem prestado os melhores serviços ao setor agropecuário e à nação, contribuindo para o abastecimento do nosso povo e para a manutenção da paz social.

■ *Juliana Canaan Almeida Duarte Moreira é chefe do Departamento Jurídico da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp)*

G2 - O ESTADO DE S.PAULO

AGRÍCOLA

QUARTA-FEIRA, 14 DE ABRIL DE 1999

→ ONDE SE LÊ:
... que os Estados Unidos da América, onde existe inegável liberdade, ratificaram, ...
LEIA-SE:
... que os Estados Unidos da América, onde existe inegável liberdade, **NÃO** ratificaram ...

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

"EDIFÍCIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES"

Avenida Cônego João Clímaco, 226 - Telefax (015) 251-4373 e 251-5418
Caixa Postal 52 - CEP 18.270-000 - Tatuí - Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 251/LAM/CMT/99 **Tatuí, 16 de Abril de 1999.**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR:

Temos a grata satisfação de encaminhar para conhecimento e análise de Vossa Excelência, a inclusa cópia do **REQUERIMENTO Nº 226/99,** aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária realizada no dia 05 de abril p.passado, nesta Casa Legislativa.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para manifestar as expressões da maior estima e consideração.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(AROLDO ROSA DA SILVA)

LIDO EM SESSÃO
DE
05/05/99
PRESIDENTE

22/04/99

Ao Exmº Sr.

— PER ARDVA SVRREXI —

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

"EDIFÍCIO PRESIDENTE TANCREDO NEVES"

Avenida Cônego João Clímaco, 226 - Telefax (015) 251-4373 e 251-5418
Caixa Postal 52 - CEP 18.270-000 - Tatuí - Estado de São Paulo

REQUERIMENTO Nº 226/99

CONSIDERANDO que o capacete, acessório hoje, considerado obrigatório para condutores de motocicletas, vem sendo encarado como acessório que pode ser descartado em vias que não são identificadas como expressa;

CONSIDERANDO que o dito acessório, segundo depoimentos dos próprios usuários, são bastante incômodos, pois atrapalham em muito a visão dos condutores;

CONSIDERANDO ainda que, em Tatuí, o número de assaltos e crimes, praticados por motociclistas de capacete cresceu assustadoramente;

CONSIDERANDO também que o trabalho dos Agentes Políciais torna-se bastante prejudicado quando da abordagem dos criminosos, devido o mesmo estar de capacete, o que impede a sua identificação;

CONSIDERANDO finalmente que com a abolição desta obrigatoriedade, o índice de crimes ocorridos, envolvendo tais cidadãos poderá ser controlado e até mesmo findado,

Vimos por meio deste, **REQUERER À RESPEITÁVEL MESA DIRETORA**, desta Colenda Câmara Municipal, após deliberação do Douto Plenário dentro dos preceitos regimentais, digne-se de oficiar ao Excelentíssimo Senhor Dr. **LUÍS GONZAGA VIEIRA DE CAMARGO**, DD. Deputado Estadual, representante deste Município e região, para solicitar todo o empenho do mesmo, no sentido de elaborar e encaminhar à apreciação dos Nobres Deputados Federais, no Congresso Nacional, em Brasília, um Projeto de Lei, regulamentando o uso de capacetes para condutores de motocicletas em vias reconhecidas e consideradas como vias expressas.

Requeiro ainda o encaminhamento de cópia desta propositura a todas as Câmaras da região, bem como de todo o Estado de São Paulo, a fim de que as mesmas solidarizem-se com esta nossa proposta.

Sala das Sessões, 31 de março de 1.999.

CARLOS ALBERTO DE CAMPOS
Vereador

— PER ARDVA SVRREXI —

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
GABINETE DO SECRETÁRIO
Av. Miguel Estéfano, 3.900 Tel.: 5584-0433 CEP - 04301-903 - São Paulo

OF.GSAA/CG/ 162/99 São Paulo, 16 de abril de 1999

Senhor Presidente,

De ordem do Senhor Secretário, em resposta ao Ofício nº 90/99, recebido nesta Pasta, acompanhado da Indicação nº 30/99 de sua autoria, relativo à realização de obras viárias no Município, cumpre-nos informar-lhe que encaminhamos o assunto ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, com pedido de especial atenção.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço.

VICENTE DE PAULA MARQUES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

LIDO EM SESSÃO
DE
05/05/99
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA – SP

26/04/99

NICE/aass

B 3.1

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico
GABINETE DO SECRETÁRIO

São Paulo, 19 de Abril de 1.999.

Of. GS. SCTDE n.º 335/99
Proto SCTDE nº00449/99

Senhor Vereador,

Em atenção ao Ofício n.º 102/99 de 18 de março de 1.999, objetivando a implantação de curso de Técnico Agropecuário nesse Município, transmito a Vossa Excelência cópia do Ofício n.º 119/99 – GDS do Senhor Diretor Superintendente do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS.

Aproveito a oportunidade para apresentar meus protestos de estima e consideração.

JOSÉ ANIBAL PERES DE PONTES
Secretário de Estado

PEDRO R. MARANHÃO BRAGA BORGES
Respondendo pelo Expediente da Secretaria
(Competência definida no artigo 73,
Inciso 1, do Decreto n.º 13.878/79)

LIDO EM SESSÃO
DE
05/05/99
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
Doutor **VALTER COSTELLA**
Digníssimo Vereador da
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
HOLAMBRA - SP

EBCS/gf
Of33599

Av. Rio Branco, 1269 - CEP 01205-001 - S Paulo - SP - Tel.: (5511) 221-1417 Fax : (5511) 221- 9855

CEETEPS
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Governo do Estado de São Paulo
Administração Central

Ofício nº 119/99 - GDS

Leitura

São Paulo, 26 de março de 1999.

Senhor Chefe de Gabinete,

Em atenção ao Ofício GS. SCTDE Nº 322/99 (Proto. SCTDE nº 00449/99), dessa Secretaria, que nos encaminhou cópiasdo Ofício nº 102/99 e da Indicação nº 34/99, de autoria do nobre Vereador Valter Costella, da Câmara Municipal de Holambra, solicitando a implantação de curso de Técnico Agropecuário, naquele Município cumpre-nosinformar a Vossa Senhoria, para os devidos fins, que esta Autarquia vem desenvolvendo ações visando à implantação de cursos de ensino técnico, ainda não definidos, na Estância Turística de Holambra.

Na oportunidade, renovamos a Vossa Senhoria os protestos de nossa elevada estima e distinta consideração.

MARCOS ANTONIO MONTEIRO
Diretor Superintendente

PROTOCOLO 10023 00501

Ilustríssimo Senhor
Doutor **JORGE EDUARDO SUPLICY FUNARO**
DD. Chefe de Gabinete da
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico.
São Paulo - SP

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Gabinete da Secretária

OF.GS.225/99

São Paulo, 07 de abril de 1999.

Senhor Presidente,

Com cordiais cumprimentos, e em atenção aos termos de seu Ofício CMETH Nº109/99, informo a Vossa Excelência que determinei o encaminhamento do pedido de doação de veículo ao Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo, conforme cópia anexa, para que seja verificada a viabilidade de atendimento, uma vez que esta Secretaria não tem condições de atendê-lo.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

MARTA TERESINHA GODINHO
Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social

LIDO EM SESSÃO
DE
20/04/99
PRESIDENTE

16/04/99

Excelentíssimo Senhor
Vereador VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LRAD/Documento3

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Gabinete da Secretária

OF.CG.066/99

São Paulo, 07 de abril de 1999.

Senhor Chefe de Gabinete,

Incumbiu-me a Senhora Secretária de encaminhar a esse Fundo Social de Solidariedade o Ofício CMETH Nº109/99, em anexo, para que seja verificada a viabilidade de atendimento ao pedido formulado pelo Vereador Valter Costella, Presidente da Câmara Municipal de Holambra.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Senhoria os meus protestos de distinta consideração e apreço.

EDSON PASCHOAL
Chefe de Gabinete

Ilustríssimo Senhor
ANTÔNIO VAGNER PEREIRA
MD. Chefe de Gabinete
Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo
São Paulo - SP

LRAD/OF CG - FUSSESP.doc

16/04/99

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO CMETH Nº 114/99 Holambra, 09 de abril de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de março de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 04 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Março/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	41.593,26	15.000,00	56.593,26	287.360,00	0,00	287.360,00	230.766,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**41.593,26**	**15.000,00**	**56.593,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	2.406,74	0,00	2.406,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	468,00	183,32	651,32				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	298,81	223,25	522,06				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	432,00	216,00	648,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**3.605,55**	**622,57**	**4.228,12**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**45.198,81**	**15.622,57**	**60.821,38**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			1.812,06				
TOTAL GERAL .....:			**62.633,44**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Março/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual
EXTRAORÇAMENTARIA				
	RESTOS A PAGAR	2.406,74	0,00	2.406,74
	IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	468,00	183,32	651,32
	JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
	INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00
	RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00
	SALDO DE DUODECIMO	0,00	0,00	0,00
	CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	149,75	149,06	298,81
	EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO FUNDO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASSOCIACAO	0,00	0,00	0,00
	CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SINDICATO	0,00	0,00	0,00
	PENSAO ALIMENTICIA	432,00	216,00	648,00
	TOTAL DA DESPESA EXTRAORÇAMENTARIA .....:	**3.456,49**	**548,38**	**4.004,87**
	TOTAL GERAL DA DESPESA .....:	**35.507,76**	**18.333,55**	**53.841,31**
	CAIXA			0,00
	BANCO DO BRASIL			8.792,13
	CAIXA ECONOMICA DO ESTADO DE SAO PAULO			0,00
	SALDO DOS BANCOS .....:			**8.792,13**
	TOTAL GERAL .....:			**62.633,44**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Março/1999

CLASSIFICAÇÃO				EMPENHOS		
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	493,21	0,00	493,21	9.506,79
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**493,21**	**0,00**	**493,21**	**9.506,79**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	26.601,66	15.173,00	41.774,66	158.225,34
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.300,00	298,81	223,25	522,06	1.777,94
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	1.163,84	147,73	1.311,57	3.688,43
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	19.000,00	250,00	197,87	447,87	18.552,13
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	3.243,75	2.043,32	5.287,07	39.712,93
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**31.558,06**	**17.785,17**	**49.343,23**	**222.516,77**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**32.051,27**	**17.785,17**	**49.836,44**	**237.523,56**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 07/04/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Março/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	411,90	81,31	493,21
	Sub Total .....:	**411,90**	**81,31**	**493,21**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	26.601,66	15.173,00	41.774,66
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	149,75	149,06	298,81
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	767,86	543,71	1.311,57
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	250,00	197,87	447,87
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	2.074,26	1.624,00	3.698,26
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**29.843,53**	**17.687,64**	**47.531,17**
	Total Geral .....:	**30.255,43**	**17.768,95**	**48.024,38**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Março/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
01/03/99	3.1.3.2.00	99.043	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-MAR/99	09/04/99	714,58
01/03/99	3.1.3.2.00	99.044	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - MAR/99	08/04/99	320,00
22/03/99	3.1.1.3.00	99.055	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR.S/FERIAS E 1/3 FERIAS - L.C.CAMPOS	10/04/99	72,23
23/03/99	3.1.1.3.00	99.058	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR.S/FOLHA PAGTO. FUNCIONARIOS-MAR/99	10/04/99	151,02
24/03/99	3.1.3.2.00	99.060	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº043,DE 01/03/99	09/04/99	84,23
24/03/99	3.1.3.2.00	99.061	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBL.CARGOS/REMUN-CAMARA E ADJUD.CV-1/99	24/03/99	50,00
30/03/99	3.1.3.2.00	99.062	EDITORA JORNAL CIDADE DE HOLAMBRA - LTDA	PUBLICACAO HOMOLOGACAO OBJETO CV-Nº01/99	30/03/99	20,00
31/03/99	3.1.3.2.00	99.063	INSTITUTO MUNICIPALISTA BRASILEIRO	PARTICIPACAO CAMARA MUNICIPAL EM CURSO	31/03/99	400,00

Total Geral .....: **1.812,06**

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

HANNA GARIB
Deputado Estadual

Assembléia Legislativa do Estado de SãoPaulo
Unidade Administrativa nº 20403
Gabinete do Deputado Estadual
HANNA GARIB

São Paulo, 26 de março de 1999

Ofício nº 0008/99 - HG

Senhor Presidente

Acusando o recebimento do ofício de Vossa Excelência do dia 15 de março p.p., cumpre-me agradecer os votos sinceros de apoio e sucesso para a nova etapa em minha carreira política.

Aproveito o ensejo para colocar à disposição de Vossa Excelência o meu gabinete, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Despeço-me, aguardando à sua honrosa visita.

Atenciosamente,

HANNA GARIB
Deputado Estadual

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 04 / 99
PRESIDENTE

16/04

Exmo. Sr.
Dr. VALTER COSTELLA
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Alameda Mauricio de Nassau, 444
13.825-000 - Holambra - SP

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DEPUTADO
MARQUINHO TORTORELLO

São Paulo, 07 de Abril de 1999

Prezado Senhor ,

Agradeço sensibilizado as manifestações de apreço e congratulações por minha posse no Parlamento do Estado de São Paulo.

Espero honrosamente cumprir minha missão em benefício de uma sociedade mais feliz, resgatando e consolidando assim a boa imagem desta Casa Legislativa.

Coloco-me à disposição de todos em meu gabinete.

Atenciosamente

Marquinho Tortorello
Deputado Estadual

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 04 / 99
PRESIDENTE

16/04/99

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
Rua Dr. Jorge Latour, nº 39 - Centro - fone: 019.820.1677

Ofício n. 103/99 ipm,

Em, 09 DE ABRIL de 1999

EXMO. PRESIDENTE:-

Pelo presente, informo à Vossa Excelência que em especial atenção ao ofício nº 86 de 11.03.99 desse R.Edil, solicitamos junto ao executivo municipal nos informar sobre a frota de veículo utilizados no transporte escolar do Município, onde obtivemos como resposta que o serviço é terceirizado por processo de licitação, que em ato contínuo enviamos ofício à empresa prestadora do serviço para maiores informações, onde estamos no aguardo da resposta e tão logo sejamos informados comunicaremos a essa Casa Legislativa Municipal.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e apreço,.

LIDO EM SESSÃO
DE
14/4/99
PRESIDENTE

MARCELO GRANDINETTI ADELINO
DELEGADO DE POLÍCIA

12/04

EXMO SR.
VALTER COSTELLA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE
HOLAMBRA/SP

PROTOCOLO
No de Ordem 1860/99
Fls No 061 Livro No 009
Data 09/04/99
SECRETÁRIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
Rua Dr. Jorge Latour, nº 39 - Centro - fone: 019.820.1677

Ofício n. 80/99 ipm,

Em, 18 de março de 1999

EXMO.PREFEITO MUNICIPAL:-

Pelo presente, solicito os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de nos informar dentro da maior brevidade possível a FROTA de veículo pertencente ao Município que atendem a rede escolar. Informar ainda o numero de alunos usuários e se possível os itinerários e horários que tais coletivos circulam. Outrossim, solicito a gentileza de nos informar se o serviço for terceirizado qual empresa é a prestadora do serviço.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e apreço,.

MARCELO GRANDINETTI ADELINO
DELEGADO DE POLÍCIA

EXMO SR.
ANTONIO MARINDO BRANDÃO DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE.
HOLAMBRA/SP

Prefeitura Municipal da Estância Turistica de Holambra

Cidade das Flores

Al.: Maurício de Nassau Nº 444 - CEP 13.825.000 - Holambra - SP - Tels. (019) 820-1321 / 820-1322
C.G.C 67.172.437/0001-83

OFÍCIO Nº 100/99-GPM Holambra, 06 de Abril de 1999.

REF.: Ofício nº 080/99

Senhor Delegado,

Conforme solicitação, vimos informar que:

A rede Escolar é servida pela empresa Cidade das Flores, terceirizada por Processo de Licitação.

As viagens são medias e fiscalizadas por Rotas de 1 a 9, que operam manhã - tarde - noite, conforme planilha anexa.

O número de alunos sendo transportados atualmente é de 1510 com utilização média de 50 alunos por ônibus.

Esperamos ter atendido as expectativas e nos colocamos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Ilustríssimo Senhor,
DR.MARCELO GRANDINETI ADELINO
MD. Delegado de Polícia
Holambra-SP

CÂMARA MUNICIPAL

RIO CLARO - ESTADO DE SÃO PAULO

RUA 3, Nº 945 - CENTRO - CAIXA POSTAL 15 - CEP 13500-020 - FONE: (019) 534-8333 - FAX: (019) 524-4811

Rio Claro, 25 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor

Of.Cir.2/99

Venho pelo presente e atendendo deliberação unânime do Plenário, encaminhar a Vossa Excelência, para conhecimento a proposição abaixo transcrita.

MOÇÃO 32/99

CONSIDERANDO que a bárbarie que se estabeleceu em Serra Leoa, onde crianças e adultos, são mutilados com a perda de mãos, pés, braços e pernas;

CONSIDERANDO que meninas com mais de 7 anos, são transformadas em objetos sexuais e quando grávidas, tem a barriga cortada e expostas ao tempo, para que mãe e filho morram na mais lenta e dolorosa agonia;

CONSIDERANDO que os países que não se insurgiram contra o genocídio nazista, hoje se envergonham de sua omissão e aquilo que está acontecendo em Serra Leoa é um crime contra a humanidade;

CONSIDERANDO que os países, ditó civilizados, que invadem, bombardeiam e colocam tropas, em outros países, por interesses comerciais ou estratégicos, estão assistindo a essas barbáries com a maior tranquilidade;

Apresento a seguinte

MOÇÃO DE PROTESTO

A população de Rio Claro, Estado de São Paulo, Brasil, protesta contra a passividade da O.N.U em não intervir para acabar com a barbárie que acontece em Serra Leoa, onde crianças e adultos são mutilados, apenas por pertencerem a tribos rivais.

Esse banho de sangue, essas mutilações e esses assassinatos naquele país precisam ter fim e providências devem ser tomadas pela O.N.U que, tem permitido invasões e bombardeamentos por interesses estratégicos ou comerciais, mas se omite quando a questão é puramente humanitária.

Rio Claro, 17 de março de 1999.

JOÃO ANTONIO ALEM SOBRINHO

JOANZIL CERVEZAN JÚNIOR - PAULO ROBERTO TONIZA - SÉRGIO APARECIDO MATHEUS - PEDRO GILBERTO TOMAZELLA - RAQUEL PICELLI BERNARDINELLI - JOSÉ CARLOS LEONHARDT - FERNANDO DE GODOY LIMA FILHO - CLÓVIS ROVERATTI - SÉRGIO LITHOLDO - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS - REINALDO SOARES DE CARVALHO - VALDIR NATALINO ANDREETA- PEDRO LOPES DE ABREU - RENEGILDO DONIZETI SCIENZA.

Aproveito o ensejo para apresentar os protestos de elevada consideração e distinto apreço.

Atenciosamente

SÉRGIO GUILHERME
-Presidente-

Presidente da Camara
Holambra
R. Rota dos Imigrantes s/n
Holambra
13825-000

15/04/99

LIDO EM SESSÃO DE 20/04/99

PRESIDENTE

RIO PIRACICABA

Campinas, 07 de Abril de 1999.

Assunto: Mandato do Conselho Fiscal do Consórcio

Prezados Colegas,

Chegamos ao final de mais um mandato do Conselho Fiscal – Gestão 97/98, em breve a secretaria Executiva do Consórcio Piracicaba – Capivari estará enviando ofício aos presidentes das Câmaras de Vereadores, solicitando indicação de representantes do poder legislativo dos municípios consorciados, e suplente, para a composição do Conselho Fiscal do Consórcio Piracicaba-Capivari – Gestão 99/2000.

Caso haja interesse de V.Sª. em participar deste novo mandato, sugiro informar o Presidente de sua Câmara Municipal, sobre seu interesse para que em momento oportuno V.Sª. seja o indicado.

Com considerações de estima e apreço.

Atenciosamente,

SEBASTIÃO PEREIRA DOS SANTOS
Vereador por Campinas e
Presidente do Conselho Fiscal
- Gestão 97/98 -

LIDO EM SESSÃO
DE
20 / 04 / 99
PRESIDENTE

16/04/99

DISTANCIAS PERCORRIDAS PELOS ONIBUS ESCOLARES

ROTA 01 CENTRO-BAIRRO FUNDAO-CENTRO(MANHA-TARDE-NOITE) 22 KM/VIAGEM
ROTA 01A [illegible]KI-FUNDAO-CENTRO(NOITE) 12.4 KM/VIAGEM
ROTA 02 ESCOLA FUNDAO-BAIRRO FUNDAO-ESCOLA FUNDAO(MANHA-TARDE) 30.5 KM/VIAGEM
ROTA 02A CENTRO-CONDOMINIO DUAS MARIAS-FUNDAO-CENTRO(NOITE) 23 KM/VIAGEM
ROTA 03 CENTRO-VILA NOVA-BAIRRINHO-TREVO COSMOPOLIS-CENTRO(MANHA-TARDE-NOITE) 19 KM/VIAGEM
ROTA 04 CENTRO-BAIRRO PALHA GRANDE-BAIRRO ALEGRE-BAIRRO PALMEIRAS-CENTRO(MANHA-TARDE-NOITE) 20 KM/VIAGEM
ROTA 05 CAMANDUCAIA-FLORAMAR-FAZ UNIVERSO-COLMEIA-CENTRO(MANHA-TARDE-NOITE) 34 KM/VIAGEM
ROTA 06 CENTRO-ALEGRE-ESCOLA PALMEIRAS-TROP_SUCO-CENTRO(MANHA-TARDE-NOITE) 31 KM/VIAGEM
ROTA 07 ESCOLA PALMEIRAS-BAIRRO ALEGRE-JOAO BROEK-ESCOLA PALMEIRAS(MANHA-TARDE-NOITE) 14 KM/VIAGEM
ROTA 08 CONDOMINIO DUAS MARIAS-LOTEAMENTO SANTO ANTONIO-CENTRO(MANHA-TARDE) 17KM/VIAGEM
ROTA 09 CENTRO-TREVO MOGI-MIRIM-BASF-RETORNO TROP-SUCO-FAZ BRADESCO-CENTRO(MANHA-TARDE) 42 EM VIAGEM

DATA,DISCRIMINACAO DAS ROTAS E NUMERO DE VIAGENS

DATA	RT01	RT01/A	RT02	RT02/A	RT03	RT04	RT05	RT06	RT07	RT08	RT09
16/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
17/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
18/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
19/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
20/03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
21/03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
22/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
23/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
24/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
25/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
26/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
27/03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
28/03	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
29/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
30/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
31/03	5	2	4	2	4	4	4	4	4	4	4
TOTAL	60	24	48	24	48	48	48	48	48	48	48
VG. Ext.	5	5	5	5	5	5	5	5	0	0	1
TOT. GERAL	65	29	53	29	53	53	53	53	48	48	49
Valores	2,216.50	557.38	2,472.25	1,033.85	1,560.85	1,643.00	2,793.10	2,546.65	1,041.60	1,264.80	3,189.90
Km Extra	107.5	62	100	107.5	95	114	170	110	0	0	42

Total = 20.319,88

908.00

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO
DELEGACIA DE POLÍCIA DE HOLAMBRA
Rua Dr. Jorge Latour, nº 39 - Centro - fone: 019.820.1677

Ofício n. 102/99 ipm,

Em, 09 DE ABRIL de 1999

SENHOR PROPRIETÁRIO:-

Pelo presente, afim de atendermos a solicitação da Casa Legislativa Local, solicitamos de Vossa Senhoria que nos forneça uma relação dos veículos utilizados para o transporte escolar no Município de Holambra, bem como nos informar a respeito das vistorias a que tais veículos estão subordinados, deverá ainda nos enviar dentro da maior brevidade possível uma xerox do licenciamento de cada veículo.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e apreço,.

MARCELO GRANDINETTI ADELINO
DELEGADO DE POLÍCIA

ILMO SR.
PROPRIETÁRIO DA EMPRESA "CIDADE DAS FLORES"
HOLAMBRA/SP

Câmara Municipal de Mogi Guaçu

Estado de São Paulo

GABINETE DO PRESIDENTE

OF.GPC.Nº.0289.03.99

Mogi Guaçu, 23 de Março de 1999.

Senhor Presidente,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, anexa, cópia do Requerimento nº 118/99, de autoria do nobre Vereador GERALDO FERREIRA GONÇALVES, aprovado em Sessão Ordinária desta Edilidade realizada dia 22 de março de 1999.

Apraz-me usar do ensejo para externar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

LIDO EM SESSÃO
DE 14/4/99
PRESIDENTE

VEREADOR JOÃO REIS
Presidente

05/04/99

À Sua Excelência o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP

MJ

Cx.Postal 233

Rua José Colombo, 235 – Cx. Postal 233 – Cep: 13840-065 – Telefax: (019) 8612788 - E-mail: cmmguacu@ft.com.br

de Economia e Planejamento, instando Suas Excelências para que a duplicação da Rodovia que liga Mogi Guaçu a Espírito Santo do Pinhal (SP-342), utilizada diariamente por centenas e centenas de estudantes universitários, quer em veículos particulares, ônibus interurbanos, "lotações" e caminhões, não seja incluída na suspensão temporária de realização de novas obras, anunciadas pelo Governo do Estado, mesmos as já licitadas, como medida de contenção de despesas, pois tratamos da preservação de muitas vidas e não da economia de recursos financeiros em obras que podem ser postergadas, o que, obviamente, esta duplicação não é o caso de adiamento da economia de dinheiro e sim de pouparmos vidas preciosíssimas.

REQUEIRO, finalmente, o encaminhamento de cópias desta propositura às Câmaras Municipais de Espírito Santo do Pinhal, Santo Antonio do Jardim, São João da Boa Vista, Aguai, Estiva-Gerbi, Mogi Mirim, Santo Antonio de Posse, Conchal, Arthur Nogueira, Limeira, Itapira, Holambra, Sumaré, Jaguariuna, Pedreira, Cosmópolis, Paulínia, Campinas, Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Hortolândia, instando os mais lídimos representantes das comunidades aqui referenciadas para que se dignem apoiar o seu escopo, oficiando às autoridades estaduais competentes, rogando-lhes que não inclua a duplicação da Rodovia Estadual SP-342, que liga Mogi Guaçu ao Município de Espírito Santo do Pinhal, na suspensão temporária de realização de novas obras, pelas razões anteriormente expostas.

Sala "Ulysses Guimarães", 12 de Março de 1999.

Ver. Prof. Diácono GERALDO FERREIRA GONÇALVES
(P.M.D.B.)

c:word/david/DUPLICAÇÃO SP-342
DSS/dss

APROVADO
Sala "ULYSSES GUIMARÃES" 22/03/99

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
MOGI GUAÇU - SP
18 MAR 15 05 99 004873
PROTOCOLO

SÃO PAULO *Secretaria dos Transportes deixará de fazer 40 obra*

Covas suspende novo

GONZALO NAVARRETE
PATRÍCIA ANDRADE
da Reportagem Local

Depois de anunciar corte de despesas de custeio em todas as áreas da administração, o governo de São Paulo decidiu suspender a realização de novas obras.

A Secretaria dos Transportes interrompeu a contratação de 20 obras com licitação finalizada e o lançamento de concorrência pública de outras 20 como primeira medida de contenção de gastos.

Segundo o DER (Departamento de Estradas de Rodagem), a medida fará com que os cofres públicos congelem temporariamente R$ 60 milhões em investimentos.

Essa verba seria aplicada principalmente no recapeamento, construção de trevos e passarelas de estradas vicinais. Esse valor representa 10% dos recursos que a secretaria dispõe para investimentos. O orçamento total da pasta é de R$ 1,023 bilhão.

"É claro que a suspensão dessas obras atrapalha e tem um custo social. A ausência de melhorias pode dificultar o escoamento da produção agrícola", afirma o secretário dos Transportes, Michael Zeitlin.

Ele ressaltou que a decisão de "apertar o cinto" não irá afetar as 155 obras em andamento nas rodovias estaduais. Elas totalizam uma despesa de R$ 328 milhões.

O governador Mário Covas (PSDB) determinou cortes de R$ 2 bilhões no Orçamento de R$ 36,3 bilhões deste ano. O motivo é a previsão de queda na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A redução de receita pode chegar a R$ 2 bilhões.

No pacote de contenção de gastos, houve congelamento de todo o dinheiro que o Executivo dispõe para novos investimentos —R$ 1,6 bilhão—, corte de 10% nas despesas de custeio, o que representa R$ 200 milhões, e redução de R$ 200 milhões nos repasses para a administração indireta.

O secretário de Economia e Planejamento, André Franco Montoro Filho, acha que a receita do Estado vai aumentar no segundo semestre. Se isso ocorrer, a verba para novos investimentos será desbloqueada. "O desafio agora é gastar melhor maneira possível. Pode haver redução no ritmo das obras, mas o mundo não acabou", afirmou Montoro Filho.

Uma das principais bandeiras do governo Covas, a construção de casas populares, escapou do congelamento, mas pode sofrer os efeitos da queda na arrecadação.

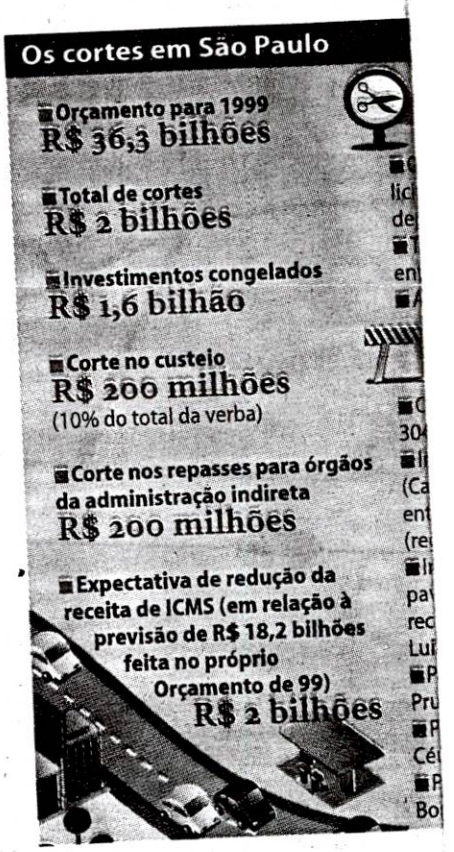
A meta para 1999 é construir 40 mil moradias. Até agora, estão em andamento 23 mil casas. O restante só começará a ser construído quando melhorar a receita do ICMS. Isso porque o governo destina 1% da arrecadação do imposto para a CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo).

"Podemos suprir as quedas na receita fazendo parcerias com o governo federal, associações de mutirão e empresas privadas", diz o secretário da Habitação, Francisco Prado.

Outra área que está sofrendo os efeitos da crise é a de transportes de massa. O governo havia prometido entregar quatro novas estações do metrô em maio deste ano. Não será mais possível.

O novo calendário prevê a conclusão dessas obras no final do ano, quando serão entregues, ao todo, sete estações.

Na avaliação da Apeop (Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas), o setor da construção atingiu a sua pior taxa de emprego desde 1982: 76.481 trabalhadores. Naquele ano, quando o índice começou a ser calculado, havia 178 mil empregos no setor. Nos últimos 12 meses, houve 16.271 demissões. "O congelamento de investimentos pode significar mais 10 mil demissões", diz Paulo Godoy, presidente da Apeop.



Educação centra

da Reportagem Local

Para atingir a meta de reduzir em 10% suas despesas em 99, a Secretaria da Educação de São Paulo vai centralizar o controle dos gastos das escolas com luz, água e telefone. Caso a medida não produza o efeito desejado, não está descartada a possibilidade cortar investimento na construção de escolas.

Este ano, a área da educação terá de reduzir em R$ 18 milhões os gastos com custeio e manutenção, de um orçamento R$ 180 milhões.

O controle do consumo será feito por meio de um sistema informatizado que acompanhará, mensalmente, o desempenho das 7.300 escolas estaduais paulistas.

"Essa é uma primeira medida. Acho que vai ser possível atingir a meta porque estudos preliminares

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA

Estado de São Paulo

Itatiba, 11 de março de 1999.

OFÍCIO Nº 219/99

ASSUNTO: *ENCAMINHANDO CÓPIA DO REQUERIMENTO Nº 83/99.*

Senhor Presidente:

Sirvo-me do presente para encaminhar à apreciação de Vossa Excelência uma cópia do Requerimento nº 83/99, de autoria deste Vereador-Presidente, que foi aprovado por unanimidade de votos na sessão ordinária realizada ontem por esta Casa de Leis, solicitando o empenho da Assembléia Legislativa e das Câmaras Municipais do Estado no sentido de lutarem contra o aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos estaduais, conforme justifica.

Contando com a especial atenção de V.Exa., valho-me do ensejo para renovar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente

LIDO EM SESSÃO
DE
14/ 4/ 99
PRESIDENTE

JOÃO GUALBERTO FATTORI
Presidente

19/03/99

Exmo. Sr.
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
DD. Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Av. Rota dos Imigrantes, 425 – Cx.P. 94
13160-000 – HOLAMBRA – SP

Rua Florêncio Pupo, 213 – Centro – Itatiba – SP CEP: 13.250-300 Fone: (011) 7806-0404
http://www.netwave.com.br/cmi email: cmi@netwave.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATIBA

Estado de São Paulo

REQUEIRO, nos termos regimentais, após a aprovação do Soberano Plenário, que seja oficiado ao Sr. Presidente e Líderes de bancadas da Assembléia Legislativa, bem como às Câmaras Municipais do Estado, um apelo no sentido de que sejam unificados esforços no sentido de combater a implantação de aumento na contribuição previdenciária dos funcionários públicos ativos e inativos, pretendida pelo Governo, a fim de se procurar defender essa classe de trabalhadores, cujos interesses, apesar dos relevantes serviços que presta, têm sofrido uma visão crítica pela sociedade dada a falta de informação e conhecimento quanto à sua atual realidade.

SALA DAS SESSÕES, 10 de março de 1999.

JOÃO GUALBERTO FATTORI
Vereador – Presidente – PSDB

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Poder Executivo
Seção I

GOVERNADOR MÁRIO COVAS
Palácio dos Bandeirantes
Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 845-3344
Volume 109 - Número 43 - São Paulo, Sábado, 6 de Março de 1999

LEI Nº 10.222, DE 5 DE MARÇO DE 1999

(Projeto de lei nº 491/96, do deputado Edmir Chedid - PFL)

Dispõe sobre a utilização de mão-de-obra carcerária.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:
Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:
Artigo 1º - Fica o Poder Executivo, por intermédio de sua Secretaria de Administração Penitenciária, autorizado a celebrar convênios com outras Secretarias de Estado, Prefeituras Municipais e Ministérios para a utilização de mão-de-obra de sentenciados r ecolhidos em estabelecimentos de regime fechado e semi-aberto.
Artigo 2º - Os convênios a que se refere o artigo anterior contemplarão a execução de serviços e a produção de bens de interesse das comunidades próximas ao estabelecimento penal.
Artigo 3º - Entende-se por serviços e bens de interesse comunitário o reparo e a conservação de imóveis, móveis, utensílios e maquinário utilizados em hospitais públicos, postos de saúde, escolas, parques infantis e unidades assemelhadas, bem como a prod ução de itens utilizados nessas unidades, como móveis, materiais de limpeza e artigos escolares.
Artigo 4º - Para cumprir a finalidade educativa do trabalho prisional, os convênios preverão, quando necessário, a formação e treinamento de mão-de-obra.
Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, devendo os orçamentos futuros destinar recursos específicos para seu cumpriment o.
Artigo 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias.
Artigo 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Palácio dos Bandeirantes, 5 de março de 1999.
MÁRIO COVAS
Yoshiaki Nakano
Secretário da Fazenda
João Benedicto de Azevedo Marques
Secretário da Administraç~zo Penitenciária
Celino Cardoso
Secretário - Chefe da Casa Civil
Antonio Angarita
Secretário do Governo e Gestão Estratégica
Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 5 de março de 1999.

RETORNO DA CONTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTO AO CONSÓRCIO PIRACICABA CAPIVARI POSSIBILITARÁ AÇÕES MAIS EFETIVAS

O Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari, atualmente possui uma arrecadação mensal de R$ 35 mil para fazer frente a todos os seus compromissos. Visando ampliar seu potencial de ações está promovendo o retorno de sua contribuição de investimento, suspensa desde 1993, através de R$ 0,01 por m³ de Água consumida.

A contribuição de investimento foi a responsável pelo grande avanço da entidade, nos seus primeiros anos de existência, tendo permitido a contratação de estudos e projetos, estabelecimento de experiências piloto quanto ao tratamento de esgotos e o exercício de ações em parceria com o Governo do Estado e Empresas privadas.

O retorno da contribuição poderá acrescer a sua atual receita o montante de R$ 2 milhões por ano. Essa resolução foi aprovada em reunião plenária de seu conselho deliberativo ocorrida em dezembro de 1997 no município de Bragança Paulista.

Desde aquela época os Técnicos do Consórcio tem proferido palestras e encontros de esclarecimentos com Prefeitos, Juristas, Dirigentes dos Serviços de Água e Vereadores dos municípios Consorciados. Dois modelos de projeto de lei foram oferecidos como opção aos executivos, sendo um com como repasse imediato para as contas de água e o outro sendo assumido pelo serviço de água.

Ao final de 1998 as iniciativas para o retorno da contribuição de investimento ao Consórcio foram intensificadas, vários Prefeitos encaminharam o projeto de lei para as Câmaras, sendo que Amparo foi o primeiro a obter a aprovação do R$ 0,01/m³ de água consumida.

Segundo Sérgio Scabora, Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Amparo, "Para o Prefeito Carlos Piffer e Equipe do SAAE, os recursos gerados poderão ser aplicados acima da captação de água de Amparo no rio Camanducaia e repetindo-se esta formula nas demais regiões da bacia do rio Piracicaba teríamos o caminho correto para recuperação ambiental dos nossos mananciais, iniciando-se pelos 39 municípios Consorciados".

Apesar de milhões de dólares investidos em dezenas de quilômetros de adutoras a procura de novas capitações de água, os serviços de água de região tem sido surpreendidos por inúmeros problemas ambientais. Somente nos que envolveram algas tivemos a captação de Campinas, junto ao rio Atibaia, interrompida em 1997. Mais recentemente tivemos problemas com a captação do SEMAE-Piracicaba no rio Corumbataí. Com essa preocupação a Prefeitura Municipal de Piracicaba encaminhou recentemente o Projeto para sua Câmara Municipal.

Caso soluções regionais de montante (nascentes) para jusante (foz) não forem tomadas com urgência em breve as calamidades quanto ao abastecimento público serão rotineiras em nossa região, estudos apontam o ano de 2005 como o do "colapso" em termos de qualidade de Água disponível nos cursos d' água. Os trabalhos de preservação e recuperação já planejados envolvem a proteção aos mananciais (uso, conservação e ocupação do solo e Reflorestamento Ciliar), tratamento dos esgotos, disposição correta dos resíduos entre outras.

O Consórcio que é uma associação de usuários da água, criada em 1989 com o objetivo de planejar atividades conjuntas entre seus filiados e lutar pela recuperação e proteção dos nossos rios, congrega hoje 40 municípios e 23 empresas, vislumbra no R$ 0,01/m³ uma das saídas para minimizar a criticidade ambiental regional.

A aplicação dos recursos arrecadados com esta contribuição para recuperação ambiental, extraída das tarifas de água (R$ 0,01/m³) ocorrerá na sub bacia geradora do recurso, conforme prioridades estabelecidas por seus representantes. O valor será depositado diretamente em conta especial do Consórcio, para uso vinculado ao programa/projeto aprovado. Desta forma o recurso arrecadado não irá para o caixa global, permitindo seu acompanhamento e prestação de contas a cada município contribuinte.

No âmbito do Comitê PCJ, a Sociedade Civil organizada, Serviços de Água e Esgoto, Empresas e os Órgãos Gestores parceiros como CETESB, DPRN e DAEE terão a possibilidade de somar esforços para ações potenciais, assim como propiciar o efeito multiplicador dos recursos gerados pelo um centavo por m³.

LIDO EM SESSÃO
DE
14 / 04 / 99
PRESIDENTE

Americana, 11 de março de 1999

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba e Capivari

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA E CAPIVARI

ACIBRA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRA
Fundada em 1º de dezembro de 1998 - 3ª f
Sede provisória: Rua Pres. Prudente de Moraes n. 70
13800-000 MOJI MIRIM - SÃO PAULO - BRASIL

MOJI MIRIM, SP, BRA, 8 DE ABRIL DE 1999 - 5ª F

À
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, SP
A/C SENHOR PRESIDENTE
HOLAMBRA, SP

NOBRES VEREADORES:

Com respeito e acatamento, na condição de presidente do Conselho Superior de Administração, venho perante Vossas Senhorias, comunicar a constituição da "ACIBRA" - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRA, sociedade civil, cultural, beneficente e sem fins lucrativos, a qual se encontra em fase final de regularização perante os órgãos públicos.

Tão logo esteja organizada, o acervo histórico, cultural e científico (ainda em fase de resgate e instalação), estará disponível para todos os interessados. E, de modo especial para àqueles residentes nessa cidade, considerando-se os laços históricos, geográficos, social, judicial, parentesco e de amizade, que pairam entre os nossos municípios e de nosso quadro social.

Para base e conhecimento dos reais objetivos, bem como para figurar nos vossos arquivos, apresentam-se neste ato, cópias do extrato da ata de fundação, rol de fundadores e alguns documentos.

Atenciosamente

Roberto A. GASPARINI

Pres. do Conselho Superior de Administração

LIDO EM SESSÃO
DE 12/04/99
PRESIDENTE

12/04/99

"ACIBRA" - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRA
Fundada em 1º de dezembro de 1998 - 3 F
Sede provisória: Rua Pres. Prudente de Moraes n. 70 - 13800-000 MOJI MIRIM, SP, BRA

REGISTRO DE PESSOAS JUR
fls 09/57
Moji Mirim SP

Divulgação/publicação autorizada

EXTRATO DA ATA PARA CONSTITUIÇÃO DA "ACIBRA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ITALO-BRASILEIRA". MOJI MIRIM - SÃO PAULO - BRASIL

"fundada em 1º de dezembro de 1998 - 3ª f"

Em reunião, realizada no dia 1º de dezembro de 1998, por descendentes e afiocionados da cultura italiana, foi fundada uma associação, de natureza civil, laica, tendo existência por prazo indeterminado, sem fins lucrativos, com o objetivo de manter alto e cultuar os nomes da Itália e do Brasil, conservar as respectivas tradições, resgatar o patrimônio e a cultura italiana, incentivar o estudo do idioma, praticar obras culturais, artísticas e beneficentes. A Associação tem como sede a cidade de Moji Mirim, SP, e cabe ao presidente da diretoria executiva, representá-la de todas as formas. Sendo vedado aos administradores, receber remuneração. É aberta a todos os interessados de qualquer nacionalidade, desde que afeiçoados à Itália. À Assembléia Geral, compete a reforma dos estatutos sociais. Os sócios não respondem pelas obrigações da associação. Dissolvendo-se a associação, atendidas as disposições estatutárias, com o pagamento do passivo, tributos, etc., o patrimônio será destinado à entidade ou entidades, com registro no CNSS, nos estritos termos do estatuto. Ficando eleita e empossada a 1ª administração.

Moji Mirim, SP, 1º dezembro de 1998 - 3ª f.

ROBERTO ANTÔNIO CASPARINI
RG 4.21[illegible]/SP
presidente do Conselho Superior

NEWTON ANTONIO BARBARINI
RG [illegible]/SP
presidente do Conselho Deliberativo

OÍLSON ROBERTO MANTELATO
RG 7.962.4[illegible]/SP
presidente do Conselho Fiscal

JOÃO ANTÔNIO BRUNIALTI
RG 7.[illegible]/SP
presidente da Diretoria Executiva

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Rua José Bo[illegible] n.º 13 - Moji Mirim - SP
Microfilmado sob nº 2264

Roberto Casparini

"ACIBRA" - ASSOCIAÇÃO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRA
fundada em 1º de dezembro de 1998 - 3ª f
Sede provisória: Rua Pres. Prudente de Moraes n. 70 - 13800-000 - MOJI MIRIM, SP, BRA

.....

DADOS PROPEDÊUTICOS

ROBERTO ANTONIO GASPARINI - Tel. 019 862-2988
Presidente do Conselho Superior
correspondência
Rua José Romanelo n. 135 - centro
13800-311 - MOJI MIRIM SP

NEWTON ANTONIO BARBARINI - Tel. 019 860-2226
Presidente do Conselho Deliberativo
correspondência
Rua Benedito Rodrigues de Moraes n. 321 - Jd. Brasília
13800-000 MOJI MIRIM - SP

OÍLSON ROBERTO MANTELATO - Tel. 860-4016
Presidente do Conselho Fiscal
correspondência
Rua Coronel Leitão n. 638 - centro
13800-000 MOJI MIRIM SP

JOÃO ANTONIO BRUNIALTI - Tel. 019 860-2088
Presidente da Diretoria Executiva
correspondência
Praça São José n. 119 - centro
13800-000 MOJI MIRIM SP

VÁLTER JOSÉ POLETTINI - Tel. 019 862-2419
Presidente da comissão nomeada para apresentar projeto de
REGIMENTO ELEITORAL
sugestões poderão ser enviadas para
Rua Dr. José Alves n. 129 - centro
(Câmara Municipal)
13800-000 MOJI MIRIM SP

Telefônica

Telecomunicações de São Paulo S.A.

LIDO EM SESSÃO
DE
07/04/99
PRESIDENTE

CT. STU09/ 0255

Piracicaba, 25 MAR 1999

Exmo. Sr.
VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Rua Rota dos Imigrantes, 425
13.825-000 – Holambra – SP

Assunto : Instalação de Telefone Público
Ref.: Ofício nº 87/99 de 11/03/99
Indicações nº 027/99 e 028/99 de 11/03/99

Acusamos o recebimento do Ofício acima referenciado, o qual nos solicita a instalação de Telefones Públicos na Av. das Violetas, Jardim Holanda, próximo à caixa d' água e na Colônia do Uniflor, nesse município.

Sobre o assunto, informamos que devido a indisponibilidade técnica no momento, registramos seu pedido para possível atendimento futuro.

Atenciosamente,

Nelson Martins
Gerente
Telefonia de Uso Público
Célula Piracicaba

05/04/99

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA DO INTERIOR DOIS

SEÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

LIDO EM SESSÃO
07/ 04 /99
PRESIDENTE

Campinas, 22 de março de 1.999
OFÍCIO Nº CPAI2-095/33/99
Do Cmt do CPA/I-2
Ao Exmº Sr Petrus Bartolomeus Well
DD Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Assunto: Agradecimento - presta

Venho por meio deste dirigir-me a todos os MD Vereadores em nome desse Presidente, para agradecer em meu nome e da minha família o inestimável apoio prestado no período em que permaneci afastado deste Comando Regional.

A atuação de V. Exª. , quer reivindicando junto à Imprensa, quer junto às Autoridades constituídas ou por outro meio, no sentido de que este Comandante, por absoluta questão de Justiça, fosse restituído ao seu cargo, sem sombra de dúvidas foi fundamental, pois a forma maldosa e irresponsável pela qual fui atingido exigia, no mínimo, esta reparação.

Ciente de que o apoio maciço que recebi neste episódio mostrou que estava no caminho certo, rogo a Deus para que possa, continuar nessa jornada conduzindo os destinos da Polícia Militar da Região de Campinas em consonância com os anseios de nossa valorosa e brava gente da qual V. Exª. tão dignamente faz parte.

ÉLZIO LOURENÇO NAGALLI
Cel PM Cmt do CPA/I-2

05/04/99

Deputada
TEREZINHA DA PAULINA

LIDO EM SESSÃO
DE
07/04/99
PRESIDENTE

Of. Especial - SP

São Paulo, 18 de março de 1999

Ilustríssimo Senhor

Fiquei muito feliz ao receber os cumprimentos de Vossa Senhoria e dos vereadores Andre Graat, Marcel Donizeti de Souza Campos e José Benedito de Souza, por ocasião da minha posse como Deputada Estadual.

Tenha certeza de que continuarei desempenhando de forma séria e digna as atribuições do cargo, que me foi conferido pela segunda vez através da vontade popular.

Espero poder contar com a valiosa colaboração de Vossas Senhorias para alcançar os resultados positivos, que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

Aproveito a oportunidade para expressar meus sinceros votos de estima e apreço, colocando meus préstimos à inteira disposição.

TEREZINHA DA PAULINA

Ao
Ilustríssimo Senhor
VALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra/SP

19/03/99

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado de Esportes e Turismo

LIDO EM SESSÃO
DE
07/05/99
PRESIDENTE

Ofício Especial

São Paulo, 22 de Março de 1999.

Prezado Senhor,

Cumprimentamos e agradecemos pelo envio do ofício nº 91, datado de 11 de março de 1999, que encaminha a Indicação nº 030/99.

Informamos que estamos solicitando à Secretaria de Transportes, dada a relevância da obra, a máxima urgência possível.

Reiteramos que a Secretaria de Esportes e Turismo do Estado está sempre à sua disposição.

Ao ensejo renovamos nossos protestos de elevada estima e distinta consideração, desejando máximo êxito aos trabalhos.

Cordialmente,

MARCOS ARBAITMAN
Secretário de Estado

27/03/99

Exmo. Sr.
DR. VALTER COSTELLA
DD. Vereador Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DIVISÃO REGIONAL DE CAMPINAS - DR.1

OFC-DR.1/Ext. nº 049 de 22/03/1999

Referência: OFC- 93/99

LIDO EM SESSÃO DE 07/04/99 PRESIDENTE

Exmo. Senhor

Em atenção ao ofício 93/99, que encaminha a Indicação de nº 030/99 dessa Câmara Municipal de Holambra, informamos que as vicinais nesse município, constantes na Lei Municipal nº 283, de 09/03/98, mereceu atenção do DER para sua melhoria não tendo sido porém seu convênio contemplado por decreto específico do senhor Governador.

A Divisão regional de Campinas já submeteu novamente o assunto à apreciação superior do Departamento.

Sem mais para o momento, apresentarmos os nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Engº José Roberto Moreira
Diretor da DR.1

Exmo. Senhor
Valter Costella
Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

24/03/99

Av. Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300 - Jardim Santana
CEP 13089-530 - Campinas - SP.

ADETEC

São Paulo, 05 de março 1999.

COOPERATIVA HOLAMBRA

Att.: Eng. Pedro Soriano

Ref.: Planilha de Resultados de monitoramento.

Venho por meio desta enviar a V. Sas. planilha de monitoramento ambiental onde observamos uma excelente redução de carga orgânica (DBO), O&G, SD e SST conforme planilha em anexo.

Colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários agradeço vossa atenção.

Cordialmente,

Fermiano Martins Fernandes
Diretor Técnico

10-3-99

ADETEC – Tecnologia Ambiental Ltda. Rua Cândida Medeiros da Silva, 191 Cj. 13
Bairro São João Clímaco São Paulo SP CEP 04256-120 Tel/Fax (011) 6946-6264/09952037

ADETEC T6ECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA - PLANILHA DE RESULTADOS

EMPRESA: COOPERATIVA HOLAMBRA

AMOSTRAS

DATA ANÁLISE: 05/Mar

A: EFLUENTE BRUTO

B:EFLUENTE FINAL TRATADO

C:

TÉCNICOS: FMF

D:

E:

Parâmetros de Monitoração	Unidade	A	B	C	D	E	CONAMA 20/86	Decreto 8468 Artigo 18
DBO 5	mg/l	1714	149	oh			-	60
DQO	mg/l	3540	596				-	-
Alumínio	Al						-	-
Amônio	NH_4^+						5	0,5
Arsênio	As						-	0,2
Bário	Ba						5	5
Boro	B						5	5
Cádmio	Cd						0,2	0,2
Cálcio	Ca						-	-
Chumbo	Pb						0,5	0,5
Cianetos	CN^-						0,2	0,2
Cloretos	Cl^-						-	-
Cobre	Cu						1	1
Cor Hazen	Hazen	930	201				-	-
Cromo total	Cr						-	5
Cromo	Cr^{6+}						0,5	0,1
Estanho	Sn						4	4
Fenóis	C_6H_5OH						-	0,5
Ferro (Bi e Tri)	Fe						15	15
Fluoretos	F^-	0	0				10	10
Fósforo	P_2O_5						-	-
Manganês	Mn						1	1
Mercúrio	Hg						0,01	0,01
Níquel	Ni						2	2
Nitrato	NO_3						-	-
Nitrito	NO_2						-	-
Nitr. Amoniacal	NH_4-N	93	10				-	-
Nitr. Total	N		?				-	-
Oxigênio Dissol.	mg/l						-	-
Óleos & Graxas	mg/l	895	46,5				-	100
Prata	Ag						0,1	0,02
pH	-	5,8	6,4				5,0-9,0	5,0-9,0
Selênio	Se						0,05	0,02
Sól. Sediment.	ml/l	35	<0,1				-	1
Sól. Suspensos	mg/l						-	-
Sól. Totais	mg/l	5630	730				-	-
Sulfatos	SO_4^{2-}						-	-
Sulfetos	S^{2-}						1	-
Turbidez	UNT	1000	210				-	-
Zinco	Zn						5	5

OBSERVAÇÕES:_AMOSTRAGEM EXECUTADA PELA ADETEC

ANALISTA(S):

LABORATÓRIO:

HOLAMBRA
COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA HOLAMBRA
Rua Rota Imigrantes, 152 - C.P. 01
CEP - 13.825.000 - HOLAMBRA - SP
fone:019-860.1621 - fax:019-8601621 ramal 114

De: Érico A. Pozzer
Para: Sr. Petrus de Well - Presidente da Câmara dos Vereadores do município de Holambra

LIDO EM SESSÃO
DE
02/04/99
PRESIDENTE

Prezado Senhor:

Conforme conversa por telefone estou fazendo breve relato do andamento das obras no setor da Graxaria, envolvendo as operações de produção de farinha e óleo e o tratamento de efluentes.

Atualmente, estamos trabalhando com três digestores para a fritura de vísceras totalmente vedados e com tubulação coletora de vapores e gases que posteriormente passam por um lavador de gases e por um filtro biológico equipado inclusive com sistema de aspersão com neutralizador de odores.

No setor de penas estamos trabalhando com três digestores para a Hidrólise e dois digestores para a secagem da farinha. Este processo no tocante a captação e tratamento dos gases provenientes do processo estamos totalmente adequados ás exigências da legislação.

Estamos em fase de conclusão de um barracão que abrigará as duas caldeiras novas e os dois digestores de penas, assim como iremos iniciar a construção de mais um trecho do barracão atual para cobrir todo o local do antigo barracão da graxaria.

Hoje, podemos afirmar que não existe mais mau cheiro, exceto em raras excessões quando na falta de energia elétrica ou em alguma pane que em pouco tempo é solucionada.

19/03/99

Inclusive, solicitamos aos senhores vereadores que quando existir alguma reclamação por parte dos moradores, que nos seja comunicado, pois, por várias vezes ouvimos reclamações que não procediam, pois o processo não produzia cheiro algum. Existem certas confusões que pelo histórico ainda é debitada ao abatedouro a culpa por qualquer cheiro.

Com relação ao tratamento das águas efluentes do abatedouro, nós instalamos duas peneiras de fluxo, uma para as penas e outra para as vísceras, e além disto, foi instalado uma peneira de final de fluxo, por onde passam as águas provenientes destas duas peneiras antes de ir para as lagoas de tratamento.

As lagoas foram totalmente desassoreadas Nos meios de Julho e Agosto e hoje se encontram em bom funcionamento, com um excelente grau de redução de carga. Adotamos o uso de cultura de bactérias para acelerar o processo de degradação da matéria orgânica e para melhorar a eficiência das lagoas.

A seguir, os principais resultados de análise recente conforme cópia anexada.

	Entrada	Saída Córrego	Redução
DBO ml/l	1714	149	91,3%
DQO ml/l	3540	596	83,2%
Óleos e Graxas	895	46,5	94,8%

Como dá para constatar, as reduções estão em níveis jamais antes conseguidos.

Nós temos até o início do próximo ano para colocar em funcionamento o Flotador, que será construído após a peneira de final de fluxo. Este equipamento, que deverá operar com

tratamento físico-químico do efluente, irá retirar o restante do material orgânico que ainda é carreado para as lagoas.

Desta forma acreditamos que as lagoas só serão usadas para o polimento final, gerando um efluente enquadrado dentro dos padrões exigidos por lei

Em resumo, estamos investindo pesado neste setor, mesmo com dificuldades, pois sabemos da exigência da CETESB e da comunidade.

Ficamos ao inteiro dispor para que seja organizada uma visita nos próximos meses para ver em loco os trabalhos que estão sendo efetuados.

Atenciosamente,

Érico Antônio Pozzer
Gerente Geral
Cooperativa Agropecuária Holambra
Holambra Alimentos

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA

NOTIFICAÇÃO Nº : 401 Brasília, 23 de Fevereiro 1999

ILMO(A) SR(A) PRESIDENTE DA CAMÂRA MUNICIPAL DE HOLAMBRA / SP

Prezado(a) Senhor(a),

Em cumprimento ao artigo 1º da Lei 9.452, publicada no Diário Oficial da União Nº 55, de 21 de março de 1997 ,comunico a liberação de recursos financeiros da ordem de 1,734.00, em favor desse município, creditado em 15/07/1998, referente a:

Semiplena :
Convênio : 1,734.00

Parcela	- 1 de 1
Título	- CONVÊNIO DENGUE
Entidade	- PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
Valor Parcela	- 1,734.00
Valor Total	- 1,734.00

LIDO EM SESSÃO
DE
07/04/99
PRESIDENTE

Atenciosamente,

12/03/99

Barjas Negri
SECRETÁRIO EXECUTIVO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputada
CÉLIA LEÃO

São Paulo, 24 de março de 1.999

Exmo. Sr.
Valter Costella
DD. Presidente da Câmara Municipal
Rua Rota dos Imigrantes, 425
Caixa Postal, 94 - Holambra/SP
Cep- 13.825-000

LIDO EM SESSÃO
DE
07/04/99
PRESIDENTE

Querido Presidente Valter,

Agradeço os cumprimentos recebidos pelos vereadores presentes em meu Gabinete na posse, no dia 15 último.

Acredito que, com a ajuda de Deus, exercerei minhas funções com eficiência, equilíbrio e honradez, conseguindo realizar com êxito e amor o trabalho às causas sociais e outras causas relevantes de interesse da comunidade.

Seu Município marcou muito esse dia. Todos os Deputados eleitos foram homenageados com muitos vasos de violetas. O meu, em especial, pois, todos que ali passaram, puderam levar uma pequena lembrança de Holambra.

Recebam os vereadores Manoel Donizetti de Souza Campos, o Vereador José Benedito de Souza e o Vereador André Graat o meu abraço e contem sempre comigo, em meu Gabinete da Assembléia Legislativa ou em Campinas.

Com carinho,

Célia Leão
Deputada Estadual

Palácio 9 de Julho - Gabinete 3066
Av. Pedro Álvares Cabral, nº 201 - Ibirapuera
04097-900-São Paulo/SP - Fone: (011) 884-4012

Escritório Político
R: Duque de Caxias, 523 - Centro
13015-310-Campinas - Fone: (019) 2320045

27/03/99

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Fundada em 1948 – 50 Anos em defesa dos Municípios

Av. Rebouças nº 2499 – JD. AMÉRICA – CEP 05401-300 – SÃO PAULO – SP
FONE / FAX: (011) 3063.2225
Home Page:www.apmsc.com.br - E-Mail: apaulista@uol.com.br

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente
Celso Antonio Giglio
Deputado Federal

1º Vice-Presidente
Marcos Roberto Casquel Monti

2º Vice-Presidente
Maria do Carmo Piunti
Deputada Estadual

3º Vice-Presidente
Gilberto Kassab
Deputado Federal

4º Vice-Presidente
Alberto Pereira Mourão
Deputado Federal

SECRETARIA
EMBROS DIRETORES

Secretário Geral
Geraldo Macarenko

1º Secretário
João Carlos Caramez
Deputado Estadual

2º Secretário
João Domingues de Oliveira

3º Secretário
Antonio Cesar Simão

TESOURARIA – MEMBROS
DIRETORES

Tesoureiro Geral
Paulo Silas Alvarenga de Melo

1º Tesoureiro
Flávio Callegari

2º Tesoureiro
Sidney Estanislau Beraldo
Deputado Estadual

3º Tesoureiro
José Mauro Dedemo Orlandini

Diretora Executiva
D... Christofoletti Paes da Silva

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

Antonio Izzo Filho
Carlos de Arnaldo S. Filho
Dorival Braga
Geraldo Mantovani
Jonas de Campos
José Abelardo Camarinha
Orlando Milan
Wilson Portella Rodrigues

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Alcides Denadai
Antonio Carlos V. de Aguiar
Fátima Cavalini de Melo
João Bastos Soares
José Araí da Silva Soares
José Carlos Tardeli
Márcia Godim Carmim
Sérgio Yamato

Ofício nº 008/99 APM – Circular São Paulo, 26 de Fevereiro de 1999

LIDO EM SESSÃO
DE
07/04/99
PRESIDENTE

Caro Vereador Presidente

Penalizados que estão os Municípios Brasileiros, e municipalista que sou de 1ª hora, encaminho ao companheiro cópia de emenda por mim apresentada na Câmara Federal. Peço-lhe, que como liderança autêntica que é do nosso movimento, a divulgue e telegrafe aos demais deputados da sua região e aos das Comissões da Câmara Federal, pedindo-lhes o apoio.

Do amigo,

Celso Giglio
Deputado Federal,
Presidente da Associação Paulista de Municípios e
Presidente do Movimento União pelos Municípios

12/03/99

Excelentíssimo Senhor
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(continuação folha nº 02 - Emenda aglutinativa à PEC 81/95)

A privatização de rodovias federais e estaduais tem apresentado excelentes resultados. As estradas federais e estaduais são economicamente passíveis de privatização, podendo tanto a União como os Estados, passar o encargo dessa manutenção aos particulares, com grande vantagem na prestação de serviço e na economia orçamentária.

Em contraponto, as estradas municipais não apresentam possibilidade, cabendo os municípios mantê-las, conservá-las e multiplicá-las. Justo, portanto, que a eles caiba a maior parte da arrecadação desse imposto, visto haver melhor possibilidade de fiscalização na aplicação do dinheiro arrecadado, sem percorrer os meandros da burocracia estadual e federal.

A emenda aglutinativa em foco, utiliza a emenda nº 2 ao estabelecer no § 6º que a lei fixará a alíquota máxima a que dará origem ao imposto. Despicienda a fixação legal da alíquota mínima, mas a alíquota máxima há de ser definida em lei, para que os representantes do povo se manifestem, e não fique a mesma ao arbítrio frio dos técnicos tributaristas, que só conseguem ver o volume dos fundos nos cofres.

Estabelece ainda, uma repartição da arrecadação mais equânime com os encargos atribuídos a cada unidade da Federação: os municípios ficam com a parte maior - 50% - , a exemplo do que acontecia com IPVA, resguardando-se o encargo de conservação, restauração e adequação da sua malha viária que, na prática, não pode ser privatizada, enquanto que os Estados o Distrito Federal e a União ficam com parcela menor, pois podem utilizar a privatização das estradas com ótimos resultados.

Sala das Sessões, de fevereiro de 1999.

Deputado CELSO GIGLIO
PTB-SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 01 de março de 1999.

Senhor Presidente,

Com muita alegria quero registrar sua manifestação de cumprimentos por minha posse no honroso mandato de Deputado Federal.

Ao expressar-lhe minha gratidão e reconhecimento, reitero minha disposição de continuar lutando pela construção de um País socialmente mais justo e de um futuro mais humano e promissor para os brasileiros.

Atenciosamente,

VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO
Deputado Federal
Vice-Líder do PFL

16/03/99

Excelentíssimo Senhor
Vereador Valter Costella
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado JOÃO HENRIQUE

OF.GDJH-Nº 327/99. Brasília(DF), 11 de Março de 1999.

Senhor Vereador ,

Registro o recebimento de sua manifestação, desejando-me sucesso por minha reeleição à Câmara dos Deputados.

Ao agradecer a confiança demonstrada e o inequívoco incentivo ao desenvolvimento de um trabalho em benefício da população brasileira, em busca de nosso crescimento e desenvolvimento, manifesto a V.Exª. os protestos de estima e apreço.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE
VICE-LÍDER DO PMDB.

A Sua Excelência o Senhor
VALTER COSTELLA
Presidente Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
HOLAMBRA - SP

16/03/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS Brasília, 02 de março de 1999.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara **...OSTELLA**

Agradeço-lhe os votos e estimo poder retribuir ao povo de Rondônia a confiança, com trabalho e ao Brasil, com respeito aos seus interesses de justiça social.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Cordialmente,

NILTON CAPIXABA
Deputado Federal PTB/RO

09/03/99

GER 20.01.0013.0 - (JUN/86)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Jorge Khoury

Brasília, 23 de Fevereiro de 1999

Agradeço sua atenciosa mensagem de felicitações por minha posse e aqui continuo ao seu inteiro dispor.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

JORGE KHOURY
DEPUTADO FEDERAL

08/03/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 08 de março de 1999.

Prezado Presidente,

Agradeço a manifestação contida em seu OF/ESPECIAL/002/99-GPM, bem como a linda violeta que está enfeitando o meu gabinete.

Aproveito o ensejo para colocar-me à disposição.

Cordialmente,

16/03/99

Carlos Mosconi
putado Federal

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Prezado Presidente Valter Costella,

Agradeço os cumprimentos, renovando o compromisso de estar trabalhando no Congresso Nacional por justas reivindicações. Contando com a continuidade do apoio recebido, coloco-me à disposição em Brasília.

JULIO SEMEGHINI
Deputado Federal

16/03/93

GER 20.01.0013.0 - (MAR/91)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Deputada
CÉLIA ARTACHO

Comunicamos que a partir de 15 de março de 1999, a Deputada Célia Artacho estará atendendo pelo telefone (011) 9973-9891 ou pelo pager 253-4545 código 68611 e receberá correspondência através da Caixa Postal 65040, Cep 01390-970, São Paulo - Capital.
Sempre à sua disposição.

15/03/99

Assessoria de Gabinete
Deputada Célia Artacho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ilmos Srs. **Antonio de Almeida e Valter Costela,**

Agradeço sensibilizado a mensagem para o exercício de meu mandato e pelo recebimento das flores dessa " CIDADE DAS FLORES".

Coloco-me à disposição desta Prefeitura e Câmara Municipal.

Cordialmente,

Dep. Federal **ZENALDO COUTINHO**
PSDB - Pa

LIDO EM SESSÃO
DE
10 / 03 / 1994
PRESIDENTE

GER 3.21.01.009-4 (DEZ/94)

09.01.99

A
Câmara de Vereadores de Holambra
Holambra S.P.

Ao tomar conhecimento, através de um "folder" da implantação do Parque Residencial dos Imigrantes, gostaríamos de fazer algumas considerações e ao mesmo tempo uma solicitação que julgamos, deveria ser atendida.

Holambra tem se destacado, historicamente no Brasil e no exterior, como um exemplo a ser seguido em vários aspectos. Um deles, sem dúvida, refere-se a dedicação e capacidade de desenvolver trabalhos do mais alto nível, em razão da vontade daqueles Imigrantes que vieram à este país determinados a vencer.

Um dos frutos naturais, deste desenvolvimento de sucesso, foi a emancipação de Holambra. Por ser um dos mais novos municípios do país, tem pela frente novos e grandes desafios. Com certeza estes desafios também serão superados, tendo em vista a própria história de Holambra. A liberdade de expressão, a garra, a vontade de vencer e o respeito são apenas alguns dos pré-requisitos.

Os desafios tornaram-se ainda maiores, pois Holambra hoje é uma Estância Turística. Por ser esta a alternativa mais viável e atender a vocação natural do nosso município, é que não conseguimos entender os critérios que foram estabelecidos para a aprovação do Empreendimento Parque Residencial dos Imigrantes.

Entendemos que este empreendimento não trará os benefícios esperados para Holambra devido a uma série de questões, entre elas:

- a localização está numa área que não deveria ser ocupada por residências populares. A aprovação, com o aval da Prefeitura, dessa forma, ala própria coloca-se como conivente de um programa de urbanização a qualquer custo, atropelando critérios técnicos com decisões puramente políticas;

- o empreendimento, nos moldes propostos, causará uma série de impactos ambientais e sociais que futuramente recairão sobre a própria Prefeitura e seus minícipes; e

- a aprovação, pelo Legislativo Executivo do Empreendimento em questão, coaduna-se com algum "Master-Plan" ou seja um Plano Diretor estabelecido para o nosso Município ?

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

Câmara Municipal de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 820-1625
TELEFAX. (019) 820-1487

Ofício nº 097

16 de março de 1999.

Ilmo(a) Senhor(a)

Em resposta a reivindicação de Vossas Senhorias da retirada do sobrenome "Eysink" de uma das avenidas do futuro Parque Residencial dos Imigrantes, temos que esclarecer que o referido empreendimento está ainda em fase de análise técnica do projeto, para se decidir sobre a sua aprovação. E somente após essa aprovação e respectivo registro, é que o Parque Residencial dos Imigrantes passará a ter existência jurídica, quando então terão início os procedimentos para a denominação das ruas, praças e avenidas, através de projetos de leis, submetidos à apreciação desta Câmara de Vereadores.

Portanto, a atribuição do sobrenome "Eysink" a uma das avenidas do empreendimento em questão dependerá ainda de toda a tramitação aqui apontada, razão pela qual não tem justificativa, ainda nesta oportunidade, qualquer providência tendente a cancelar denominação, às vias públicas.

Esperando ter esclarecido devidamente a situação, reivindicado por Vossas Senhorias e colocando-nos à disposição para atendimento a qualquer solicitação, subscrevemo-nos.

Atenciosamente

Valter Costella
Presidente

A
Ilustríssima Família
EYSINK
Holambra - SP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Of. CG ST Nº 238/99 **São Paulo, 3 de março de 1999**

Prezado Senhor

Refiro-me ao Ofício nº 237/98, pelo qual Vossa Senhoria encaminha Moção de Protesto nº 036/98 de autoria dos Ilustres Vereadores da Câmara Municipal de Holambra, contra o aumento do pedágio da SP-340.

A propósito, a Comissão de Monitoramento das Concessões desta Pasta, informa que, o objetivo fundamental do Programa de Concessões Rodoviárias de São Paulo é prover infra-estrutura de transporte rodoviário permanentemente compatível com a demanda, conservada, monitorada e assistida, de modo que o viajante esteja sempre em condição segura, confiável e confortável. Os sistemas de assistência ao usuário e de controle inteligente das estradas, antes só disponíveis em algumas rodovias em torno da Capital, deverão receber acréscimos tecnológicos e ser estendidos para todo o estado, reduzindo os riscos de trafegar pelas rodovias paulistas e melhorando a qualidade de vida de seus usuários.

Embora a existência da malha rodoviária seja um benefício para toda a sociedade, como infra-estrutura para o desenvolvimento, os usuários das estradas são, sem dúvida, os beneficiários diretos de sua existência em perfeito estado de trafegabilidade, assim como são os maiores prejudicados pela ocorrência de qualquer falha nessa infra-estrutura. Assim sendo, a rodovia constitui um insumo básico para várias atividades econômicas e sociais, cuja sustentação não deve onerar a sociedade como um todo, mas sim, localizadamente, por meio da arrecadação do pedágio. A desoneração dos não usuários e a valorização da cidadania serão os mais significativos benefícios imediatos do programa à população

Por outro lado, estudos feitos por esta Pasta, bem como anúncios de usuários transportadores e manifestações recebidas em audiências públicas e debates informais com as comunidades, realizados em todo o Estado, dão conta de que a economia propiciada ao usuário, por rodovias em boas condições de trafegabilidade e segurança, compensa com folga a despesa do pedágio. Essa economia é representada por menor desgaste do veículo, menos substituição de peças, economia em combustível e tempo de viagem, além da incalculável diminuição de riscos de acidentes e da preservação de vidas humanas.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, (DF) 02 de março de 1999.

Ofício 0025/1999-GDEO

Senhor Presidente

Tenho o prazer de acusar o recebimento do seu ofício nº 007/99, datado de 11 de janeiro em curso, com o qual teve a gentileza de enviar-me agenda telefônica do ano de 1999 e apresenta cumprimentos pela minha investidura no mandato de Deputado Federal, da 51ª Legislatura do Congresso Nacional.

Sou muito grato à sua distinção, traduzindo o sentimento da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, a cidade das flores, e, consequentemente, de sua comunidade.

No exercício do mandato parlamentar, pretendo defender os interesses dos municípios brasileiros, que são células da maior importância no contexto da Federação.

Cordialmente,

EUNÍCIO OLIVEIRA
Deputado Federal PMDB/CE

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Ilmo. Sr.
Vereador WALTER COSTELLA
DD. Presidente da Câmara Municipal
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA - SP

09/03/99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 25 de fevereiro de 1999.

Prezado(a) Senhor(a),

Cordialmente, agradecemos sua manifestação por nossa posse como Deputado Federal, na nova legislatura que se inicia.

Em verdade, este mandato significa a continuidade da luta por princípios historicamente defendidos, bem como uma maior responsabilidade e dedicação no trabalho de representação do povo brasileiro junto ao Congresso Nacional.

Atenciosamente,

JOSÉ GENOINO
Deputado Federal – PT São Paulo

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

09/03/99

GABINETE DO DEPUTADO FEDERAL JOSÉ GENOINO
Câmara dos Deputados
Anexo III – Gabinete 270
CEP 70.160 – 900 - Brasília – DF
Telefone: (061) 318-52-70
Fax: (061) 318-22-70

E -mail: em (Brasília) dep. josegenoino @ camara. gov. br
E-mail em (São Paulo) genoino @ genoino. org
Na internet: www.genoino.org

O ESTADO DE SÃO PAULO DIA 06 / FEVEREIRO 1999 PAG. A2

JOSÉ GENOÍNO

A agenda do novo Congresso

A nova legislatura do Congresso assumiu neste início de fevereiro sem que se discutisse nas duas Casas Legislativas, na mídia nem em nenhum outro lugar a agenda e as tarefas que tem pela frente. É verdade que todas as atenções estão voltadas para a crise econômica. Mas, até pela gravidade do momento que vive o País, o Congresso deveria chamar a si a responsabilidade de discutir saídas e propor soluções. Prefere, contudo, continuar sendo pautado pelo Executivo. E, na medida em que o Executivo está sendo pautado pela crise e pelo mercado, o País está sem comando político. A política tornou-se mera função da economia destinada a atender às expectativas do mercado. O que há é uma crise política, uma ausência de comando, um colapso de lideranças.



O Parlamento precisa saber o que o Executivo faz e as razões que o movem

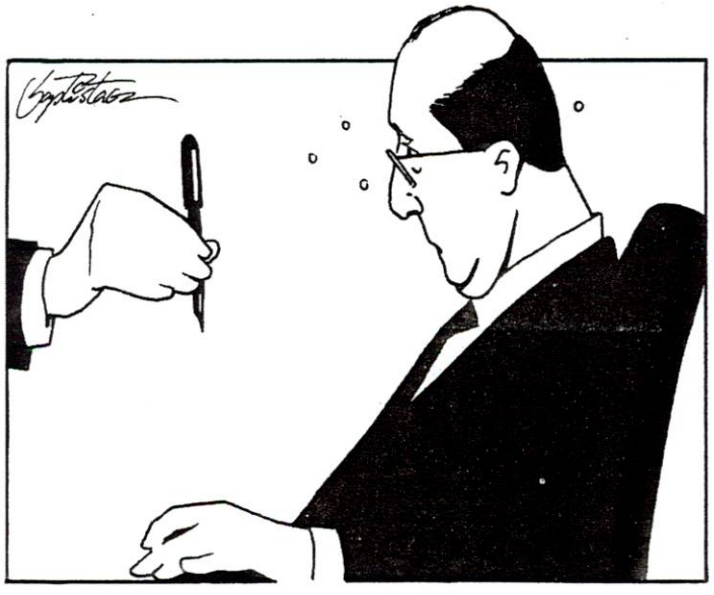
A legislatura que terminou seu mandato foi a mais subserviente ao Executivo. Aprovou tudo o que o governo quis, até mesmo a reeleição, que é a causa principal da crise e dos imensos déficits públicos que tornam inviáveis a União e os Estados. O que aconteceu no Brasil nos últimos quatro anos parece desmentir, ao menos em parte, a tese de que ao presidencialismo, para ser eficaz, basta ter apoio da maioria parlamentar. Nos EUA, único lugar onde o presidencialismo funciona, na maior parte do tempo, no século 20, os presidentes tiveram bancadas minoritárias no Congresso. Na verdade, no sistema presidencialista, a condição de eficácia parece situar-se na independência dos poderes. Na nossa história republicana, foram poucos os momentos em que o Congresso teve independência efetiva em relação ao Executivo.

A submissão, aliás, ocorre da pior forma: não se trata de uma submissão programática, mas fisiológica. São dois os requisitos fundamentais para afirmar a independência do Congresso: a autonomia de agenda e o funcionamento dos mecanismos de fiscalização e controle sobre as atividades do governo. Nenhum deles existe no nosso caso. Por isso, há alguns anos venho insistindo na necessidade de profunda reforma interna do Parlamento.

De qualquer forma, tudo indica que a agenda do novo Congresso também será a agenda da crise. O problema consiste em definir como o Legislativo se vai inserir nela: se será de forma passiva ou ativa. A forma ativa exige, por exemplo, que os parlamentares exerçam maior acompanhamento e fiscalização sobre o que vem ocorrendo na área econômica. O Brasil perdeu bilhões de dólares em reservas, especuladores se locupletaram, a política cambial sofreu várias guinadas em poucos dias, o Banco Central teve três presidentes ao longo de um mês e o Senado sabatinou um deles para vê-lo demitido uma semana depois. Ora, num caos dessa monta não é possível que a Câmara e o Senado não convoquem ministros nem cobrem explicações do governo, por intermédio de suas comissões. O Parlamento precisa saber o que o Executivo faz e as razões que o movem.

O Congresso precisa definir também uma agenda propositiva. Não basta receber uma proposta de reforma fiscal e tributária do Executivo. Afinal de contas, existe uma crise federativa. É preciso instalar comissões parlamentares para examinar o que o Executivo tem a propor, ouvir os governadores, prefeitos, empresários, consumidores, com o objetivo de produzir uma proposta adequada para o funcionamento de um sistema fiscal e tributário eficaz e justo. A aprovação de uma lei de responsabilidade fiscal também deveria entrar no rol das prioridades do Congresso. A crise do emprego é outro ponto sobre o qual o Congresso não se pode omitir. As políticas do governo nessa área, como o contrato temporário de trabalho, além de precarizar direitos, não produziram os postos de trabalho prometidos. As leis trabalhistas precisam ser revistas pela ótica dos legisladores, e não pela ótica dos tecnocratas. Somente assim se poderá encontrar uma solução mediada capaz de aliviar custos sobre a folha de pagamento, mas preservando os direitos básicos.

A reforma política, de que tanto se fala e nada se decide, também deveria ser um ponto prioritário da agenda do Congresso. Justamente por se tratar das regras do jogo político e do sistema de agentes desse jogo, os partidos, não é preciso esperar uma proposta do Executivo sobre esse tema. A Câmara e o Senado deveriam instalar comissões para ouvir os partidos, as lideranças políticas, os especialistas e a sociedade civil, visando a produzir uma proposta de reforma do nosso sistema político-partidário. É imprescindível que se reavalie a reeleição dos prefeitos sob a luz da experiência da reeleição dos governadores e do presidente. A decisão sobre temas como a imunidade parlamentar, as medidas provisórias e o sistema eleitoral não pode ser adiada para outro ano. Em suma, é preciso que a política restaure a sua função, que é a de liderar e comandar, por meio da reforma de seus mecanismos decisórios.



■ *José Genoíno é deputado federal (PT-SP)*

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília-(DF), 02 de março de 1999.

Ilmº Senhor,

Agradeço a manifestação expressa na correspondência recebida, por ocasião de minha posse como Deputada Federal pelo Estado de São Paulo e ao mesmo tempo pela delicadeza das flores enviadas.

Parabenizo por ser Holambra o município conhecido como "cidade das flores".

Coloco meu gabinete à disposição de Vossa Senhoria, para qualquer eventual necessidade.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Atenciosamente,

Angela Guadagnin
Deputada Federal

05/03/99

Ilmº Senhor,
Valter Costella
Presidente Câmara Municipal de Holambra

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado João Sampaio PDT/RJ

CI-0017/99

Brasília, 02 de março de 1999.

Excelentíssimo Senhor,

Agradecendo a manifestação de Vossa Excelência, por ocasião de minha posse como Deputado Federal, reafirmo meus compromissos com a construção de um país mais justo e soberano.

Atenciosamente,

Dep. João Sampaio PDT/RJ

Exmo. Sr
VALTER COSTELLA
Presidente da Câmara Municipal
Holambra - SP

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

09/03/99

GER 3.17.23.004-2 (MAI/98)

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

OFÍCIO CMETH Nº 079/99 Holambra, 05 de março de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de fevereiro de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Fevereiro/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	17.593,26	24.000,00	41.593,26	287.360,00	0,00	287.360,00	245.766,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**17.593,26**	**24.000,00**	**41.593,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	2.406,74	0,00	2.406,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	256,50	211,50	468,00				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	149,75	149,06	298,81				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	216,00	216,00	432,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**3.028,99**	**576,56**	**3.605,55**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**20.622,25**	**24.576,56**	**45.198,81**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			1.795,84				
TOTAL GERAL .....:			**46.994,65**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Fevereiro/1999

CLASSIFICAÇÃO Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	EMPENHOS No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**5.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00	0,00	493,21	493,21	9.506,79
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**10.000,00**	**0,00**	**493,21**	**493,21**	**9.506,79**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**500,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	200.000,00	13.306,86	13.294,80	26.601,66	173.398,34
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.300,00	149,75	149,06	298,81	2.001,19
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	5.000,00	489,30	674,54	1.163,84	3.836,16
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	19.000,00	125,00	125,00	250,00	18.750,00
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.000,00	1.647,82	1.595,93	3.243,75	41.756,25
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	0,00	0,00	0,00	60,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**271.860,00**	**15.718,73**	**15.839,33**	**31.558,06**	**240.301,94**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**287.360,00**	**15.718,73**	**16.332,54**	**32.051,27**	**255.308,73**

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 04/03/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Fevereiro/1999

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	411,90	411,90
	Sub Total .....:	**0,00**	**411,90**	**411,90**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	13.306,86	13.294,80	26.601,66
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	149,75	149,75
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	195,20	572,66	767,86
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	125,00	125,00	250,00
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	441,68	1.632,58	2.074,26
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**14.068,74**	**15.774,79**	**29.843,53**
	Total Geral .....:	**14.068,74**	**16.186,69**	**30.255,43**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Fevereiro/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
01/02/99	3.1.3.2.00	99.021	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-FEV/99	09/03/99	714,58
01/02/99	3.1.3.2.00	99.022	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - FEV/99	05/03/99	320,00
18/02/99	3.1.2.0.00	99.034	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO.	18/02/99	65,00
18/02/99	4.1.2.0.00	99.035	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNEC. QUADRO BRANCO E QUADRO DE FELTRO	18/02/99	81,31
23/02/99	3.1.1.3.00	99.037	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR.S/FOLHA PAGTO. FUNCIONARIOS-FEV/99	10/03/99	149,06
23/02/99	3.1.2.0.00	99.039	XEROX DO BRASIL LTDA.	FORNECIMENTO 3 TONER MOD. 5014-71V203470	23/02/99	303,48
25/02/99	3.1.2.0.00	99.040	NILZA APARECIDA DE FREITAS GODOY - ME	REPOSICAO DE GALOES DE AGUA MINERAL	25/02/99	27,50
26/02/99	3.1.3.2.00	99.041	COMERCIAL ROZIN & ROZIN LTDA - ME	CONSERTO DA MAQUINA DE ESCREVER OLIVETTI	26/02/99	48,00
26/02/99	3.1.3.2.00	99.042	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº021,DE 01/02/99	26/02/99	86,91

Total Geral .....: 1.795,84

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/0-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

COOPERATIVA DE ELETRIF. E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE MOGI MIRIM
RUA 3, S/N° , JARDIM NAZARETH – MOGI MIRIM – SP FONE (019) 862-1469

Mogi Mirim, 04 de Março de 1.999

Exmo. Sr.
WALTER COSTELLA
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de
Holambra – SP

Senhor Presidente

Inicialmente queremos agradecer o convite para participar de reunião com o objetivo de tratarmos de assuntos inerentes à Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim, a ser realizada no dia 17 de Março , às 20 horas.

Entretanto, por termos assumido compromissos anteriormente para essa mesma data, gostaríamos que fosse marcada uma outra data para que possamos atender essa solicitação.

Esperando ser atendido, aproveito o ensejo para enviar –lhe nossas saudações cooperativistas.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Atenciosamente

GERARDUS WILLEBRORDUS GROOT
PRESIDENTE

PROTOCOLO
No de Ordem 1820
Fls No 60 Livro No 09
Data 05/03/99
SECRETÁRIA

HOLAMBRA, 22 DE FEVEREIRO DE 1.999

PARA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
(CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES)

SOLICITO A REVISÃO DA LEI MUNICIPAL, REFERENTE A DISTRIBUIÇÃO DE TERRENOS, SENDO QUE AQUELAS PESSOAS QUE NÃO CONSTRUÍRAM OU ESTÃO EM DÉBITO COM A PREFEITURA DEVOLVAM PARA AQUELES QUE ESTÃO NECESSITANDO URGENTE DE UMA MORADIA.
PEÇO A INFORMAÇÃO DE QUANTOS ESTÃO NESTA SITUAÇÃO, PARA QUE POSSAM ENVIAR CARTA DE CONVOCAÇÃO A PRESTAR ESCLARECIMENTOS.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

GRATA,

ALEXA AP. MARTINS GARCIA

PROTOCOLO
No de Ordem 1813
Fls No 52 Livro No 09
Data 25/02/99
SECRETÁRIA

AL. DOS EUCALIPTOS - CX. POSTAL: 126
HOLAMBRA - SP
FONE: 820-2461

Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

Of.CBH-PCJ 064/99 Piracicaba, 25 de fevereiro de 1999.

Assunto: Programa de Investimentos para aproveitamento, proteção e recuperação das Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

Prezados(as) Senhor(es:

Este Comitê está coordenando os estudos técnicos para definição do Programa em epígrafe, custeados pelo Banco Mundial, com contrapartida do Governo do Estado de São Paulo, no âmbito do Convênio entre o Ministério do Planejamento e Orçamento, através da SEPURB, com a Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras.

O *folder* que ora encaminhamos apresenta os dados preliminares de um amplo programa de ações, a ser implantado no período 2000-2005.

Os estudos encontram-se em fase de conclusão, estando prevista a divulgação dos resultados finais até o início de abril, ocasião em que estaremos remetendo uma nova versão do *folder*, que conterá as últimas simulações realizadas e maiores detalhes sobre o programa de investimentos.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Rui Brasil Assis
Secretário Executivo

05/03/99

Av. Estados Unidos, 988
Fone/Fax (019) 434.5111
13416-500 Piracicaba SP
cbh-pcj@merconet.com.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
SÃO PAULO
DEPUTADO VANDERLEI MACRIS

São Paulo, 28 de Dezembro de 1998.

DVM/SP OF.N° 2323/98-AG

Senhor Governador,

Com meus cordiais cumprimentos, dirijo-me à presença de Vossa Excelência, para solicitar parecer sobre entrega de viatura para a Câmara Municipal de Holambra, conforme, Moção nº 035/98, subscrito pelo Presidente, Vereador Petrus Bartholomeus Weel.

Antecipo meus agradecimentos pela atenção que Vossa Excelência puder dispensar ao presente, dada a pertinência do mesmo, prevalecendo-me da oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de elevada estima e apreço.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Atenciosamente

VANDERLEI MACRIS
Deputado Estadual

Excelentíssimo Senhor
Doutor ***MÁRIO COVAS FILHO***
Digníssimo Governador do Estado de São Paulo
Avenida Morumbi, 4500 – Morumbi
05698-000 - CAPITAL - SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 25 de fevereiro de 1999.

Ofício Nº 004/99

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente V.Excia, bem como aos Excelentíssimos Senhores Vereadores nesta Augusta Casa, queremos agradecer a mensagem de parabéns e assim como as lindas flores nos enviadas por ocasião da nossa posse na Câmara Federal, onde no congresso estaremos, sempre abertos para sugestões e críticas, onde em conjunto procuraremos contribuir para o crescimento do nosso país.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

Cordialmente,

ARNON BEZERRA
Deputado Federal
PSDB/CE

01/03/99

Exmo. Sr.
VALTER COSTELLA
PPRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
HOLAMBRA - SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of RL nº 0016/99

Brasília, 02 de março de 1999

Senhor Presidente,

Acusamos o recebimento de correspondência oriunda dessa Câmara Municipal em que Vossa Excelência bem como o Nobre Prefeito nos parabenizam pela assunção do cargo na Câmara Federal.

Saiba Vossa Excelência que estaremos sempre a postos nesta Casa, envidando todo o esforço que se torne necessário para, em perfeita consonância com o governo do estado, podermos lutar e defender os interesses do mesmo.

Outrossim, agradecemos os votos de sucesso apresentados.

Contando com vossa distinta compreensão subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

LIDO EM SESSÃO
DE
10/03/99
PRESIDENTE

RENILDO LEAL
Deputado Federal

À Sua Excelência o Senhor
VALTER COSTELLA
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
Av. Maurício de Nassau, 444
Tel nº: (019) 820.1321/2
13.825-000 – Holambra – SP

08/03/99

GER 3.17.23.004-2 (JUN/97)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado ALDIR CABRAL

Ofício nº 021/004/AC-GAB

Brasília, 25 de fevereiro de 1999.

Senhor Presidente,

Recebi o Ofício Especial nº 002/99-GPM, de Vossa Excelência e do Senhor Prefeito Municipal da Estância Turística de Holambra, expediente este que se fazia acompanhar de mimoso brinde, flores da "Cidade das Flores".

Agradecendo a gentileza do gesto, retribuo em orações e em propósitos os mesmos sentimentos espirituais contidos no ofício em referência, repleto de rogos para que Deus me ilumine e me oriente no afã de servir à Nação rumo ao crescimento e ao desenvolvimento.

Assim, e igualmente, peço a Deus que abençoe a Vossa Excelência, e aos ilustres membros da Câmara Municipal de Holambra, na certeza de que o povo holambrense há de receber, do mesmo modo, a proteção e a graça que provém dos Céus.

Atenciosamente,

ALDIR CABRAL
Deputado Federal
PFL/RJ

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/99
PRESIDENTE

Ao Senhor
Vereador VALTER COSTELLA
Câmara Municipal de Holambra
Al. Maurício de Nassau, nº 444
13.825-000 - Holambra - SP

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Recursos Hídricos

OFÍCIO SRH/GAB/CAO/Nº 733/99

Brasília-DF, 08 de fevereiro de 1999.

LIDO EM SESSÃO
DE 03/03/99
PRESIDENTE

Prezados Senhores,

Em cumprimento a determinação contida na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, tenho a satisfação de comunicar a essa Casa Legislativa que foi liberada a importância de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), em favor da Prefeitura desse Município, através da ordem bancária nº 99OB00261, de 05.02.99, para crédito na conta bancária nº 1236-X, agência 3143, Banco do Brasil S. A., relativa a parcela única do Convênio MMA/SRH nº 458/98, objetivando a construção de adutora para beneficiar toda a área urbana, num total de 3.500 habitantes.

Atenciosamente,

Fernando Antonio Rodriguez
Secretário de Recursos Hídricos

19/02/99

A Câmara Municipal de Holambra - SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Júlio Redecker
Deputado Federal

Ofício 181/99 – Gab. 621

Brasília , 25 de Fevereiro de 1999

Senhor Presidente,

Sensibilizado agradeço pelos cumprimentos e votos formulados, colocando meu gabinete à disposição.

Votos de saúde e paz.

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/99
PRESIDENTE

JÚLIO REDECKER
Deputado Federal – PPB/RS

02/03/99

Ao Senhor
VALTER COSTELLA
Presidente da Câmara Municipal da
Estância Turística de Holambra

C:\WINWORD\MEUSDOCUMENTOS\OFICIOS\of181-99.doc

Brasília - Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gab. 621 - CEP: 70160-900 - Fone: (061) 318-5621 - Fax: (061) 318-2621
Rio Grande do Sul - Novo Hamburgo - Av. Coronel Frederico Linck, 714/207 - CEP: 93336-002 - Fone/Fax: (051)595-1111
Disque-Câmara: 0800-619619 (Ligação Gratuita)

SECRETARIA DA HABITAÇÃO

São Paulo, 04 de fevereiro de 1999

OF. GS nº 065/99

Exp. S.H. -10.044/99

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

Senhor Presidente:

Tenho a satisfação de cumprimentá-lo e, ao ensejo, em atenção a seu Ofício nº 222/98, de 20 de novembro do ano findo, transmitindo cópia da Indicação nº 60/98, de autoria do Nobre Vereador Valter Costella, referente à implantação do Programa Agrovilas no Município de Holambra, venho comunicar a Vossa Excelência que esse Programa encontra-se em fase de estudos nesta Pasta e, tão logo o assunto seja estruturado e disciplinado na forma de lei, a solicitação em tela, devidamente cadastrada, será objeto de análise.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO
Secretário da Habitação

Excelentíssimo Senhor
Vereador PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP

19/02/99

MHCC/mcr

0226.1308
✱
251909ECTXB BR
251965ECTX BR
CDV97667 2502 2110 SCM/DF(EO3)
BRASILIA/DF

HOLAMBRA - SP
26/FEV/99

TELEGRAMA FONADO
É CÔMODO TELEFONE PARA A ECT MOJE E PAGUE DEPOIS

TELEGRAMA
SR. VALTER CUSTELLA
PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL
CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
13825-000 HOLAMBRA/SP

SENSIBILIZADO AGRADECO SUA CARINHOSA MENSAGEM DE BOAS VINDAS E MANIFESTO VOTOS FELICIDADES POVO SEU MUNICIPIOPT SAUDACOES.
LUCIANO BIVAR DEPUTADO FEDERAL

REMETENTE
DEPUTADO FEDERAL LUCIANO BIVAR
ANEXO IV GAB.717
CAMARA DOS DEPUTADOS
BRASILIA/DF 70160-900

CORREIO

✱
251909ECTXB BR
251965ECTX BR

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/99
PRESIDENTE

01/03/99

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
CORREIOS
TELEGRAMA COMODO TELEFONE PARA A HOJE E PAGUE DEPOIS

251909ECIAB BR
23702TISTMU DF
25/2006
CDV97563 2502 2005 SEM/DF(DO1)
BRASILIA/DF

HOLAMBRA *26FEV99 SP

TELEGRAMA PD26/02/99
EXMO.SR. VALTER COSTELLA
AL. MAURICIO DE NASSAU 444
13825-000 HOLAMBRA/SP

AGRADECO GENTILEZA DE MANIFESTACAO CONSTANTE DE SEU OFICIO 002/99
GPM. CORDIAL ABRACO
CLAUDIO CAJADO DEPUTADO FEDERAL

REMETENTE
CLAUDIO CAJADO
CAMARA DOS DEPUTADOS ANEXO IV GAB.630
70160-900 BRASILIA/DF

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
CORREIOS
TELEGRAMA COMODO E HOJE

251909ECIXB BR

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/1999
PRESIDENTE

01/03/99

CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO
CORREIOS

HOLAMBRA
*26FEV99
SP

CORREIOS
TELEGRAMA FONADO
É COMODO TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS

*
251909ECTAB BR
2100 23RNTX BR
25/1953
CDV97519 2502 1952 SCM/DF (100)
BRASILIA/DF

TELEGRAMA
ILMO.SR. VALTER COSTELLA
MD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL
DE HOLAMBRA
AL. MAURICIO DE NASSAU, 444
13825-000 HOLAMBRA/SP

AGRADECO A GENTILEZA DA MANIFESTACAO DE APREÇO E CARINHO RECEBIDA POR OCASIAO DE MINHA POSSE NA CAMARA DOS DEPUTADOS. COLOCO-ME A DISPOSICAO E APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA REITERAR A SEGURANÇA DE MINHA CONSIDERACAO.

EDNAR MOREIRA DEPUTADO FEDERAL -PPR/MG

REMETENTE
DEPUTADO EDNAR MOREIRA
CAMARA DOS DEPUTADOS-ANEXO IV-GAB. 606
BRASILIA/DF 70160-900

*
251909ECTAB BR

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/99
PRESIDENTE

01/03/99

LIDO EM SESSÃO
DE
03/03/1999
PRESIDENTE

02/26/1999 08:25 0192337377 -C CAMPINAS SP Pag. 05

TELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

CORREIOS

ELEGRAMA RAPIDEZ E CONFIABILIDADE A SUA DISPOSIÇÃO

25/2115
CIV97667 2502 2110 SCM/DF(E03)
BRASILIA/DF

HOLAMBRA SP 26 FEV 99

TELEGRAMA
SR. VALTER COSTELLA
PRESIDENTE CAMARA MUNICIPAL
CAMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA
13825-000 HOLAMBRA/SP

SENSIBILIZADO AGRADECO SUA CARINHOSA MENSAGEM DE BOAS VINDAS E MANIFESTO VOTOS FELICIDADES POVO SEU MUNICIPIOPT SAUDACOES.
LUCIANO BIVAR DEPUTADO FEDERAL

REMETENTE
DEPUTADO FEDERAL LUCIANO BIVAR
ANEXO IV GAB.717
CAMARA DOS DEPUTADOS
BRASILIA/DF 70160-900

01/03/99

251909ECTXC BR

CORREIOS

TELEGRAMA FONADO
É COMODO. TELEFONE PARA A ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CIO CMETH Nº 058/99 Holambra, 08 de fevereiro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de janeiro de 1999.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
17 / 02 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Janeiro/1999

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	0,00	17.593,26	17.593,26	287.360,00	0,00	287.360,00	269.766,74
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**0,00**	**17.593,26**	**17.593,26**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	0,00	2.406,74	2.406,74				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	256,50	256,50				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	0,00	0,00	0,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	0,00	149,75	149,75				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	0,00	216,00	216,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**0,00**	**3.028,99**	**3.028,99**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**0,00**	**20.622,25**	**20.622,25**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			1.649,99				
TOTAL GERAL .....:			**22.272,24**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Janeiro/1999

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	0,00	13.306,86	13.306,86
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	195,20	195,20
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	0,00	125,00	125,00
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	0,00	441,68	441,68
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**14.068,74**	**14.068,74**
	Total Geral .....:	**0,00**	**14.068,74**	**14.068,74**

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Janeiro/1999

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
04/01/99	3.1.3.2.00	99.001	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-JAN/99	09/02/99	702,08
04/01/99	3.1.3.2.00	99.002	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - JAN/99	05/02/99	320,00
15/01/99	3.1.3.2.00	99.010	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	CONFEC. CARIMBO PRESIDENTE CMET HOLAMBRA	12/02/99	5,00
15/01/99	3.1.2.0.00	99.011	PAPELARIA L.B. SONHOS DE PAPEL LTDA-ME	FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE ESCRITORIO.	12/02/99	261,60
22/01/99	3.1.3.2.00	99.016	COMERCIAL ROZIN & ROZIN LTDA - ME	CONSERTO MAQ.ESCR.ELETRICA E CALCULADORA	22/01/99	105,00
25/01/99	3.1.1.3.00	99.018	FUNDO DE PREVIDENCIA B.S.P.M.DE HOLAMBRA	CONTR. S/FOLHA PAGTO.FUNCIONARIOS-JAN/99	10/02/99	149,75
25/01/99	3.1.2.0.00	99.019	NILZA APARECIDA DE FREITAS GODOY - ME	FORNECIMENTO DE GALOES DE AGUA MINERAL	25/01/99	32,50
27/01/99	3.1.3.2.00	99.020	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº001,DE 04/01/99	09/02/99	74,06

Total Geral .....: 1.649,99

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Federação dos Funcionários Públicos Municipais
do Estado de São Paulo - FUPESP
C.G.C. 62.285.895/0001-05
ORGÃO SINDICAL DE GRAU SUPERIOR

Circular FUPESP 001/99

Várzea Paulista, Janeiro de 1999.

FEDERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO – FUPESP, tem a presente finalidade e responsabilidade de informar V. Exa, que esta Federação consagrou-se vitoriosa na **Ação de Nulidade de Atos Constituídos** que move contra a Federação Sindical dos Servidores no Estado de São Paulo-FESP-SP, em consonância com a sentença proferida no Processo 2.561/96, da 10ª Vara Cível da Capital, cujo tópico final da Sentença traz o seguinte teor:

> " Decido.
> Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a presente ação para declarar a nulidade dos Atos Constitutivos de representação sindical por parte da ré, somente em relação aos servidores públicos municipais do Estado de São Paulo, bem como a nulidade Registro Público que atinge a categoria supra mencionada. "

Ressaltamos ainda que a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, também não tem respresentatividade sindical conforme decisão do Supremo Tribunal Federal.

LIDO EM SESSÃO
DE
10/02/99
PRESIDENTE

STF – ADIMC – 1409/ES
Ementa: " Ação direta de Inconsticionalidade Pedido de Liminar. **Confederação dos Servidores Públicos do Brasil**. Ilegitimidade ativa.
Há pouco, em 15.05.96, o plenário desta corte, ao julgar o pedido de liminar da ADIN 1.427, de que foi relator Ministro Néry da Silveira, reafirmou o entendimento de que a autora, por seu hibridismo não

08/02/99

AV. FERNÃO DIAS PAES LEME, 589 - CENTRO - VÁRZEA PTA. - S.P. - CEP: 13220-400 - CX. POSTAL 21 - TELEFAX: (011) 480-1974/2234

tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade, **porquanto não é confederação sindical** e nem entidade de classe, como já decidido anteriormente nas ADINs 444(RJT 137/82 e segs.) e 324 (RTJ 154/5 e segs.). Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida. "
Votação unânime.

" ADI nº 1.427-7/600 – ementa: - Ação Direta de Inconstitucionalidade CONFEDERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL. 2. Não se enquadra a autora no âmbito do ar. 103, IX, da Constituição, **por não se tratar de Confederação Sindical**, nem de associação de classe de âmbito nacional, de acordo com a noção desta última assentou a jurisprudência do STF. 3 – Precedentes do Tribunal não reconhecendo à autora legitimidade ativa " ad causam ".....

Ora! Se a Suprema Corte por diversos julgados não reconhece a CSPB como Confederação Sindical e nem como entidade de classe, qualquer discussão nessa direção seria fútil.

Reiteramos ainda que a única Federação, entidade de Grau Superior que esta legalmente constituída é a FUPESP, conforme documento encartado emitido pelo Ministério do Trabalho.

Para dirimir dúvida ligue (011) 480-2234 ou 480-1974, falar com o nosso assessor do Departamento Jurídico (Claudio).

Sem mais para o momento.

DAMAZIO MORAIS DE SENA
PRESIDENTE

Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo

FUNDADA EM 5 DE NOVEMBRO DE 1931

SEDE PRÓPRIA: R. DR. BITTENCOURT RODRIGUES, 155 — CAIXA POSTAL 4369 - SÃO PAULO

Ofício Circular Único

São Paulo, 1º. de fevereiro de 1999

Excelentíssimo(a) Senhor(a),

A Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo fará realizar nos dias 16,17 e 18 de março próximo, em sua sede social, sita à Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 155 - 3º. andar, um Seminário sobre "OS SERVIDORES E AS REFORMAS ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA".

O Seminário se destina a servidores públicos, em geral, e, em especial, para encarregados, chefes e diretores da área de pessoal, bem como, Procuradores e Assessores Jurídicos da Administração Direta e Indireta da União, Estados e Municípios.

O evento será coordenado pelo Dr. João Lopes Guimarães, Professor de Direito Constitucional da P.U.C./SP, ex-Secretário do Interior do Estado e ex-Secretário da Administração do Município de São Paulo e terá como palestrantes, além do Professor João Lopes Guimarães, os Professores Diógenes Gasparini, de Direito Administrativo, da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e Eurípedes Clovis de Paula, de Direito Previdenciário da P.U.C./SP.

Na ocasião, serão abordados temas como a investidura, regime jurídico, vencimentos e estabilidade, outras disposições sobre servidores, Previdência do Servidor Estatutário e não Estatutário, bem como, a situação dos aposentados e dos não aposentados à época da promulgação da Emenda e Planos de Previdência Complementar.

A taxa de inscrição é de R$ 50,00 por pessoa e R$ 135,00 para inscrições institucionais, no mínimo de 3(três), Prefeituras, Câmara Municipais, Autarquias, Entidades de Classe, etc).

Haverá fornecimento de Certidão de Freqüência, e as inscrições poderão ser feitas, pessoalmente, à Rua Dr. Bittencourt Rodrigues, 155 - 4º. andar, ou mediante remessa de cheque nominal à Diretoria de Educação e Cultura da AFPESP, endereço acima, maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone: (011) 232.5349, ramais 1403 e 1404, com Rose ou Bete, das 8h30m às 17h30m, de 2ª. a 6ª. feira.

Ao ensejo, apresentamos nossos protestos de consideração e apreço.

LIDO EM SESSÃO DE 10/02/99 PRESIDENTE

Prof. NICOLAU ANTONIO TORLONI
Presidente

08/02/99

Câmara Municipal de Hortolândia

1 – PORTARIA 012, de 13 de janeiro de 1999, que altera, a partir de 13 de janeiro de 1999, o emprego do servidor GILDASIO J. CORREIA DA SILVA, portador do RG 20.117.860/6 SSP/SP, nomeado através da portaria nº 039/95, do emprego comissionado de Assistente de Gabinete para o emprego comissionado de Assessor Técnico, mantidas as demais cláusulas contratuais.

2 – PORTARIA 013, de 14 de janeiro de 1999, que nomeia ROBSON HOFFMAN, portador do RG 24.672.987-9, para ocupar o emprego comissionado de Assistente de Gabinete, Ref. RC-05, a partir de 14 de janeiro de 1999, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

3 – PORTARIA 014, de 15 de janeiro de 1999, que exonera JOELMA FERREIRA ALMEIDA, portadora do RG 28.085.493-6, do emprego comissionado de chefe de Recepção, Ref. RC-06, na data de 15 de janeiro de 1999.

4 – PORTARIA 015, de 15 de janeiro de 1999, que exonera GISELE RIGOLETTO DE CAMARGO, portadora do RG 13.292.644, do emprego comissionado de Auxiliar de Gabinete, Ref. RC-09, na data de 15 de janeiro de 1999.

5 – PORTARIA 016, de 15 de janeiro de 1999, que exonera LUZIA BREDA GIATTI, portadora do RG 9.025.120, do emprego comissionado de Assistente de Gabinete, Ref. RC-05, na data de 15 de janeiro de 1999.

6 – PORTARIA 017, de 15 de janeiro de 1999, que exonera KELMA CUSTÓDIO DE FARIAS, portadora do RG 28.757.307-2, do emprego comissionado de Auxiliar de Gabinete, Ref. RC-09, na data de 15 de janeiro de 1999.

7 – PORTARIA 018, de 15 de janeiro de 1999, que exonera SILVIA DONIZETE CONTIERI, portadora do RG 15.657.337, do emprego comissionado de Assistente de Gabinete, Ref. RC-05, na data de 15 de janeiro de 1999.

8 – PORTARIA 019, de 15 de janeiro de 1999, que exonera MARCELO VALK DE SOUZA, portador do RG 18.991.180, do emprego comissionado de Assistente de Gabinete, Ref. RC-05, na data de 15 de janeiro de 1999

9 – PORTARIA 020, de 15 de janeiro de 1999, que exonera ORLANDO ANTONIO DA SILVA, portador do RG 14.466.738, do emprego comissionado de Auxiliar de Gabinete, Ref. RC-09, na data de 15 de janeiro de 1999

10 – PORTARIA 021, de 15 de janeiro de 1999, que exonera JOÃO GERALDO BOTER, portador do RG 16.799.068-8, do emprego comissionado de Auxiliar de Gabinete, Ref. RC-09, na data de 15 de janeiro de 1999

11 – PORTARIA 022, de 15 de janeiro de 1999, que nomeia JOSEMIL RODRIGUES DOS SANTOS, portador do RG 12.794.750, para ocupar o emprego comissionado de Assessor de Imprensa, Ref. RC-02, a partir de 15 de janeiro de 1999, regido pela Consolidação das Leis do Trabaho-CLT.

12 – PORTARIA 023, de 15 de janeiro de 1999, que nomeia WAGNER PIMENTEL, portador do RG 24.457.130-2, para ocupar o emprego comissionado de Assessor de Secretaria, Ref. RC-04, a partir de 15 de janeiro de 1999, regido pela Consolidação das Leis do Trabaho-CLT.

13 – PORTARIA 024, de 19 de janeiro de 1999, que nomeia ISRAEL DE ALMEIDA, portador do RG 14.843.082, para ocupar o emprego comissionado de Assistente de Gabinete, Ref. RC-05, a partir de 19 de janeiro de 1999, regido pela Consolidação das Leis do Trabaho-CLT.

* Jornal Correio Popular * 28/01/99

Vereadores despacham do meio da rua

CHIQUINO JÚNIOR
ESPECIAL PARA O *CORREIO*

Três dos quatro vereadores que compõem a bancada do PSDB de Hortolândia despacharam ontem na calçada em frente a Câmara Municipal, no Centro da cidade. Os tucanos levaram móveis e documentos para a rua, onde trabalharam "normalmente". O ato foi uma manisfestação de protesto contra o fato de o presidente da Casa, Aparecido Paschoal (PDT), ter demitido dois funcionários de confiança de cada um dos três vereadores tucanos.

Paschoal fez as dispensas no dia 11, mas a portaria foi publicada na sexta-feira passada. Na ocasião, ele afirmou que os assessores "foram dispensados por incompetência" e que indicará outros para a substituição. Os vereadores tucanos José Acácio, Valter Bernardo e Lenivaldo Pauliuki sustentam que o presidente vai dar início a um processo de nepotismo na Casa.

"Ele (Paschoal) quer colocar parentes e pessoas da confiança dele e dos vereadores que o elegeram para a Presidência", acusa Pauliuki. Ele considera a atitude de Paschoal "arbitrária" e disse que os protestos vão continuar. O vereador disse ainda que não acredita que Paschoal "tenha tomado a decisão por conta própria". Para ele, o presidente da Câmara foi pressionado pelos vereadores que o apoiaram.

Segundo o vereador José Acácio, o grupo não vai aceitar os assessores que forem indicados pela Presidência da Casa. Ele disse que a manifestação serve para esclarecer a população e pedir a revogação das exonerações.

Acácio explicou que o assessor tem de ser de confiança para auxiliar andamento de projetos parlamentares. Além disso, ressaltou, "Paschoal não tem autoridade para avaliar o desempenho dos assessores que não são da Presidência". "Se o assessor trabalha comigo, eu é que posso fazer a avaliação", reclama.

GUSTAVO MAGNUSSON



Gabinetes improvisados: tucanos protestam contra dispensas

Pela norma, a contratação e a exoneração é feita pelo presidente da Câmara, atendendo as indicações dos vereadores. Portanto, não há ilegalidade no ato. O vereador Valter Bernardo, também atingido pela medida, e ex-presidente da Casa, está revoltado. Ele disse que em toda história da Câmara, a Presidência sempre seguiu essa regra. "Eu respeitei isso e Paschoal era vereador e foi respeitado. Essa medida vai dar margem para nepotismo", afirma Bernardo.

As dispensas fazem parte da tradicional disputa política entre Paschoal e o prefeito da cidade Jair Padovani (PSDB). Bernardo suspeita ainda que as dispensas dos assessores do PSDB aconteceram como uma resposta às 30 demissões feitas pelo prefeito. Padovani demitiu comissionados logo após a eleição de Paschoal para a presidência da Câmara, em dezembro. Os demitidos seriam ligados a vereadores que apoiaram a candidatura do atual presidente da Casa.

A assessoria de imprensa de Padovani informou que os funcionários dispensados da prefeitura ocupavam cargos de confiança e o prefeito tem autonomia e autoridade para trocar seus comissionados conforme a necessidade administrativa. Padovani, por intermédio de sua assessoria, disse ainda que Paschoal está sendo contraditório, pois dispensou funcionários de confiança de outros vereadores e não da Presidência da Câmara.

Paschoal está em viagem ao Exterior e retorna hoje. A assessoria do vereador informou que as justificativas para as dispensas foram a falta de produtividade dos funcionários dispensados.

A assessoria de Paschoal refutou a hipótese de a medida ter sido tomada em retaliação ao PSDB. A intenção é contratar novos funcionários, mas não foi definido ne prazo.

Rótulo de incompetente causa revolta

O assessor exonerado do vereador Lenivaldo Pauliuki, Marcelo Valk de Souza, diz não se preocupar com o fato de ter de deixar o cargo. Sua revolta é por ter sido chamado de incompetente pelo presidente da Câmara de Hortolândia, Aparecido Paschoal. "Eu arranjo um emprego, sou torneiro mecânico e estudo direito. Não sou incompetente", retruca.

Ele afirma que assessores de confiança são fundamentais para os vereadores. Souza afirmou que os seis exonerados vão esperar pelas portarias para verificar quem serão os indicados para ocupar o cargo.

Segundo Sílvia Donizete Contieri, ex-assessora de José Acácio, não há como recorrer na Justiça da decisão de Paschoal. Ela diz que, apesar de afastada, continua trabalhando para o vereador em sua casa. "Estou usando meu telefone e atendendo as pessoas em minha casa", conta.

O grupo está preocupado que outras exonerações possam acontecer, já que os assessores do vereador João Batista de Oliveira (PSDB) não foram atingidos. Os vereadores acreditam que Oliveira foi poupado como forma de ser atraído para o grupo de oposição ao Executivo, apesar de também não ter votado em Paschoal para a Presidência da Câmara.

* Jornal Todo Dia * 28/01/99



"Depois deste manifesto eu acredito que o Paschoal vai voltar atrás em sua decisão porque a população vai ficar contra ele"

Do vereador **José Acácio** *(PSDB), que ontem despachou na calçada em frente à Câmara Municipal de* **Hortolândia** *em protesto a demissões de assessores da Casa*

Jornal Todo Dia 28/01/98

Sem assessores, vereadores protestam

Três vereadores de Hortolândia atendem população na calçada da Câmara, contra demissão de seus assessores

Ivone Moreira
Hortolândia

Três vereadores do PSDB de Hortolândia que tiveram seus assessores demitidos pelo presidente do Legislativo, Aparecido Paschoal (PTB), iniciaram ontem em frente à Câmara Municipal um protesto que não tem data para terminar. Desde ontem o ex-presidente da Casa, Walter Bernardo, juntamente com os vereadores Lenivaldo Pauliuki e José Acácio, estão despachando na calçada da Câmara. Os vereadores acusam Paschoal de estar impedindo o trabalho do Legislativo.

Vinte mil exemplares de uma carta aberta à população estão sendo distribuídos em frente à Câmara. Quatro faixas foram fixadas no prédio do Legislativo. "Este protesto vai continuar até que a população tome conhecimento do que está acontecendo nesta casa", comentou o ex-presidente, Walter Bernardo.

Os vereadores afirmam que a demissão dos assessores vai comprometer o trabalho junto à comunidade. "O gabinete terá de permanecer fechado, porque não há assessor para atender a população. Nós vereadores passamos o dia na comunidade e em reuniões na prefeitura e nas secretarias", explicou Bernardo. Cada um dos três vereadores do PSDB teve dois assessores demitidos. Agora, eles trabalham apenas com um assessor.

Os três vereadores instalaram mesas em frente à Câmara e passaram a atender a população ao ar livre. Até às 10h10 da manhã, os vereadores atenderam 30 pessoas. Enquanto recebem os pedidos de melhorias para os bairros, os vereadores adiantam à população que os seus gabinetes deverão ficar fechados por falta de pessoal. "Depois deste manifesto eu acredito que o Paschoal vai voltar atrás em sua decisão porque a população vai ficar contra ele", apostava ontem o vereador Acácio.

Lenivaldo Pauliuki disse que a atitude de Paschoal é arbitrária. "Nós estamos fazendo este movimento para mostrar o nosso repúdio e avisar a comunidade como ela será prejudicada", disse.

Aparecido Paschoal está viajando e só deve voltar hoje. O seu secretário, Alcino Paschoal, disse que as demissões foram feitas por falta de produtividade. Alcino Paschoal adiantou ainda que os funcionários demitidos deverão ser substituídos, mas o secretário não soube informar se as indicações serão feitas pelos vereadores tucanos ou pelo presidente da Câmara.



NA RUA MESMO: *vereadores acusam o presidente Aparecido Paschoal de impedir trabalho da Câmara*



PELOS ASSESSORES: *Vereadores de Hortolândia fazem manifestação contra demissões de funcionários feitas pelo presidente da Câmara, Aparecido Paschoal.* ***Página 3***

Tribuna Liberal

28/01/99

* Todo Dia * 28/01/99

Vereadores despacham na rua

Três vereadores do PSDB de **Hortolândia** que tiveram seus assessores demitidos pelo presidente do Legislativo, Aparecido Paschoal (PTB), iniciaram ontem em frente à Câmara Municipal um protesto que não tem data para terminar. O ex-presidente da Casa, Walter Bernardo, Lenivaldo Barbuki e José Acácio estão despachando na calçada da Câmara e criticam Paschoal. *Página 7*



Os vereadores estão despachando na calçada da Câmara

Jornal Tribuna Liberal 28/01/99

Vereadores sem-assessor protestam em frente ao prédio do Legislativo

Os vereadores Walter Bernardo, Lenivaldo Pauliuki e José Acácio Pessoa, todos do PSDB, fizeram uma manifestação em frente a Câmara, ontem. Os tucanos protestaram contra a decisão do presidente da Câmara, Aparecido Paschoal (PTB), de demitir dois assessores de cada um há quinze dias. Com seus gabinetes fechados, os parlamentares colocaram mesas em frente ao prédio do Legislativo para atender a população. "Isso é um ato de repúdio a atitude antidemocrática e autoritária do atual presidente que não quer nos deixar trabalhar", afirmou Leni. Segundo ele, sem seus assessores não seria possível atender a todos que vem procurá-lo. "Isso é um desrespeito aos vereadores", esbravejou. As dispensas somente Leni, o deixam preocupado. "Já pensou se a moda pega. O Vander Leite Macris está tentando a Presidência da Assembléia. Já pensou se ele ganha e resolve mandar para a rua assessores de todos os deputados que não votaram nele?", exemplifica o vereador. O ex-presidente da Câmara, Walter Bernardo (PSDB), afirma que o direito de Paschoal quando era vereador foi respeitado. "Ele tinha os assessores que quisesse. Nós nunca demitimos nenhum deles", lembra o tucano. Outro sem assessores, Acácio diz estar impossibilitado de trabalhar. "Não há como trabalhar sem meus assessores", reclama. O presidente da Câmara, Aparecido Paschoal (PTB), está em viagem ao exterior e só deve retornar hoje. Segundo informações de sua Assessoria de Imprensa, os assessores dos parlamentares foram demitidos "por falta de produtividade". A Assessoria informa ainda que outras pessoas vão ser admitidas para prestar serviços aos tucanos. *(MR)*



PARTILHO: *Vereadores montam gabinetes em frente à Câmara para reivindicar volta de seus assessores*

Jornal Diário do Povo

Vereadores sem-teto

Três vereadores de Hortolândia estão desde ontem trabalhando de uma forma inusitada: na calçada da Câmara Municipal. Leni Pauliuki, José Acácio Pessoa e Walter Bernardo, todos do PSDB, tiveram seis de seus assessores demitidos pelo presidente do Legislativo, Aparecido Paschoal (PTB) — que faz oposição à administração do prefeito Jacamo Jair Padovani. Com as demissões, os parlamentares alegam ser impossível atender a população em seus gabinetes, já que agora só podem dispor de um único assessor. Mesas e cadeiras foram colocadas sob a sacada da Câmara, formando uma espécie de "gabinete" coletivo ao ar livre. Os parlamentares garantem que vão contra-atacar.

CA-005-99

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO RONALDO CAIADO (PFL/GO)

Brasília, 22 de fevereiro de 1999.

Prezado Presidente Valter

Quero expressar-lhe meus sinceros agradecimentos pelos cumprimentos enviados por ocasião de minha posse na Câmara dos Deputados.

Ao colocar à sua disposição meu Gabinete nesta Casa, localizado no Anexo IV – Gabinete 227 – fone (061) 318-5227 e Fax (061) 318-2227, saiba que aqui você encontrará sempre este seu amigo à sua inteira disposição.

Atenciosamente,

RONALDO CAIADO
Deputado Federal

02/03

GER 3.21.01.047-7 (JUN/97)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Brasília, 25 de fevereiro 1999

Meu caro Valter Costella,

Agradeço a gentileza de sua manifestação ao ensejo de minha posse como Deputado Federal e espero contar com seu estímulo e colaboração no sentido da defesa de nossas instituições e do engrandecimento do povo brasileiro.

Neste ensejo, agradeço-lhe a remessa das flores, em que se espelha a beleza desse Município.

Abraços,

Deputado **João Caldas**

02/03/99

GER 3.21.01.047-7 (JUN/97)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE,
DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
Secretaria de Recursos Hídricos

OFÍCIO SRH/GAB/CAO/Nº 050 **/99**

Brasília-DF, 07 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente,

Em conformidade com o disposto no art. 116, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, encaminho a Vossa Excelência, uma cópia do Convênio MMA/SRH nº 458/98, celebrado entre este Ministério e o Governo desse Município, acompanhado do respectivo Plano de Trabalho e da sua publicação no Diário Oficial da União.

Atenciosamente,

Fernando Antonio Rodriguez
Secretário de Recursos Hídricos

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

15/01/99

A Sua Excelência, o Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Holambra - SP.

CONVÊNIO MMA/SRH/Nº 458 **/98**
TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS** E A **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA - SP**, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL**, Órgão da Administração Federal direta, criado pela Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, publicada no DOU de 28 de maio de 1998, doravante denominado **CONCEDENTE**, CGC/MF nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília - Distrito Federal, neste ato representado pelo seu Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, **GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no SHIS - QI 07, Conjunto13, Casa 07 - Lago Sul - Brasília/DF, CI nº 596.250, SSP/PE e inscrito no CPF sob o nº 018.446.524-91, conforme atribuições que lhe confere o Decreto Presidencial de 1º de janeiro de 1995, publicado à pag. 03, do Diário Oficial da União, Seção II, de 1º de janeiro de 1995, por intermédio de sua **SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS**, inscrita no CGC/MF sob nº 37.115.375/0003-79, neste ato representada pelo Senhor **FERNANDO ANTONIO RODRIGUEZ**, residente e domiciliado no SHIS - QI 26, Conjunto 16, Casa 13 - Lago Sul - Brasília/DF, CI nº 443.940 - SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 091.534.547-15, conforme atribuições que lhe confere o Decreto Presidencial de 02 de abril de 1998, publicado à fl. 03, do Diário Oficial da União, Seção II, de 03 de abril de 1998 e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA - SP**, inscrita no CGC/MF nº 67.172.437/0001-83, doravante denominada **CONVENENTE**, neste ato representada pelo Sr. **ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA**, residente e domiciliado na Al. Maurício de Nassau, 444 - Holanbra - SP, CI nº 6.108.806-7 - SSP/SP, inscrito no CPF nº 719.072.388-91, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, no que couber, bem como o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional, IN nº 03, de 27 de maio de 1991 e IN nº 10, de 02 de outubro de 1991, ambas do Departamento do Tesouro Nacional e de conformidade com o Processo nº **02000.003253/98-48**, **Resolvem** celebrar o presente **Convênio**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

15/01/99

CONSULTORIA JURÍDICA MMA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto construção de Adutora de água bruta com DN 200, no município de Holambra-SP, cujo detalhamento é o constante do Anexo I - Plano de Trabalho: Cronograma Físico-Financeiro e Cronograma de Desembolso, que fazem parte deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete ao CONCEDENTE:

a) efetuar a transferência dos recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma Físico-Financeiro e no Cronograma de Desembolso, ao **CONVENENTE**;

b) prorrogar "de oficio" a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

c) orientar, supervisionar e cooperar com a implantação das ações objeto deste Convênio;

d) analisar e aprovar os Relatórios de Execução Físico-Financeira, o Plano de Trabalho e as Prestações de Contas objeto do presente Convênio;

e) acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos, podendo contar, para isso, com os técnicos do **CONCEDENTE** e dos seus órgãos vinculados;

f) analisar, excepcionalmente, as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas previamente, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem mudanças de objeto, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo programa, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço;

g) exercer a atividade normativa, o controle e a fiscalização sobre a execução deste Convênio.

II - Compete ao CONVENENTE

a) executar todas as atividades inerentes à implementação do projeto descrito no anexo, com rigorosa obediência ao Plano de Trabalho, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos e responder pelas conseqüências da sua inexecução total ou parcial;

b) não utilizar os recursos recebidos do **CONCEDENTE** em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, notadamente para liquidação de despesas havidas antes de sua assinatura;

c) prestar contas dos recursos recebidos, na forma da Cláusula Quinta, junto com o Relatório de Execução dos trabalhos;

d) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes dos recursos humanos utilizados nos trabalhos, bem como, por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Convênio;

e) restituir o eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, ao **CONCEDENTE** ou ao Tesouro Nacional, conforme o caso, na data de sua conclusão ou extinção;

f) restituir ao CONCEDENTE o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, desde a data do seu recebimento, nos seguintes casos:

1. quando não for executado o objeto da avença;
2. quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas parcial ou final; e
3. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no presente Convênio.

g) elaborar todos os documentos necessários a implementação das atividades, de conformidade com a legislação aplicável;

h) apresentar à Secretaria os relatórios de execução físico-financeira deste Convênio, compatível com a liberação dos recursos da União, bem como da utilização da contrapartida, quando exigida, assim como relatórios técnicos sobre o andamento da(s) obra(s) e sua conclusão, devidamente aprovada(os) pelo órgão fiscalizador delegado;

i) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao presente Instrumento;

j) permitir e facilitar o acesso de supervisores do **CONCEDENTE** e de auditores federais, a todos o documentos relativos à execução do objeto deste Convênio, principalmente no que se refere à licitações e contratos, bem como prestar a estes, todas e quaisquer informações solicitadas;

l) permitir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado o **CONCEDENTE**, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o presente instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CONVÊNIO

m) fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONCEDENTE** referentes ao Projeto e à situação do executor;

n) requerer, quando necessário, com as devidas justificativas, a prorrogação do prazo de vigência, até 20 (vinte) dias antes do vencimento do presente Convênio;

o) compatibilizar o objeto deste Convênio com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual e federal;

p) recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor corrigido da contrapartida pactuada, quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do convênio;

q) recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;

r) movimentar os recursos em conta bancária específica, quando não integrantes da Conta Única do Governo Federal.

s) não realizar despesas a:

1. pagamentos a título de taxas de administração, de gerência ou similar;
2. pagamentos de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes;
3. pagamento diverso do estabelecido no presente Convênio, ainda que em caráter de emergência;
4. data anterior à vigência deste Instrumento e/ou posterior ao prazo de execução constante do Plano de Trabalho;
5. taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive as referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
6. transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres; e
7. realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

t) movimentar os recursos financeiros liberados pelo **CONCEDENTE** em conta vinculada ao Convênio;

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CONSULTORIA JURÍDICA CONFERIDO MMA

u) afixar placas alusivas às obras no local de sua execução, de acordo com o modelo padrão fornecido pelo **CONCEDENTE**; conforme IN nº 12, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, de 09 de junho de 1998;

v) promover a aquisição e/ou contratação de bens obras e serviços em conformidade com os procedimentos adotados pela Legislação Federal;

w) colaborar no acompanhamento da qualidade técnica da execução do projeto;

x) designar um Ordenador de Despesas e, se for o caso, um servidor com a função de Responsável Técnico, e encaminhar ao **CONCEDENTE** as cópias do ato de designação, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da publicação deste Instrumento;

y) elaborar e submeter ao **CONCEDENTE**, quando exigido, a relação dos recursos humanos e materiais, necessários à consecução do objeto deste convênio.

z) incluir os recursos alocados por meio deste instrumento no orçamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução do objeto deste Convênio, serão no montante de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), sendo R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), à conta das dotações consignadas ao **CONCEDENTE**, através da Lei No. 9.598, de 30 de dezembro de 1997, publicada no DOU de 31 de dezembro de 1997, e sendo R$ 12.000,00 (doze mil reais) à conta do **CONVENENTE**, conforme detalhamento a seguir:

RECURSOS DA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS - MMA:

PROJETO/SUBPROJETO:	44101.04.054.0077.1267.0084 - Construção de Adutora em Holambra - SP
ELEMENTO DE DESPESA:	4540.51 - Investimentos/Transferência à Municípios/Obras e Instalações
FONTE:	199 - Recursos do Fundo de Estabilização Fiscal
NOTA DE EMPENHO:	98NE00825
EMITIDA EM:	03 de julho de 1998

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CONSULTORIA JURÍDICA CONFERIDO MMA

VALOR: R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

RECURSOS DE CONTRAPARTIDA:

TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais).

TOTAL: **R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor será liberado em Parcela(s), de conformidade com o Cronograma de Desembolso que integra o Plano de Trabalho, logo após a publicação do presente convênio no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a duração deste Convênio envolva mais de um exercício, as despesas previstas para o(s) ano(s) seguintes serão alocadas em futuro(s) Termo (s) Aditivo (s), indicando os créditos e empenhos, para sua cobertura.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É vedado ao **CONVENENTE** transferir os recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, em parte ou todo, a qualquer órgão não descrito no Anexo I e/ou conta que não a vinculada ao Convênio, mesmo que a título de controle.

CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

Deverá o **CONVENENTE** aplicar o recursos repassados pelo **CONCEDENTE** no mercado financeiro observando o seguinte:

a) as aplicações serão feitas através da instituição bancaria detentora da conta corrente do Convênio, em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados, conforme legislação especifica;

b) os rendimentos de tais aplicações serão obrigatoriamente utilizados no objeto do Convênio e sujeitos às mesmas condições de prestações de contas;

c) as receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida local.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a previsão do uso dos recursos liberados for superior ou igual a um mês, a aplicação será feita em caderneta de poupança de Instituição Financeira Oficial.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas Final deverá ser encaminhada à SRH/MMA até o final da vigência do Convênio, ou, caso a vigência ultrapasse o final do exercício financeiro, apresentada até 28 de fevereiro do ano subsequente, na forma do art. 28 e seguintes da Instrução Normativa nº 01, de 15 de janeiro de 1997.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância da IN/'STN nº 01/97, conforme modelos fornecidos pelo CONCEDENTE, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

a) relatório de cumprimento do objeto (relatório técnico);

b) Plano de Trabalho;

c) cópia do Termo de Convênio, com a indicação da data de sua publicação;

d) relatório de execução físico-financeira;

e) demonstrativo da execução da receita e despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, a contrapartida, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;

f) relação dos pagamentos efetuados;

g) relação de bens (adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos da União), se for o caso;

h) extrato da conta bancária específica do período do recebimento da primeira parcela, e conciliação bancária;

i) cópia do termo de aceitação definitiva da obra.

j) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pelo CONCEDENTE, ou DARF, quando recolhido ao Tesouro Nacional;

l) cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas, ou justificativa para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Prestação de Contas Parcial de recursos liberados relativa a cada uma das parcelas será apresentada na forma do art. 32 e

seguintes da Instrução Normativa nº 1, de 15 de janeiro de 1997. A Prestação de Contas Parcial da primeira parcela deverá ser encaminhado à SRH/MMA, quando da solicitação da terceira parcela, o da segunda parcela quando da solicitação da quarta, e assim sucessivamente, até a liberação final das parcelas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os documentos fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONVENENTE**, devidamente identificados com o número do Convênio, cujos originais deverão ser mantidos em arquivo, em boa ordem, na sua contabilidade, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da aprovação da respectiva prestação de contas, referida no caput desta Cláusula.

PARÁGRAFO QUARTO - A não apresentação da Prestação de Contas, com seus respectivos documentos, no prazo estipulado nesta Cláusula, acarretará a suspensão da liberação das parcelas de recursos vincendas, previstas no cronograma de desembolso, ou a devolução dos recursos, pelo **CONVENENTE**, atualizados monetariamente, acrescido dos juros legais, na forma da lei, desde a data de seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

O Convênio, ou Plano de Trabalho, somente poderão ser alterados, com as devidas justificativas, mediante proposta de alteração a ser apresentada no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do seu término, e desde que aceitas pelo ordenador de despesas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedado o aditamento deste Convênio com o intuito de alterar o seu objeto, entendido como tal a modificação ainda que parcial, da finalidade definida no correspondente Plano de Trabalho, configurando mudança de objeto (*lato sensu*), mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Excepcionalmente, quando se tratar de alteração da programação de execução do convênio, admitir-se-á ao órgão ou entidade executora propor a reformulação do Plano de Trabalho, que será previamente apreciada pelo setor técnico e submetida à aprovação da autoridade competente do órgão ou entidade **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E PRAZO

O presente Convênio terá vigência até 31 de dezembro de 1998, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União, sendo:

PREFEITURA MUNICIPAL NOVA SERRANA

CONSULTORIA JURÍDICA CONFERIDO MMA

a) o prazo previsto para execução do objeto expresso no Plano de Trabalho será até 31 de outubro de 1998;

b) acrescidos de 60 (sessenta) dias para a apresentação da Prestação de Contas Final.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO OU DA DENÚNCIA

Os partícipes podem denunciar ou rescindir, a qualquer tempo, o presente Convênio, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido, e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Convênio poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e ainda, na ocorrência dos seguintes motivos:

a) falta de apresentação pela **CONVENENTE**, dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos;

b) aplicação, pela **CONVENENTE**, dos recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, em desacordo com o Plano de Trabalho;

c) por infração de quaisquer das Cláusulas ou condições estabelecidas neste Instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão designados oportunamente os representantes do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE**, para acompanhar a fiel execução do presente Convênio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Será facultado ao **CONCEDENTE**, a qualquer tempo, fiscalizar a execução dos serviços conveniados, através de sua Auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado ao **CONCEDENTE**, a qualquer tempo, o direito de examinar "in loco" bens adquiridos, bem como fiscalizar locais de trabalho, construções realizadas com recursos do **CONVENENTE** pertinentes à execução do objeto do Convênio, e todos os trabalhos e ações desenvolvidas para a consecução do objeto deste Instrumento.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CONSULTORIA JURÍDICA CONFERIDO

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONCEDENTE**, providenciar, à sua conta, a publicação do extrato deste Convênio, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 dias a contar daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DO PRAZO DA ENTREGA DOS TRABALHOS

O relatório final da execução das atividades previstas neste Convênio - Cláusula Quinta, Parágrafo Primeiro, letra a), poderá ser entregue junto com a prestação de contas, até 60 (sessenta) dias após o término do prazo previsto para a execução do objeto expresso no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio, serão atribuídos às partes convenentes, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a utilização das informações e produtos mencionados no caput desta Cláusula, em qualquer outro estudo ou projeto, sem o prévio consentimento do **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica assegurado ao **CONCEDENTE** o direito de uso, sem ônus adicional, de todos os produtos resultantes da execução do objeto do presente Instrumento, mediante lavratura de Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio, será obrigatoriamente destacada a participação do **CONCEDENTE**.

PREFEITURA MUNICIPAL HOLAMBRA

CONSULTORIA JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA - DOS BENS

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos com recursos oriundos deste Convênio permanecerão sob a guarda e responsabilidade do CONVENENTE, durante a vigência deste Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Findo o Convênio, observado o fiel cumprimento do objeto proposto, sendo necessário assegurar a continuidade do projeto que atenda ao interesse social, e a critério do Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, os bens patrimoniais acima referidos poderão ser doados ao CONVENENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Sendo o Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Sexta, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais acima referidos serão automaticamente revertidos ao CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pelo CONCEDENTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA - DAS COMUNICAÇÕES E REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas ao presente Convênio serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, telegrama, telex ou FAX.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As comunicações dirigidas ao CONVENENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Al. Maurício de Nassau. 444 – Holambra-SP.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As comunicações dirigidas ao CONCEDENTE deverão ser entregues no seguinte endereço: "Secretaria de Recursos Hídricos – SGAN - Quadra 601 - Ed. Sede da CODEVASF – 4° Andar -Brasília-DF.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações de endereços, telex, Fax ou telefone, de qualquer das partes deverão ser imediatamente comunicadas à outra po escrito.

PREFEITURA MUNICIPAL

CONSULTORIA JURÍDICA

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal para dirimir litígios oriundos deste Convênio, que não forem resolvidos pelas partes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brasília-DF, 02 de julho de 1998.

GUSTAVO KRAUSE GONÇALVES SOBRINHO
MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL

FERNANDO ANTONIO RODRIGUEZ
SECRETÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS

ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA
PREFEITO MUNICIPAL DE HOLAMBRA - SP

Testemunhas:

Assinatura
Nome: JOSÉ NILTON R. DOS SANTOS
Identidade: 533308 SSP. DF.
CPF: 184381 99100

Assinatura
Nome: WAGNER DE SOUSA MELO
Identidade: 743779 SSP. DF
CPF: 239.966.761-15

CONSULTORIA JURÍDICA
MMA

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO 1/3

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

1 -DADOS CADASTRAIS

ORGAO/ENTIDADE PROPONENTE Prefeitura Municipal de Holambra			**CGC:** 67.172.437/0001-83
ENDEREÇO Al. Maurício de Nassau, 444			
CIDADE Holambra	**UF** SP	**CEP** 13.825-000	**DDD/TELEFONE** (019) 820.1321
CONTA CORRENTE 1236-X	**BANCO** Banco do Brasil	**AGÊNCIA** 3143-7	**PRAÇA DE PAGAMENTO** Holambra - SP
NOME DO RESPONSÁVEL Antonio Marino Brandão de Almeida			**CPF** 719.072.388-91
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR 6.108.806-7- SSP/SP	**CARGO** Prefeito Municipal	**FUNÇÃO** Prefeito Municipal	**MATRÍCULA**
ENDEREÇO Al. Maurício de Nassau, 444			**CEP** 13.825-000

2 - OUTROS PARTÍCIPES

ORGÃO/ENTIDADE	**CGC/CPF**	
ENDEREÇO		**CEP**
NOME DO RESPONSÁVEL:	**FUNÇÃO:**	**CPF**
CI/ORGAO EXP.:	**CARGO:**	**MATRÍCULA:**
ENDREÇO	**CIDADE**	**CEP:**

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

TITULO DO PROJETO Construção de Adutora	**PERIODO DE EXECUÇÃO**	
	INÍCIO	**TÉRMINO**
	Set/98	**Out/98**
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO Construção de Adutora de água bruta com DN 200.		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO A construção da Adutora irá beneficiar toda a área urbana, num total de 3.500 habitantes, já prevendo um acréscimo populacional futuro.		

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CONSULTORIA TÉCNICA CONVÊNIO MMA

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO 2/3

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FISICO		DURAÇÃO	
			UNI	QUANTIDADE	INÍCIO	TER
1	1.1	Construção de Adutora de água bruta com DN 200 *	%	75	Set/98	Out/98
		(*) Ver detalhamento em planilha anexa				

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA		TOTAL	CONCEDENTE	PROPONENTE
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO			
4540.51	Investimentos/Transferências a Municípios/Obras e Instalações	45.000,00	45.000,00	-
	Contrapartida	12.000,00	-	12.000,00
TOTAL GERAL		**57.000,00**	**45.000,00**	**12.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL

CONSULTORIA JURÍDICA
CONFERIDO

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO 3/3

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

6.CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R$ 1,00)

CONCEDENTE

META	JAN/98	FEV/98	MAR/98	ABR/98	MAI/98	JUN/98
1	-		-	-	-	-

META	JUL/98	AGO/98	SET/98	OUT/98	NOV/98	DEZ/98
1	-	-	45.000,00	-	-	-

PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

META	JAN/98	FEV/98	MAR/98	ABR/98	MAI/98	JUN/98
1	-		-	-	-	-

META	JUL/98	AGO/98	SET/98	OUT/98	NOV/98	DEZ/98
1	-	-	12.000,00	-	-	-

7 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente declaro para fins de prova junto ao MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento.

Holambra, 09 de setembro de 1998.

Antonio Marino Brandão de Almeida
Prefeito Municipal de Holambra

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Local e Data

Concedente

CONSULTORIA JURÍDICA CONFERIDO MMA

Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte-MG, CPF nº 000.503.696-87.

Processo: 02000.002761/98-63;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 455/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa-PR, CGC nº 76.175.884.0001-87; Objeto: obras de dragagem parcial do arroio da Ronda e do seu apluente denominado Arroio Burrinho, no município de Ponta Grossa - PR; Valor: R$ 74.400,00 (setenta e quatro mil e quatrocentos reais); Concedente: R$ 62.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 12.400,00; Crédito Orçamentário: 44101.13.077.0458.1244.0418 - Canalização, dragagem e desassoreamento de córregos no município do Estado do Paraná; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00824, de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Jocelito Canto, Prefeito Municipal de Ponta Grossa-PR, CPF nº 526.461.229-34.

Processo: 02000.002025/98-88;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 457/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, SC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Sul Brasil-SC, CGC nº 95.990.107/0001-30; Objeto: perfuração e instalação de poços públicos nas comunidade de Linha Progresso- Sul Brasil e São Carlos, no município de Sul Brasil - SC; Valor: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais); Concedente: R$ 30.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 12.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.04.054.0457.1269.0026 - Perfuração e instalação de poços públicos em Sul Brasil-SC; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00823, de 01 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Jobert Peruzzo, Prefeito Municipal de Sul Brasil-PR, CPF nº 586.057.899-72.

Processo: 02000.008253/98-48
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 458/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Holambra - SP, CGC nº 67.172.437/0001-83, : Objeto: Construção de Adutora no Município - SP; Valor: R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais); Concedente: R$ 45.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 10.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.04.054.0077.1267.0084 - Construção de Adutora em Holambra - SP; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 199; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho:98NE00825 de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF; 02 de julho de 1998, Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91, Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15, Antonio Marino Brandão de Almeida, Prefeito Municipal de Holambra - SP, CPF nº 719.072.388-91.

Processo: 02000.002499/98-01;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 459/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Indaiatuba-SP, CGC nº 44.733.608/0001-09; Objeto: canalização do córrego Belchior, no município de Indaiatuba-SP; Valor: R$ 57.340,42 (Cinquenta e sete mil trezentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos); Concedente: R$ 40.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 17.340,42; Crédito Orçamentário: 44101.13.077.0458.1244.0336 - Canalização de córrego em Indaiatuba-SP; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00831, de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF; 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Reinaldo Nogueira Lopes Cruz, Prefeito Municipal de Indaiatuba-SP, CPF nº 102.517.698-79.

Processo: 02000.002995/98-74;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 460/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Amambai - MS, CGC nº 03.569.433/0001-36; Objeto: controle de erosão mediante corte, desgaste, drenagem com bidim, reaterro e replantio, no município de Amambai-MS; Valor: R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais); Concedente: R$ 300.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 30.000,00; Crédito Orçamentário 44101.13.077.0458.1244.0414 - Defesa contra erosão em Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00804,de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Dirceu Luiz Lanzarini, Prefeito Municipal de Amambai-MS, CPF nº 028.021.368-95.

Processo: 02000.003670/98-45;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 462/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Estrela de Alagoas-AL, CGC nº 24.176.307/0001-06; Objeto: construção de Açude na localidade de Imbé, zona rural, no município de Estrela de Alagoas-AL; Valor: R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais); Concedente: R$ 100.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 10.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.13.054.0457.3439.0004 - Dessalinização da Água para Aumento da Oferta- Projeto Água Boa; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00835, de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Antonio Garrote da Silva, Prefeito Municipal de Estrela de Alagoas-AL, CPF nº 208.964.924-00.

Processo: 02000.002231/98-70;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 463/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Maranhãozinho-MA, CGC nº 01.612.327/0001-87; Objeto: construção de açudes públicos, no município de Maranhãozinho-MA; Valor: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais); Concedente: R$ 36.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 4.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.04.054.0077.1267.0066 - Construção de Açude em Maranhãozinho-MA; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 199; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00833,de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e José Brandão de Oliveira, Prefeito Municipal de Maranhãozinho-MA, CPF nº 176.606.883-91.

Processo: 02000.002184/98-91;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 465/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Dourado — SP, CGC nº 51.814.960/0001-26; Objeto: implantação de galerias pluviais, com lançamento no córrego de Dourado, abranjendo parte da bacia no Jardim Aeroporto, Residencial Azaléa; Jardim Paulista e parte baixa da cidade; Valor: R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais); Concedente: R$ 187.500,00; Contrapartida do Convenente: R$ 37.500,00; Crédito Orçamentário: 44101.13.077.0458.1244.0330 - Controle de Enchentes em Dourado-SP; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00832,de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Idio Carli, Prefeito Municipal de Dourado-SP, CPF nº 928.527.268-15.

Processo: 02000.003196/98-14;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 466/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Dom Pedro -MA, CGC nº 06.137.293/0001-30; Objeto: instalação de um poço Tubular profundo com Chafariz, casa de bomba, lavanderia e caixa d'água, no município de Dom Pedro-MA; Valor: R$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais); Concedente: R$ 75.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 7.500,00; Crédito Orçamentário: 44101.09.054.0077.3496.0[illegible] Perfuração e Equipamento de Poços em Dom Pedro-MA; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 199; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00830, de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98;

Processo: 02000.003276/98-43;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 351/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Governo do Estado de Alagoas, CGC nº 12.200.192/0001-69, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento - SEPLANDES, CGC nº 02.301.845/0001-42; Objeto: recuperação dos Sistemas Lagunares do Paraíba/Mundaú-Manguaba/Roteiro e Interceptor Lagunar de Maceió-AL; Valor: R$ 3.135.000,00 (três milhões e cento e trinta e cinco mil reais); Concedente: R$ 2.850.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 285.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.09.077.0297.3407.0020 - Recuperação dos sistemas lagunares do Paraíba/Mundaú-Manguaba/Roteiro Interceptor Lagunar de Maceió-AL; Natureza da Despesa: 4530.51 - Transferências à Estados e ao Distrito Federal/Obras e Instalações; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00717, de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.12.98; Vigência: até 28.02.99; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15; Manoel Gomes de Barros, Governador do Estado de Alagoas, CPF nº 020.889.324-53 e Daniel Berard Filho, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento - Seplandes, CPF nº 004.931.125-53.

Processo: 02000.001681/97-18;
Espécie: Convênio MMA/SRH nº 395/97; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, através de sua Secretaria de Recursos Hídricos, CGC 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Cuiabá-MT, nº 03.533.064/0001-46; Objeto: alteração o prazo de vigência e aloc de recursos; Valor do Concedente: R$ 536.500 (quinhentos e trin e seis mil reais); Crédito Orçamentário: 44101.13.077.0458.1244.1995 - Controle de Enchentes no Estado do Mato Grosso; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00459, de 30 de junho de 1998; Vigência: até 31.12.1998; Local e Data de Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1997; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Roberto França Auad, Prefeito Municipal de Cuiabá-MT, CPF nº 034.959.221-72.

Processo: 02000.002526/98-73;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 316/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Cajuru - SP, CGC nº 45.227.337/0001-74; Objeto: obras de Canalização em um trecho Urbano de 225 m do Córrego Cajuru; Valor: R$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais); Concedente: R$ 157.500,00; Contrapartida do Convenente: R$ 31:500,00; Crédito Orçamentário: 44101.13.077.0458.1244.0102 - Canalização de Córrego em Cajuru - SP e 44101.13.077.0458.1244.0527 - Canalização de Córrego em Cajuru - SP; Natureza da Despesa: 4540.51; Fonte de Recursos: 199 e 100; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Nota de Empenho: 98NE00714 e 98NE00660,de 02 de julho de 1998; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 31.10.98; Vigência: até 31.12.98; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 02 de julho de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e José Carlos Co , Prefeito Municipal de Cajuru - SP, CPF nº 079.216.408-34.

(*) Republicados por terem saído com incorreção, do original, no D.O. de 3-7-98, Seção 3, págs. 125, 372 e 376.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Processo: 02000.001884/98-78;
Espécie: Convênio MMA/SRH Nº 481/98; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, CGC nº 00.399.857/0001-26; Objeto: concepção e desenvolvimento de Sistemas Gerenciais da CODEVASF; Valor: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais); Concedente: R$ 500.000,00; Contrapartida do Convenente: R$ 200.000,00; Crédito Orçamentário: 44101.09.054.0296.3405.0001 - Programa de Gestão de Recursos Hídricos; Natureza da Despesa: 3490.39; Fonte de Recursos: 138; Unidade Gestora/Gestão: 440005/00001; Descentralização de Crédito: após a publicação do Convênio no Diário Oficial da União; Prazo de Execução dos Trabalhos: até 30.06.99; Vigência: até 31.08.99; Local e Data da Assinatura: Brasília-DF, 27 de agosto de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº. 091.534.547-15 e Airson Bezerra Lócio, Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF, CPF nº 000.230.514-34.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Processo: 02000.001207/97-79;
Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio MMA/SRH nº 513/97; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, através de sua Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata-PE, CGC nº 11.251.832/0001-05; Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio para 31 de dezembro de 1998; Local e Data de Assinatura: Brasília-DF, 28 de agosto de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e Ettore Labanca , Prefeito Municipal de São Lourenço da Mata-PE, CPF nº 037.488.804-30.

Processo: 02000.004352/97-84;
Espécie: Segundo Termo Aditivo ao Convênio MMA/SRH nº 340/97; Concedente: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, através de sua Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79; Convenente: Prefeitura Municipal de Itacambira-MG, CGC nº 18.017.400/0001-75; Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio para 28 de fevereiro de 1999; Local e Data de Assinatura: Brasília-DF, 28 de agosto de 1998; Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15 e José Edson Ferreira, Prefeito Municipal de itacambira-MG, CPF nº 066.067.416-53.

ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Convênio-MMA/97CV00015
CONVENENTES: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal-MMA, CGC/MF nº 37115375/0001-07 e a Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE, Recife/PE, CGC/MF nº 08.961.997/0001-58
PROCESSO: 02000.003021/97-81.
OBJETO: Alterar a Cláusula Sétima, do Instrumento de Convênio em conformidade com Cláusula Terceira do Primeiro Termo Aditivo, bem como adequar as suas metas estabelecidas na avença cujo detalhamento é constante do Plano de Trabalho deste Instrumento independente de transcrição.
VIGÊNCIA: a partir da data de sua publicação a 30 de dezembro de 1998.
DATA E ASSINATURA: Brasília, 31 de agosto de 1998-Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91, Antônio Faustino Cavalcanti de Albuquerque Neto, Secretário-Executivo da Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional-FADURPE, CPF/MF nº 002.577.104-34.

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Processo: 02000.003440/98-95;
Espécie: Termo de Cooperação;
Partes Compromitentes: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CGC nº 37.115.375/0002-98, por intermédio da Secretaria de Recursos Hídricos, CGC nº 37.115.375/0003-79 e o Governo do Estado do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente;
INSTITUIÇÕES EXECUTORAS: Secretaria de Recursos Hídricos - SRH, e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - PA;
OBJETO: colaboração mútua com vista à consecução do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Araguaia;
VIGÊNCIA: por tempo indeterminado, a contar da data de sua publicação no D.O.U;
LOCAL E DATA DA ASSINATURA: Brasília-DF, 11 de setembro de 1998;
Assinam: Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, CPF nº 018.446.524-91; Fernando Antonio Rodriguez, Secretário de Recursos Hídricos, CPF nº 091.534.547-15; Almir José de Oliveira Gabiel, Governador do Estado do Pará, CPF nº 000.425.872-04 e Juan Lorenzo Bardalez Hoyos, Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - PA, CPF nº 084.360.452-20.

RETIFICAÇÃO

No extrato do Convênio 229/98, publicado no D.O.U de 03/07/98, Seção 3, pág. 125 onde se lê: Convenente: Prefeitura Municipal de Amoreira - PR; Leia-se: Convenente: Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira - PR.

No extrato do Convênio 325/98, publicado no D.O.U de 07/07/98, Seção 3, pág. 127 onde se lê: Prazo de Execução dos Planos de Trabalhos: 01 de junho de 1998; Leia-se: Prazo de Execução dos Planos de Trabalhos: 31 de outubro de 1998.

No extrato do Convênio 369/98, publicado no D.O.U de 07/07/98, Seção 3, pág. 127 onde se lê: Prazo de Execução dos Planos de Trabalhos: 01 de julho de 1998; Leia-se: Prazo de Execução dos Planos de Trabalhos: 31 de outubro de 1998.

No extrato do Convênio 458/98, publicado no D.O.U de 07/07/98, Seção 3, pág. 127 onde se lê: Processo: 02000.008253/98-48; Leia-se: Processo: 02000.003253/98-48.

(Of. nº 737/98)

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 004/99 Holambra, 05 de janeiro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de dezembro de 1998.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 02 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, dezembro de 1998.

Deputado
WALDIR CARTOLA

Solidário às justas preocupações da população dessa região quanto ao aumento do valor da tarifa de pedágio no km 123 da rodovia SP-340, apresentei ao Sr. Governador a Indicação n.º 1.184/98, solicitando que a majoração pretendida pela concessionária RENOVIAS não seja autorizada pelo Estado.(cópia anexa).

Coloco-me à disposição nesta Casa para quaisquer assuntos de seu interesse, subscrevendo-me com cordial apreço.

Exmo. Sr.
Vereador PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
DD. Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 004/99 Holambra, 05 de janeiro de 1999

SENHORES VEREADORES

Atendendo ao disposto no art. 30, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 26, inciso VII, alínea "c", e art. 38, inciso I, do Regimento Interno, estamos encaminhando a Vossas Excelências, anexos, balancetes da Receita e Despesa desta Câmara Municipal, referentes ao mês de dezembro de 1998.

Sem outro particular, aproveitamos a oportunidade para manifestar a Vossas Excelências, nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

VALTER COSTELLA
Vereador/Presidente

LIDO EM SESSÃO
DE
03 / 02 / 99
PRESIDENTE

AO PLENÁRIO
CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA RECEITA - Referente ao Mes: Dezembro/1998

Especificação	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Previsão Inicial	Acréscimos Verificados	Total	Saldo a Realizar
RECEITA ORÇAMENTARIA							
DUODÉCIMO DO EXERCÍCIO	196.200,00	16.466,49	212.666,49	396.270,00	0,00	396.270,00	183.603,51
TOTAL DE SUPRIMENTO .....:	**196.200,00**	**16.466,49**	**212.666,49**				
RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA							
RESTOS A PAGAR	5.533,27	0,00	5.533,27				
IMPOSTO RENDA RETIDO NA FONTE	2.808,18	247,50	3.055,68				
JUROS S/APLICACAO FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
INDENIZACOES	0,00	0,00	0,00				
RESTITUICOES	250,00	0,00	250,00				
CONTR DOS FUNCIONARIOS - FPBSPMH	1.481,46	294,25	1.775,71				
EMPRESTIMO FUNCIONARIOS JUNTO AO	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - ASS	0,00	0,00	0,00				
CONTRIBUICAO DOS SERVIDORES - SIN	0,00	0,00	0,00				
PENSAO ALIMENTICIA	2.376,00	216,00	2.592,00				
TOTAL RECEITA EXTRAORÇAMENTARIA :	**12.448,91**	**757,75**	**13.206,66**				
TOTAL GERAL DA RECEITA .....:	**208.648,91**	**17.224,24**	**225.873,15**				
EMPENHOS A PAGAR .....:			3.286,74				
TOTAL GERAL .....:			**229.159,89**				

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

BALANCETE FINANCEIRO DA DESPESA - Referente ao Mes: Dezembro/1998

CLASSIFICAÇÃO			EMPENHOS			
Funcional Economica	Descrição	Dotac Inicial Creditos Adic	Saldo Anterior	No Mes	Saldo Atual	Dotacao Atual
01	LEGISLATIVO					
01.0001	CAMARA MUNICIPAL HOLAMBRA					
01.0001.01	LEGISLATIVA					
01.0001.01.01	PROCESSO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001	ACAO LEGISLATIVA					
01.0001.01.01.001.10001	INVESTIMENTOS DA CAMARA MUNICIPAL					
01.0001.01.01.001.10001.4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**125.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**125.000,00**
01.0001.01.01.001.10002	AQ.EQUIP.E MAT.PERMANENTE DO LEGISLATIVO					
01.0001.01.01.001.10002.4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.050,00	0,00	0,00	0,00	8.050,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**8.050,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**8.050,00**
01.0001.01.01.001.10003	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES					
01.0001.01.01.001.10003.4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**1.200,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.200,00**
01.0001.01.01.001.20001	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS					
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	190.000,00	149.019,42	13.277,47	162.296,89	27.703,11
01.0001.01.01.001.20001.3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.360,00	1.628,30	147,40	1.775,70	584,30
01.0001.01.01.001.20001.3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	4.552,33	200,32	4.752,65	1.247,35
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	16.800,00	14.652,00	1.325,00	15.977,00	823,00
01.0001.01.01.001.20001.3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	45.600,00	29.631,66	1.494,25	31.125,91	14.474,09
01.0001.01.01.001.20001.3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
01.0001.01.01.001.20001.3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	60,00	22,94	2,14	25,08	34,92
	SUB TOTAL DA DESPESA ORCAMENTARIA .....:	**262.020,00**	**199.506,65**	**16.446,58**	**215.953,23**	**46.066,77**
	TOTAL DA DESPESA ORÇAMENTARIA .....:	**396.270,00**	**199.506,65**	**16.446,58**	**215.953,23**	**180.316,77**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA 06/01/99 Pag 001

RELATÓRIO DE PAGAMENTOS POR FUNCIONAL - Referente ao Mes: Dezembro/1998

Dotação	Título	Anterior	No Mes	Atual
4.1.1.0.00	OBRAS E INSTALACOES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.2.0.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.1.9.2.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
	Sub Total .....:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
3.1.1.1.00	PESSOAL CIVIL	147.691,74	14.605,15	162.296,89
3.1.1.3.00	OBRIGACOES PATRONAIS	1.362,28	413,42	1.775,70
3.1.2.0.00	MATERIAL DE CONSUMO	4.354,23	398,42	4.752,65
3.1.3.1.00	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	13.452,00	1.325,00	14.777,00
3.1.3.2.00	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	27.480,35	1.558,82	29.039,17
3.1.9.2.00	DESPESAS EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00
3.2.5.3.00	SALARIO FAMILIA	22,94	2,14	25,08
	Sub Total .....:	**194.363,54**	**18.302,95**	**212.666,49**
	Total Geral .....:	**194.363,54**	**18.302,95**	**212.666,49**

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CAMARA MUNICIPAL DA ESTANCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

RELATÓRIO DE EMPENHOS A PAGAR - Referente ao Mes: Dezembro/1998

Emissão	Dotação	Empenho	Nome do Fornecedor	Natureza	Vencto	Valor
05/10/98	3.1.3.2.00	98.199	CORREIO POPULAR S/A.	RENOVACAO ASSINATURA ANUAL JORNAL D.POVO	05/10/98	56,00
03/11/98	3.1.3.2.00	98.214	EDITORA VOTTA DE CARVALHO LTDA.	MENSAGEM APOIO VARA DISTRITAL-A.NOGUEIRA	03/11/98	880,00
01/12/98	3.1.3.2.00	98.235	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	LOCACAO PREDIO C.M.E.T. HOLAMBRA-DEZ/98	09/01/99	702,08
01/12/98	3.1.3.2.00	98.236	ARI BRAZ SOARES - ME	MANUTENCAO SISTEMAS INFORMATICA - DEZ/98	08/01/99	380,00
01/12/98	3.1.3.1.00	98.238	DARCI FERNANDES PIMENTEL	SERVICOS ESPECIALIZADOS ADVOGADA-DEZ/98	05/01/99	1.200,00
30/12/98	3.1.3.2.00	98.249	CARPINTARIA BERNARDO LTDA	COMPLEMENTO AO EMPENHO Nº235,DE 01/12/98	09/01/99	68,66

Total Geral .....: 3.286,74

Luiz Carlos de Campos
Chefe de Divisão de Contadoria
CRC 1SP148778/O-9

PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Vereador/Presidente

Câmara Municipal de Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CONFERIDO
Serviço de Suporte e Conferência
EM 15 / 12 / 1998
CONFERENTE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

INDICAÇÃO Nº 1184, DE 1998

A população das cidades situadas ou que se servem da Rodovia SP-340, cujo uso foi concedido à empresa Renovias, está inconformada com o aumento da tarifa de pedágio.

O pedágio localizado no Km 123 daquela estrada estadual cobrava uma tarifa de R$ 4,40 (quatro reais e quarenta centavos)e, desde o dia 9 de dezembro do corrente ano, passou a cobrar, segundo nos informam os nobres vereadores da Câmara Municipal de Jaguariúna, R$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), com cobrança bidirecional, num aumento da ordem de 27% (vinte e sete por cento)

A SP-340, localizada na região de Campinas, serve aos Municípios de Jaguariúna, Holambra, Santo Antônio da Posse, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Itapira, Estiva Gerbi, entre outros, que compõem uma região eminentemente agrícola neste Estado.

Essa rodovia é roteiro obrigatório ao escoamento da produção agrícola, além dos que a utilizam para acesso a hospitais, faculdades, trabalho, especialmente nas cidades de Campinas e São Paulo.

O valor cobrado nesse pedágio - R$ 5,60 - revela-se um dos mais elevados do Estado, senão do País, comprometendo em muito o bolso dos trabalhadores e dos desempregados da região.

Por essas incontestáveis razões

INDICO, nos termos regimentais, ao Exmo. Sr. Governador do Estado de São Paulo que determine ao Sr. Secretário dos Transportes manter entendimentos urgentes com a Renovias no sentido de que o aumento da tarifa de pedágio cobrada no Km 123 da Rodovia SP-340 não seja efetivado.

Sala das Sessões, em 11/12/98

a) WALDIR CARTOLA

hb

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

GABINETE DO GOVERNADOR
DO
ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 22 de dezembro de 1998

O.GG. ACRM.3619/98

Ref.: 81282/98

Senhor Presidente,

Em atenção ao seu ofício nº 191, de 15 de outubro de 1998, encaminhando Moção nº 32/98, de autoria do Vereador Valter Costella, referente a prorrogação do prazo da dívida securitizada dos agricultores, transmito a Vossa Excelência, cópia da manifestação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento sobre o assunto.

Renovo meus protestos de estima e consideração.

ANTONIO CARLOS RIZEQUE MALUFE
SECRETÁRIO PARTICULAR DO GOVERNADOR

Excelentíssimo Senhor
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
Presidente da Câmara Municipal de Holambra
HOLAMBRA – SP
/fo

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

08/01/99

IMPRENSA OFICIAL

MEMORANDO GGSP nº 81.282/98
INTERESSADO: SECRETÁRIO PARTICULAR DO GOVERNADOR
ASSUNTO: Encaminha Ofício nº 191/98, da Câmara Municipal de Holambra, acompanhado de Moção nº 32/98, solicitando prorrogação da dívida securitizada dos agricultores, com vencimento em outubro/98.

Devidamente instruído o assunto constante de fls. 02/03, com os esclarecimentos técnicos prestados pelo Instituto de Economia Agrícola, desta Pasta, às fls. 06/07, restitua-se o presente protocolado à consideração do Senhor Secretário Particular do Governador.

Chefia de Gabinete, em 2 de dezembro de 1998

VICENTE DE PAULA MARQUES DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

NICE/aass

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

AUTOS: Memorando GGSP/81.282/98, de 30/10/98

INTERESSADO: Secretário Particular do Governo

ASSUNTO: Encaminha Ofício 191/98 da Câmara Municipal de Holambra, acompanhado de Moção nº 32/98 em apoio aos agricultores que estão reivindicando a prorrogação do prazo da dívida agrícola securitizada, com vencimento em outubro/98.

1. Ciente. Recebido em 12/11/98.

2. Em atendimento às reivindicações dos agricultores foi aprovado pelo Conselho Monetário Nacional a prorrogação do prazo de pagamento da segunda parcela da dívida agrícola securitizada, de acordo com as condições estabelecidas na Resolução BACEN nº 2.566, de 06/11/98.

RESOLUÇÃO Nº 2.566. DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.

Dispõe sobre condições e procedimentos a serem observados com relação ao processo de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que tratam a Lei nº 9.138, de 29/11/95, e normativos complementares.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31/12/64, torna público que o CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL, em sessão realizada em 05/11/1998, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da citada Lei, dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 05/11/65, e dos arts. 8º, parágrafo único, e 10 da Lei nº 9.138, de 29/11/95, resolveu:

Art. 1º Estabelecer que **é devida a prorrogação, parcial ou integral, da parcela da dívida de crédito rural** alongada nos termos da Lei nº 9.138/95 e normativos complementares divulgados pelo Banco Central do Brasil, **vencida em 31/10/98, desde que comprovada a incapacidade justificada de pagamento do mutuário, mediante exame caso a caso** e independentemente da fonte original dos recursos.

§ 1º **Considerar-se-á justificada a incapacidade de pagamento do mutuário quando decorrente de frustração de safras por fatores adversos ou de eventuais ocorrências prejudiciais ao desenvolvimento das explorações**, consideradas para efeito de pagamento da parcela objeto da prorrogação.

§ 2º **No caso de indeferimento de pedido de prorrogação, a instituição financeira deve apresentar justificativa formal e técnica ao requerente**.

Art. 2º **A parcela objeto de prorrogação**, na forma do disposto no artigo anterior, expressa em quantidade de unidades equivalentes em produto, **deve ser**:

I - **repactuada para pagamento**:

a) **no ano subseqüente ao final do cronograma de reembolso originalmente estabelecido; ou**

b) **no segundo ano subseqüente ao cronograma de reembolso originalmente estabelecido, caso de operação cuja parcela vencida em 31/10/97 tenha sido prorrogada** com base no art. 4º da Resolução nº 2.433, de 16/10/97;

II - **acrescida de taxa efetiva de juros de 3% a.a.** (três por cento ao ano), capitalizados anualmente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

3. Temos a informar ainda que:

- Aquele produtor que não se enquadrar nos casos de exceção deverá pagar a parcela.
- As instituições financeiras provavelmente serão cautelosas e exigentes, com a prorrogação do pagamento da parcela vencida em 30 de outubro próximo passado.
- Para todos os efeitos, o produtor que vier a renegociar sua dívida não deverá ser encarado como inadimplente e dessa forma deverá manter o direito ao crédito rural.
- Cabe informar que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, não tem autonomia para deliberar sobre o processo de securitização. No entanto, talvez pudesse, através dos seus técnicos em campo, auxiliar os produtores a comprovar problemas enfrentados que impediriam o pagamento da segunda parcela, bem como, informar aos bancos sobre problemas específicos que ocorreram no Estado nas últimas duas safras.

4. À consideração superior

Terezinha Franca.

Terezinha J. F. Franca
Pesquisadora - IEA
Centro de Estudos de Política e Desenvolvimento
São Paulo, 13/11/98.

1. Visto
2. À DG para conhecimento e encaminhamento.

VALQUIRIA DA SILVA
Diretor Técnico de Divisão
do Centro de Estudos de
Política e Desenvolvimento
RG 9.588.276
IEA-CEPD

1. Visto e de acordo.
2. À consideração superior.
IEA/DTD, 17/11/98

PAULO EDGARD NASCIMENTO DE TOLEDO
Diretor Técnico de Departamento
Instituto de Economia Agrícola
RG 4.157.472

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

OF. ST-CG 842/98 São Paulo, 7 de 12 de 1998.

Prezado Senhor,

Refiro-me ao Ofício nº 134/98, no qual solicita pavimentação dos acostamentos da SP-107, no trecho compreendido entre a SP-340 e a cidade de Artur Nogueira.

Com relação ao assunto, cabe informar que a referida estrada possui 25,0 Km de extensão, e encontra-se incluída no Programa de Recuperação da Malha Viária, sendo necessários recursos da ordem de U$ 2.992.000,00, cujo recapeamento, será executado com apoio do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Em que pese sua relevância para a economia local, a obra pleiteada consta da programação orçamentária de 1999 do Departamento de Estradas de Rodagem.

Renovo, na oportunidade, protestos de elevada estima e distinta consideração.

ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER
Chefe de Gabinete

Ilustríssimo Senhor
Vereador **Petrus Bartholomeus Weel**
Presidente da Câmara Municipal de
Holambra - SP

gfl
08/10

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

Mogi Mirim, em 17 de dezembro de 1998

Of. nº 446/98
Ao
Exmo. Sr.
Vereador PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL
DD. Presidente da Câmara Municipal da
HOLAMBRA, SP

Prezado(a) Senhor(a),

Tenho a honra de passar às mãos de V. Exa., cópia do **REQUERIMENTO Nº 416/98,** de autoria do nobre Edil **ALONSO TOMAZ MORENO E OUTROS**, aprovado pela Casa em Sessão Ordinária realizada em 14 de dezembro de 1998.

Valho-me da oportunidade para expressar a V. Exa., os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

VEREADORA MARILENE MARIOTONI
Presidente da Câmara

LIDO EM SESSÃO
DE
03/02/99
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
Estado de São Paulo

ASSUNTO:MOÇÃO DE REPUDIO CONTRA O AUMENTO NO PREÇO DO PEDÁGIO

DESPACHO: APROVADO, NA SESSÃO DE HOJE, SEM VOTO DISCORDANTE DO PLENÁRIO.
SALA DAS SESSÕES 14 / 12 / 98

PRESIDENTE DA MESA

REQUERIMENTO Nº 416 , DE 1998

SENHORA PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES.

REQUEREMOS à Mesa, após ouvido o Douto Plenário, seja oficiado ao **Exmo. Sr. Governador do Estado, Mário Covas , aos líderes das bancadas da assembléia Legislativa de São Paulo , à Secretaria de Estado dos Transportes, à Renovias e às Câmaras Municipais da região**, ***Moção de Repúdio*** contr o aumento abusivo do preço dos pedágios nas rodovias da região

JUSTIFICATIVA

O Brasil, é na atualidade, um país basicamente "**rodoviário**". A maioria dos produtos que entram e saem do território nacional necessitam das rodovias para chegarem ao seu destino. Dessa forma, qualquer aumento no custo final do transporte, acaba sendo repassado aos produtos, gerando assim o aumento no custo de vida. Apesar do governo federal pregar o fim da inflação, a privatização das rodovias têm gerado muita revolta por parte dos usuários das mesmas. Além dos preços dos pedágios terem sofrido aumento, o número de praças de pedágio foram multiplicados. Os mais prejudicados, são aqueles que se utilizam das rodovias para o transporte de cargas. Nas edições dos dias 9 e 10 de Dezembro, da "Folha de São Paulo",

CONTINUAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 416/98

VEREADOR ABNER DE OLIVEIRA

SEM ASSINATURA

VEREADOR ADEMAR DE BARROS

VEREADOR ANTONIO CARLOS GUARNIERI

VEREADOR ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO

VEREADOR LUIZ CARLOS FERNANDES CORTEZ

SEM ASSINATURA

VEREADORA MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS

VEREADORA Dra. MARILENE MARIOTONI

SEM ASSINATURA

VEREADOR MAURO NUNES

VEREADOR MILTON DANTE

SEM ASSINATURA

VEREADOR MOISÉS DAVID PEDRO DOS SANTOS

VEREADOR OSWALDO APARECIDO QUAGLIO

SEM ASSINATURA (licença até 23/12)

VEREADOR ROBERTO JOSÉ DE FÁTIMA MAGALHÃES

VEREADORA Profa. ROSANA MARIA CAVEANHA

VEREADOR VALDIR LUIZ BIAZOTTO

VEREADOR SEBASTIÃO FORTUNATO DE GODOY

VEREADORA CLEUSA APARECIDA FÁVERO CRUZ

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO"
EDIÇÃO DE 10/12/98

RADAS *Motoristas protestam contra pedágio duplo*

Protesto pára 5 km a Campinas-Mogi

lance . a Folha Campinas

protesto de moradores, mo-as de caminhão, vereadores e alistas congestionou o trân-a rodovia SP-340, a Campi-logi Mirim, por cinco quilô-s, segundo a Renovias, em-concessionária do sistema.

ngestionamento ocorreu no o Mogi Mirim-Campinas. A estação começou às 19h21 e iou às 19h55.

otesto obrigou o fechamento e pistas da rodovia no km ide fica a praça de pedágio.

m, a Renovias começou a as tarifas nos dois sentidos.

Cerca de 50 pessoas participaram do protesto, bloqueando as pistas com veículos, faixas e cartazes. O vice-prefeito de Jaguariúna, Armando Pegorario (PMDB), chegou a deitar no chão para impedir a passagem de carros no local.

"Queremos o respeito ao cidadão. Vão abrir outros pedágios na rodovia", disse. Segundo Pegorario, as rodovias dos EUA têm vias paralelas sem pedágios.

Dez motoristas de caminhão que iam para Santos aderiram ao protesto. Eles reclamaram gastar muito com o pagamento de pedágios. Segundo a Renovias, a cobrança bidirecional no pedágio de Jaguariúna estava prevista no edital de concessão do governo estadual.

O Sindicato dos Rodoviários Autônomos de Campinas e Região ameaça realizar um protesto contra o início da cobrança na praça do pedágio de Nova Odessa no sábado, quando entra em operação.

JORNAL "FOLHA DE SÃO PAULO"
EDIÇÃO DE 09/12/98

Jaguariúna tem protesto hoje

da Folha Campinas

O Sindicato de Condutores Autônomos de Campinas e Região e vereadores de Jaguariúna fazem hoje, às 19h, um protesto contra o aumento do valor do pedágio da rodovia Campinas-Mogi Mirim.

A partir de hoje, o pedágio, que custava R$ 4,40 unidirecionalmente, passará a custar R$ 2,80 em cada direção.

Segundo o vereador de Jaguariúna Francisco Massuci (PMDB), a previsão é que a manifestação reúna pelo menos mil motoristas da região.

"A intenção da manifestação é chamar a atenção das autoridades sobre o problema do aumento exagerado dos preços dos pedágios", disse Massuci.

Ele afirmou que os motoristas prometem não impedir o tráfego na rodovia.

"Nós levaremos carros de som, cartazes e folhetos", disse.

Já o vereador Antonio Carlos Tonini (PT) afirmou que os manifestantes enviarão um ofício à Secretaria de Estado dos Transportes pedindo a redução do preço das tarifas praticadas em pedágios da região de Campinas.